

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: O OLHAR DOS VIAJANTES  
BRITÂNICOS SOBRE A EDUCAÇÃO (1808 - 1889)

Autor (a): ANA PAULA SECO

Orientador: PROF. DR. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Ana Paula Seco e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 20 de fevereiro de 2004

Assinatura: \_\_\_\_\_

(Orientador) Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

COMISSÃO JULGADORA:

\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

2004

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Se24h	<p>Seco, Ana Paula. História da educação no Brasil: o olhar dos viajantes britânicos sobre a educação (1808-1889) / Ana Paula Seco. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.</p> <p>Orientador : José Claudinei Lombardi. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Educação - História. 2. Viajantes – Inglaterra – Sec. XIX. 3. Educação - Sec. XIX. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>03-0242-BFE</p>
-------	--

**RESUMO:** Neste trabalho tratamos das obras de alguns viajantes ingleses a fim de nelas captar, por um lado, o diálogo teórico com a literatura que instituiu um dado conceito de viagem e, por outro, as múltiplas concepções que se construiu sobre a educação, detectando a percepção de uma alteridade em relação à Europa. Abordamos a maneira como esses viajantes ingleses, viram, interpretaram e descreveram a educação, isto é, quem viu, o que viu e como viu. Procuramos dar evidência às intenções contidas em cada obra e indagar sobre as suas significações, usando como contraponto outras obras que possam vir a formar uma série conexa e deixar à mostra os modos como as culturas se olharam e se olham umas às outras. Acreditamos que os relatos dos viajantes não constituam, em si, o veículo mais representativo acerca da educação no Brasil, durante o período tratado, 1808-1889, mesmo porque nem os autores de tais relatos tiveram a pretensão ou mesmo a intenção de apresentar explicações abrangentes e definitivas sobre este aspecto da sociedade brasileira. O que consideramos como válido são as idéias contidas nestes relatos que por sua vez refletem a educação e/ou instrução numa determinada época, em diversas regiões do Brasil, sob diferentes olhares.

**ABSTRACT:** In this work we've treated of some English travelers' works in order to capture, on one side, the theoretical dialogue with the literature that instituted a given travel concept and for other, the multiple conceptions that was built about the education, detecting the perception of an alterity in relation to Europe. We've approached the way as those English travelers saw, interpreted and described the education, that is, who saw, what they saw and how they saw. We've tried to bring evidence to the intentions contained in each work and to investigate about their significances, using as counterpoint other works that can come to form a related series and to leave to the display the manners as the cultures looked at each other. We believe that the reports don't constitute the most representative vehicle concerning the education in Brazil, during treated period, 1808-1889, same even because nor the authors of such reports had the pretension or even the intention of presenting including and definitive explanations on this aspect of the Brazilian society. What was considered as valid are the ideas contained in these reports that reflect the education for her its time and/or instruction in a certain time, in several areas of Brazil, under different glances.



# Sumário

Agradecimentos.....	xi
Introdução.....	01
Capítulo I - Viagem e conhecimento: Exploração, Ciência e Arte.....	07
1.1 - Viagens e narrativas: o olhar estrangeiro.....	09
1.1.1 - Viagens maravilhosas: a conquista do Novo Mundo.....	11
1.1.2 - Viagens das Luzes: em busca da cientificidade.....	14
1.1.3 - Viagens Imperiais do século XIX: o domínio do “outro”.....	17
1.1.4 - Sobre o viajar.....	19
1.2 - Os livros de viagens: a construção da figura do viajante.....	21
1.2.1 - Construindo a figura do viajante.....	22
1.2.2 - Narrativas de viagens: do fantástico ao científico.....	25
1.2.3 - Exploração, conhecimento e legitimidade científica.....	28
1.2.4 - Livros de viagens como fonte para a investigação histórica.....	33
1.2.5 - Contribuições e usos dos livros de viagens.....	35
1.3 - O “novo descobrimento do Brasil”: a predominância britânica.....	39
1.3.1 - Viagens oitocentistas e a lógica imperialista.....	41
1.3.2 - A presença britânica no Brasil e o imperialismo atuante.....	43
Capítulo II – O olhar britânico: a “vanguarda capitalista”.....	49
2.1 - <i>Portraits</i> dos viajantes britânicos escolhidos.....	51
2.1.1 - John Mawe.....	52
2.1.2 - John Luccock.....	54
2.1.3 - Henry Koster.....	55



2.1.4 - Maria Graham.....	58
2.1.5 - Robert Walsh.....	60
2.1.6 - John Armitage.....	61
2.1.7 - George Gardner.....	62
2.1.8 - Alfred Russel Wallace.....	63
2.1.9 - Henry Bates.....	65
2.1.10 - Richard Francis Burton.....	66
2.1.11 - James William Wells.....	69
2.2 - O olhar britânico.....	71
Capítulo III - Educação que emerge dos livros de viagens.....	83
3.1 - O Brasil de poucos leitores.....	84
3.2 - Educação no Brasil-Colônia.....	101
3.3 - Educação no Brasil-Império.....	120
Capítulo IV – O olhar dos viajantes ingleses sobre educação.....	145
4.1 - A relação entre educação e progresso.....	147
4.2 - O desprezo pelo trabalho manual.....	152
4.3 - A “livre” circulação de idéias e a presença inglesa: veículos do progresso....	155
4.4 - A importância da imprensa para o progresso.....	160
4.5 - Aversão à ciência.....	165
4.6 - A peculiaridade da nossa independência.....	168
4.7 - O despertar para a modernidade.....	172
Considerações finais.....	179
Bibliografia.....	185
Anexo.....	193



Para meus pais, Sebastião e Catharina e,  
de modo muito especial, para minha avó,  
Maria Augusta (*in memória*).



## Agradecimentos

Chegando ao fim desta jornada gostaria de agradecer a todos que, de maneira geral, a tornaram possível e mais agradável, me eximindo do risco de cair nas armadilhas da memória, uma vez que nomeá-los um a um seria uma tarefa difícil e que resultaria numa listagem por demais extensa.

Agradeço aos meus pais pela vida, pelo amor incondicional e apoio contínuo, em todos os sentidos. Agradeço a eles por terem me ensinado o que é realmente importante e por estarem sempre presentes na minha vida.

Agradeço a toda minha família por ter partilhado o indivisível, e ser parte de mim. Agradeço pelo apoio moral sentido à distância e pela torcida, mesmo que de longe, por mim. Em especial, agradeço a ajuda de minha irmã, Isabel, em vários momentos do trabalho.

Agradeço ao professor José Claudinei Lombardi, meu orientador, pelo estímulo e liberdade de trabalho e pelo inestimável apoio durante todo o percurso.

Agradeço enormemente aos professores que foram fundamentais em minha formação, a todos eles. Em especial ao professor José Luís Sanfelice, exemplo de dedicação e competência na profissão.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Educação, pelo desprendimento, paciência e atenção no atendimento de tantos pedidos. A todos os amigos, sem os quais não haveria alegria em fazer este trabalho. E ao apoio financeiro da CAPES 2002/2004.

Finalmente, a retórica de agradecimento é insuficiente para expressar a minha gratidão para com Fabrício, companheiro de todas as horas, com quem divido minha vida, meu carinho e meu amor.

## INTRODUÇÃO

*“Um viajante que se aventura a apresentar suas impressões ao público, é, geralmente, encorajado pela convicção de que elas encerram informações novas e interessantes”.*

*John Mawe (1978, p. 23)*

*“Não há quem possa, na verdade, fazer um estudo acurado do Brasil, particularmente do Brasil antigo, da fase colonial e mesmo da fase imperial, sem a consulta de tais relatos”.*

*Nelson Werneck Sodré (1973, p. 318)*

Esta introdução busca situar, brevemente, algumas questões abordadas ao longo do texto, partindo da constatação de que as narrativas de viajantes estrangeiros, que estiveram no Brasil ao longo dos séculos, mais precisamente, do descobrimento do Brasil ao século XIX, tornaram-se um testemunho fundamental e um critério de legitimidade para a construção de interpretações sobre diversos aspectos da sociedade brasileira em diferentes épocas. Dentre esses aspectos também está a educação.

Autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Oliveira Lima, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes, que fizeram grandes sínteses da história nacional, para citar apenas alguns dos mais afamados estudiosos do nosso tempo, utilizaram os livros de viagens como fontes para suas obras.

A importância dos viajantes estrangeiros para a análise dos mais variados aspectos do passado brasileiro é inegável,<sup>1</sup> uma vez que muitos deles expressaram, de forma rica e

---

<sup>1</sup> Não podemos negar que dentre os muitos livros de viagens encontramos alguns que não merecem tanta estima.

detalhada, inclusive através de desenhos<sup>2</sup> e de textos escritos, suas impressões sobre o país.

Os viajantes deixaram um número notável de relatos de suas incursões pelo país. Estes textos constituem fontes ricas e largamente utilizadas para o estudo do Brasil-Colônia e do Brasil-Império. A contribuição desses viajantes para o conhecimento do Brasil foi, às vezes, pequena e em outras, de imenso valor. No entanto, qualquer que tenha sido esta contribuição, ela não pode ser desprezada por aqueles que querem conhecer a história do nosso país.

As obras dos viajantes constituem, pois, um rico filão para a pesquisa histórico-educacional com seus vastos repositórios de fontes primárias (bibliográficas, documentais, iconográficas), pois constituem depoimentos a respeito de situações testemunhadas (Leite, 1997, p. 15). Sendo assim, estas fontes abrem inúmeras possibilidades para o entendimento histórico da educação brasileira.

A partir disso, buscamos estabelecer, no primeiro capítulo, a noção de viagem, marcando as diferenças existentes entre as viagens maravilhosas, quando se deu a conquista do Novo Mundo, passando pelas viagens das Luzes na qual buscava-se a cientificidade, chegando às viagens imperiais do século XIX, quando o que se buscava era o domínio do outro.

Com o advento da Revolução Comercial, e a conseqüente descoberta e posterior colonização do Brasil, surgiu também a curiosidade por um lugar sobre o qual circulavam as lendas mais assustadoras e estranhas. Ao enfrentar a empresa das grandes navegações, das descobertas ultramarinas e da colonização das zonas tropicais, o que buscavam eram novos mercados consumidores e novas zonas produtoras; tratava-se de dominar ou apossar-se dessas zonas, pela conquista e/ou pela colonização, fazer circular as mercadorias e criar mercados amplos de consumo para as manufaturas nascentes e em rápida expansão. O interesse pelas grandes navegações não se pautava na busca de aventura, embora este aspecto estivesse sempre presente; a empresa das navegações era bem calculada e cuidadosamente preparada, seguindo métodos e objetivos rigorosos, caracterizada como uma atividade comercial, a maior que o mercantilismo empreendera.

Nesta época surgiram as viagens e, como conseqüência, os livros de viagens, ou

---

<sup>2</sup> Para o nosso estudo, no entanto, utilizaremos apenas os textos escritos, deixando a rica iconografia deixada pelos viajantes para um outro possível estudo.

literatura de viagem, cujo interesse é grande, ainda hoje. O mercado editorial para este tipo de obra, desde o seu surgimento, com o despertar do interesse e da curiosidade de boa parcela da população do Velho Mundo e da América do Norte, foi sempre muito rentável. Este tipo de literatura foi considerado um artigo muito bem aceito, tanto nos séculos passados como atualmente.

As primeiras viagens, que trouxeram para o Brasil seus primeiros visitantes, foram marcadas pela incerteza. As notícias de terras distantes e de gente antes desconhecida estimulavam cada vez mais a curiosidade do europeu. Esta curiosidade atravessou os séculos XV, XVI, XVII, XVIII e chegando ao século XIX, passando por uma transformação imposta pelas modificações nos meios de produção.

A Revolução Industrial foi certamente a motivadora de uma nova caracterização das viagens, estreitamente ligada à pesquisa científica, sem, no entanto, deixar de lado os interesses políticos, econômicos, de ocupação colonial e o gosto pela aventura. As viagens se tornaram prolongadas, sistematizadas e com fins determinados.

No século XVIII, os viajantes começaram a planejar de maneira mais objetiva suas viagens, baseados nos conhecimentos já acumulados nos séculos anteriores. No Século das Luzes, estas viagens ficaram sendo conhecidas como “expedições científicas”, nas quais a curiosidade sobre os países e gentes longínquas foi substituída pela busca de conhecimentos científicos e informações relativas às possibilidades de exploração econômica.

O Brasil, desde o século XVI, recebeu, de forma consentida ou não, a visita de estrangeiros que vinham com as mais diversas intenções, movidos muitas vezes pela ânsia de aventura em distantes terras desconhecidas ou por uma insaciável ambição exploratória. No entanto, o Brasil oitocentista, com a abertura dos portos por D. João VI, recebeu um número bem maior de estrangeiros que para cá vieram com os mais diferentes propósitos. Foram artistas, professores, naturalistas, comerciantes, missionários, engenheiros, entre outros.

Para possibilitar um aprofundamento do assunto, tentamos estabelecer, também, um conceito de viajante e da autoridade de seu texto, buscando perseguir a noção de viajante baseada nas imagens já criadas por historiadores contemporâneos, pois, esses textos culminam, no século XIX, no estabelecimento de uma autoridade contida nos relatos de viagens.

Sendo a literatura de viagem um tipo único de escrito, devido às suas especificidades, buscamos traçar os modos como os livros de viagens deram à Europa uma visão do Novo Mundo, perscrutando a passagem da narrativa fantástica à científica, na qual exploração, conhecimento e legitimidade científica se fundem.

Ainda nesse primeiro capítulo, procuramos justificar a razão da escolha dos viajantes ingleses<sup>3</sup>, dentre os viajantes que aqui estiveram vindos de diversos lugares do Velho Mundo e dos Estados Unidos, para o desenvolvimento do nosso trabalho. Tal escolha não foi por acaso, mas decorreu do importante papel econômico, político e cultural dessa nação em suas relações econômicas, sociais, políticas e culturais com o império português e, posteriormente, com o brasileiro, no chamado “século inglês”.

A escolha do período compreendido entre os anos de 1808 a 1889 também não foi por acaso. O objetivo de delimitarmos a pesquisa a partir da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, até a proclamação da República, em 1889, é o de englobar na análise histórico-educacional as mudanças e conseqüências advindas daquele fato. A transferência da Corte portuguesa ocasionou a elevação do Brasil à condição de reino e a abertura dos portos às nações amigas, com o fim do monopólio português, fatos que significaram uma maior abertura do país aos estrangeiros. Este período, conhecido como período joanino, foi marcado por grandes transformações no campo político, social, cultural e educacional.

No segundo capítulo procuramos situar o modo como os viajantes ingleses olharam para nossa sociedade, buscando apreender a especificidade política dos argumentos dos viajantes no interior do próprio texto, enfatizando o seu caráter de projeto de intervenção, pelo processo civilizador, mesmo que seja um eufemismo para dominação imperialista. Procuramos, assim, dar evidência à intenção contida em cada obra e indagar sobre a sua significação, usando como contraponto outras obras que, com ela, pudessem vir a formar uma série conexa e deixar à mostra os modos como as culturas se olharam e se olham umas

---

<sup>3</sup> Embora o termo “ingleses” utilizado como referência aos britânicos em geral, uma vez que a escolha de britânicos se faz para não excluir, dentre os viajantes, gauleses e escoceses, não esteja correto, utilizaremos tal termo que é de uso corrente na literatura. A Grã-Bretanha é uma área geográfica composta pela Inglaterra, Escócia e País de Gales, excluindo a Irlanda. O termo Grã-Bretanha é freqüentemente usado, embora de modo incorreto, para designar o Estado político do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Assim, ao falarmos britânicos nos referimos aos habitantes da Grã-Bretanha ou do Reino Unido, ao passo que o termo ingleses se refere aos habitantes da Inglaterra. Mas, como dito, o termo ingleses é comumente usado como sinônimo de britânicos, e aqui adotaremos esta mesma postura. (Hornby, 2000, p. 158 e 437; McArthur, 1992, p. 352)

às outras.

Neste trabalho, escolhemos os textos de alguns viajantes ingleses que aqui estiveram ao longo do século XIX. Dada a imensidão de referências que cabem nesse recorte, selecionamos alguns autores cuja análise foi reiterada, reforçada e autorizada pela historiografia do século XX. Isto é, são textos de autores que se tornaram fontes, que embasaram e legitimaram interpretações sobre a sociedade colonial e imperial. São eles: John Mawe, John Luccock, Henry Koster, Maria Graham, Robert Walsh, John Armitage, George Gardner, Alfred Wallace, Henry Bates, Richard Burton e James Wells.

Considerando que o ato de ver é dotado de equipamentos culturais específicos e diferentes, trazendo no olhar uma bagagem cultural que condiciona o modo de observar e apreender o “outro”, o viajante estrangeiro, no caso o inglês, trouxe consigo conceitos, preconceitos e noções que utilizou para ordenar e interpretar o Novo Mundo, que era diverso do seu. Sendo assim, para melhor compreendê-los apresentamos um *portrait* de cada um dos viajantes escolhidos, que se encontra em anexo.

A partir desta configuração, no terceiro capítulo, trouxemos alguns fragmentos de textos dos viajantes ingleses que estiveram no Brasil no século XIX, privilegiando seus apontamentos sobre a educação brasileira.

No intuito de não ocultar o sentido que os viajantes quiseram dar aos seus relatos, para melhor demonstrar como a educação foi registrada sob o olhar do estrangeiro, trouxemos na íntegra os trechos referentes à educação - aqui entendida tanto no seu sentido mais restrito, como meio de adquirir formação e desenvolvimento físico, intelectual e moral, no sentido mesmo de instrução, de ensino, como também num sentido mais abrangente, enquanto conhecimento e observação dos costumes, da vida social, civilidade, delicadeza, polidez, cortesia, cultura, socialização e sociabilidade.

Tomando por base alguns desses depoimentos, pretendemos, no quarto e último capítulo, perscrutar as imagens criadas sobre o Brasil, focalizando nossa atenção em torno da educação. Educação, como visto, no sentido de polidez, de civilidade e também no sentido de instrução, de adquirir conhecimentos. No entanto, quanto a este último aspecto referente ao termo educação, não acompanhamos, num período de quase um século - 1808 a 1889 - a evolução da instrução e dos estabelecimentos onde se dava a educação. Limitamo-nos a pôr em foco as impressões deixadas pelos viajantes ingleses, atentos ao

fato de que estamos lidando com imagens que os autores criaram a respeito do Brasil, com olhares múltiplos, mas não de forma irreal, sobre diferentes aspectos do Brasil no século XIX, com especial atenção à educação deste período.

Em outras palavras, neste estudo abordamos a maneira como os viajantes estrangeiros, em particular, os britânicos, que estiveram no Brasil durante o século XIX, viram, interpretaram e descreveram a educação.

O tempo dessas grandes viagens ficou para trás,<sup>4</sup> o que restou foram os relatos deixados ao longo dos séculos: os registros da história política, social, cultural, econômica e geográfica do Brasil. As expedições científicas trouxeram homens e mulheres que olharam para nossa natureza e nossa sociedade. “Nas imagens, nas crônicas e nas cartas produzidas por esses estrangeiros é possível ver um Brasil de muitas visões e de muitas versões” (Belluzo, 2000, v. I, p. 17).

---

<sup>4</sup> As viagens nos moldes que aqui são apresentadas não mais existem, porém, as grandes viagens de exploração, em busca de aventura ainda hoje continuam, como é o caso das viagens de Almir Klink e de muitos outros, mas apresentam objetivos e motivos bem diferenciados das viagens que deram origem à literatura aqui estudada. Assim como no século XIX, ainda hoje o mercado editorial para estes relatos de viagens, repletos de aventuras e de curiosidades, é bastante grande, agora mais diversificado com o uso dos variados meios de divulgação e do uso das imagens (fotografia, vídeo, DVD), como as produções da *National Geographic*, por exemplo. A busca da aventura, do inusitado e do conhecimento é o que prevalece nessas viagens.

# CAPÍTULO I

## VIAGEM E CONHECIMENTO: Exploração, Ciência e Arte

“Viagem”, como é utilizado por historiadores, é um tema que somente há pouco vem sendo mais profundamente discutido na produção historiográfica. Nesse sentido, nos primeiros itens deste capítulo, procuramos estabelecer um quadro que nos possibilitasse perceber os diferentes interesses que motivaram diferentes viagens num período em que o Brasil começava a interessar mais aos europeus, fazendo parte do cenário de expansão européia, ou seja, do século XVI ao século XIX.

O Brasil do século XIX não é mais uma terra desconhecida e parte do mérito desse desvendamento devemos aos viajantes estrangeiros que aqui estiveram desde o descobrimento.

Depois de terem convivido em nosso meio, por espaços de tempos diferentes, esses viajantes revelaram o Brasil à Europa. Em especial, neste trabalho, nos deteremos nos viajantes ingleses, autores de obras que interpretaram e influíram no caráter e na cultura da nossa gente.

O Brasil do século XIX mostrou muitas caras a esses visitantes. Longe de esgotar a multiplicidade de imagens que eles criaram a respeito de nossa sociedade, nosso governo, nossas instituições e nossa história, é notório que o Brasil oitocentista desponta como grande terra preta de potenciais, mas que permanecia num constante estado de formação, de ainda “estar por se fazer”, pelo processo civilizador, mesmo que o eufemismo signifique a dominação de valores cunhados pelos europeus e transpostos ao Novo Mundo.

D. João VI entregou o Brasil à curiosidade do resto do mundo. As mais proveitosas explorações datam do século XIX, e todas as facilidades eram conferidas aos estudiosos, que vinham principalmente da Europa, os quais, para não citar senão alguns, foram Spix, Martius, Saint-Hilaire, príncipe Wied, Freycinet. Outros estrangeiros foram convidados para o exercício de funções científicas, para dirigir empresas industriais, para cooperar nos

cargos de responsabilidade, no desenvolvimento do país, que o soberano houvera reconhecido ser tão pobre de fontes de riquezas exploradas, quanto opulento de recursos inexplorados (Lima, 1997, p. 163).

Muitos viajantes identificaram a vinda da Família Real como o início de um processo de ruptura com o antigo sistema colonial, a partir do qual foram colocadas as bases para se pensar o país como nação. Sentimentos nacionais, espírito público, patriotismo, sentimento de independência sustentariam os primeiros passos de uma nação conduzida por um monarca constitucional, sob o beneplácito britânico.

Uma vez que entramos no cenário europeu através dos olhos de europeus, como não poderia deixar de ser, o paradigma da observação estava na Europa. O “como” observar correspondia às necessidades do observador e às injunções históricas, econômicas e políticas a que estava submetido.

Estar atento às especificidades políticas dos argumentos dos viajantes, no interior do próprio texto, uma vez que enfatiza o seu caráter de projeto de intervenção na sociedade de seu tempo, constitui alguns dos cuidados que o historiador deve ter no momento de utilizar fontes desse tipo para seu trabalho de reconstrução e reinterpretação da história.

As obras dos viajantes podem ser analisadas sob inúmeros aspectos: formas, conteúdos, estilos de escrita e temas, que dão um feitiço particular dessa fonte em relação a outros tipos de produção literária. Além disso, os viajantes compartilharam certos métodos de percepção da alteridade: inversão, exclusão, analogia, classificação. A imagem do outro era e é traduzida como referência de si mesmo.

A despeito das amarras ideológicas dos viajantes, que se traduzem em concepções racistas, classistas, eurocêtricas, colonizadoras, imperialistas e na incapacidade de relativizar as diferenças do ponto de vista cultural, a leitura de seus relatos nos conduz a temas de muito interesse para diversos campos de estudos e pesquisas.

## 1.1 - VIAGENS E NARRATIVAS: o olhar estrangeiro

Num quadro de diversidade dos tipos de viajantes, das razões da viagem e dos tipos de relatos resultantes, podemos distinguir duas instâncias determinantes, que marcam tanto o perfil dos viajantes como incidem no próprio estilo de viagem e na produção intelectual dela decorrente, são elas: a esfera particular e a esfera pública. Ambas as esferas são condicionadas pelas especificidades históricas e pelas dimensões subjetivas dos viajantes autores (Lisboa, 1997, p. 33).

Na esfera particular estão: o desejo de aventura; a intenção de completar estudos e realizar pesquisas; interesses profissionais e econômicos, ou seja, atrás de trabalho e de comércio, que muitas vezes visavam o enriquecimento, a projeção social, o *status*, ou simples prazer. Mas, esses interesses comerciais, científicos, literários, exploratórios de recursos naturais e aventureiros se inserem num contexto mais amplo e interagem com os objetivos da esfera pública, onde estão presentes as conquistas, as relações diplomáticas, o desenvolvimento científico, a criação de museus e a investigação das potencialidades exploratórias, tanto de recursos materiais como humanos (Leite, 1996, p. 32). Sendo assim, separar os interesses pessoais dos interesses institucionais se torna uma tarefa difícil.

A ato de registrar, graficamente ou não, portanto, não era tão simples e neutro como pode parecer num primeiro momento. Num período em que exploração, ciência e arte encontravam-se intimamente relacionadas, os viajantes – fossem eles navegantes, comerciantes, naturalistas, artistas ou aventureiros – tinham que lidar com uma série de questões que iam além do estrito ofício para o qual estavam treinados, ou do seu preparo e de seus conhecimentos como: a distância, a questão da patronagem, do financiamento, ou seja, dos recursos necessários para a viagem, o problema de como legitimar cientificamente o conhecimento adquirido – visto e experienciado – durante a viagem (Martins, 2001, p. 39).

Sendo a produção de conhecimento nas ciências humanas não isenta do envolvimento de seu autor como sujeito humano em suas próprias circunstâncias, esta produção não é neutra. Então, para um europeu que estude, observe e interprete o Brasil não pode haver negação das circunstâncias mais importantes de sua realidade, uma vez que chega ao Brasil primeiro como um europeu, depois como um indivíduo com interesses

próprios. Ser um europeu não é uma condição imparcial, mas significa estar consciente, ainda que vagamente, de fazer parte de uma potência com interesses definidos no Novo Mundo.<sup>1</sup>

O tipo de conhecimento que vinham buscar, suas observações e impressões, já os colocavam na condição de estrangeiros, na qual o sentido de estrangeiro se refere às fronteiras políticas, culturais e ideológicas, configurando-se no contexto da “europeização” das Américas.

Os países envolvidos na expansão marítima e nas descobertas, no início desse empreendimento, não possuíam um corpo científico organizado, que possibilitasse realizar estudos das terras descobertas. A colonização, nesse período, era marcadamente de caráter predatório, o que dispensava esse tipo de investimento por parte dos colonizadores. Além disso, estabeleceu-se o regime de monopólio que garantia a esses países o domínio exclusivo das terras descobertas.

Apesar desse quadro nada favorável à exploração de caráter científico, nesse período, o Brasil não deixou de ser um centro de interesse tanto para portugueses envolvidos na empresa colonizadora, como para navegadores, invasores ou mesmo curiosos que utilizaram os portos brasileiros para se abrigarem, praticarem o contrabando ou mesmo em busca de novas descobertas.

Como não poderia deixar de ser, a produção literária, que adveio desse período, construiu representações sobre os nativos, as riquezas naturais e as terras, construções estas que trazem no seu conteúdo um comprometimento com uma visão colonialista e etnocêntrica.

No entanto, as expedições científicas propriamente ditas, iniciaram-se em fins do século XVIII. A princípio muitas dessas expedições foram patrocinadas por Portugal e posteriormente, com a transferência da Corte Portuguesa e a abertura dos portos, as expedições ao Brasil foram também patrocinadas por outras nações. Podemos dizer, portanto, que foi a partir de 1808, que se iniciou a produção sistemática de obras sobre o Brasil, escritas por viajantes de várias procedências, trazendo consigo diversos interesses e

---

<sup>1</sup> Um componente principal da cultura européia é a idéia da identidade européia como sendo superior, em comparação com todos os povos e culturas não-europeus. Aqui se encontra a Inglaterra, potência mundial da época, e o Brasil, como Colônia de Portugal, sofrendo inicialmente uma dominação indireta daquela e, posteriormente, como nação independente, de forma direta. Para saber mais sobre o assunto consultar Said, 1990.

saberes, engajados ou não em missões científicas, e que se propunham a estudar o país e a interpretá-lo para o velho mundo.

O interesse em estudar e pesquisar países e culturas diferentes dominou a mentalidade intelectual do século XIX. Comerciar, fazer ciência e literatura, coletar peças para museus, identificar fontes naturais exploráveis e mercados para os produtos europeus passaram do âmbito particular para interesses dos Estados Nacionais, convergindo para um mesmo projeto. Os interesses das classes dominantes se entrelaçavam aos dos institutos governamentais, que financiavam, forneciam licenças e cartas de apresentação. Ambos estavam interessados na exploração de recursos naturais, na conquista de mercados para os produtos industrializados, em locais favoráveis para investimentos de capitais e no aumento da riqueza e da soberania nacional de países europeus. Portanto, projetos políticos dos Estados Nacionais estavam em consonância com os das elites, estreitando a relação ciência-capital, ou seja, ampliar conhecimentos científicos para ampliar capitais (Leite, 1996, p. 67).

As viagens do século XIX partilhavam, portanto, interesses pessoais<sup>2</sup> e nacionais, objetivos políticos, preocupações estratégicas e comerciais. Não podemos, entretanto, reduzi-las a esses interesses puramente utilitários, comerciais e geopolíticos; é preciso ir além. As viagens com suas produções científicas foram frutos tanto das exigências impostas pela expansão do capitalismo, como do desenvolvimento científico, da curiosidade e da busca pelo exótico e pelo gosto de aventuras.

Contudo, zarpando ao sabor dos ventos alísios e regressando sob os ventos do oeste, os viajantes trouxeram e levaram, juntamente com seus navios, mercadorias, interesses diplomáticos, novos saberes e visões dessa terra, por muitos, considerada “estranha”, o Brasil.

### *1.1.1 - Viagens maravilhosas: a conquista do Novo Mundo*

As viagens promoveram inventários do espaço, dos costumes e da natureza, que nos

---

<sup>2</sup> Individualmente, a busca de notoriedade e de lucro obtidos com a publicação e venda de diário e obras sobre o Novo Mundo que viessem a produzir, uma vez que o mercado para este tipo de literatura era de grande aceitação na Europa deste período, se faziam presentes.

permite vê-las como parte do processo de conquista, colonização e consolidação de paradigmas científicos (Raminelli, 2000, p. 27-46).

As viagens, nos séculos XVI e XVII, caracterizam-se por uma exploração de deslocamento espacial, por serem de conquista, narrados de maneira cronológica. Os conquistadores ultramarinos iniciaram um processo de desvendamento e exploração de um mundo ainda fantástico, criando a idéia de um “Novo Mundo”, contrapondo-se ao “Velho Mundo”, característica da lógica do período do expansionismo europeu.

Esses conquistadores não tinham idéias muito claras a respeito das terras recém-descobertas, nem mesmo os geógrafos tinham certeza sobre a geografia desses novos mundos. “Além do Atlântico tudo era lenda e, por isso, os testemunhos dos viajantes passam a adquirir foro, desde já, de verdade e as imagens que suscitam são tidas como evidências, onde a viagem e o texto mantêm relação direta e recíproca”. A percepção, neste período, caminha do texto para a imagem e vice-versa (Belluzo, 2000, p. 18).

Com as viagens, que levaram às chamadas “descobertas”, na América e no Pacífico, com Cristóvão Colombo, Pero Vaz de Caminha, Américo Vespucci e outros, nasceu o gênero literatura de viagem, como conseqüência e fruto dessas viagens de conquista<sup>3</sup>. Seus discursos de viagem “inauguraram” o continente através de cartas descritivas, de relatos fantásticos e dos mapas<sup>4</sup>.

Embora a travessia do Atlântico inaugure o que se convencionou chamar de “época moderna”, os primeiros europeus, que abordaram estas terras a partir do século XVI, descreveram a América como um mundo de natureza primitiva, um espaço devoluto e atemporal, ocupado por plantas e seres de uma alteridade inaudita; um mundo não organizado em sociedades e economias; um mundo cuja única história era aquela prestes a se iniciar. Seus discursos também retrataram a América em meio a um discurso de acúmulo, abundância e inocência, instituindo um “mito fundador”, que reforçava utopias e sonhos, resgatando o imaginário medieval do fantástico, do exótico e do mitológico.

Nas descrições nos são revelados os elementos arcaicos que aparecem na construção da alteridade, como as imagens dos canibais e que marcaram profundamente a visão da

---

<sup>3</sup> Américo Vespucci teve suas cartas, *Mundus Novus*, difundidas através de folhetins, enquanto que as cartas de Pero Vaz de Caminha teve sua primeira publicação em 1817, na *Corografia brasílica* de Ayres de Casal.

América e a do Brasil, citadas pela primeira vez na carta de Colombo. As estórias de canibais passaram a povoar o imaginário europeu através de obras divulgadas com sucesso, conhecidas por literaturas de sobrevivência, em geral referentes às navegações, cujos grandes temas eram os sofrimentos e perigos, de um lado, e as maravilhas exóticas e as curiosidades, de outro. Nessas, o desconhecido aparece como um mundo de fascinação e perigo.

Como exemplos deste tipo de narrativa, nesse período das conquistas e dos descobrimentos, além do relato de Colombo, temos nomes que se destacaram como Hans Staden, Léry e Thevet.<sup>5</sup> Observadores itinerantes, comerciantes e militares que, cada qual a seu modo, nos deixaram escritos sobre as terras antes ignotas, onde o conhecimento se dava quase ao acaso, partindo de questionamentos e de observações, com a representação de lugares ocupando papel central no sistema figurativo emergente na época das grandes descobertas.<sup>6</sup>

Neste cenário os portugueses saíram à frente e empreenderam descobertas que aos poucos iam desmistificando a geografia fantástica das novas terras, o que foi também modificando, paulatinamente, uma das características mais marcantes dos relatos desses viajantes do período da Conquista, que é a menção ao maravilhoso, ao fantástico, ao exótico e ao mitológico.<sup>7</sup> Ainda assim, restaram textos que descreveram um Novo Mundo com uma natureza exuberante e aborígenes bondosos, com uma narrativa submersa em sonhos e figuras lendárias sedimentadas pelo imaginário medieval.

---

<sup>4</sup> Os mapas, além de firmarem acordos sobre a repartição das terras descobertas e de orientar no espaço, se impõem também como pensamento político, servindo ainda de decoro figurativo, conveniente à exibição mais elegante e harmoniosa dos domínios conquistados. (Belluzo, 2000, v. I, p. 73).

<sup>5</sup> Hans Staden relata a sua viagem feita entre 1547 e 1554, na qual foi aprisionado pelos tupinambás enquanto lutava ao lado dos portugueses, descrevendo as atrocidades, os horrores e as curiosidades dos rituais canibais. Um outro registro fundamental dos canibais é o relato de Jean de Léry, referente às desventuras da colonização francesa na baía da Guanabara, onde se projetava construir um refúgio para os huguenotes franceses.

<sup>6</sup> Hans Staden viria a se tornar um dos fundadores da nossa literatura de viagem, juntamente com os anteriormente apontados, por ter sido um dos primeiros a nos deixar escritos e pela permanência das imagens e dos conteúdos primordiais que narra por ocasião de sua estada entre os índios brasileiros. Por sua vez, Léry e Thevet apontam indícios, já no século XVI, do projeto enciclopedista, diferentemente da narração fantástica de Staden.

### 1.1.2 - Viagens das Luzes: em busca da cientificidade

No século XVIII, exploradores europeus perscrutaram os oceanos, atravessaram os continentes e estabeleceram um novo mapa do mundo, com seus desenhos, suas coleções e seus escritos instituindo um saber enciclopédico sobre o homem e a natureza.

Com o Século das Luzes, as viagens ganham uma racionalidade científica, um planejamento e uma crescente especialização. Este tipo de viagem, que também se estendeu por todo o século XIX, foi motivada por razões científicas, e foram realizadas, na sua maioria, por naturalistas,<sup>8</sup> sem contudo descartar os comerciantes, aventureiros, missionários, militares e outros.

A viagem se tornou uma forma privilegiada de atividade científica, com suas regras e protocolos, devendo os naturalistas estudar *in loco* a natureza, seja nos trópicos ou na Europa. Além disso, a Ilustração conferia um sentido pragmático, utilitário, instrumental à ciência, visto que os objetivos desta se dirigiam ao aproveitamento técnico da natureza pelo homem.<sup>9</sup>

Nesse sentido, era necessário o surgimento de um novo saber, o que se deu com o *Systema Naturae* de Lineu. Os seguidores deste sistema, buscaram construir um conhecimento da natureza, totalizante e classificatório, passando da simples representação do mundo para o seu reordenamento, através da interferência direta do intelectual europeu. A História Natural incorporou um projeto classificatório e não de mapeamento. Não era seu objetivo descrever o mundo tal como era encontrado, mas reordenar os objetos e as coisas do mundo dentro de um sistema (Véscio e Santos, 1999, p. 27). A tarefa do naturalista não

---

<sup>7</sup> Os portugueses, por sua vez, estavam mais voltados para os fins práticos das rotas marítimas, não negando, entretanto, suas visões pragmáticas do mundo, buscavam cartas náuticas mais precisas, menos propensos à elaboração do fantástico, do simbólico.

<sup>8</sup> Podemos considerar a viagem de La Condomine, em 1735, como o marco inicial da exploração científica no continente americano, mesmo que em seu relato ainda persistam elementos do modelo de literatura de séculos anteriores.

<sup>9</sup> Ronaldo Raminelli aponta a obra *Viagem Philosophica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira, na administração colonial portuguesa, como estando inscrita nesse projeto. Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu as províncias do norte entre 1783 e 1792, recebendo incentivo do governo português e chefiou a expedição que marcou o início das expedições às regiões desconhecidas do interior do país (Raminelli, 2000, p. 44-46).

era a descoberta, mas a extração e a reconversão, uma imagem benigna e profética dos processos pelas quais a industrialização iria se apropriar.<sup>10</sup>

Posteriormente, para além da sistemática de Lineu, com seu sistema taxonômico, e do enciclopedismo, Alexander von Humboldt propõe o *Naturgemälde* (sentidos da natureza) para representar científica, poética e artisticamente os elementos da História Natural, no intuito de superar o trabalho de descoberta e classificação das espécies, para compreender e sentir a natureza na sua totalidade (Lisboa, 1997, p. 201).

Humboldt irá propor um método “explicativo”, visto como indo além do meramente “descritivo”, no qual o observador se preocupa em decifrar as “forças ocultas” da natureza. Nele, a natureza já não é mais aquela acessível, coletável, reconhecível, caracterizável de Lineu. Com ele temos uma natureza em movimento, impulsionada por forças vitais em grande parte invisíveis aos olhos do homem, um espetáculo capaz de ultrapassar o conhecimento e a inteligência humanos, desafiando seus poderes de percepção. A percepção científica se une à estética do sublime. Esta visão totalizante e interativa das paisagens, segundo Belluzo, corresponde às exigências do homem total da época iluminista, o artista-cientista, capaz de colocar a sensibilidade em colaboração com a razão (Belluzo, 2000, v. II, p. 10).

Os naturalistas viajantes, longe de serem estudiosos isolados, tinham em comum o fato de terem uma formação comum, transmitida pelos enciclopedistas. Herdeiros de uma tradição rousseuniana, para eles, o viajante não podia ser um simples espectador, mas sim um observador atento da realidade, exercitando diante dela a arte de pensar, desprendendo-se de seu mundo imaginário, para dirigir a atenção ao verdadeiro útil. Para os viajantes naturalistas a natureza não se limitava aos reinos mineral, vegetal e animal, mas compreendia também os astros, o clima, os mares, o homem, a língua e seus costumes. Sendo assim, há uma extensão dos métodos das ciências naturais ao estudo de fenômenos humanos e sociais, além do incremento da especialização e da profissionalização de

---

<sup>10</sup> Para Mary Pratt, a História Natural evidencia seus vínculos com o expansionismo político e econômico europeu, apesar de sua pretensão de inocência: “[...] enquanto paradigma descritivo, este sistema da natureza é em si, e assim se julga, uma apropriação do planeta totalmente benigna e abstrata. Não reivindicando qualquer potencial transformador, ela diferia radicalmente de articulações imperiais explícitas de conquista, conversão, apropriação territorial e escravização. O sistema criou [...] uma visão utópica e inocente da autoridade mundial européia, à qual me referi como uma anticonquista.” (Pratt, 1999, p.78).

técnicos e cientistas.<sup>11</sup> Outro aspecto que os relacionava era considerar tanto a arte quanto a ciência como métodos de aquisição de conhecimento.

Encaminhadas, organizadas e financiadas pelos Estados e institutos oficiais as circunavegações ganharam fôlego, em nome da ciência e eram sustentadas por interesses econômicos e expansionistas.<sup>12</sup>

Conduzidas pelo ideal da Ilustração, as viagens buscavam ampliar o conhecimento humano e desmistificar especulações acerca da conquista europeia e da geografia e cartografia fantásticas,<sup>13</sup> visão esta amplamente difundida pelas academias, sociedades científicas e universidades que se desenvolviam na Europa. As viagens tornaram-se uma extensão das academias e traduziam o espírito sistematizador da *Encyclopédie*. Os viajantes deveriam fazer observações astronômicas, oceanográficas, geológicas, botânicas, zoológicas, antropológicas, sociais, religiosas, econômicas e históricas.<sup>14</sup>

Com as circunavegações e o desvendamento do mundo, geograficamente falando, as expedições rumaram para o interior.

A partir de meados do século XVIII, temos processos como a emergência da História Natural<sup>15</sup> e o término da fase das navegações de exploração, de conquista, acompanhados pelo desvendamento da geografia e pelo advento da exploração interiorizada

---

<sup>11</sup> Na Europa, jardineiros e botânicos completam o ciclo da viagem, são eles que organizarão as imensas caixas de materiais coletados. Ao estabelecerem uma nomenclatura e classificação dos espécimes, estão impondo uma ordem inteligível à natureza caótica, inserindo-a no seu “devido lugar”. Os Jardins Reais, posteriormente transformados em museus de História Natural, são a imagem da racionalização típica do quadro botânico, no qual a infinita variedade da natureza é domada, graças às pesquisas científicas e às descobertas das novas espécies e matérias-primas. Existe mesmo, neles, um lugar para as plantas “ainda por descobrir”: sonho de completar, um dia, as lacunas do inventário do planeta.

<sup>12</sup> As missões de Louis Bougainville, James Cook e La Pérouse são alguns exemplos de circunavegações. Para saber mais sobre as missões desses exploradores, consultar Lisboa, 1997.

<sup>13</sup> A formação da geografia fantástica do Renascimento e dos mitos da conquista proliferaram no século XVI, sob o impulso das navegações, criando imagens, que só mais tarde seriam desmistificadas, como o “gigante da Patagônia”, o “homem sem cabeça da Guiana”, a existência do continente Austral, a terra da “fonte da juventude”, da fartura e das “Amazonas”, e outros.

<sup>14</sup> “Os resultados das expedições foram acolhidos pelo saber enciclopedista, interagiram com os interesses expansionistas dos monarcas e da burguesia. Também estimularam o pensamento filosófico, além de terem suscitado novos assuntos em conversas de salões ilustrados e aquecido o mercado editorial” (Lisboa, 1997, p. 36). Além disso, deram meios para que os gabinetes de curiosidades se transformassem em museus de História Natural, desejo que desde o século XVI se manifestava, demonstrando interesse em conhecer e analisar a cultura material de outros povos. Foi através destes conhecimentos e imagens fornecidas pelas viagens que a Europa criou sua identidade, ou seja, surge no curso da criação do sistema de museus a consciência de si mesmo dos europeus, quando os europeus começam a se comparar com testemunhos e registros de culturas estranhas, de não-europeus, de não-cristãos (Lisboa, 1997).

<sup>15</sup> No início do oitocentos a História Natural assumiu uma versão cronológica, abrindo caminho para uma perspectiva evolucionista, que, mais tarde, rompe definitivamente com o dogma bíblico.

do Novo Mundo, modificando as características que anteriormente marcavam as viagens e os livros de viagens, como já apontado.

Novos modelos burgueses de subjetividade e uma nova fase territorial do capitalismo, estimulada por fatores como a expansão do comércio costeiro doméstico, rivalidades nacionais, a busca de matéria-prima para atender as necessidades do crescimento industrial e a busca de mercados consumidores, acompanharam e reforçaram as modificações vistas neste capítulo.

### *1.1.3 - Viagens imperiais do século XIX: o domínio do “outro”*

No oitocentos, os ramos da Ciência estavam mais definidos, o que levou a ocorrência de viagens com finalidades mais precisas e realizadas por botânicos, zoólogos, matemáticos, engenheiros, físicos e geólogos. Além disso, as viagens tornaram-se institucionalizadas, recebendo financiamentos, instruções e prêmios.

Os viajantes estavam ligados de forma indireta a projetos imperialistas, e às vezes de forma direta. Viagens como produtoras de inventários e de narrativas cronológicas, esses documentos possuíam a finalidade de informar sobre as possibilidades e as potencialidades econômicas para o imperialismo.

A riqueza e o progresso das nações, que se lançaram na corrida imperialista, no século XIX, dependeram do grau de avanço e de sucesso em relação ao domínio do “outro”, que por sua vez está relacionado com o conhecimento deste “outro”. Daí os termos domínio da natureza e da cultura servirem tanto aos interesses da ciência como da empresa de colonização (Leite, 1996, p. 99).

Sendo assim, muitas companhias de investidores europeus enviaram para a América viajantes à procura de recursos exploráveis, na tentativa de estabelecer possíveis contatos e contratos com as elites locais, em busca de informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, de transporte, de mercados potenciais, enfim, de tudo que poderia auxiliar para o sucesso de futuros empreendimentos estabelecidos nos territórios explorados.

Os textos de viajantes, portanto, possuíam, ao mesmo tempo, um projeto de

conhecimento e de domínio, ou seja, em seus relatos é possível vislumbrar a jornada como sendo uma alegoria do desejo de progresso.<sup>16</sup>

No século XIX, ocorre o que Sérgio Buarque de Holanda denominou um “novo descobrimento do Brasil”, onde o “novo” e o “velho” se confrontam, ampliando o conceito de civilização. Holanda se refere às viagens de europeus que finalmente (com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, fato que acarretou a abertura dos portos às “nações amigas”, colocando fim ao antigo sistema colonial), têm acesso a uma terra antes tão protegida pelo colonialismo português (Holanda, 1976, v. I, tomo II, p. 13).

Uma vez aberto para o mundo, e dentro do quadro da Revolução Industrial, a imagem do Brasil passou de terra encantada por suas riquezas naturais, seu clima, para um lugar de atraso. Contudo, a figura do índio ainda despertava interesses, só que agora fazendo parte de estudos sistemáticos e com uma preocupação classificatória e não mais ligada ao fantástico e ao exótico.

Neste século, portanto, enfatizaram-se os termos legitimadores da expansão do domínio europeu, passando a predominar noções como missão civilizadora, paradigmas de progresso e desenvolvimento baseados em tecnologia (controle da natureza), além do racismo científico, principalmente a partir da segunda metade do século XIX (Galvão, 2001, p. 81).<sup>17</sup>

Em contraste com as descrições estetizantes de Humboldt, a natureza inexplorada tende a ser vista como incômoda e seu próprio caráter primitivo como um sinal do fracasso da ação humana, como um sinal de estagnação.<sup>18</sup>

Essa visão negativa procurava legitimar o intervencionismo europeu. Os viajantes,

---

<sup>16</sup> Trata-se, pois, de um dos aspectos do processo de “internacionalização” pelo qual o Brasil estava passando. As viagens dos estrangeiros e a sua produção intelectual resultante, compreendidas no contexto da expansão capitalista do século XIX, apresentam dois grupos diferentes representados por momentos político-expansionistas também diferentes, ou seja, a Inglaterra e a França, e em menos escala a Rússia e os EUA, que estariam também interessados na exploração imediata, com interesses comerciais expressos por uma burguesia já fortalecida. Já a Alemanha, a Áustria, a Suécia e a Itália ainda não consolidadas como nações unificadas, não estavam ainda participando da corrida expansionista, ou seja, seu lugar no processo de internacionalização do Brasil era mais periférico, em decorrência de seu próprio *status* no continente europeu. Essas diferenças refletem o perfil dos viajantes estrangeiros no Brasil, no qual dentre os alemães, por exemplo, não se destacavam os comerciantes como no caso dos ingleses, fato que não excluía, por sua vez, o interesse de explorar o país, o qual se manifestou sobretudo nas grandes expedições científicas (Leite, 1996, p. 67-68).

<sup>17</sup> Para saber mais sobre as teorias raciais da segunda metade do século XIX, consultar Mota, 2000, v. I, p. 264-299.

ao investigarem o potencial econômico das regiões que atravessavam, num discurso pragmático e às vezes irônico, recorrentemente descreveram o panorama brasileiro como um espaço a ser moldado, esperando que algo o modificasse (Galvão, 2001, p. 81).<sup>19</sup>

A modernidade como projeto se apresentava como missão civilizadora, porém, como discurso, procurava consolidar-se em torno de um centro, garantido por uma construção do outro. A modernidade se definiu relativamente a outros: feudalismo, primitivo, tradicional, atrasado, irracional.

As modernas academias, institucionalizadas na segunda metade do século XIX, trouxeram categorias que as reforçaram. Assim, na Antropologia teremos a idéia de primitivo; no campo da Economia as idéias de atraso; na Filosofia as discussões acerca da distinção entre racional e irracional; nos estudos históricos e no campo da arte teremos as teses diferenciando a cultura entre alta e baixa (Véscio e Santos, 1999, p. 45).<sup>20</sup>

Para a compreensão dessas mudanças, das diversas características que marcaram cada viagem em tempos diferentes, é preciso ter em mente as transformações ocorridas na Europa, como o impacto da Revolução Francesa, das guerras napoleônicas e da Revolução Industrial em acelerado desenvolvimento, o que não caberia aqui expor por delongar demais o presente trabalho e fugir a intenção do mesmo.<sup>21</sup>

#### *1.1.4 - Sobre o viajar*

Vimos como as viagens em diferentes épocas apresentaram suas especificidades, sendo moldadas pelo contexto que as cercavam. Veremos agora, num âmbito mais restrito, como se deram as viagens para o Brasil, durante o século XIX.

As condições das viagens marítimas e terrestres; o tipo de hospedagem que os viajantes encontravam; as formas de financiamento que essas viagens apresentavam; o

---

<sup>18</sup> Num enfoque evolucionista admite as vantagens da civilização, vendo nos povos selvagens do Novo Mundo um reflexo do passado do homem, do ancestral europeu.

<sup>19</sup> Os viajantes do século XIX, baseados na racionalidade e sociabilidade, estabeleceram a oposição civilização e barbárie, forjando a idéia de inferioridade da natureza americana.

<sup>20</sup> Conceitos de natureza, civilização, cultura, degeneração e inferioridade serviram, e ainda servem, como ponto de partida interpretativo para descrever e caracterizar o Brasil de um ponto de vista eurocêntrico (Véscio e Santos, 1999, p. 45).

<sup>21</sup> Sobre a discussão destas mudanças ocorridas na Europa, consultar Hobsbawm, 1979.

projeto de pesquisa que os acompanhavam; a amplitude do conhecimento que traziam consigo; as dificuldades de comunicação; os perigos das estradas e do transporte feitos em lombos de mulas e cavalos; a incompreensão e desconfiança da população local e das autoridades brasileiras; a falta de apoio e a hostilidade do povo local; a escolha de ajudantes; a preservação e o acondicionamento do material coletado; o perigo das matas e a falta de resistência às doenças tropicais são fatores que variavam de acordo com os diferentes locais por onde passavam, com os diferentes segmentos da população com quem os viajantes entravam em contato e com as épocas diferentes em que aqui estiveram, no decorrer de quase um século.

Estes vários fatores influenciaram o modo de ver e registrar e muitas vezes dificultaram as excursões pelo país, como muitos deles nos relataram em seus escritos.

As viagens se davam em diferentes circunstâncias: viajantes vinham em incursões rápidas, outras mais demoradas, para estudar e explorar o Novo Mundo,<sup>22</sup> em expedições, missões ou por conta própria. Muitas expedições eram financiadas pelos tesouros estatais ou patrocinadas pela nobreza, outras se mantinham com fortunas pessoais. Contratadas pelas autoridades portuguesas, e até mesmo por autoridades brasileiras, muitas explorações foram realizadas em nosso território.

Os viajantes, na maioria das vezes, tiveram amplo apoio dos governos de seus países e também do governo português e, após a independência, da monarquia brasileira. As medidas tomadas por D. João VI, como a abertura dos portos por uma exigência econômica e política, garantiram, no período colonial, a abertura do país para o contato com o exterior, tendo o mesmo adotado uma postura de acolhimento e incentivo à vinda de missões científicas: formulou convites, contratou cientistas estrangeiros, criou todo um clima favorável, sem no entanto, deixar de adotar medidas para se resguardar de possíveis inconvenientes (Leite, 1996, p. 62).

O governo português determinou que se investigassem os estrangeiros que chegassem aos portos brasileiros, em navios nacionais ou estrangeiros, registrando os motivos da vinda, a profissão, o tempo que pretendiam permanecer aqui e tudo o mais que considerassem relevante saber.

---

<sup>22</sup> Alguns viajantes aqui permaneceram durante anos, outros chegaram ainda jovens e acabaram por se fixar no Brasil, outros ainda aqui encontraram a morte em acidentes ou doenças, muitos foram enterrados em solo brasileiro.

Sendo assim, esses viajantes enfrentaram mais uma dificuldade em suas viagens, fossem eles membros de missões científicas oficiais ou não. Tinham que enfrentar todo um sistema burocrático que aqui encontravam para seu deslocamento, estando sempre a mercê do deferimento de licenças oficiais, vistos de entrada, permanência e saída, permissões especiais para territórios de segurança nacional, como no caso das regiões das minas, além da obtenção de cartas de apresentação para facilitar o acesso a informações, encontrar hospedagem e até conseguir auxílio da população dos lugares visitados. (Leite, 1996, p. 61).

Portanto, a relação entre as viagens e os órgãos públicos dos países envolvidos, tanto da parte do visitante como do país visitado, foi antes de tudo uma contingência inevitável, pois, mesmo vindo por conta própria, os viajantes dependiam do aparelho de Estado. Devido aos entraves burocráticos, não podemos considerar que tenha havido uma autonomia em relação ao poder público do país de origem do viajante ou por parte do governo português, e posteriormente brasileiro, que os recebia.

Muitos viajantes declararam em seus relatos a importância das cartas de apresentação. Burton diz que “Nesta terra as recomendações que é como chamam as apresentações, muitas vezes são mais úteis que as notas de dinheiro” (Burton, 1983, v. I, p. 175). Ou como no caso de Wallace, que descreveu a burocracia aqui existente:

“(...) os papéis a serem preenchidos, as assinaturas e autenticações a serem solicitadas em diferentes repartições, os requerimentos a serem feitos, são tantas e complicadas formalidades a serem observadas que é praticamente impossível a um não iniciado conseguir levá-los a cabo.” (Wallace, 1979, p. 45-46).

Podemos dizer sinteticamente que, enquanto nos séculos XVI, XVII e até no XVIII as viagens levavam aventureiros que voltavam como heróis, no século XIX as viagens levavam exploradores e cientistas que regressavam à sua pátria como especialistas, dotados de um saber adquirido durante a viagem, sendo suas observações e experiências valorizadas como meios de produção de conhecimento (Leite, 1996, p. 93).

## 1.2 - OS LIVROS DE VIAGENS: a construção da figura do viajante

Tanto a definição de viajante, como a noção de livros de viagens<sup>23</sup> não é muito precisa. Para nosso trabalho, portanto, consideramos como viajantes os estrangeiros que, pelos mais diferentes motivos, estavam envolvidos numa viagem. Como livros de viagens entendemos “todos os relatos que deram à Europa uma visão do ‘Novo Mundo’ através de uma experiência própria”, informações estas proporcionadas por um deslocamento físico e por um tempo determinado, ou seja, pela viagem (Mindlin, 1991, p. 35).

A literatura de viagem, através do olhar estrangeiro do viajante, une exploração, aventura, aprimoramento e objetividade científica, observação, impressões e representações, constituindo-se um tipo único de escrito. Os livros de viagens são vistos, portanto, como um gênero próprio, produtor de representações sociais, condicionadas a um tipo de experiência específica, a viagem, e não como sendo exclusivamente um documento histórico, literário, ficcional ou científico, mas muitas vezes reunindo todos estes estilos ao mesmo tempo.

### *1.2.1 - Construindo a figura do viajante*

Mesmo sendo a definição de viajantes um tanto imprecisa, buscamos alguns elementos para caracterizá-los, no intuito de ajudar a compreender, afinal, quem seria essa figura do “viajante”, a despeito de sua inegável singularidade.

Os viajantes foram caracterizados como sendo estrangeiros, e como tal, sem maiores ligações com a população local visitada. Como não poderia deixar de ser, os viajantes que aqui chegaram apresentavam e representavam diferentes culturas e por isso mesmo, não se identificavam com os sistemas de orientação, com os hábitos do grupo com que entravam em contato e, sem a intenção de incorporar os esquemas mentais do povo visitado, conservaram, assim, certa autonomia diante do espaço ocupado pela população. Também

---

<sup>23</sup> Como vista no item “A viagem”, tal gênero de literatura surgiu no período da expansão européia, com as viagens de descobrimento e as conseqüentes cartas e relatos produzidos pelos viajantes.

“viajantes” devido às travessias dos oceanos e por continuarem explorando as grandes dimensões do território brasileiro, não importando o tempo de permanência no Brasil, às vezes breve, outras vezes mais extensas, mas sempre limitada. Entra, também, neste quadro que procura definir o que está sendo entendido por “viajante”, o fato de o próprio naturalista, comerciante, aventureiro, engenheiro, capelão ou educador se denominarem como tal (Leite, 1997, p. 161-164).

Entre os viajantes que visitaram o Brasil, deixando testemunhos escritos sobre o que viram, ouviram, leram e refletiram estão: representantes diplomáticos, cultivando relações políticas e econômicas; naturalistas, exploradores e cientistas, deslumbrados com a nossa flora e fauna; homens de negócio, vislumbrando lucros; artistas, que souberam captar o elemento novo, a situação diversa, os traços e os passos da brasilidade em formação; religiosos, missionários que se dedicaram sobretudo à população aborígine; capelães de missões européias; profissionais liberais; oficiais da marinha; técnicos; geógrafos; aventureiros; governantas; pintores; artesãos; jornalistas; foragidos; engenheiros, médicos e também educadores que enfrentaram grandes distâncias tentando transmitir às crianças brasileiras a educação européia (Augel, 1980).

Eles percorreram longas distâncias em busca do desconhecido e do conhecimento. Durante longos séculos, desbravaram fronteiras, fizeram mapas, estudaram a natureza e a cultura do Brasil, deixando como herança impressões registradas em magníficas obras, sejam em forma de diários, cartas, crônicas, obras iconográficas ou relatos científicos, que foram fundamentais para a construção da cultura brasileira, bem como também responsáveis por estereótipos que aderiram à nossa historiografia. São obras que representam o olhar estrangeiro, que nomeou, catalogou e retratou o Brasil, em sua diversidade e suas riquezas.

Esse “olhar estrangeiro” trazido nos relatos, são modos de ver, são olhares que legaram testemunhos sobre muitos aspectos de nossa natureza e nossos costumes. Os diversos olhares estrangeiros, no entanto, não perfazem um modo de ver homogêneo e coerente. O viajante era um indivíduo que pertencia a uma determinada classe social, a uma determinada família, com uma rede de relações e uma religião, o que de uma certa forma direcionava, orientava o seu olhar sobre o outro.

Portanto, essas obras só podem dar a ver um Brasil pensado por outros, um olhar

que espelha a condição de nos vermos pelos olhos deles. O olhar desses homens e mulheres que chegaram até nós através de seus relatos, evidenciam versões mais do que fatos. “Apontam modos como as culturas se olham e olham as outras, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro” (Belluzo, 2000, v. I, p. 13).

Ao descrever nossa cultura acabam por denotarem traços de sua própria cultura, pois, devemos lembrar que a percepção do “desconhecido”, do “outro”, pressupõe a existência do seu contrário, o “conhecido”, o “próprio”, como ponto de referência, por isso, mesmo que os relatos se estruturam em torno de olhar o “outro”, olhar uma cultura estrangeira, e acaba por revelar a cultura de origem, ou seja, a cultura européia.

O fato de serem estrangeiros<sup>24</sup> traz vantagens e desvantagens para os viajantes no momento de descreverem e interpretarem a sociedade brasileira. Os viajantes, na qualidade de estrangeiros, não faziam parte do grupo cultural visitado, não estando, portanto, presos por hábitos, afetos, nem precedentes ao grupo com que entravam em contato no Brasil e, conseqüentemente, não se identificando com os sistemas de orientação do povo local - linguagem, etiqueta, cores, leis, modas, cultos, etc.. Sendo assim, os viajantes estrangeiros tinham condições de perceberem aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante local não conseguia, por pensar de acordo com as convenções de seu grupo, incorporando suas contradições e ambivalências, considerando-as como natural e permanente.

Mas, por outro lado, o viajante é preso à sua cultura de origem, o que pode oferecer obstáculos para observar, expressar fatos, sentimentos e ações em palavras que não encontram correspondentes em sua língua materna. Além disso, existia a desvantagem da sua visão ser prejudicada pela falta de convivência com o habitante, desconhecendo, pois, a história do povo local (Leite, 1997, p. 9, 10 e 162).

Esta condição, ao mesmo tempo vantajosa e desvantajosa de ser estrangeiro, foi

---

<sup>24</sup> Muitas vezes os estrangeiros eram vistos, pela população de algumas regiões por onde passavam, como pessoas fáceis de serem enganadas e eram tomados, freqüentemente, por ingleses, isto equivalia tomá-los como sendo pessoas ricas ou vendedoras de algo. Outras vezes, em vilas do interior, o estrangeiro era visto como alguém que sabia curar, buscava-se neles a função de médico que era escassa no Brasil desta época. Alguns autores, como Walsh, nos diz que havia um imenso preconceito contra estrangeiros, por parte dos brasileiros, “que aumentava cada dia mais, especialmente contra os ingleses, os quais os brasileiros consideravam como inimigos declarados quando se tratava de questões ligadas a Portugal e como não-amigos quando se tratava de questões genuinamente brasileiras, especialmente a relativa à abolição do tráfico de escravos.” (Walsh, 1985, p. 141).

proferida muitas vezes pelos próprios viajantes, como foi o caso de John Armitage, o primeiro a admitir que a sua condição de estrangeiro no Brasil lhe poderia ter, eventualmente, obstado de penetrar plenamente no espírito do seu tema, mas que também acreditava que esta circunstância livrou-o de ser, inevitavelmente, tendencioso. Nas palavras dele:

“É possível que a história contemporânea possa, em alguns casos, ser com mais acerto escrita por um estrangeiro, por isso que um estrangeiro pode associar-se a todos os partidos, e penetrar-lhes os sentimentos, sem participar de suas paixões.” (Armitage, 1981, p. 25).

Caso também visto na introdução da obra de James Wells, escrita por Christopher Hill, que nos chama a atenção para o fato de que

“(…) todo mundo sabe a importância da chamada ‘xenobibliografia’ como fonte para a reconstituição histórica. O olhar forasteiro *culturally unbounded* muitas vezes viu temas e ângulos que, misturados à paisagem do cotidiano, dificilmente seriam percebidos e muito menos registrados pelos habitantes. Portador de outras culturas, outros preconceitos e outras referências, o gringo podia comparar, contextualizar, colocar as coisas em perspectivas diferentes das locais” (Wells, 1995, p. 12).

Com essas características a conceituação de viajantes fica um pouco mais clara, fato que é relevante na hora de analisarmos seus relatos, contribuindo para uma melhor compreensão dos mesmos.

### *1.2.2 - Narrativas de viagens: do fantástico ao científico*

Desde o século XVI, o Brasil é descrito por estrangeiros. Nos primeiros relatos temos “um misto de curiosidade e impulso de conhecimento, que corresponde à intenção de posse e conquista, e um sentimento oscilando entre atração e repulsa”, que acabam traduzindo as ocorrências históricas em versões “fantásticas” (Belluzo, 2000, v. I, p. 88).

Os estudos e pesquisas efetuados sobre o Brasil, no período marcado pela influência portuguesa, séculos XVI ao XVIII, caracterizou-se, além do fantástico, pelo seu pequeno

volume. Essa escassez foi fruto da política comercial expansionista dos primeiros séculos de colonização e da forma de exploração adotada por Portugal, no que diz respeito às suas colônias, entre as quais o Brasil.

Ao tomar posse das novas terras na América, Portugal imediatamente procurou proibir a entrada de estrangeiros, assim, resguardava apenas para si as informações sobre as potencialidades e os recursos exploráveis. Essas medidas de proteção, que também foram adotadas por outras nações, constituíram a base do sistema colonial. Portugal, ao proteger seu império das demais potências, assegurou o monopólio exclusivo de exploração e comércio, organizando, com base nesse monopólio, a sua política econômica mercantilista. Essa foi uma das principais razões de o Brasil permanecer, por um longo período de nossa história, pouco conhecido, com exceção de seu litoral que, devido a navegação e a situação portuária, foi esporadicamente visitado e estudado (Leite, 1996, p.41).

O exclusivismo é a característica mais marcante da produção desse período, juntamente com a referência ao fantástico.

A partir do Século XVIII, os viajantes falam do seu conhecimento prático, da sua experiência, do que observou, produzindo relatos que mostram os costumes dos habitantes do Novo Mundo, dando-o a conhecer, inaugurando um novo modo de olhar: a observação científica. Cada viajante constrói seu texto sistematizando fragmentos da experiência da sua própria viagem, de sua vivência, das suas expectativas e frustrações. Ele também se utiliza de informações sobre o Brasil que outros viajantes levaram para a Europa.<sup>25</sup> O texto, portanto, traduz um projeto e um trajeto.

Foi no final do século que o olhar ocidental começou a profissionalizar-se, isto porque, na Europa deste período o gênero “escrita científica” estava em construção; o *status* social e intelectual de “ciência” e de “cientista” ainda eram temas controversos. Tal profissionalização almejava legitimidade e precisão científica, não deixando, de ao mesmo tempo, fornecer informações curiosas para os europeus, acerca do Brasil e de novas terras.

Nos relatos de viajantes do século XVIII e do século XIX podemos notar a

---

<sup>25</sup> Em geral, os viajantes se serviam dos conhecimentos e das informações daqueles que os precederam para se locomoverem melhor sobre nosso território e para se prepararem melhor para o que aqui iriam encontrar, além de manterem contatos entre seus compatriotas aqui no Brasil, usando referências trocadas, buscando auxiliar um ao outro na exploração das maravilhas do mundo recém-descoberto. Utilizavam também, para a elaboração de seus escritos, documentos da época, ademais contratavam habitantes do Brasil para serem informantes, carregadores e guias.

preocupação com as regras de observação e a validade das suas afirmações. Eles se valem de argumentos que respondem às novas condições de legitimidade científica.

Tais viajantes dispunham, segundo Flora Süssekind, de estratégias fundamentais para atribuir veracidade ao que escreviam. Ao fazerem seus apontamentos, registrados de forma sistemática e periódica em diários, que serviriam para posterior redação ou edição de relatórios e/ou livros, o aspecto de reportagem e o frescor das informações serviam para convencer o leitor (Süssekind, 1990, p. 144, 145 e 147).

No momento da elaboração da obra, o autor transcrevia partes de seu diário, acrescentava fatos que estavam guardados na memória, comentava certas passagens ou acontecimentos que tinha registrado, ou que havia lido nos diários de outros. Os viajantes se tornaram, assim, cronistas de si mesmos. Nem sempre foi possível separar nos textos o diário, a memória e a crônica, pois, estes recursos nem sempre foram explicitados pelos autores (Leite, 1996, p. 84).

Nestes registros o auxílio do desenho<sup>26</sup> e o apego ao estilo estético-científico de Humboldt,<sup>27</sup> sistemático, ordenado e classificatório contribuíam, por sua vez, para dar legitimidade científica ao relato, oferecendo ao europeu as imagens realmente vistas nestas novas terras pelo viajante autor e atendendo aos preceitos da História Natural. E, por fim, as coleções conseguidas e enviadas para a Europa (objetos naturais e etnográficos) eram provas vivas do que se observava no Novo Mundo (Lisboa, 1997, p. 46).

Os depoimentos dos viajantes estrangeiros que aqui estiveram entre 1808 e 1889 são freqüentemente de flagrante atualidade. A constatação da identidade entre presente e passado confere plena legitimidade e verossimilhança aos seus relatos; haja vista que qualquer um poderia olhar em volta e constatar o acerto de seus depoimentos.

Além disso, a autoridade científica de tais relatos era reiterada pela autoridade institucional, pois as experiências dos viajantes eram difundidas em livros, relatórios oficiais, palestras, jornais e revistas especializadas. A autoridade dos escritos, neste caso, se

---

<sup>26</sup> Em seus trabalhos, muitos viajantes incorporaram a arte da pintura, tornando-se viajantes pintores, a despeito de sua verdadeira profissão. Sua arte não era tão boa quanto a dos pintores viajantes, por profissão, como Jean Debret e Johann Rugendas, por exemplo, que podiam reproduzir com maior profundidade a realidade brasileira, sua variedade étnica e a sua natureza.

<sup>27</sup> A relevância de Humboldt na produção científica naturalista chega até a primeira metade do século XIX, superada somente por Darwin, até então aquele era considerado uma estrela guia dos projetos de missões destinadas à América, tendo seu método de pesquisa, seu estilo de narrativa e objetivos científicos sido seguidos, sobretudo, entre os naturalistas que visitaram os trópicos. Para saber mais sobre o assunto consultar Lisboa, 1997.

entrelaçava ao projeto imperialista, na qual a legitimidade do escrito era garantida pelo papel civilizador do viajante.

A autoridade da narrativa também dependeu do talento do narrador-viajante em produzir um relato que fosse confiável, estimulante e objetivo daquilo que vivenciou durante a viagem.

Neste período os relatos de viagem marcam a figura do narrador como sujeito, europeu, passivo, cuja narrativa é composta por “atos”, seqüências de ver, vindo a completar o ciclo das explorações – exploração de conquista, circunavegação, mapeamento do litoral, exploração do interior e sistematização da natureza.<sup>28</sup>

Esta sistematização da natureza desencadeou um processo de construção do conhecimento nunca visto na Europa. Um projeto de classificar o mundo, no qual plantas e, posteriormente, animais, minerais e até o homem poderiam ser colocados em palavras, descritos, classificados e catalogados.

Advém deste fato uma outra característica dos relatos de viagem do século XIX que é a grande variedade de temas: assuntos econômicos, políticos, sociais, históricos, etnográficos, naturalistas, que são tratados segundo o deslocamento do viajante e na medida em que seus olhos conseguiam captar.

Esta nova forma de viagem, e de literatura de viagem, é chamada por Mary Pratt, de narrativas de anticonquistas, pois a presença do europeu é vista como natural e não mais como um invasor, dando “uma impressão mais de inocência do que de intervenção.” (Véscio e Santos, 1999, p. 25-27).

### *1.2.3 - Exploração, conhecimento e legitimidade científica*

O Brasil foi representado pelos viajantes estrangeiros através de textos e de imagens, umas mais, outras menos aderentes à realidade. Importava, nesses relatos, a multiplicidade de sentidos, pois, como já observamos, estas viagens estavam permeadas por interesses comerciais, científicos e colonialistas que se entrelaçavam com motivações

---

<sup>28</sup> A partir da publicação de *O sistema da Natureza*, de Lineu, publicada em 1735, houve uma sistematização no modo de descrever a natureza.

teológicas, morais e estéticas.

Concomitante a multiplicidade de sentidos, os relatos de viagem apresentam, de um lado, certa homogeneidade no que se refere à forma estética escolhida para apresentar as informações, e por outro lado, apresentam grande diversidade no que se refere às condições de produção. Pertencem, portanto, a um gênero específico, justificado pelo fato de seus aspectos serem comuns à maior parte deles.<sup>29</sup>

Nos relatos que procuram traduzir o “outro”, o “novo”, aparecem vários mecanismos retóricos que são utilizados pelo viajante escritor, como: inversão, comparação, analogia, tradução, nomeação, classificação, o uso do maravilhoso, a descrição, do qual lançaram mão para facilitar seu próprio entendimento da realidade observada e para explicitar melhor, para o leitor, o que foi por ele descrito (Martins, 2001, p. 33).

A inversão, princípio muito utilizado ao se transcrever a alteridade, torna simples a compreensão do outro como sendo o inverso do mundo do estrangeiro, o mundo de que se fala é o mesmo, embora invertido. Nesse sentido, permite compreender, dar sentido a uma representação da alteridade que de outra forma permaneceria indecifrável.

O viajante, na busca de tornar inteligível sua experiência, dispõe também da comparação. No livro de viagem, a comparação funciona como tradução, servindo para estabelecer semelhanças e diferenças entre “nós” e “eles”. Ao fazer comparações torna-se o texto acessível ao leitor europeu. Uma retórica da alteridade é, no fundo, uma operação de tradução: visa transportar o outro ao mesmo, constituindo, portanto, uma espécie de transposição da diferença, e não se nega esta diferença, são coisas distintas, mas que têm algo em comum.

O viajante também lança mão da classificação, “... nomear o outro implica classificá-lo. (...) classificando o outro, classifico-me a mim mesmo e tudo se passa como se a tradução se fizesse sempre na esfera da versão” (Hartog, 1999, p. 258).

A explicitação do maravilhoso no mundo do “outro” aparece nos relatos, não deixando de ser usada essa rubrica que o público espera: se a omitir, perde a verossimilhança e o crédito. Espera-se a existência das maravilhas, das curiosidades e do

---

<sup>29</sup> A literatura de viagem tem um estatuto diferenciado até mesmo no mercado editorial, sobretudo o europeu, sendo diferentes dos ensaios históricos e da literatura ficcional. São considerados produtos de vivência direta, reveladoras do produto de descobertas recentes, do novo. Para saber mais consultar Leite, 1996.

exótico no Novo Mundo. Este mecanismo, por sua vez, é um pouco perigoso, pois, dependendo de como o autor trata o maravilhoso em seu relato, a presença do mesmo acaba, por vezes, comprometendo a credibilidade da obra.

Instrumentalizando todas essas possibilidades na construção do texto, o viajante vê e faz ver, é a testemunha que conta algo, e é esse olhar que detém a autoridade, ele pressupõe o saber que faz os leitores saberem também.

A diversidade dos tipos de narrativas é grande. Muitos desses viajantes, iniciaram seus escritos com o intuito de informar sobre negócios políticos e financeiros, sobre as riquezas naturais, a flora e a fauna brasileiras. Mas, baseados em farta documentação e informações, passaram a escrever uma obra que relatava suas experiências e suas impressões sobre o povo, os hábitos e costumes, a religião, a alimentação e a habitação e, também, como alguns fizeram, sobre a educação e a moral, além de deixarem rico material iconográfico.

É preciso distinguir os relatos de viagens que foram escritos para serem apresentados a um público específico, ou obras que foram encomendadas por governos e institutos, daquelas que apenas casualmente acabaram sendo impressas e colocadas em circulação, como é o caso dos diários de viagens, das notas e das cartas, que trazem narrativas que revelam o Novo Mundo para a Europa.

A diversidade de temas, que está ligada às diferentes condições históricas e à dimensão subjetiva do viajante, pode aparecer sob diversas formas. As narrativas podem ser do tipo: relatos de viagens propriamente ditos; registros de acontecimentos cronológicos; diários para fins científicos e diários pessoais; correspondências com a família, com amigos e com outros viajantes; reunião de notas e impressões; relatórios administrativos ou científicos; registros de viagens com interesses mercantis, em busca de possibilidades de investimentos; havendo os que comportam alternadamente grande parte dessas formas (Augel, 1980, p. 18).<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Muitas das obras de viajantes surgiram através de um trabalho coletivo de autores centrais em torno dos quais giravam colaboradores periféricos que, por sua vez, podiam também se tornar centros de novas constelações, como é o exemplo do cientista Alexandre von Humboldt. Ele apenas passou rapidamente pelo sul do país, por nunca ter conseguido uma licença de entrada para o Brasil, negada veementemente pelo governo português por suspeita de espionagem, mas escreveu obras que tratam sobre o Brasil utilizando escritos trazidos até ele por viajantes que aqui estiveram sob sua influência e incentivo, chegando a ser conhecido como o “segundo descobridor do Brasil”, tamanha a importância de seus escritos sobre o nosso país no campo científico. Charles Darwin também recebeu contribuições de vários outros viajantes para a elaboração de seu trabalho que culminou na sua famosa Teoria da Evolução, como os escritos de Wallace, de Spruce e de Bates.

Portanto, as diferenças estão: na forma que cada obra apresenta, nos objetivos por que foram escritas, na especificidade de seu destinatário e no interesse pessoal do autor, que muitas vezes direciona o seu olhar.

No caso do diário,<sup>31</sup> em particular, que pressupõe o flash do momento, cremos que o sentido informativo é muito maior que o das memórias, por exemplo. O diarista pretende sempre fixar o que está vivendo ou o que experienciou nos momentos há pouco vividos, razão porque o minudenciar assume um importante papel.

Podemos exemplificar tal colocação com os dizeres de Robert Walsh, em uma carta endereçada a um amigo que ficou na Inglaterra:

“Vou seguir seus conselhos ao lhe enviar notícias da viagem. Irei para um país novo, com a mente livre de qualquer informação prévia; anotarei as coisas para informá-las a você à medida que chamarem minha atenção e enquanto essa impressão for recente. O que os meus olhos virem, como disse o velho Gerard, contarei detalhadamente a partir de minha experiência própria, e o que os meus olhos não virem tentarei obter através de conversas com as pessoas inteligentes para as quais tenho cartas de apresentação. Felizmente, essa última fonte de informação é bastante satisfatória. Muitas dessas pessoas foram elas próprias, testemunhas oculares de tudo o que aconteceu desde que o Brasil deixou de ser uma simples província e se tornou independente, isto é, desde que passou a valer a pena obter informações a respeito do país” (Walsh, 1985, p. 19).

Assim, nos diários há muito mais uma tendência em colher o efêmero do que, por exemplo, nas memórias, se bem que em ambos prevaleça o sentido evocativo, na qual se atribuem diferentes dimensões: a imediata, da minudência, na qual a imaginação pode ter lugar, mas em diversas condições; ela poderá guiar-se no esforço da tradução dos toques emotivos que acabaram de efetivar-se, cuja fidelidade é a disciplina. Ao recordar e descrever, o viajante se empenha em contar um mundo novo, desconhecido, transformando-o em objeto de ciência, dando ao diário um revestimento de cientificidade, passando a ser um diário de campo, um laboratório.<sup>32</sup>

A importância do diário nasce, por sua vez, de uma série de circunstâncias. O

---

<sup>31</sup> O diário também é político (Leite, 1997).

<sup>32</sup> Para Harold Nicolson, o diário é visto como um gênero parasitário, estando à margem da grande literatura. Para ele, nenhum autor de diário foi verdadeiramente um gênio, e gênios jamais conservaram um diário. O autor do diário seria uma espécie de conservador, dissipando reservas de experiências, de cuja pressão se produz a grande literatura (Freyre, 1942, p. 105-107).

interessante é que em todo o diário, ou mesmo em outros tipos de relatos, se repete a preocupação de confessar-se íntegro, honesto e indulgente.

Muitos viajantes tiveram o cuidado em anunciar que seus registros sempre foram movidos por um zelo em não cometer falhas, de demonstrar o que é mais sincero, deixando de lado o formal, o convencional, em favor de um testemunho o mais aproximado possível de uma verdade íntima. Mawe confessa sua intenção ao dizer que:

“[O que relatei] sobre as produções deste vasto território é o resultado, não de informações vagas, colhidas sem muito respeito pela verdade, mas de minhas próprias observações, [...] que com imparcialidade, e livre de qualquer preconceito, tentei fazer um relato claro e fiel do que vi” (Mawe, 1978, p. 21).

Ou como nos escritos de Maria Graham: “Talvez restem ainda demasiadas referências de natureza pessoal, mas o que aí fica dito é, pelo menos, honesto.” (Graham, 1990, p. 19), ou ainda como Wells disse:

“(...) o propósito constante no livro foi transmitir uma imagem imparcial dos assuntos de que tratei; escrever, nem como otimista, nem como pessimista, e relatar fielmente e sem exagero não as pesquisas e descobertas de um especialista, mas as experiências concretas de um engenheiro” (Wells, 1995, p. 34).

Uma outra especificidade do diário envolve a questão de gênero, questão esta que não aprofundaremos neste trabalho, mas que apenas apontaremos os constrangimentos na produção e recepção diferenciada desse tipo de narrativa produzida por mulheres.

Dentro desta perspectiva, a questão que pode ser discutida, é a que se refere à “espontaneidade” dos diários ou cadernos de campo. Os textos escritos por mulheres convencionalmente se apresentam na forma de diários ou cartas, assumindo, nos termos de Michael Foucault, uma forma confessional, que remete ao âmbito doméstico ou da intimidade. Esse aspecto demonstra a sua dependência de certas regras de formação discursiva, enquanto convenções que procuram restringir os textos aos parâmetros e papéis sexuais estabelecidos (Foucault, 1997). O que não impede que muitas vezes estes sejam problematizados.

Um exemplo dessa complexidade no texto escrito por mulheres viajantes é o de

Maria Graham. Em uma visita à Biblioteca Pública no Rio de Janeiro, mostra-se consciente de sua dupla alteridade, de gênero e nacionalidade, ao se espantar com “uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada” (Graham, 1990, p. 359).

O problema da recepção de textos escritos por mulheres, quanto à atribuição de verdade a eles, também é questionado. Não é impunemente que se contradizem as convenções de uma época. Lembrando que, justamente pelos estereótipos que atribuem padrões de fragilidades às mulheres, muitas vezes se nega que elas possam assumir um papel ativo e se comportarem de maneira independente.

Mais do que nas narrativas escritas por homens, destaca-se o caráter não categórico do conhecimento apresentado no texto, como a própria Maria Graham nos mostra: “acredito ser a seguinte uma narrativa exata, em geral, tanto quanto possível” (Graham, 1990, p. 369); ou “o que ousei escrever é, confio, correto quanto aos fatos e datas.” (Graham, 1990, p. 101).

A autora se coloca em uma posição subalterna, afirmando que “se toda a verdade não for encontrada em suas páginas, não haverá ali senão a verdade” (Graham, 1990, p. 20). Discurso este difícil de ser encontrado em narrativas masculinas.

#### *1.2.4 - Livros de viagens como fontes para a investigação histórica*

Embora sejam consideradas excelentes fontes para o conhecimento da realidade do Brasil, nas suas mais variadas formas, em diferentes épocas, as descrições desses viajantes não podem ser utilizadas sozinhas para informar sobre os diversos aspectos da região visitada, ou da cultura e dos costumes dos habitantes locais. São fontes de dados, porém dispersos e fragmentados, não apresentando um encadeamento, mas sim dados breves, exteriores e desconexos. A narrativa é freqüentemente composta de momentos fixados pelo mundo interior do viajante. Eles devem ser confrontados com dados de outras fontes, para se comparar informações, ver o que trazem de novo, o que trazem de dúvida ou de questionamento às outras fontes, a fim de tentar transpor o problema da fragmentação, da

experiência e da percepção do novo.<sup>33</sup>

Para tanto, é muito importante que se conheça o autor da obra para apreciar o valor do depoimento, pois o esquema de percepção do “outro”, das coisas e da natureza provém da experiência social do viajante no seu grupo de origem.

Para compreender e explicar os motivos pelos quais privilegiaram certos aspectos, e não outros, da realidade brasileira é preciso observar a origem social dos viajantes, a formação intelectual; a profissão que cada um deles exerceu; o motivo da visita ao Brasil, a época de estada e o tempo de permanência aqui; os locais visitados os tipos de contatos estabelecidos nas diferentes regiões por onde passaram; a repercussão e a importância dos seus escritos para a época; seus interesses e motivações; a religião que seguia; e outras obras que, por ventura, produziram. Trata-se de dados lacunosos, falhos e dispersos, mas de muita importância para uma melhor análise de seus escritos, possibilitando compreender melhor o que e como observaram, descreveram e classificaram o mundo social e refletiram sobre a vida quotidiana do grupo visitado - já que o modo de ver e sentir o que nos cerca carrega um pouco do que somos, como visto anteriormente. Dependendo da profissão do viajante, por exemplo, este mantinha contato somente com a Corte; já os naturalistas se misturavam mais com o povo, e os educadores conseguiram penetrar nos inter-relacionamentos familiares dos vários grupos sociais no Brasil (Leite, 1997, p. 17). Portanto, as atividades exercidas são indicadores preciosos do grau de percepção social do viajante.

O pesquisador necessita também de grande atenção no uso dessas fontes devido à heterogeneidade dos escritos. Assim, o crivo bibliográfico, a que as fontes devem ser submetidas, refere-se às condições da produção dos livros que esclarecem, ampliam ou restringem as informações resultantes de seus textos e que, por sua vez, marcam essa heterogeneidade.

As traduções e as diversas reedições também merecem atenção, devido à possível inadequação inerente a esse tipo de documento. Podem apresentar modificações, mal-entendidos devido à incompreensão de uma realidade social desconhecida, além da dificuldade adicional de se traduzir expressões lingüísticas para representar uma realidade diferente, pois os viajantes se deparavam com uma variedade de condições sociais e raciais

---

<sup>33</sup> Estas idéias são defendidas por Augel, 1980; Caldeira, 1991 e por Leite, 1997.

que até então, muitas vezes, desconheciam e que eram difíceis de serem reproduzidas.

Outro ponto que não se pode deixar de levar em conta, ao utilizarmos os viajantes estrangeiros como fonte histórica, é o aspecto das naturais limitações desses depoimentos. Nenhum autor esgota um aspecto da sociedade ou da cultura por ele descrita. Não nos esqueçamos de que a visão é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que se refere, pois esta é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela; há sempre algo que nos escapa ou que as palavras não dão conta.

As observações, acima apresentadas, não desmerecem nem minimizam a importância dos relatos de viagens, mas servem como um alerta quanto ao uso de tal documentação histórica. A própria seleção dos fatos e objetos observados, como podemos ver, é influenciada por toda uma série de fatores, alheios ao objeto, ligados à personalidade, às experiências, às necessidades e motivações pessoais do observador, e que dependem ainda de seus próprios quadros de referência, deformando inevitavelmente a objetividade da realidade observada, enfatizando, sobremaneira, certos aspectos e chegando a conclusões, às vezes, por demais unilaterais.

Não nos esqueçamos, também, de que existe uma brecha entre intenções oficiais e o que é realmente produzido após uma viagem, pois,

“os viajantes nem sempre estão sob controle; suas descrições e, na verdade, suas identidades, são formadas pelo encontro com o outro, através da oscilação dos estados subjetivos que eles impõem ao mundo e o mundo a eles.”  
(Martins, 2001, p. 36).

Portanto, por mais importantes e preciosos que os testemunhos dos viajantes possam ser, nas suas diferentes formas, conteúdos e objetivos, por melhores fontes para o estudo de hábitos e costumes do passado que possam constituir, devemos, antes de tudo, entender esses registros sempre com devida relativização em relação ao colonialismo, ao racismo e ao etnocentrismo. Isso já nos alertava Rousseau.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Rousseau, em sua obra *“Emílio ou da Educação”*, já chamava a nossa atenção para os cuidados a se ter com os livros de viagens, pois estavam carregados de interesses, valores, intenções e direcionamento do olhar (Rousseau, 1999, p. 636-637).

### 1.2.5 - Contribuições e usos dos livros de viagens

A importância dos textos e ilustrações deixadas pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil é inegável, seja sob a forma de narrativa de viagem ou como inventário científico, que fale sobre o homem da época e sua complexa atividade social, econômica, cultural e política. Diversos autores se utilizaram das obras de viajantes como fontes documentais, como é o caso de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Iracy Nogueira, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso. Outros as utilizaram em trabalhos históricos como os de Robert Conrad, Emília Viotti da Costa, Maria Odila S. Dias, Fernando Novais e Sérgio B. de Holanda, para citar apenas alguns dos mais notáveis.

A sua importância pode se fazer perceber através das palavras de Gilberto Freyre, no prefácio à primeira edição de *Casa Grande e Senzala*:

“Para o conhecimento da história social no Brasil não há talvez fonte de informação mais segura que os livros de viagens de estrangeiros – impondo-se, entretanto, muita discriminação entre os autores superficiais ou viciados por preconceitos – os Thévet, os Expilly, os Debadie – e os bons e honestos da marca de Léry, Hans Staden, Koster, Saint-Hilaire, Rendu, Spix, Martius, Burton, Tonellare, Gardner, Mawe, Maria Graham, Kidder, Fletcher. Destes me servi largamente, valendo-me de uma familiaridade com esse gênero, não sei se digo de literatura – muitos são livros mal-escritos, porém deliciosos na sua candura quase infantil – que data dos meus dias de estudantes [...]” (Freyre, [sd], p. 29).

Freyre incorporou, em sua obra, muitas concepções sobre a sociedade brasileira presentes nos relatos de viajantes, principalmente ingleses e franceses, apontando, porém, algumas restrições, mas sem deixar de explicitar a importância dessas fontes para a história.<sup>35</sup> Ou como Oliveira Lima, que fez largo uso dessas fontes em suas mais famosas obras sobre a história do Brasil,<sup>36</sup> reconhecendo a contribuição dos viajantes estrangeiros como sendo de primeira ordem para a reconstituição do meio social, dos costumes e das

---

<sup>35</sup> Como inaugurador das análises sobre a cultura brasileira, com *Casa Grande e Senzala* e *Retrato do Brasil*, é inegável a inovação temática e documental trazida naquela sua primeira obra e nas que a seguiram. Freyre fez uso de anúncios de jornais, diários, correspondências, escritos de viajantes estrangeiros, fotografias, cantigas além de outros, multiplicando os suportes culturais à disposição do sociólogo.

<sup>36</sup> As duas obras são: *D. João VI no Brasil* (1996) e *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (1997).

condições de vida no Brasil (Lima, 1996, p. 772).<sup>37</sup>

Os viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil desde o descobrimento até o século XIX, quaisquer que tenham sido seus objetivos e interesses, ofereceram contribuição valiosa ao estudo de vários aspectos do Brasil de ontem. Por mínima que seja a parcela visitada do vasto território, até as mais demoradas e extensas expedições, indo do litoral ao mais remoto interior dos domínios brasileiros, seus testemunhos nos forneceram um painel do nosso passado e neles teremos sempre o que aprender.

Os viajantes forneceram informações acerca de aspectos menos ostensivos da nossa própria formação e contribuíram para compreendermos certos traços da fisionomia moral menos pitorescos, porém significativos, e que eles viram, observaram e registraram de perto.

Temas como cotidiano, alimentação, habitação, vestuário, lazer, doenças, sociabilidade, entre outros, são quase que exclusividade dos relatos de viajantes, sendo difícil encontrar tais informações em outro tipo de literatura, talvez por serem considerados temas corriqueiros ou por demais universais para serem tratados por intelectuais contemporâneos aos viajantes. Além disso, vários deles percorreram lugares remotos, afastados das regiões mais importantes, e pouco documentados nas fontes nacionais. Alguns de seus registros são os únicos (ou quase) disponíveis sobre certas regiões em determinadas épocas.

Diante do grande número de obras deixadas por viajantes, é fácil perceber a amplitude e a magnitude desses escritos e sua importância para o estudo da história de nosso país.<sup>38</sup> A literatura de viagem sobre o Brasil no século XIX é muito extensa. Salvo eventualmente o México, nenhum país exerceu tanta atração sobre os europeus e norte-americanos como o Brasil. Esse grande afluxo forasteiro talvez se explique por razões muito práticas: em relação ao restante da América Latina, viajar no Brasil era mais seguro devido à relativa estabilidade política e à presença de muitos estrangeiros; igualmente era possível fazer-se uma longa viagem, passando por regiões muito diversas, sem o transtorno de cruzar fronteiras.

---

<sup>37</sup> Seu interesse nos relatos deixados pelos viajantes estrangeiros pode ser visto numa conferência por ele proferida na Sociedade de Geografia de Antuérpia, em 1913, intitulada “*O Brasil e os estrangeiros*”, aparecendo transcrita no apêndice de sua obra *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* (1997).

A melhora dos meios de transporte e de comunicação e a difusão de notícias acerca das riquezas e das possibilidades econômicas do país também motivaram a vinda de muitos estrangeiros, além do apoio que muitos naturalistas e exploradores receberam de nossos monarcas. Por sua vez, razões menos práticas foram motivo de interesse, como o estudo da natureza e a multiplicidade étnica que caracteriza a nossa sociedade, servindo de rico “laboratório” para os estudos sobre as diferentes “raças” e “culturas” (Mota, 2000, p. 269).

Recentemente, estudiosos vêm analisando as contribuições dos relatos contidos nos livros de viagens para a construção das distintas imagens que os brasileiros tem de si mesmos e do próprio passado, bem como a sua influência na construção da identidade nacional,<sup>39</sup> das representações européias do território e do povo brasileiro nos âmbitos geográfico, histórico, etnográfico e literário.<sup>40</sup>

Estes modos de olhar e seus registros foram responsáveis por estereótipos que aderiram à historiografia do século XIX, como, por exemplo: a hostilidade, a indolência do brasileiro, a imoralidade dos negros e a falta de cultura e interesse pelo saber por grande parte da população brasileira, e por introduzirem conceitos inéditos para a criação de imagens sobre o Brasil como a idéia de sentimento de nacionalismo. Esses estudos iluminam os modos segundo os quais idéias originadas na Europa, como, por exemplo, das infindáveis riquezas naturais, da indolência e ignorância do povo, foram assimiladas pela elite intelectual e moldadas aos interesses nacionais.<sup>41</sup>

As obras de viajantes podem ser de muita utilidade para aqueles que se interessam por assuntos dos mais diversos, referentes à nossa história. Contém informações de muito

---

<sup>38</sup> O alcance e a divulgação se ampliaram através das muitas reedições e traduções, ajudando inúmeras disciplinas como instrumento de trabalho.

<sup>39</sup> Identidade nacional enquanto construção de segunda ordem, mediada pelos intelectuais que operam uma transformação simbólica da realidade, que dissolvem a heterogeneidade da cultura na univocidade do discurso ideológico, num processo de construção da identidade nacional que se fundamenta sempre numa interpretação (Ortiz, 1985, p. 139). Os intelectuais, posteriormente, foram buscar nos escritos dos viajantes os elementos necessários para essa construção, possibilitando a representação agarrada à idéia de unidade e indivisibilidade da nação, do povo brasileiro, de um país não racista, acolhedor, maravilhoso, repleto de riquezas e diversidades, faltando apenas alcançar a modernidade.

<sup>40</sup> O fato das obras de viajantes serem tão usadas como fonte de informações aliada à constatação da existência de tantas obras de e sobre eles, já é o bastante para justificar a elaboração de uma bibliografia ampla, crítica e interpretativa dos viajantes, algo que ainda não existe, e que dificulta bastante o trabalho dos pesquisadores. Tal trabalho, no entanto, só será possível se realizado em conjunto, num trabalho em várias “mãos” e interdisciplinarmente.

<sup>41</sup> As narrativas desencadeiam práticas sociais e políticas, além de contribuírem para a formação do imaginário das sociedades observadas, fato chamado, por Pratt, de transculturação (Véscio e Santos, 1999, p. 10 e 60).

valor sobre o Brasil, que, já no século XVI, despertou o interesse de viajantes europeus e norte-americanos, os quais ao retornarem às suas respectivas pátrias procuraram divulgar suas impressões, às vezes com sucesso outras nem tanto, sendo até mesmo ridicularizados pela inadequação quanto à realidade brasileira, contendo exageros descabidos sobre nossa natureza e nossa gente.<sup>42</sup>

Tais obras constituem um tipo de literatura que fornece, pois, informações básicas e detalhes inusitados para vários setores do conhecimento. Estas narrativas e testemunhos, sofrendo o natural crivo do etnocentrismo, da deformação advinda da distância cultural e do choque inevitável de valores, representam uma fonte de conhecimento da realidade de épocas passadas, tendo sido captada e reproduzida por observadores alheios a ela.

A importância do relato de viagem mostra como seu sentido está no retorno. Viaja-se para observar, para escrever, para fazer conhecer o que se viu. Por isso o relato não pode faltar com a verdade, embora estejam presentes também objetos de curiosidade, não excluindo, portanto, o maravilhoso. Ao recordar e descrever o viajante busca contar um mundo desconhecido, transformando-o em objeto de ciência.

### **1.3 - O “NOVO DESCOBRIMENTO DO BRASIL”: a predominância britânica**

Em 1808, abrem-se os portos da Colônia portuguesa na América do Sul e, conseqüentemente, ocorre a derrocada do antigo sistema colonial. Superado o exclusivismo português, inúmeros estrangeiros puderam finalmente visitar a terra tão protegida, ainda quase totalmente desconhecida e tão promissora em riquezas naturais. Sérgio Buarque de Holanda refere-se a este fato como um “novo descobrimento do Brasil”, empreitado por comerciantes, artistas, imigrantes, naturalistas, diplomatas, mercenários, educadores vindos de diferentes regiões do Velho Mundo e dos Estados Unidos.

---

<sup>42</sup> Os relatos de viajantes vêm sendo utilizados cada vez mais como documentação em trabalhos de História, Antropologia, Sociologia, Economia e Literatura, e como documentação para trabalhos na área da História da Educação.

Entre os estrangeiros, a presença dos ingleses foi a mais expressiva, em decorrência dos privilégios comerciais que desfrutavam no Brasil, por intermédio de Portugal. Estes privilégios existiam desde os tratados assinados com Portugal e foram intensificados com o Tratado de 1810,<sup>43</sup> com a Grã-Bretanha. Embora tal tratado se declarasse baseado em um sistema liberal de comércio, assegurava-lhes praticamente o monopólio das importações no Brasil, favorecendo seus negociantes, mantidos fora do alcance da legislação e do judiciário nacional.<sup>44</sup>

Não é difícil compreender que eles exerceram significativa influência tanto sobre a economia, como sobre o campo das idéias, estando, nesse momento, entre os primeiros a lançarem publicações sobre o Brasil no Velho Mundo. Foram os ingleses os precursores de nossa historiografia, com as obras, primeiro de Andrew Grant, publicada em 1809, depois com a obra de Robert Southey que foi completada por John Armitage, publicadas em 1810 e 1836, respectivamente (Leite, 1996, p.54).

Freyre já havia nos alertado para o fato de que aqueles interessados em compreender e interpretar a história do país não devem deixar de lado a presença da cultura britânica no desenvolvimento do Brasil, no espaço, na paisagem, nos costumes, na educação, na economia, na política e no conjunto da nossa civilização (Freyre, 2000, p. 46).

De um modo geral, nos escritos desses ingleses estão sendo avaliadas as potencialidades econômicas, sociais e naturais do país. Em jogo estão a conquista, a ampliação e a manutenção de novos mercados e a coleta de amostras da natureza.

Nesses relatos, além dos interesses imperialistas facilmente percebidos há também outros aspectos de nossa sociedade que são trabalhados pelos viajantes. De comerciantes, aventureiros, diplomatas, artistas a mercenários e engenheiros, todos estudavam, com maior ou menor afinco, a fauna e a flora, tendo na figura dos naturalistas os mais interessados,

---

<sup>43</sup> Pelo segundo artigo do Tratado, os ingleses gozavam o direito de negociar, viajar, residir e estabelecer-se nas cidades, vilas, portos e em qualquer lugar do país.

<sup>44</sup> “Mesmo depois de proclamada a independência do Brasil, de promulgado, pelo novo Império, um código criminal e de instituído um sistema judiciário próprio, o governo britânico recusou a reconhecer como satisfatórios os juízes consagrados pela Constituição do Império, mantendo aqui os seus juizes conservadores (imposição do Tratado de 1810) – um privilégio extraterritorial que só desapareceria de todo em 1844, a despeito de não ter sido aceito senão com ressentimento pelos brasileiros, orgulhosos de seu novo *status*, o de nação politicamente independente, fato este que mostra a situação de quase Colônia do Brasil em face da Grã-Bretanha. À sombra de tais privilégios é que a economia brasileira fora imperialmente dominada pela britânica.” (Freyre, 2000, p.180).

obviamente, por temas da História Natural.<sup>45</sup> Observaram também a vida social, tanto rural como urbana; investigavam as relações de trabalho, as possibilidades e vantagens da imigração européia para o desenvolvimento do Brasil, os modos de produção, a economia e as questões escravistas e indígenas, além da cultura da nossa sociedade.

Os ingleses desempenharam um papel fundamental na história do Império, concorrendo para a modificação de certos aspectos da vida, da cultura e da própria paisagem brasileira. Indo além, a cultura política, econômica e técnica que nos legaram, foi fundamental para que o Brasil viesse a ser uma nação independente.<sup>46</sup>

Em mais de um ponto, por certo, haverá repetição do que escrevemos alhures, uma vez que a história dos britânicos, com suas viagens, seus viajantes e as obras, se entrelaçam na história mais ampla que caracteriza as viagens, os viajantes e as obras resultantes.

### *1.3.1 - Viagens oitocentistas e a lógica imperialista*

As viagens do século XIX proporcionaram ao Império Britânico, juntamente com as informações sobre o Brasil, seu crescimento e fortalecimento, consolidando sua influência sobre nós de forma marcante. Em contrapartida, o imperialismo inglês, neste século, impulsionou o grande número de viagens e estudos sobre o Brasil, pois, “a dominação direta ou indireta de qualquer aldeia, cidade ou nação envolve algum conhecimento dos modos de vida, das idéias e de seus habitantes.” (Ianni, 1979).

A ânsia de expansão do Império Britânico dependia de um conhecimento confiável e influente de diferentes partes do Novo Mundo. Com a crescente influência da política e do comércio marítimo e a corrida contra a primazia francesa, a busca por informações mais precisas sobre o mundo, para além dos limites da Europa se fez cada vez mais necessária. Tais informações dependiam de relatos autorizados de, no caso, viajantes que haviam, de fato, visitado essas terras distantes, fornecendo informações e retratos acerca de paisagens exóticas e desconhecidas, mapeando os mares e as regiões ainda obscuros, construindo um

---

<sup>45</sup> É evidente que os naturalistas, particularmente, aprofundaram os temas da História Natural: botânica, zoologia, geografia, mineralogia, paleontologia, astronomia, meteorologia.

<sup>46</sup> Para saber mais consulte Freyre, 2000.

vocabulário de imagens e informações de lugares distantes, possibilitando a construção de suas próprias cartas náuticas, que permitiram que o domínio britânico se estendesse por diversas partes do globo, além de contribuir para a construção do saber náutico.

Do final do século XVIII ao início do XIX, o comércio britânico expandia-se por todas as partes do mundo. As relações mantidas com Portugal favoreciam comerciantes, industriais e investidores britânicos. Conseqüentemente, o Brasil também fazia parte desta esfera de privilégios britânicos, tendo o porto do Rio de Janeiro como o principal ancoradouro para os navios britânicos aportarem na América do Sul.

Com grande poderio industrial e comercial, sobre Portugal e suas colônias, a Inglaterra passou a dominar indiretamente o comércio brasileiro, dominância que se acentuou e passou a ser exercida de forma direta com a abertura dos portos, em 1810.

O fato de a Família Real, a Corte portuguesa e um numeroso contingente de altos e médios funcionários se transmigrarem para o Rio de Janeiro, fugindo das tropas napoleônicas,<sup>47</sup> escoltada pela esquadra britânica,<sup>48</sup> em 1808, quando se deu a famosa inversão colonial, reforçou as relações entre a diplomacia britânica e os interesses portugueses, a ponto de passarmos a ter uma base naval da Marinha Real Britânica em nosso litoral. Isto significa dizer que o governo inglês, com o propósito de assegurar seus interesses marítimos, mantinha navios de guerra na base localizada em nosso território. Eram interesses, porém, nada monolíticos, envolvendo aspectos políticos e financeiros, dentro da lógica imperialista.

Os viajantes ingleses viam o Brasil como um novo mercado, além de um vasto laboratório para as ciências e artes européias. No contexto da cultura visual da Inglaterra das primeiras décadas do século XIX, concomitante ao interesse pela História Natural, ocorreu uma valorização da representação pictórica de paisagens naturais, e nenhum lugar mais apropriado para colher tais imagens que as terras virgens do Novo Mundo. Isso se comprova através das inúmeras pranchas e desenhos, feitos pelos viajantes, sendo eles

---

<sup>47</sup> É mais justo considerarmos a transladação da Corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente manobra política do que uma deserção vergonhosa, pois, com a retirada para a América, a Corte portuguesa escapava a todas as humilhações e assegurava a posse de sua maior colônia, o Brasil.

<sup>48</sup> A tutela da Inglaterra, potência em fase de acelerada revolução industrial, de afirmação na política européia e mundial e de construção de seu império informal, garantiria não somente a preeminência de seus interesses ao longo do período da formação nacional como também, após 1815 e já no contexto da Restauração, a monitoração e auditoria da vigilante e conservadora Santa Aliança nos negócios brasileiros.

desenhistas de profissão ou não.

Este novo olhar, diferenciado do olhar do colonizador, não veio, como visto, sem carga de interesses. Apesar de se apresentar como um projeto essencialmente estético, as descrições escritas e visuais pressupunham um projeto transformador incorporado pelos europeus. Uma palavra chave nesse discurso, especialmente entre os exploradores britânicos, é “aperfeiçoamento”. O olhar aperfeiçoador europeu apresentava o mundo da alteridade como paisagens “vazias”, significativas apenas em termos de um futuro capitalista e de seu potencial para a produção de excedentes comercializáveis (Pratt, 1999, p. 115).

As viagens oitocentistas que partiram da Inglaterra para mapear mares e costas ao redor do mundo eram, todavia, a expressão da vontade de controlar, categorizar, ocupar e levar consigo amostras e informações estratégicas. História Natural<sup>49</sup> e futuro nacional estavam intimamente entrelaçados.

### *1.3.2 - A presença britânica no Brasil e o imperialismo atuante*

O período compreendido entre 1808 e 1889 foi rico em viajantes de diversas proveniências e variadas formações. Vindos de toda a Europa: da Rússia, da Alemanha, da Áustria, da França, da Itália, de Portugal, da Inglaterra, da Suécia e da Dinamarca. No afluxo de várias nacionalidades, que emprestaram um caráter cosmopolita às principais regiões do Brasil, principalmente as portuárias, nesse primeiro momento, após a transferência da Corte portuguesa e a abertura dos portos, ressaltaram-se os ingleses.

A escolha por viajantes ingleses não foi por acaso. Fizemo-lo por considerações a respeito do importante papel econômico, político e cultural dessa nação em suas relações econômicas, sociais, políticas e culturais com o Império Português e, posteriormente, com o

---

<sup>49</sup> O interesse crescente pela História Natural, deve ser entendido no contexto da rápida industrialização britânica. Assim, mudanças sociais e institucionais proporcionaram viagens a outras partes do mundo. Não esquecendo que, num contexto sócio-econômico mais amplo, com o acesso de um maior número de pessoas aos meios de difusão científica, com o surgimento e o desenvolvimento dos jardins, das sociedades provinciais, dos institutos e do crescente comércio de espécimes, podemos perceber quantos estavam envolvidos nas expedições, quantos outros interesses as alavancavam.

brasileiro, no século XIX – o chamado “século inglês”.

Os britânicos foram responsáveis pela abertura do Brasil à Europa, no processo chamado de reeuropeização, atendendo aos seus interesses, por um lado, e nos influenciando econômica, política e culturalmente, por outro.

Apesar dos ingleses terem se concentrado nos produtos da revolução industrial, não deixaram de exercer sua influência sobre nossa política e nossa cultura. A orientação inglesa predominou desde a introdução de métodos educacionais, políticos e administrativos até o exercício da ciência.<sup>50</sup>

As relações entre os impérios, britânico e brasileiro, se basearam no que alguns autores chamaram de “imperialismo informal”, diferenciando-se, assim, das relações de interferência econômica e política caracterizada por se dar de forma direta e militarizada. No entanto, os ingleses exerceram, no Brasil, um imperialismo político, naval, comercial e um quase total imperialismo econômico, primeiro por intermédio de Portugal e, posteriormente, com a autonomia, de forma direta.

Por isso, a história da influência britânica no Brasil está geralmente relacionada à história política, diplomática e econômica, uma vez que, com a vinda da Família Real, o domínio político e comercial britânico fortaleceu-se (Freyre, 2000, p. 10). Com a abertura dos portos às “nações amigas”, preferencialmente à Inglaterra, se iniciavam as relações anglo-brasileiras.<sup>51</sup> Logo os ingleses perceberam que manter uma política com o Brasil nas bases da que vinham praticando com Portugal só poderia ser lucrativo, uma vez que o Brasil oferecia excelentes oportunidades para a expansão de sua indústria e de seu comércio (Freyre, 2000, p. 19).

Os ingleses atuaram em diversas atividades em nosso território, em tudo onde o capital, a técnica, a ciência e o comércio permitiram, como se pode notar. Muitos comerciantes britânicos se instalaram em várias cidades, se envolveram em empreendimentos de mineração, na construção de estradas de ferro, onde se destacou sua

---

<sup>50</sup> Ingleses e franceses se rivalizaram no campo cultural e econômico por maior espaço no Brasil. Os franceses atuaram mais fortemente através das modas femininas, dos perfumes, das idéias, das doutrinas políticas, dos poetas, dos livros, do prestígio de sua revolução, sem no entanto anular a influência britânica em espaços como hábitos, estilos de vida, vestimentas, alimentação, higiene, transporte e divertimento (Freyre, 2000, p. 9-11).

<sup>51</sup> A abertura dos portos fez com que se estabelecessem, primeiramente no Rio de Janeiro, casas comerciais estrangeiras, principalmente inglesas. Pouco tempo depois, a chegada de Lorde Strangford, na sua qualidade de embaixador de uma grande potência européia, conferiu uma certa dignidade e importância ao país (Walsh, 1985, p. 80-81).

superioridade técnica e científica.

No início do século XIX, os ingleses atuaram principalmente no âmbito do comércio no Brasil, mas também exerceram sua influência entre nós através da extração do ouro. A exploração do ouro do Brasil pelos ingleses é outro velho aspecto das relações britânicas com a economia sub-colonial do Brasil. Relação que por muito tempo se deu de forma indireta, através de Portugal, passando a ser direta depois que se organizou, em 1825, a *Imperial Brazilian Mining Association* (Freyre, 2000, p. 84).

A partir da segunda metade do século XIX, a influência inglesa se fez presente entre nós através das maquinarias, das técnicas de mineração, da modernização bancária e comercial. Também através do capital que entrava sob a forma de empréstimos para a construção de estradas de ferro, para a modernização de portos e minas, para o desenvolvimento de novas indústrias, para companhias de gás, de água e esgoto e para o desenvolvimento do transporte urbano, com os bondes. A influência inglesa só perdeu forças no Brasil depois da Primeira Guerra Mundial (1914-18), quando foi substituída pela norte-americana, abrindo um novo ciclo econômico e cultural no país.

De fato, juntamente com as diversas mercadorias inglesas que chegavam aos portos brasileiros, europeizando gradativamente comportamentos e hábitos de consumo,<sup>52</sup> traços culturais se modificavam com o contato com homens, idéias, costumes, objetos, coisas diferentes vindas do exterior, marcando fortemente a presença britânica no nosso meio.

Estas influências estiveram presentes entre nós antes mesmo da chegada dos britânicos em grande número, quando da vinda da Família Real portuguesa e da abertura dos portos. A influência se fazia presente já com os portugueses, que se transferiam para o Brasil, contaminados com suas idéias; através dos contatos diretos mantidos com nossa Metrópole já a longo tempo; através dos tratados, convenções e pactos, que favoreceram sempre a Inglaterra, fazendo com que seu poderio tivesse uma trajetória crescente sobre Portugal e suas colônias.

A emancipação política brasileira adquire consistência na medida em que se dá dentro da área de dominação inglesa. Verifica-se, por um lado, que se o Brasil necessitava da potência mais poderosa do momento para a sua afirmação como nação autônoma,

---

<sup>52</sup> As manufaturas inglesas chegavam diariamente, ganhando terreno. Eram distribuídas por uma vasta área do interior, por causa da sua melhor qualidade e preço mais baixo, seu consumo foi paralelamente aumentando à medida que crescia o gosto pelas comodidades (Lima, 1989, p. 100).

também a Inglaterra, por outro lado, possuía fortes razões para conceder seu reconhecimento e apoio à nova ordem, que ia de encontro aos seus interesses.<sup>53</sup>

No campo político, o Brasil moderno deve muito de suas liberdades públicas e de seu senso de cidadania aos britânicos. Também à presença britânica deve-se muito do progresso econômico e do desenvolvimento cultural do Brasil, tendo caminhado paralelamente aos altos lucros obtidos por aqueles, por exemplo, com as ferrovias, com o comércio e a mineração. Assim, da predominância econômica passou-se a outras esferas de influência, tanto material como imaterial.

Tendo, portanto, sofrido marcada influência cultural, o Brasil não tardou a seguir lições inglesas no campo da arte política, na orientação da linha de conduta do governo e na ação sobre as atitudes dos parlamentares, copiando-lhes a oratória, o teor dos discursos e no campo da filosofia natural, da química e da técnica de laboratório. Posteriormente veremos, intelectuais, antes influenciados por franceses, passarem a gravitar sobre a influência inglesa, como exemplo, o uso de escritos sobre política e economia do inglês John Stuart Mill. Também nas Academias de Direito de Olinda e de São Paulo vemos o uso de livros ingleses de economia política, lidos no original ou em traduções.

A influência da técnica e da cultura científica e intelectual dos ingleses sobre a vida brasileira, que alguns supõem, deste o início, dominado intelectualmente pela França e só comercialmente pela Inglaterra, pode ser exemplificada pelos anúncios em jornais publicados no Brasil, na primeira metade do século XIX. Podemos ver anúncios de professoras inglesas e de língua inglesa, e também de governantas que se constituíram em um veículo importante na transmissão dos costumes e do pensamento britânico; de colégios ingleses e de métodos ingleses de ensino, como o método de Lancaster e o método de disciplina de Mr. Gardien,<sup>54</sup> anúncios de ensino de dança, muito em voga na Inglaterra e

---

<sup>53</sup> Numa perspectiva ampla, a independência do Brasil surge na linha das revoluções de caráter liberal-nacional das primeiras décadas do século XIX, mas com novas características. Os conceitos liberal e nacional provocam dúvidas quando inseridos no processo de emancipação política de 1822, não possuindo contornos nítidos. Idéias liberais, interesses internos de ordem econômica, nacionalismo, ideologia e cultura consistem em relações obscuras, no caso do Brasil.

<sup>54</sup> O livro de Mr. Gardien, contendo muitas novidades, não só francesas como inglesas, sobre pedagogia, foi traduzido para o português nos princípios do século XIX, por Joaquim Jerônimo Serpa, sob o título de *Tratado da Educação Physica Moral dos Meninos*. Este foi, talvez, a primeira obra contendo advertências sérias contra os perigos do abuso da palmatória e do chicote na educação dos meninos (Freyre, 2000, p. 269).

anúncios de livros ingleses (Freyre, 2000, p. 265-273).<sup>55</sup>

“Na rua dos Ourives n. 27 mora huma ingleza com casa de educação para meninas que queirão aprender a ler, escrever, contar e falar Inglez e Portuguez, cozer e bordar, etc.” (Freyre, 2000, p. 266).

“D. Catharina Jacob toma a liberdade de fazer sciente ao Publico que ella tem estabelecido huma Academia para instrução de Meninas na rua da Lapa, defronte da Exma. Duqueza, em que ensinará a ler, escrever e fallar as linguas Portugueza e Ingleza grammaticalmente; toda a qualidade de costura e bordar; e o manejo da Caza (...).” (Freyre, 2000, p. 266-7).

“Igualmente todas as pessôas que quizerem que as suas meninas aprendam Muzica, Dança e Desenho será pago á parte; mandarão todos os sabbados os seus creados ao collegio com roupa necessaria para se fazer mudança; igualmente as pessôas que quizerem mandarão no Sabbado de tarde, ou vespera de dia Santo buscar as suas meninas contanto que ás oito horas da noite do mesmo Domingo ou dia santo se recolhão ao Collegio; poderá haver modificação a respeito de familias que pela distancia de sua habitação lhe seja incommodo o suprir aos oito dias com roupa e outra alguma coisa; para o que fará particular ajuste. A abertura do Collegio deverá ter principio no primeiro de janeiro de 1813.” (Freyre, 2000, p. 267).

“(...) ao tempo de D. João havia professores régios de inglês [...] então decorridos já dez anos de acentuada preponderância britânica [1818] nos negócios do Brasil, não faltou quem possuísse livros ingleses.” (Freyre, 2000).

Nos jornais, também havia espaço para publicações de artigos ingleses, de natureza intelectual ou científica, principalmente relacionados a assuntos náuticos. (Freyre, 2000, p. 279-281).

Quando o príncipe regente D. João veio para o Brasil, veio acompanhando-o verdadeiras revoluções na vida intelectual, e não apenas econômica e social do Brasil. O começo de co-educação em nosso país, por exemplo, é apontada, por Gilberto Freyre, como sendo de influência indireta dos ingleses uma vez que coincide com as alterações ou a renovação de hábitos e processos brasileiros de ensino e de cultura literária causada pela presença e pela ação de ingleses nas principais províncias brasileiras (Freyre, 2000, p. 268). Como também o jornalismo brasileiro que se iniciou em Londres com o *Correio*

---

<sup>55</sup> Com a vinda de D. João para o Brasil quebram-se os receios e as suspeitas acerca dos ingleses, da língua inglesa, que era tida como pertencentes a hereges e maçons (Freyre, 2000, p. 266).

*Braziliense*, em 1808, tendo em seus escritos indícios de considerável influência inglesa (Freyre, 2000, p. 71).

Outra forma de influência inglesa foi a adoção de governantas. Ainda para Freyre, “governanta inglesa e médico inglês tiveram influência considerável sobre a sociedade brasileira” dos primeiros anos do século XIX (Freyre, 2000, p. 271).<sup>56</sup> Ambos atuaram de forma significativa tanto no Rio de Janeiro como em outras regiões do Brasil, no norte e no sul. Como exemplo mais significativo de governanta inglesa temos Maria Graham, que foi, por pouco tempo, governanta da princesa Dona Maria da Glória, fato que lhe permitiu uma convivência com a família imperial e a possibilidade de observar muita coisa interessante dos costumes luso-brasileiros.<sup>57</sup>

A presença inglesa no Brasil implicou, portanto, em alterações no ritmo da vida econômica, política, social e cultural, num momento de crise do sistema colonial português, que já se fazia notar. Sistema este que, por sua vez, sofreu os efeitos de uma mudança da própria dinâmica européia e, no caso particular dos ingleses, os efeitos da expansão de mercado para atender a interesses ligados às grandes transformações industriais do noroeste europeu (Mota, 1972, p. 57).

---

<sup>56</sup> A profissão de governanta permitiu a penetração nos relacionamentos familiares e em vários grupos sociais no Brasil.

<sup>57</sup> Fato que se comprova através da importância das correspondências dessa inglesa, publicadas nos anais da Biblioteca do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO II

### O OLHAR BRITÂNICO: a “vanguarda capitalista”

Nos oitenta anos que vão da chegada de D. João VI à proclamação da República, encontramos viajantes de diferentes profissões e ocupações, ingleses ou não. Dentre os ingleses que escolhemos estão: naturalistas, comerciantes, engenheiros, educadores, religiosos e burocratas.

Foram eles: John Mawe, John Luccock, Henry Koster, Maria Graham, Robert Walsh, John Armitage, George Gardner, Alfred Wallace, Henry Bates, Richard Burton e James Wells. Não se esgota com esses nomes a lista dos ingleses que, com seus relatos de viagens realizadas durante todo o século XIX, ajudaram a ampliar o horizonte da antropologia, da etnologia e da história brasileira.

Uma vez que a questão da educação, mesmo que de forma não tão extensa ou aprofundada, foi tratada em muitos relatos de viajantes europeus, em particular dos britânicos, que conheceram o Brasil do século XIX, devemos uma explicação do motivo pelo qual concentramos a nossa investigação em torno desses nomes que trabalharemos a seguir e não de outros.

Um dos critérios de escolha pautou-se no uso posteriormente feito de seus textos pela historiografia, como os textos de Maria Graham, Luccock, Mawe, Armitage para citar apenas os mais conhecidos<sup>1</sup>. (Galvão, 2001, p.95) Além disso, escolhemos viajantes que nos permitisse “navegar” por todo o período escolhido – de 1808 a 1889 – distribuídos de forma mais ampla.

Outro motivo que nos levou a escolher estes, e não outros, foi a questão da

---

<sup>1</sup> Charles Darwin, o grande naturalista, cujos trabalhos influenciaram, profundamente, os estudos biológicos bem como o próprio pensamento filosófico dominante na segunda metade do século XIX, passou pelo Brasil em 1832, e novamente aqui esteve em 1836, já no fim de sua viagem de circunavegação, a bordo do navio *Beagle*, viagem esta que marcou o início de sua carreira. Apesar de seu grande destaque entre os ingleses e de sua enorme contribuição para diferentes campos do conhecimento, não encontramos referências à educação em seus escritos, talvez por seus interesses serem bastante específicos ou devido a sua rápida passagem pelo Brasil, que foi de apenas alguns meses.

disponibilidade das obras, pois muitos outros viajantes britânicos nos deixaram escritos, mas que não se encontraram acessíveis.

Uma vez que o pesquisador tem que estar atento aos filtros necessários na hora da leitura das fontes escolhidas, especialmente em se tratando de livros de viagens,<sup>2</sup> é importante conhecer um pouco sobre os autores com quem se está trabalhando, quais suas intenções ao escrever, qual a natureza da obra, enfim, buscar suas origens, seus interesses e seus objetivos, que envolvem a viagem e influencia no seu relato. Para tanto, existe a dificuldade de se levantar dados sobre a origem, a data de nascimento e de morte, a profissão, a época de estada no Brasil, o tempo de permanência, a repercussão e importância dos escritos para a época; seus interesses, os tipos de contatos estabelecidos, formação e grau de cultura, *status* social e posição, a religião seguida, os locais visitados e a existência de outras obras que, por ventura, produziram. Dados estes lacunosos, falhos e dispersos, mas de muita importância para uma melhor análise de seus escritos, já que o modo de ver e sentir o que nos cerca carrega um pouco do que somos.

Julgamos interessante trazer algumas das impressões desses viajantes escolhidos, através de depoimentos, imparciais ou não, acerca de diferentes aspectos do Brasil, a fim de nos ajudar a apreciar seus modos de ver (justamente num período em que o país passava pelas mais profundas transformações econômicas, políticas e culturais), isto é, vislumbrar melhor como nos olharam e como o “Novo Mundo” estava sendo retratado para a Europa.

Do mesmo modo, achamos oportuno apresentar um quadro representativo dos viajantes escolhidos, de forma bastante resumida, contendo informações breves, de rápida visualização, a fim de fornecer dados que permita traçar o perfil de cada um dos viajantes cujas obras utilizamos neste trabalho. Este quadro encontra-se em anexo ao presente trabalho.

---

<sup>2</sup> Muitas obras de viajantes oferecem detalhes que são incidentais ao principal propósito dos registros, o que impossibilita a distorção dos mesmos, como é o caso dos diários. Não podemos nos esquecer que mesmo entre os diários há uma diferenciação entre o diário de viajantes movidos por interesses particulares e os diários dos viajantes ilustrados. Já os documentos como os relatos encomendados pelo governo trazem uma forte carga ideológica. Daí a importância do uso de “filtros” na hora da leitura, além da confrontação com outras fontes, outros tipos de documentos, escritos em épocas diferentes.

## 2.1 - *PORTRAIT DOS VIAJANTES BRITÂNICOS*

Sob o termo “viajantes estrangeiros” escondem-se diferenças fundamentais e específicas como: sexo, idade, período de permanência no Brasil, motivação da viagem, nacionalidade, religião, entre outros. Especificidades estas que marcam a postura de civilizado para com o Novo Mundo, pois estes viajantes identificam-se fundamentalmente com a civilização européia e seus padrões de avaliação dos homens, da natureza e da sociedade (Leite, 1997, p. 10).

Tentar compreender o viajante, por um lado, consiste num passo fundamental para se fazer uma interpretação, recomposição e contextualização, a mais precisa possível, do seu relato, e, por outro lado, ler os seus escritos implica numa melhor compreensão de quem foram estes viajantes e de como olharam para nossa terra e nossa gente.

O perfil biográfico dos viajantes estudados revelou-nos personalidades distintas, formações diversas, origens diferentes, conhecimento científico e artístico diferenciados. Essa diversidade entre os viajantes proporcionou o surgimento de registros sobre os mais variados aspectos do Brasil, com técnicas e formas de abordagens diversas. Isso enriqueceu nosso estudo por criar um espectro mais amplo das relações do olhar do estrangeiro sobre uma outra cultura.

Sendo assim, o Brasil recebeu, quase ao mesmo tempo que a Família Real portuguesa, três comerciantes: John Mawe, John Luccock e Henry Koster. Posteriormente, veio, em 1821, Maria Graham, uma viajante por profissão. São de sete anos depois as *Notícias do Brasil (1828 – 1829)*, do Reverendo Robert Walsh. Ao mesmo tempo em que Walsh, veio para o Brasil John Armitage. Em 1836 chegou o botânico e zoólogo George Gardner. Em 1848 vieram dois eminentes naturalistas, Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, tendo o primeiro trabalhado no Brasil até 1852 e o segundo até 1859, ambos na Bacia Amazônica. O grande explorador Richard Burton esteve no Brasil de 1865 a 1868. E por fim temos o engenheiro James Wells, que veio para o Brasil em 1868, permanecendo até 1888.

“Estes ingleses, dentre os quais o referido Armitage talvez seja o mais importante, deixaram textos históricos de maior valor por revelarem a

compreensão de história enquanto processo, inaugurando uma nova fase de conhecimentos sobre o Brasil” (Mota, 2000, p. 228).

Conheceremos, a seguir, um pouco de cada um desses viajantes ingleses escolhidos para o nosso trabalho.

### 2.1.1 - John Mawe

John Mawe era mineralogista e comerciante, nascido em 1764, em Derbyshire e falecido em 1829, em Londres.

Visando o enriquecimento e movido por espírito aventureiro e pela curiosidade em conhecer aspectos brasileiros, Mawe veio para a América do Sul em 1807, indo para Buenos Aires e Montevideú. No ano seguinte chegava ao Rio de Janeiro com uma carta de recomendação para o Conde de Linhares, que o apresentava como pessoa entendida em mineralogia. Regressou a Londres em 1810.

Percorreu o interior do Brasil, passando por Santa Catarina, Curitiba, Santos, São Paulo e Minas Gerais, fazendo excursões às minas de ouro. Por um período curto foi funcionário de D. João VI, atuando como diretor da Fazenda Real de Santa Cruz.

Mawe foi o primeiro estrangeiro a obter autorização das mãos do então Príncipe Regente D. João, em 1808, para visitar as minas de diamantes de Minas Gerais e outras regiões do interior. Até então, “nenhum outro inglês jamais iniciou uma empresa semelhante com esses requisitos indispensáveis ao sucesso – permissão e sanção do governo.” (Mello-Leitão, 1934, p. 16).

Em 1812, surge a primeira edição britânica de sua obra capital *Viagens ao interior do Brasil*, deixando memórias impressas e prestando ótimos serviços à ciência, com suas observações acerca dos domínios da geologia e da mineralogia, um verdadeiro relatório científico das jazidas e explorações diamantíferas da América do Sul. Ao lado desta obra também escreveu outros trabalhos impressos sobre mineralogia e geologia, além de uma memória inédita, conservada na biblioteca da *Geological Society* de Londres.

Ao mesmo tempo em que se preocupava em analisar, aconselhar e propor reformas

e melhoramentos aos brasileiros sobre diversos assuntos, como o aproveitamento racional das jazidas, o preparo da manteiga e do queijo, o aproveitamento de fibras de palmeiras e a prática da mineração, o que podemos chamar de atividades públicas, não se descuidava de seus interesses particulares, reunindo pedras preciosas para vender em Londres, onde posteriormente abriu uma loja, sendo visto como grande conhecedor de minerais e, principalmente, de pedras preciosas.

Preocupou-se em fazer uma análise imparcial da situação do Brasil, a fim de situar a potencialidade comercial deste com os ingleses, juntamente com interessantes observações sobre os costumes e o caráter dos habitantes.

“As observações feitas nessas viagens, sobre o país e seus habitantes, constituem a parte principal de sua obra. Quaisquer que sejam as suas falhas ou os seus méritos, relacionam-se com assuntos atuais, extremamente interessantes, quer sob o aspecto político, quer sob o ângulo comercial. Elas têm por fim revelar o desenvolvimento dos recursos físicos de uma colônia que através de recentes transformações, está prestes a constituir um império e, em parte, retratar o caráter de uma nação que é e sempre foi a aliada mais fiel da Grã-Bretanha.” (Mawe, 1978, p. 23).

Em termos gerais, Mawe, em *Viagens ao interior do Brasil* (1812), faz descrições e análises da terra visitada mostrando que ele a vê, principalmente, como uma terra inexplorada. Essa percepção, ligada a um sentido de “desperdício” de potencialidades, explica também as contínuas sugestões de aperfeiçoamento das explorações agrícolas, minerais, comerciais e tecnológicas.

“Ao descrever as condições atuais da mineração e da agricultura nos seus domínios, tomei a liberdade de sugerir alguns melhoramentos, que, na minha modesta opinião, contribuiriam para aumentar a renda de Vossa Alteza Real e multiplicar os recursos do país.” (Mawe, 1978, p. 21).

Percebe-se, no texto, uma grande expectativa quanto às imensas riquezas, que supõe existirem no Brasil, e um projeto exploratório prévio.

Apesar do valor da obra deste mineralogista britânico para se obter conhecimentos

acerca do Brasil sobre diversos aspectos, atestado com suas muitas traduções e reedições,<sup>3</sup> a mesma apresenta algumas restrições devido ao conhecimento deficiente da língua portuguesa, pelo autor, levando o mesmo a deturpar, às vezes, de modo a tornar irreconhecíveis nomes de pessoas e lugares, e também de fazer algumas confusões históricas quando tenta descrever alguns fatos dos quais não fora testemunha ocular. Mas, o apreço da sua obra ainda se mantém acima desses pormenores. A grandeza e a ampla divulgação da mesma, juntamente com as inúmeras outras obras que produziu, revelam a sua importância para os diversos campos de estudos.

### 2.1.2 - John Luccock

John Luccock era um comerciante, muito culto, que veio para o Brasil, em 1808, como representante da firma *Lupton & Co.*, de Leeds. Observador excelente e criterioso, considerado um dos mais originais cronistas das coisas do Brasil-Colônia, principalmente do Rio de Janeiro, suas notas permitem apreciar a evolução da cidade que se preparava para ser a capital do único Império sul-americano, Luccock documentou dez anos de nossa história (1808-1818), escrevendo inclusive sobre a língua tupi.

A sua vinda ao Brasil esteve diretamente relacionada à participação da Inglaterra na transferência da Corte e aos tratados comerciais estabelecidos com este país, tendo permanecido aqui até 1818.

Pouco sabemos sobre sua vida. Viajou pelo nordeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e regiões do sul do país, passando por Vila Rica em 1817, percorrendo estradas, descrevendo a natureza e os costumes, chegando a ir até o Rio Grande do Sul.

Mostrando um desinteresse com sua própria pessoa, mostrou-se mais interessado em fixar de forma objetiva e minuciosamente detalhar tudo o que se passava diante de seus olhos, tentando fazer um retrato fiel do estado material, moral e intelectual do Brasil. Como ele mesmo nos traz:

---

<sup>3</sup> A segunda edição de sua obra capital foi publicada em 1821, e foi traduzida e publicada em francês (1816), italiano (1817), holandês, sueco, alemão, russo e em português, no ano de 1944 e reeditada em 1978.

“(…) tive por fito dar uma descrição fiel do país, com suas vantagens, suas instituições e costumes falhos, não apenas para agradar o leitor, mas com alguma esperança de que possa resultar em que as primeiras venham a ter emprego mais sábio e que as últimas sejam melhoradas.” (Luccock, 1975, p. 20).

Por outro lado, também deixou claros seus interesses aqui no Brasil: “Mas uma pessoa de interesses especiais, como eu, tinha que estar muito particularmente atento às perspectivas do comércio.” (Luccock, 1975, p. 26). Como tantos outros, veio em busca de um rápido enriquecimento através do comércio.

Não encontrando no Rio de Janeiro mercado favorável, deslocou-se para o sul, mas também lá as condições para o comércio não eram boas. Então realizou um leilão de seu estoque de mercadorias e voltou para o Inglaterra. Retornou, posteriormente para o Brasil no mesmo ano, em 1808, com um novo estoque de mercadorias, agora mais apropriadas para o mercado que aqui se vislumbrava.

Em sua obra aparecem opiniões imparciais, pelo menos pretendidas pelo autor, sobre os costumes do povo, os acontecimentos políticos, a paisagem e, principalmente, sobre as condições de comércio, pois, além de ser este o interesse particular do viajante, o comércio inglês não podia ficar na ignorância quanto às necessidades do mercado brasileiro, ainda mais que enfrentaria, em breve, a concorrência com o da França, por exemplo.

Diversas firmas britânicas abriram filiais nas praças do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e em outras regiões, iniciando a conquista do mercado brasileiro pela Inglaterra e marcando a decadência do tradicional comércio lusitano.

Sua obra, *Notas Sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)*, publicada em 1820, foi traduzida e publicada em português pela primeira vez em 1942 e reeditada em 1975 e novamente em 1983.

De maneira geral a obra ressalta aspectos sociais, arquitetônicos e comerciais das regiões visitadas, sobretudo aspectos do Rio de Janeiro. Seu texto vem pontilhado de comentários sobre os costumes e o caráter dos habitantes das cidades e vilas. Não deixou de elogiar e enfatizar as melhorias conseqüentes da vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, não deixou de acusar os habitantes de maus modos, falta de higiene e indolência, estendendo as críticas principalmente às mulheres.

### 2.1.3 - Henry Koster

Filho de ingleses nascido em Portugal, em 1793 - *“England is my country, but my native soil is Portugal”* - Henry Koster partiu de Liverpool para o Brasil a fim de cuidar da saúde, em novembro de 1809, um ano após a fixação da Corte portuguesa no Brasil, presenciando, assim, a renovação rápida, diária e visível da Colônia. Em 1811, regressa à Inglaterra, mas volta a procurar um clima mais ameno, por causa da saúde, retornando ao Brasil no mesmo ano. Por ocasião da morte de seu pai volta à Inglaterra em 1815, mas ainda uma vez retorna ao Brasil, chegando a Pernambuco em 1816. A última notícia que temos sobre ele nos é trazida por James Henderson, na sua obra *“History of the Brazil”*. Henderson esteve em Recife, em dezembro de 1819, quando foi visitado e visitou Koster, que já estava bastante debilitado pela tuberculose. A data de 1820 e o Recife são o ano e o local provável de seu falecimento. Como o “Cemitério dos Ingleses” existe desde 1814, provavelmente, Koster foi sepultado aí, no campo-santo britânico, em Santo Amaro.

Diferentemente dos viajantes que vieram ao Brasil financiados por museus ou institutos, ou com um plano de explorar o Novo Mundo, com a missão de estudar aspectos ou fixar pormenores, Koster foi motivado pela curiosidade sem limites ou barreiras, sem a obrigação de registrar e retornar à sua pátria mãe com relatórios e espécimes. Na busca de um clima favorável ao seu estado de saúde, Koster encontrou um mundo repleto de novidades, curiosidades e beleza, que foi detalhadamente descritos por ele.

O negociante inglês estabeleceu-se em Pernambuco em dezembro de 1809, atuando como comerciante e agricultor (senhor de engenho em Amparo), por um breve tempo. Viajou pelo litoral e pelo sertão de Pernambuco. Atuou, também, como mediador entre autoridades portuguesas, revolucionários e estrangeiros, deixando testemunho rico e original sobre os conflitos que permeavam a sociedade pernambucana. Suas andanças lhe propiciaram um contato com senhores de engenho, burocratas, eclesiásticos e homens da camada popular, conviveu também com escravos, moradores, lavradores, sertanejos e vaqueiros. Na boca de brasileiros se tornou conhecido como Henrique da Costa

Louvou a abertura dos portos e a livre comunicação entre a Inglaterra e o Brasil, atribuindo aos novos vínculos as mudanças nas maneiras da alta classe e num melhoramento geral das condições de vida do povo.

Koster, na sua segunda estadia em Pernambuco, em 1811, percebeu uma grande e repentina modificação na cidade do Recife e no modo de vida de seus habitantes, embora sua ausência tenha sido de curta duração. Essas modificações foram vistas, por Koster, como sendo indícios de “civilização”, que o mesmo aplaudiu como mudanças necessárias, mostrando uma visão otimista: “a época dos melhoramentos chegara.” (Koster, 1942, p. 258).

Koster destacou um espírito de renovação no sentido positivo do progresso. No entanto, na agricultura não se percebiam os mesmos sinais de desenvolvimento, segundo o mesmo. Via o conjunto da administração no Brasil comandado de forma militar, revelando o desconhecimento das Câmaras Municipais, que estavam nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes (Galvão, 2001, p. 103).

Passou pelo Rio Grande do Norte e Ceará, andando pelos sertões sofrendo na pele a seca, compadecendo-se do sofrimento do sertanejo, por quem tinha admiração pela força que tinham. O seu depoimento é o primeiro sobre a psicologia, a etnografia do povo nordestino, do sertanejo no seu cenário. Antes dele nenhum viajante atravessara o sertão do nordeste em época de seca.

Chegou a passar por Natal, Fortaleza, Maranhão, Goiana e Paraíba. Viajou anotando tudo sobre os homens, as raças, as paisagens, os animais, a geografia de onde passava. Escreveu sobre a agricultura, os produtos, a pecuária, as crendices, os costumes, a indumentária, a alimentação e tudo o mais que lhe chamasse a atenção; fixando a sociedade da época, a sociedade dos fazendeiros do nordeste, o senhor de engenho e seus escravos, de forma profunda porque viveu intensamente essa existência, que vemos descrita por outros autores na atualidade.

Sua obra, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, teve sua primeira edição em 1816 e no ano seguinte, 1817, surgiram três edições, a segunda de Londres, uma norte-americana, da Filadélfia e a alemã de Weimar. Em 1818, foi publicada sua tradução francesa e, em 1831, em Leipzig foi divulgada outra edição da obra de Koster. Para o português foi traduzida em 1942 e reeditada em 1978. Seu livro, recebido com elogios gerais na Inglaterra, foi escrito entre 1815 e 1816, apoiando-se na obra de Southey depois de ser encorajado a escrevê-lo, pois, inicialmente, não tinha a intenção de publicar coisa alguma do que vira e ouvira nesse país.

O texto de Koster constitui uma das fontes mais recorrentemente utilizadas pela historiografia e por estudos sociológicos sobre o Brasil. A idoneidade do texto é argumento comum para sua avaliação como narrativa transparente da realidade que relata. A maioria dos estudos reproduz a conhecida caracterização que Richard Burton fez do autor, denominando-o ‘*accurate Koster*’.<sup>4</sup> Como bem expressou Sodré:

“(...) a exatidão nas observações, a fidelidade ao real, a sinceridade e também a compreensão com que viu as nossas coisas lhe valeram uma estima especial, como testemunha, além daquela que parece ter gozado quando viveu entre nós.” (Sodré, 1960, p. 324).

Verificamos que o autor de fato preocupou-se com os critérios de legitimidade e objetividade do texto, negando qualquer intencionalidade da narrativa ou vínculo político. Justificava sua estadia no Brasil como uma visita por motivo de saúde.

#### 2.1.4 - Maria Graham

Viajante, escritora e desenhista, Maria Graham nasceu em 19 de junho de 1785, em Papcastle e faleceu em 1842, em Londres. Filha de George Dundas, um grande explorador, desde cedo viajou pelo mundo. Esteve na Índia, de onde resultou seu primeiro livro de viagens, na Itália e na América do Sul.

A inglesa, de educação muito apurada, veio para a América do Sul, em plena agitação autonomista. Na fragata *Doris*, capitaneada por seu marido, Thomas Graham, exerceu a função de professora de literatura de um grupo de guarda-marinhas que fazia uma viagem de aprendizagem e instruções no navio-escola britânico.

Chegou ao Brasil em setembro de 1821, viajando, em março de 1822, para o Chile, onde presenciou a morte de seu marido: “[...] quando acordei foi para tomar consciência de que estava só, e viúva, com um hemisfério entre mim e meus parentes.” (Graham, 1990, p. 252). Estando viúva, ficou sob os cuidados de Lord Cochrane. Voltou para o Brasil em março de 1823, desembarcando no Rio de Janeiro. Como governanta da princesa D. Maria

---

<sup>4</sup> Grande parte dos viajantes e naturalistas que visitaram o Brasil, no século XIX, citaram Koster, com distinção destacada, endossando observações ou dispensando averiguações do que havia registrado.

da Glória, partiu para a Inglaterra, a fim de preparar material didático para a educação da mesma, mandando imprimir em português os livros didáticos mais famosos. Retornou para o Brasil em agosto de 1824. Partiu definitivamente para a Inglaterra em fins de 1825, onde se casou novamente.

Apresenta-se como uma súdita de Sua Majestade Britânica, que muitas vezes está onde não deveria estar, ou seja, participando da vida pública ou procurando estar a par dela através de jornais e conversas. Como ela mesma confessa: “Acho muito aborrecido que as senhoras não possam assistir às reuniões da Assembléia (Constituinte de 1823). Sei que não há qualquer proibição formal, mas a coisa é considerada tão inadmissível que não posso ir.” (Graham, 1990, p. 320).

No entanto, a própria Maria Graham, em vários momentos, desmerece o caráter político de sua narrativa: “Meus hábitos, como mulher e estrangeira, nunca me conduziram a situações onde pudesse adquirir o necessário conhecimento” (Graham, 1990, p. 85); “(...) em geral, nem o meu sexo, nem minha situação me permitiam informações especiais relativas aos acontecimentos políticos.” (Graham, 1990, p. 101). Muitas vezes seus próprios compatriotas lhe sonegavam informações, “(...) talvez porque uma mulher não é considerada digna de saber alguma coisa através desses personagens do comércio.” (Graham, 1990, p. 183).

Não obstante todos os obstáculos, ela deixou o seu relato na obra intitulada *Diário de uma viagem ao Brasil*, publicada em 1824, tendo sua primeira edição traduzida para o português em 1956, sendo reeditada em 1990.

No seu diário se aventurou em assuntos políticos que não eram considerados de sua competência, devido à época. Como podemos ver em seus escritos, demonstrava coragem e recusava a fragilidade: “(O coronel Patrone) recomendou-me insistentemente que ficasse a bordo. Mas eu nunca tinha visto uma cidade em estado de sítio e por isso resolvi desembarcar.” (Graham, 1990, p. 128). Presenciou uma situação de guerra civil em Pernambuco, fazendo parte dos acontecimentos: “Era a primeira vez que eu tinha a oportunidade de passar as linhas. Sentimo-nos como meninos de colégio em gazeta e estávamos na melhor disposição.” (Graham, 1990, p. 145). Com espírito aventureiro, afirma: “... senti muitas vezes que havia alguma coisa muito atrativa na palavra impossível.” (Graham, 1990, p. 369), e mostrou reiteradamente como superá-lo na sua própria vivência.

Apesar do amor ao perigo e à aventura, e do sentimento de independência, “Nas minhas excursões, já aprendi o bastante para não ser dependente.” (Graham, 1990, p. 265), não recusou um apoio masculino: “Quanto a mim, como estava com meus dois companheiros, não tinha o menor receio a meu respeito.” (Graham, 1990, p. 151).

Graham se coloca como uma viajante a serviço:

“Lamento não ter tido tempo para ver mais coisas da gente e do país. Mas como não somos viajantes por curiosidade, mas estamos em serviço, no qual devemos observar a mais estrita obediência, nem ousamos pensar em excursões mais longas.” (Graham, 1990, p. 114).

Ao visitar um mercado de escravos, em Recife, saiu “com a resolução, não ruidosa, mas profunda, de que tudo o que pudéssemos fazer no sentido da abolição ou da atenuação da escravatura seria considerado pouco.” (Graham, 1990, p. 134).

Mesmo não seguindo nenhum projeto ilustrado em especial, sem qualquer desejo de classificação em mente, não obedecendo a normas de qualquer Academia Científica, registrou em desenhos magníficos as flores, árvores, paisagens e os habitantes de nosso país.

O relato de Maria Graham, que aqui esteve nos anos de 1821, 1822 e 1823, em forma de diário, contém informações preciosas para o estudo da vida social do Brasil e de fatos políticos que antecederam a nossa independência, resultado de uma observação minuciosa e perspicaz, embora anotasse, meio ao léu, o que lhe interessasse nos tipos humanos, nas festas e nas ruas que percorria a pé ou a cavalo, registrando, a seu modo, o país. Não é pois um relato “científico” o modelo do diário de Maria Graham.

### *2.1.5 - Robert Walsh*

O reverendo Robert Walsh chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1828. Embarcou de volta à Inglaterra no *North Star*, zarpando em 4 de maio de 1829, da baía de Botafogo, desembarcando em Portsmouth, meses depois.

Médico e capelão da Colônia britânica no Rio de Janeiro, não deixava de ser também, a seu modo, um burocrata, um funcionário britânico, ora a serviço de Deus, ora a

serviço da Sua Majestade Britânica.

Do Rio de Janeiro viajou para Minas Gerais, com destino a São João Del Rey, onde passou a maior parte do tempo, chegou a visitar Vila Rica e São José (atual Tiradentes).

Em sua obra intitulada *Notícias do Brasil*, publicada em 1830 e traduzido para o português em 1985, apresenta um breve resumo dos principais fatos que ocorreram aqui, desde o descobrimento do Brasil até o momento de sua chegada. Embora não tenha sido uma testemunha ocular, se informou e leu a respeito dos acontecimentos mais importantes deste período, de modo a não cometer grandes equívocos históricos.

Descreve com grande riqueza e precisão de detalhes fatos importantes e também os corriqueiros: relata a ordenação de freiras, a existência de doenças, os incômodos dos carrapatos, a situação da educação ..., tudo com a mesma veemência. Trata dos mais diversos temas, dentre eles sobre a educação com passagens em meio a relatos de costumes, ou de qualquer fato que lhe chamasse a atenção.

Sua obra contém mapas, gravuras e partituras de músicas.

### 2.1.6 - John Armitage

John Armitage nasceu em 1807, na cidade de Failsworth, Inglaterra, e faleceu aos 48 anos, em Manchester, em 1856.

Veio para o Brasil em 1828, com vinte e um anos, como auxiliar da casa *Philipe, Wood & Co.*, em sua filial no Rio de Janeiro, ficando aqui até 1835.

Como muito bem colocado por Armitage: “Talvez não exista um país cujas relações com a Gran-Bretanha sejam tão extensas e ao mesmo tempo esteja tão desconhecido por ella, do que o Império do Brasil.” (Armitage, 1981, p. 78).

A carência de quaisquer meios de referência sobre os negócios políticos e financeiros do país foi tão vivamente sentida por Armitage, durante sua longa residência no país, fato que o induziu a dar continuidade à obra de Robert Southey, sobre a história do Brasil. Portanto, sua obra se inicia do ponto em que Southey parou, ou seja, inicia-se com a vinda da Família Real Portuguesa em 1808 e vai até a abdicação de D. Pedro I, em 1831. A sua grande obra intitulada *História do Brasil* teve sua primeira edição em 1822, em inglês,

tendo sido traduzida para o português em 1837, e posteriormente reeditada em 1914 e novamente em 1981.

Inicialmente, com o intuito de informar aos ingleses sobre negócios políticos e financeiros, Armitage passou a ter o interesse e a intenção de escrever uma obra criteriosa e imparcial, baseada em farta documentação, cujas experiências relatadas servissem ao futuro da nação brasileira.

Armitage era um defensor da monarquia constitucional, considerando-a o melhor instrumento para introduzir a civilização e para propiciar os aperfeiçoamentos sociais.

Freqüentou o ambiente da Corte, convivendo com políticos, intelectuais e pessoas de prestígio, tendo a oportunidade de testemunhar e conhecer fatos de nossa história e de ter acesso a documentos e fontes de informações importantes da época, franqueados a poucos.

Sua obra, *História do Brasil*, se caracteriza por retratar de forma clara e imparcial, na medida do possível, num estilo bem humorado, até mesmo levemente irônico, os traços das principais personagens do momento, como a Marquesa de Santos, José Bonifácio, Evaristo da Veiga, D. Pedro I e outros.

### 2.1.7 - George Gardner

O botânico, zoólogo e médico, George Gardner nasceu em 1812, em Glasgow e faleceu em 1849. Chegou ao Brasil, vindo de Liverpool, com o espírito excitado pelas descrições extraordinariamente belas que recebeu de Humboldt e de outros viajantes sobre a beleza e variedade da natureza das regiões tropicais. Foi financiado por amigos ricos de seu professor William Hooker.

Chegou ao Rio de Janeiro em 1836. Depois de quase cinco anos entre nós, retornou à Inglaterra, em 1841, zarpando do Maranhão.

Voltou para a Europa com um acervo grandioso de milhares de espécies vegetais, tornando-se diretor do Jardim Botânico, no Ceilão, onde faleceu.

Sua obra, *Viagens no interior do Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*, teve sua primeira edição em 1846, uma segunda edição em 1849 e a terceira edição em 1973, todas em

inglês, sendo traduzida para o português apenas em 1942 e reeditada em 1975.

Em seu livro descreve sua chegada ao Rio de Janeiro, retratando a cidade e seus arredores. Trata da flora, da fauna, das jazidas de minérios de ouro e ferro; sobre os transportes através de rios; sobre os homens, a mistura de raças, a escravidão e os costumes brasileiros; sobre as instituições como o Jardim Botânico, o Museu de História Natural e os colégios.

Em suas andanças, passou por Pernambuco e Bahia registrando os feitos dos jesuítas, dando destaque para a cidade de Olinda com seu Jardim Botânico e seus colégios. Viajou por Alagoas e pelo Rio São Francisco, descrevendo as aldeias da região, enfatizando a sua produção. No Ceará, descreveu as manufaturas, a agricultura, a cultura, as festas religiosas e discorreu sobre o problema da seca. Ao passar por Piauí destacou o comércio e a guerra civil (a Revolta Balaiada). Chegou a Minas Gerais, visitando as áreas de mineração de ouro e diamante, onde a riqueza da flora o fascinou. Descreveu sua população, seus colégios, sua geologia, os modos de extração e o esmagamento do governo através do monopólio e a resistência através do contrabando.

Realizou excursões pelo Brasil colhendo grande número de plantas tropicais, classificando-as com todo o rigor técnico e enviando-as para as coleções dos jardins de Kew e Glasgow.

Apontou para as dificuldades enfrentadas pelo viajante em certas regiões brasileiras:

“as privações que sofre o viajante nas regiões desabitadas, e por vezes desertas, mal podem avaliar os que a elas nunca se aventuraram: ora exposto a um sol de fogo, ora a chuvas torrenciais, como só há nos trópicos; separado por anos, de toda a sociedade civilizada, dormindo meses a fio ao relento [...]” (Gardner, 1942, p. IX-X).

Seus interesses são quase exclusivamente botânicos e geológicos, embora não tenha deixado de observar e anotar aspectos da sociedade brasileira e de ter interagido com a mesma, na figura de médico, chegando mesmo a exercer sua habilidade profissional em algumas fazendas, cuidando de picadas de cobra e outras enfermidades. Foi um dos primeiros a fornecer alguns dados de maior interesse para a Etnologia.

### 2.1.8 - Alfred Russel Wallace

Naturalista inglês, Alfred Wallace nasceu em Usk, em janeiro de 1823, e faleceu em novembro de 1913. Foi educado na Escola de Hertford, andou por vários pontos da Inglaterra e do País de Gales, adquirindo conhecimentos de agricultura e se inteirando das condições sociais e econômicas em que se encontravam as classes trabalhadoras. Começou a estudar História Natural e a ler relatos de viagens.

Especializando-se em História Natural, ligou-se a Henry W. Bates, entomologista de renome, não tardando a se render ao desejo de visitar as regiões tropicais a fim de estudar a fauna e a flora. Propõe a Bates organizarem uma expedição ao Amazonas, para fazerem coleções de tudo quanto interessasse à História Natural e reunir fatos que pudessem esclarecer, ou mesmo resolver, o problema da origem das espécies. A expedição partiu para o Brasil em 1848, permanecendo até 1852, trabalhando, ora juntos ora separados, até 1850, quando se separaram definitivamente.

Demonstrou um certo desapontamento ao chegar ao Brasil, e assim o expressou:

“[...] tudo aqui tinha para mim o encanto de uma completa novidade. No todo, entretanto, eu estava desapontado. O tempo não era tão quente, as pessoas não eram tão diferentes, a vegetação não era tão extraordinária, nada coincidia com a minha imaginação.” (Wallace, 1979, p. 18).

Aos poucos foi reconhecendo os detalhes, as curiosidades sobre o que leu ou ouviu falar acerca das maravilhas do Novo Mundo:

“Ali existem diversos aspectos e objetos interessantes, porém isolados os quais têm de ser procurados, para então poderem ser observados e apreciados. Os encantos de uma região vão se revelando pouco a pouco, à medida que contemplamos as diversas partes que a compõem, e à proporção em que nossa educação e nossos hábitos nos permitem compreendê-los e admirá-los.” (Wallace, 1979, p.18).

Aponta para a impressão errônea que um relato pode provocar no leitor:

“... quando os viajantes agrupam, numa única descrição, todas aquelas maravilhas e novidades que levaram semanas ou meses para observar, acabam

por produzir uma impressão errônea no leitor, fazendo com que este experimente um enorme desapontamento se, por acaso, tem a oportunidade de visitar o local.” (Wallace, 1979, p. 18).

Em sua obra, *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, publicada em 1853 e traduzida para o português em 1979, descreveu os lugares por onde passou e os costumes dos povos que entrou em contato.

Sua vinda para o Brasil foi marcada por um misto de tédio, euforia, tristeza, prazer, saudades de casa e encantamento:

“A ansiedade que outrora senti de vir para esta terra tropical não foi sequer a metade da que agora sentia de voltar para casa.” (Wallace, 1979, p. 193).

“Todavia, a perspectiva da maravilhosa vida que aqui me aguardaria, livre das preocupações financeiras e dos aborrecimentos da civilização, faz-me hesitar entre regressar a teus campos [Inglaterra] ou dar-te adeus para sempre, passando a desfrutar aqui neste Rio Negro de uma vida repleta de tranquilidade, fartura, paz [...]” (Wallace, 1979, p. 210).

Wallace se tornaria, mais tarde, famoso por seu importante papel na criação da Teoria da Evolução. Esta viagem foi uma das mais importante para as Ciências Naturais, pela sua contribuição na grandiosa obra de Darwin sobre o evolucionismo.

Outra feição especial do talento de Wallace foi a sua influência, teórica e prática, na agitação social que culminou em toda a Grã-Bretanha no final do século XIX, envolvendo questões agrárias, através de suas obras e de sua atuação na Liga para a nacionalização da terra. A sua capacidade de trabalho e o valor dos seus escritos não ficaram sem reconhecimento, sendo várias vezes premiado e homenageado em sua terra mãe.

### 2.1.9 - Henry Bates

O naturalista Henry Bates nasceu em Leicester, Inglaterra, em 1825, e morreu em Londres, em 1892. Viajou para o Brasil, junto com Alfred Russell Wallace, em 1848. Permaneceu no Brasil até 1859, quando embarcou no navio mercante norte-americano,

*Frederic Demming*, com destino a Nova York e depois rumou para a Inglaterra.

Os dois naturalistas iniciaram juntos as suas excursões pelas regiões circunvizinhas de Belém, rumo ao Rio Tocantins, se separando em 1849 quando cada um seguiu para uma direção diferente. Os dois amigos separaram-se sem o menor desentendimento pessoal. Bates cogitava exclusivamente sobre a entomologia, ao passo que Wallace queria colher fatos que pudessem interessar ao estudo da origem e evolução das espécies. Bates resolveu realizar sozinho a exploração do restante da Bacia Amazônica por ele denominada “o paraíso do naturalista”, e ali permaneceu até 1859. Na região amazônica coletou mais de 15.000 espécies, das quais cerca de 8.000 eram inéditas para a ciência, remetendo-as ao Museu Britânico. Passou também por São Paulo.

Sua viagem foi uma das mais importantes para as Ciências Naturais. Bates descreveu os tipos de vegetação e a fauna brasileira, com informações zoológicas, etnológicas e históricas, não perdendo oportunidade de enriquecer sua coleção com pássaros, insetos, conchas e plantas. Quando retornou ao Pará, depois de suas longas excursões pela região, em 1859, notou muitas mudanças nas construções e nos costumes locais.

Em sua obra, *O naturalista no rio Amazonas*, publicada em 1863 e traduzida, para o português, em 1944, não deixou de registrar suas observações a respeito das exportações e importações do Brasil, sobre a borracha, sobre a importância da imigração para o progresso do país, além de fazer considerações morais sobre a população branca, negra, indígena e mestiça, sendo que a respeito das três últimas raças entra muitas vezes em contradição.

Com visão apaixonada, chega a parecer eufórico em suas descrições, sempre observando fatos, costumes e hábitos em comparação com o mundo europeu, embora, algumas vezes, demonstre impaciência, ou mesmo raiva, diante das dificuldades e aborrecimentos vivenciados nas matas.

Quando partiu demonstrou tristeza: “(...) ali ancorados foi então que senti que se havia rompido o último laço que me prendia àquela terra da qual eu levava tantas e tão agradáveis recordações.” (Bates, 1979, p. 298). Os paranaenses tinham consciência dos encantos de sua terra, como demonstra o ditado: “Quem vai para o Pará, pára”.

A obra de Bates é uma das mais importantes e famosas sobre a Amazônia.

### 2.1.10 - Richard Francis Burton

Richard Francis Burton nasceu na Inglaterra, em Hertfordshire, em março de 1821, vindo a falecer em outubro de 1890, em Trieste. Viajante, poliglota (aprendeu o francês, o italiano, ainda na infância, dedicando-se também ao grego, ao latim e ao árabe), tradutor e escritor, esteve no Oriente Médio, na África e nos Estados Unidos, além da América do Sul.

Pelos lugares que passava procurava aprender a língua, conhecer os costumes e a religiosidade do povo, deixando das muitas viagens diversas obras, além de ter escrito poemas e também possuir diversas biografias. Traduziu para o português inúmeras obras das culturas que visitou para o inglês, como *As mil e uma noites*, o *Kama Sutra* e *Os Lusíadas*, antes mesmo de vir para o Brasil, fato que demonstra seu amplo domínio da língua quando da sua viagem aos planaltos brasileiros.

Em 1842, entrou para o serviço militar na Índia, no contingente da Companhia das Índias Orientais, gigantesca empresa comercial britânica que detinha os direitos exclusivos de comércio na Índia e em outros lugares do Oriente.

Burton participou ativamente em atividades na Ásia Central e Ocidental e na África, como profundo conhecedor das línguas e costumes das culturas locais.

O amplo saber etnográfico que acumulou na Ásia, no Oriente Médio, na África e na América foi significativo para sua atuação política e para a compreensão do colonialismo britânico nessas regiões, e no Império brasileiro em particular.

Nos seus relatos percebemos a tendência ao emprego do arcaísmo, da comparação constante do Brasil com outras regiões que visitou, com a mitologia e com a história antiga.

Em 1861 ingressou na carreira consular, no Ministério do Exterior da Inglaterra, vindo para Santos, como cônsul britânico, em 1865, permanecendo até 1868. Sua condição de cônsul abriu-lhe a possibilidade de viajar pelo interior do país e pela América do Sul. Tamanha é a importância da obra resultante de sua estadia aqui, que Burton é mais lembrado pelo livro que escreveu sobre o Brasil do que como cônsul da Sua Majestade Britânica.

Uma vez no Brasil, empreendeu ousada viagem pelo rio São Francisco, registrando, num diário, suas aventuras, além de observações cuidadosas acerca da natureza, da

economia da região, do aproveitamento do rio para a navegação e para a economia da população ribeirinha. Seus escritos contêm vários apontamentos sobre os problemas locais e nacionais, indo além de uma simples preocupação com o pitoresco; analisou as inadequações das ferrovias, das estradas, das vantagens do trabalho do imigrante europeu, por exemplo, e fez várias sugestões de melhoramentos em diversas áreas.

Permaneceu pouco tempo em Santos, sede do consulado inglês em São Paulo. Foi casado com a irlandesa Isabel Arundel, ardente católica e conhecedora da língua portuguesa, que o acompanhava em algumas de suas viagens, sendo importante colaboradora de sua extensa obra. Além de colaboradora do marido Isabel Burton também publicou a biografia do marido intitulada *The life of Captain Sir Richard F. Burton*, em 1893, composta de dois volumes.

Chegando ao Brasil, Isabel se instalou no convento à rua do Carmo, ficando em São Paulo por um bom tempo, encarregada da vida social, que o marido desgostava. Via a sociedade paulista como sendo fechada, imoral, sem graça e sem estilo. Considerou a cidade, em si, bonita e clara, bem arborizada e servida de água, com grandes montanhas distantes, crescendo irregularmente num morro e despenhando-se por um planalto. Sua educação inglesa impediu uma maior interação com a sociedade paulista.

Paradoxalmente, Burton era anticolonialista, tanto que na sua obra escreveu criticando a política de sua pátria. Nos deixou preciosos relatórios sobre a terra, principalmente da província de São Paulo:

“(Embora a província de São Paulo seja) reduzida, é ainda com relação a extensão, a população, salubridade, riqueza do solo e variedade de produtos e elementos, prosperidade em geral, sem falar nas suas tradições heróicas, uma das porções mais importantes do Império.” (Burton, 1983, p. 20).

Apresenta o Brasil como um lugar de fácil enriquecimento, na qual, por esforço próprio, a pessoa pode alcançar um *status* social bem quisto pela sociedade brasileira. Assim, um simples operário pode vir a ser o proprietário da mina, o simples lojista passar a capitalista e, como Burton colocou:

“um miserável mestre-escola é aqui professor (...), a governanta, longe de ser uma empregada de categoria superior, com uma enfadonha tarefa pela

frente, torna-se freqüentemente a cabeça da casa e a dirige com férrea disciplina.” (Burton, 1983, p. 20).

O texto de Burton, *Explorations of the Highlands of the Brasil* (1869), é um testemunho privilegiado e repleto de observações preciosas acerca dos significados da escravidão e dos costumes no Brasil. Até porque sua experiência como viajante e diplomata, assim como o conhecimento de outros povos ligado ao Império Britânico o tornaram um personagem de destaque no século XIX. Para conhecer nossa nação estudou o português e o tupi, conhecendo a fundo a literatura erudita e popular do Brasil, fazendo várias traduções para o inglês. Burton era um erudito, antropólogo, naturalista, folclorista e acima de tudo um grande observador.

#### 2.1.11 - James William Wells

A maioria dos viajantes que aqui estiveram eram naturalistas ou comerciantes, mas também vieram engenheiros, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Foi o caso de Wells, um engenheiro civil ferroviário, membro da *Royal Geographical Society (RGS)*, de Londres, e da *Constitution of Civil Engineers*, sendo considerado grande entendedor acerca das coisas do Brasil.

Chegou no Brasil em 1868, ou 1869, e aqui permaneceu até 1886, sendo também encontrada referências à data de 1888. Viajou para Minas Gerais, em fevereiro de 1873, vindo do Rio de Janeiro, com uma equipe de engenheiros organizada pelo *Public Works Construction Company*, de Londres, contratada pelo governo imperial para levantar um itinerário para o trecho final da Estrada de Ferro D. Pedro II. Suas viagens abarcaram grande parte do interior brasileiro, indo do rio Paraopeba, em Minas Gerais, até o rio Tocantins, no norte do país.

Fascinado que era pela vida nos trópicos, veio, para o Brasil, em busca de aventuras, de melhores oportunidades e com grande expectativa para desempenhar seu ofício. Juntamente com o conhecimento que sua profissão favorecia, trouxe uma bagagem de informações acerca do país. Cheio de expectativas otimistas, desembarcou no Brasil, sozinho e ignorante da língua.

Sua missão o afastou das trilhas mais batidas e dos destinos mais comuns dos da maioria dos viajantes. Longe das vilas do ouro, do distrito diamantino, da área cafeeira, das áreas mais densas e mercantilizadas, travou relações e trabalhou com a gente da terra, daí surgindo sua obra, com tantas descrições acerca do cotidiano da vida nas fazendas, nos sítios, nas vilas e nos lugarejos, do comércio local, dos costumes, da linguagem,<sup>5</sup> da noção de tempo e do horizonte econômico das pessoas. Não faz descrição pormenorizada da flora e da fauna, pois considerava que outros já o fizeram, e de forma mais competente. Morou por espaços de tempos diferentes por diversos lugares, por exigência de seu trabalho de levantamento topográfico.

Em sua obra, *Explorando e viajando três milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão*, publicada em 1886 e traduzida para o português somente em 1995, sua narrativa centra-se mais nas produções, nos transportes, no comércio, nas tecnologias ou na falta dessas coisas, nos habitantes e seus costumes do que em folhas e bichos. De forma menos técnica, e freqüentemente marcada pela presença do autor, sua narrativa explora muitas vezes o teatral e o grotesco, usando uma linguagem objetiva de engenheiro, com grande eficiência descritiva e tom sarcástico de algumas cenas e diálogos. Quanto à descrição das paisagens, chega a ser lírico.

Vindo de um lugar relativamente superpovoado e pequeno, ficou impressionado com a escassez de pessoas e os imensos espaços abertos, incultos mas cultiváveis em sua maioria, vislumbrando as vantagens de sua ocupação por imigrantes, preferencialmente ingleses.

Em sua estada no Brasil encontrou-se com Gardner e com Burton, mas diferentemente deles e da maioria dos visitantes, passou por caminhos e lugarejos incomuns, registrando uma Minas Gerais com seus sertões meio ermos e extensos, com poucos escravos e de homens pobres e livres, enquanto projetava rotas para ferrovias que abririam essa vasta região ao comércio com a Europa e se tornaria um atrativo à imigração européia.

Como o próprio autor escreveu em sua obra, apesar dos portos estarem abertos desde 1808, ainda na década de 1880 o Brasil era “uma terra da qual menos se sabe, em

---

<sup>5</sup> As diferentes formas e expressões usadas pelos brasileiros, principalmente das regiões mais afastadas, lhe chamavam bastante a atenção, como a expressão ‘ooo-whi’, por exemplo.

geral, do que da África.” (Wells, 1995, v. I, p. 33), com extensas áreas ainda não mapeadas. Assim, no trabalho de Wells vemos também um esforço em sanar esta deficiência, nos deixando levantamentos topográficos e mapas de diferentes regiões, algumas bem interioranas.

## **2.2 - O OLHAR BRITÂNICO**

Os escritos dos ingleses sobre o Brasil, desde os primórdios do século XIX, tomam a forma de literatura de viagem. Nesta literatura, as considerações econômicas subjacentes estavam sempre presentes, podendo, até mesmo, dizer que este era o maior objetivo de tais escritos.

As obras dos viajantes apresentam, ao lado dos interesses econômicos, uma característica comum: a variabilidade de temas. As obras dos viajantes, enquanto relatos de experiências vividas, contêm assuntos sobre aspectos os mais variados possíveis, referentes ao Brasil. No entanto, esta variação temática era em parte limitada, pois, por mais que cada autor procurasse abarcar o maior número possível de informações, não conseguia comentar e discorrer com a mesma dedicação e interesse sobre todos os aspectos observados. Intencionalmente ou não, o viajante acabava tratando de alguns temas e deixando outros meio de lado. Foram muitos os fatores que atuaram na escolha dos assuntos tratados pelos viajantes, como vimos no item anteriormente.

O interesse pessoal levou o viajante a se sentir mais atraído pelos aspectos relacionados à sua área de formação, pois a profissão lhe dava oportunidade de se aprofundar em um determinado assunto e fazer pesquisas referente à sua área de estudo. O lugar visitado também contribuía para direcionar, de certa forma, o olhar do viajante, pois a região escolhida legitimava a descrição da paisagem, da atividade econômica predominante, do tipo de organização social, da cultura local ou de curiosidades tanto para o viajante como para seu leitor europeu. O viajante também se preocupava em satisfazer a curiosidade e os desejos do leitor, principalmente europeu, uma vez que o mesmo era quem

julgava sobre a relevância da obra, divulgava e legitimava a importância das viagens e dos viajantes (Leite, 1996, p. 90).

O interesse do financiador da viagem também pesava na hora de selecionar o que seria relatado, levando, geralmente, o viajante a procurar aliar ao seu interesse temas que convinhassem ao seu patrocinador.<sup>6</sup>

Alguns viajantes optaram por fornecer uma visão mais geral do país, enquanto outros preferiram tratar de temas mais específicos, sem, no entanto, deixar de fazer considerações mais gerais sobre o Brasil, dosando-as no interior da narrativa. Enquanto, na sua maioria, os naturalistas se voltavam para a observação da flora e da fauna, outros viajantes dispensavam suas atenções para a natureza humana, se aproximando da gente do povo, dos homens, das casas, das cozinhas, das igrejas, dos engenhos e das fazendas com a mesma ânsia de saber, de ver e compreender as pessoas e não apenas contemplando as paisagens.

Os temas gerais têm como objetivo a formação de uma visão panorâmica das regiões e lugares visitados. São geralmente recorrentes, permitindo uma comparação entre si e revelando diversos aspectos sobre: a geografia local, o clima, os recursos naturais, as vias de comunicação e de transporte, a origem e a organização de diferentes populações, seus hábitos e costumes, os tipos e estilos de habitações, os modos de se vestirem, sobre a alimentação, as formas de subsistência, as festas, a religião, a organização política e outros aspectos e curiosidades que lhes chamassem a atenção. Adotando uma abordagem mais geral, o viajante pode fornecer informações sobre aspectos variados, sem se deter ou explorar apenas este ou aquele aspecto da sociedade brasileira (Leite, 1996, p. 91).<sup>7</sup>

Mary Pratt denomina estes viajantes ingleses, que aqui estiveram durante todo o século XIX, de “vanguarda capitalista”. Nos textos destes, a sociedade brasileira é descrita como retrógrada e incessantemente criticada por sua indolência, associada ao fracasso em explorar os recursos que a rodeava. Acusam as elites locais de incapazes de racionalizar,

---

<sup>6</sup> “Nota-se que a preocupação com a natureza fez com que todos se tornassem ‘naturalistas’, mesmo não o sendo de profissão, provavelmente devido a exuberância da mesma. O que me pareceu ocorrer é que viajantes como Mawe, Luccock, Suzannet, Burmeister, Burton e outros se dispunham a fazer descrições sobre relevo, clima, tipos de rocha, espécies vegetais e animais, para corresponder a seus interesses e aos de seus leitores. Isso, inclusive, foi motivo de crítica por parte de alguns viajantes (John Pohl, por exemplo) que se consideravam autênticos especialistas em tais assuntos.” (Leite, 1996, p. 91)

<sup>7</sup> A seqüência temporal utilizada na narrativa se encarregava de conduzir o leitor aos acontecimentos, ou seja, levava o leitor à viagem. Os temas, portanto, aparecem em decorrência desse deslocamento no espaço e no tempo (Leite, 1996, p. 91).

especializar e maximizar a produção, assim como de desenvolverem hábitos modernos de consumo. Os contrariados viajantes, em geral, lastimam a indiferença em relação às virtudes do conforto, à eficiência, asseio, variedade e gosto. Evidentemente, pensavam seu próprio mundo como o espelho que a América deveria refletir. E, seguindo a lógica imperialista, como não poderia deixar de ser, falam das vantagens de se manter relações comerciais com a Inglaterra; dos benefícios que a imigração européia traria para o desenvolvimento deste país e mais ainda, do importante papel da Inglaterra, através da presença e das ações dos ingleses aqui para o desabrochar desta mais nova futura nação. O inglês esboça um quadro de abundância bravia, que quase suplica para ser explorado por indivíduos com uma outra mentalidade, que percebam essa riqueza escondida e tenham condições de retirar dela o máximo de lucro possível (Galvão, 2001, p. 87).<sup>8</sup>

Para explicar o atraso brasileiro e apontar para o futuro, enquanto possibilidade de vir a ser uma nação, os viajantes apontaram diferentes aspectos ligados a isto.<sup>9</sup>

A respeito da indolência do povo brasileiro, Armitage nos traz sua impressão, apontando para o caráter mais geral da mesma que, segundo ele, facilmente se pode calcular, através da natureza das instituições.

“Mantido pelo trabalho dos escravos, habitando um clima onde as produções da terra são quase espontâneas, privado do estímulo e das ciências que a livre comunicação com as nações estrangeiras teria ministrado, era pela maior parte um povo indolente e apático.” (Armitage, 1981, p. 30).

Wells também se queixa incessantemente do que chama de “preguiça pachorrenta” da maioria dos brasileiros, contrastando com a diligência inglesa, e a encara como um problema moral: “a pobreza que existe [no Brasil] deve-se pura e simplesmente à extrema

---

<sup>8</sup> A outra forma de percepção européia é a prática propriamente agressiva do ato ou da intervenção colonizadora, e que implica em contato direto, físico, com o meio, em função da extração daquilo que se veio buscar pelo ato da colonização, ou seja, a matéria-prima, vegetal tropical ou mineral. E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais uma paisagem, mas a mata ou o sertão bravio. A ênfase na expressão bravio se deve ao ato realmente dignificante que é o do desbravamento. Desbravar, romper aquela virgindade nativa, e agressivamente impor o seu controle e o seu domínio sobre a natureza. Natureza que, por sua vez, aparece aqui como o inimigo a ser vencido e espoliado. Essa característica é comum a todos os viajantes abordados nesta pesquisa.

<sup>9</sup> O evolucionismo legítima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental, possibilitando à elite européia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. Assim, a análise do Brasil sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade, implicava dizer que o estágio civilizatório do país se encontrava de imediato definido como inferior em relação aos países europeus.

indolência” (Wells, 1995, v. I, p. 106). Via a imigração estrangeira em larga escala como solução para mudar este quadro, só isto mudaria o “interior estagnado e decadente, longe dos mercados, e com suas únicas comunicações quase proibitivamente caras, de modo que a massa da população simplesmente vegeta com as árvores em volta deles.” (Wells, 1995).

Igualmente, Bates vê o povo brasileiro como indolente, que não sabe aproveitar o que a natureza do país oferece: “não vi ali ninguém ocupado em trabalho pesado, [...] o povo se divertia mais do que trabalhava” (Bates, 1979). Wallace considera que:

“(…) a indolente disposição do povo e a escassez da mão-de-obra entravam o desenvolvimento das potencialidades dessa excelente terra, pelo menos até que aí se estabeleçam colônias de europeus ou norte-americanos” (Wallace, 1979, p. 60).

Luccock, corroborando a visão dos três viajantes acima, falando dos habitantes locais diz que:

“Não se vêem fisionomias atarefadas, nem azáfama de negócios, nem pretos à cata de biscates, nenhum pregão de pessoas anunciando artigos de geral consumo diário à venda, mas sim, ao contrario, uma aparência uniforme de vadiagem, displicência e repouso. Vivem todos os brancos, aos quais a côr privilegia, livres de qualquer preocupação” (Luccock, 1975, p. 305).

Ao observarem o cotidiano de populações de diferentes regiões, principalmente as mais interioranas, como podemos notar, freqüentemente os viajantes se referiam ao caráter assistemático de que se revestiam as atividades desenvolvidas por elas. Como Barreiro colocou:

“(…) tais atividades não eram concebidas de modo a estimular o desenvolvimento do trabalho constante, regular e ininterrupto. Esses atributos, fundamentais para a criação da disciplina de trabalho, não se podiam desenvolver entre os elementos [pertencentes à maioria da população brasileira], dada a própria natureza de suas ocupações. Como as necessidades estavam ligadas, em grande parte, à caça, à pesca e à coleta, sua satisfação não dependia de esforço continuado e intenso. De resto, uma das características mais salientes daquelas atividades era a existência de tarefas múltiplas a serem desempenhadas pelo mesmo trabalhador ou pela mesma família, todas elas vinculadas e

dependentes do ciclo irregular da natureza.” (Barreiro, 2002, p. 34-35)<sup>10</sup>

Em inícios do século XIX, Henry Koster chamava a atenção para o problema da resistência do homem livre para o trabalho, e por isso esse autor procurava comentar as melhores estratégias de subordinação daqueles à disciplina requerida pela grande lavoura.

Para Koster, o tempo do homem livre deixaria de ser “mal-empregado” quando ele passasse a relacionar a obtenção de seu sustento ao duro e continuado esforço do labor (Barreiro, 2002, p. 37). Afirmava Koster:

“Se um homem se persuade de que, para obter seu sustento, depende de um esforço diário, é provável que não perca um só momento, e que não adie para amanhã o que lhe beneficiará atualmente e como sabe que o seu bem-estar está ligado à regularidade de seu esforço, estará disposto a cumprir suas ocupações com pontualidade.” (Koster, 1942, p. 544).

Koster associa a idéia de necessidade com a de estímulo, que, por sua vez, envolve a questão da incorporação, pelo homem livre e sem posses, da concepção de tempo útil, quando diz:

“Mas se os ganhos não correspondem à obra realizada diariamente, há probabilidade que se note alguma indolência, e que, por motivos insignificantes, vá adiando seu labor para outra ocasião (...). O labor não é agradável. O homem trabalha geralmente por necessidade e tem necessidade de alguns estimulantes para animá-lo ao esforço.” (Koster, 1942, p. 545).

Mawe considera que a decadência do país se explica pela falta de conhecimentos técnicos e de uma ética do trabalho que valorizasse o esforço. Ele considera que os habitantes do país desprezavam a beleza e ignoravam as potencialidades de exploração de riqueza a que tinham acesso. Para o autor, a educação, os hábitos, os preconceitos

---

<sup>10</sup> Daí a impossibilidade de formação do hábito e da regularidade, capazes de constituir a disciplina requerida ao trabalhador pela economia capitalista. As comemorações de festas religiosas eram também motivos justificados para interrupção do trabalho. A experiência vivida pelos brasileiros, na sua maioria, relacionada a situações produtivas assistemáticas, aparecia no plano da sua consciência em uma forma específica de conceber a idéia de tempo, que era incompatível com a moderna concepção de trabalho capitalista. Esse conflito não passou despercebido para os viajantes estrangeiros. “Ao lado da introdução da divisão de trabalho, o controle do tempo, desde meados do século XVIII, será um dos elementos fundamentais da disciplina no mundo moderno. O tempo tem que ser medido, e, na atividade produtiva, o seu controle ininterrupto deverá ser aferido pela pressão dos fiscais. A exatidão e a regularidade passam a ser virtudes fundamentais do tempo disciplinar.” (Barreiro, 2002, p. 34).

hereditários os tornavam inaptos para a vida ativa; sempre entregues à perspectiva de enriquecer subitamente, imaginavam estar isentos da lei universal da natureza, que obrigavam o homem a ganhar o pão com o suor do seu rosto.

Para muitos viajantes, assim como para Mawe, o país possuía um apego à “rotina” e uma “aversão pelo progresso”, uma cegueira dos próprios interesses, apenas percebidos pelos estrangeiros.

“Assim, diante da indiferença dos proprietários em zelar pelos seus interesses, as coisas estão condenadas a seguir a mesma rotina, entregues à direção de homens que tremem à perspectiva de temporário aumento de trabalho, mesmo quando se lhes promete lucro permanente. Esta aversão ao progresso observei com freqüência em todos os habitantes do Brasil; quando, por exemplo, interroguei um construtor, um fabricante de açúcar ou de sabão, ou mesmo um mineiro, quais as razões para orientar seus interesses de maneira tão imperfeita, indicavam-me, invariavelmente, um negro, a fim de responder às minhas perguntas.” (Mawe, 1978, p. 105).

Esses viajantes muitas vezes demarcaram nossa alteridade e justificaram nosso atraso devido a existência da escravidão e da miscigenação. “No olhar providencial e (re)formador dos viajantes não resta dúvida, porém, de que o grande problema para o progresso do país estava na mão-de-obra escrava.” (Mota, 2000, v. I, p. 291).

Mawe destaca a desolação e a indolência do povo brasileiro e procura fazer a sociedade “corar de um estado de miséria voluntária que, para os ingleses, é um opróbrio e lhes acarreta o desprezo dos estrangeiros” (Mawe, 1978, p. 114). Esse desprezo, o inglês não se priva de demonstrar; e vê como sendo melhor para o Brasil seguir o exemplo britânico.

A idéia acerca da indolência do povo brasileiro era compartilhada pelas elites, que também estabeleciam a antinomia civilização versus barbárie. Consideravam o índio e o negro no estágio de completa barbárie. Por isso se encontravam em completa miséria e ignorância, não conseguindo considerar o trabalho como natural e como uma necessidade social. “O ócio está para a barbárie assim como o trabalho está para a civilização.” Alguns membros da elite, juntamente com alguns viajantes, acreditavam que a instrução seria um meio capaz de associar a noção de trabalho à idéia de progresso (Barreiro, 2002, p. 40).

Um outro tipo de associação feita pelos viajantes, procurando estabelecer uma

vinculação entre ócio, trabalho e pobreza, se encontra em suas descrições que, na maioria das vezes, iniciava-se pelo modo de vida e pelo tipo de habitação, objetivando, via de regra, ressaltar o caráter de miserabilidade e escassez daquelas existências. Conforme tais descrições, em geral, as casas eram denominadas choupanas.

Observamos que os viajantes elegiam determinados parâmetros definidores do estado de pobreza.

“A forma simples da construção das casas, a partir da matéria bruta oferecida pela natureza (barro, sapé, ramos e palhas de palmeira), bem como a alimentação baseada na coleta e na pesca, são sintomas que [corroboram] o estado de necessidade e privação desses habitantes. O desasseio, o penteado e a vestimenta são elementos que completam e reforçam a idéia de miséria desse segmento social observado pelos viajantes. Portanto, o trabalho assistemático, vinculado ao artesanato e à subsistência, é associado à idéia de escassez e de pobreza. A vinculação desse segmento social à natureza, somado ao entendimento e definição de suas características a partir de um conceito apriorístico de limpeza e beleza, são condições que permitem a esses observadores europeus a criação do estereótipo da pobreza.” (Barreiro, 2002, p. 45).

Os viajantes ingleses reforçam o caráter ideológico presente em seus relatos ao estabelecer uma correspondência entre a idéia de ócio à de trabalho artesanal e assistemático. Assim, eles afirmam que, ao contrário dos europeus, os habitantes de diferentes regiões do Brasil, “caracterizam-se, basicamente, pelo ócio, porque o estágio da ‘economia natural’, baseada na coleta, não requer o trabalho disciplinado, estimulando o desenvolvimento de hábitos ligados à indolência.” (Barreiro, 2002, p. 45).

Nos seus relatos, também era freqüente encontrar as observações que eles faziam em relação a vários aspectos das cidades brasileiras.

“Não escapavam a seus olhares, por exemplo, aspectos como o ritmo, o traçado das ruas, as pessoas, a movimentação dos portos, as operações manuais de carga e descarga, os vendedores ambulantes, o som da música que acompanhava o trabalho dos negros, inscrevendo-se aí um confronto de valores que é traduzido na necessidade de destruição de práticas ligadas ao ‘primitivismo’ e à ‘barbárie’, para que se assente a modernidade em seus aspectos sociais e culturais.” (Barreiro, 2002, p. 69).

No discurso dos viajantes, sobre a população das cidades, as representações sociais

construídas sobre o negro são particularmente reveladoras de como a modernidade tem que se firmar sobre a “selvageria” da América. Este fato pode ser percebido através dos registros que demonstram as situações de surpresa dos viajantes, logo ao desembarcarem dos navios, em relação à cidade e seus habitantes, em especial, à grande massa de negros.

À época da Independência, Maria Graham observa que o Rio de Janeiro, comparativamente à Bahia ou Pernambuco, é uma cidade mais parecida com as da Europa porque há nela “um ar de pressa e atividade bem agradável aos nossos olhos europeus” (Graham, 1990, p. 208).

Os viajantes vêm no traçado desorganizado das ruas estreitas, tortuosas e escuras e no aspecto caótico das cidades, com seu ritmo lento, preguiçoso e irregular, “a necessidade de reformulação ampla dos espaços que devem ser ‘desodorizados’ e reconstituídos em consonância com os padrões de vigilância, limpeza e regularidade característicos das sociedades modernas.” (Barreiro, 2002, p. 83).

Aspectos como o caráter de isolamento e dispersão da população também estiveram presentes nos relatos. Luccock lembra que a “população provinciana” do Brasil tem uma “forte inclinação pela vida erradia”. Temas sobre a vigilância, a burocratização da alfândega, o reaparelhamento técnico dos portos e sobre as locomotivas e as estradas de ferro apareceram nos textos dos viajantes, apontando para um espaço econômico a ser racionalizado e como meios de trazer o progresso.

Temas referentes aos caminhos terrestres, aos transportes marítimos e fluviais, e todas as dificuldades ligadas a isso, estiveram presentes nos discursos dos viajantes.<sup>11</sup> Denunciavam:

“(…) a precariedade das vias de comunicação no Brasil. Para eles, as estradas eram simples picadas que permitiam, quando muito, a passagem de dois cavalos de carga. A transposição dos rios era difícil, pois as pontes se encontravam em estado de permanente abandono e podiam servir apenas a pedestres, em razão do mau estado de conservação. Os caminhos abertos na mata levavam, às vezes, a espesso lamaçal capaz de fazer os burros se atolarem até o peito.” (Barreiro, 2002, p. 204-205).

---

<sup>11</sup> Uma das razões da presença deste tema nos relatos dos viajantes ingleses foi que “o desenvolvimento da esfera da circulação de mercadorias, tanto quanto a da produção, constituiu espaço importante para a ordem social moderna.” (Barreiro, 2002, p. 179).

Essas observações, que são do início do século XIX, estão ainda presentes nos relatos que datam da segunda metade do século.

A crença no futuro do Império, a idéia de progresso e, principalmente, a crença na vantagem de manter relações com a Inglaterra, era parte constitutiva necessária das representações construídas pelos viajantes ingleses e apareciam com freqüência nos relatos, como no de Luccock:

“Se esta minha última viagem tiver o feliz resultado de atrair vossa atenção [carta ao estadista inglês Stanley] para o Brasil, região tão rica de dons da natureza, tão cheia de possibilidades ainda latentes e tão ardente de progresso, para um império ligado a nós pelos laços do comércio e por uma alta e honrada capacidade em matéria de crédito público, para um povo que excita a nossa admiração pela sua jovem e gloriosa história como Colônia e por uma perseverança, um patriotismo e uma confiança em si, nos últimos três anos de guerra, de que se puderam orgulhar os mais altivos povos da Europa, para uma tão simpática a nós pelo seu governo monárquico e constitucional e por amistosas relações que datam dos dias da sua independência, não considerarei gasto em vão, para usar a frase consagrada, o meu tempo e o meu esforço” (Luccock, 1975, p. 43).

Aqui também fica bem expressado o motivo subjacente de seu livro: “a crença de que o bem-estar de seu próprio país é promovido pelo progresso de outras nações (...)” (Luccock, 1975, p. XVI), no caso, o Brasil. Assim o desenvolvimento deste seria vantajoso para a Inglaterra.

Mawe faz considerações também positivas a respeito do futuro das relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra, apesar das dificuldades concretas enfrentadas no seu início, devido aos excessos especulativos dos ingleses. Com a fixação da Corte portuguesa na Colônia, aqueles abarrotaram o mercado brasileiro de produtos que, em sua maior parte, deterioraram-se nos portos e alfândegas, causando a ruína de muitos mercadores. Desvalorização, roubo, um mercado restrito e não habituado ao excesso de oferta, ignorância dos comerciantes ingleses que enviavam produtos de todo inadequados ao país: essas foram algumas das causas do malogro inicial (Mawe, 1978, p. 216).

As “ardentes esperanças de incalculáveis montes de barras de ouro desvaneceram-se rapidamente como neve ao sol, mas não o otimismo do inglês.” (Mawe, 1978, p. 219). Não obstante as falências retumbantes e perda de crédito de respeitáveis comerciantes, litígios e

injúrias, Mawe vê que:

“O Brasil, livre das restrições coloniais, terá, dentro em breve, sua população duplicada, seu ouro, em vez de transportado para os países estrangeiros, como até aqui, circulará entre os habitantes; e, sob uma sábia administração, é razoável esperar-se que, em vinte anos, este país prosperará mais do que qualquer outro no mesmo espaço de tempo.” (Mawe, 1978, p. 222).

Profeticamente otimista quanto ao futuro, Wells acreditava que “brasileiros e estrangeiros estão fazendo do Brasil o lugar que ele deveria ter (...), entre as grandes nações da terra” (Wells, 1995). Ele queria que seu livro de viagens fosse também uma obra para orientar imigrantes sobre perspectivas de investimentos, pois via o Brasil como “uma meta preferencial dos imigrantes da abarrotada Europa” (Wells, 1995, v. II, p. 286), e que com a vinda destes haveria prosperidade.

Koster, de um lado, compartilha com Mawe, Wells e Luccock esta visão positiva quanto ao futuro do Brasil, baseando-se nas potencialidades observadas. Por outro lado, caracteriza a sociedade brasileira como “feudal”. “Imaginava a vida estranha que levava e a semelhança com a época feudal na Europa aparecia-me, e não a deixava de comparar com o estado atual do interior brasileiro.” (Koster, 1942, p. 295-196).

Este viajante descreve a classe dos senhores de engenho como sendo caracterizada pela marginalização das mulheres, pela ociosidade e praticante de uma exploração agrícola “péssima” e atrasada.

A experiência de Koster como senhor de engenho evidencia que, apesar de todas as diferenças entre as duas sociedades, Colônia portuguesa e Inglaterra, elas podem ter muito em comum. Ele mesmo considerou que “embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos.” (Koster, 1942, p. 417). Este sentimento provocou certa preocupação no autor que: “podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo o que fosse racional e lógico no mundo.” (Koster, 1942, p. 417).

Koster criticou a agricultura do país, embora reconhecesse que a produção intensiva não era necessária, nem viável, devido às condições concretas de produção e propôs “melhorias” técnicas e científicas, baseadas nos modelos ingleses. Assim, a agricultura era vista por Koster como sendo atrasada e sinalizando “nenhum desejo de progresso” (Koster,

1942, p. 422).

O autor aponta para o fato de que a liberdade das relações comerciais com as outras nações haveria de produzir efeitos benéficos para todos os setores da sociedade, e, aos olhos de Koster, “os benefícios que surgiram dessa política estão aumentando rapidamente” (Koster, 1942, p. 422).

Koster primeiro caracteriza negativamente a sociedade brasileira para depois apontar, como sendo o caminho do progresso, a abertura dos portos e a intervenção britânica em nosso território como um marco de desenvolvimento para o país.

Luccock, que esteve no Brasil à época em que os portos foram abertos, passando de Colônia a Reino Unido, nos deixou sua opinião acerca dos acontecimentos tão importantes da nossa transformação política e social. Para ele, estes dois passos marcaram o primeiro esforço no sentido de uma unificação do território e o momento decisivo para a formação de um caráter nacional.

“Estavam todos satisfeitos com o acontecimento e embora os autores do projeto nêle não vissem senão pouco mais que uma simples alteração de nome, o povo sentiu que penetrava numa era nova de existência política, pareceu sentir-se guindado a categoria mais elevada na escala dos seres humanos, e viu nêle uma prova irrefragável de que estava fixado o seu destino, a saber, que o Brasil, no futuro, ainda seria considerado como uma das nações do mundo, deixando de ser sacrificado aos interesses de outra nação. O acontecimento infundiu na alma do povo um sentimento de independência, uma consciência própria de sua importância e a resolução de manter sua nova dignidade.” (Luccock, 1975).

A importância desse sentimento nascente de nação ganha sentido quando comparado à situação anterior, na qual as províncias brasileiras eram quase “completamente desligadas umas das outras”. Luccock diz que:

“... talvez não possuíssem outro laço comum a não ser a semelhança da língua, o fato de receberem seus respectivos governadores trienais da mesma Corte e o que provinha do comércio que canalizava suas vistas e interesses para a mesma cidade da Europa, existindo, ao mesmo tempo, entre algumas dessas províncias, oposições de interesses e entre outras rivalidades declaradas e ostensivas” (Luccock, 1975).

Com a chegada da Corte findou a ameaça de desintegração da Colônia pela grande

“habilidade do governo”, apoiado pela Inglaterra. Assim, a unidade do território seria mantida e o poder centralizado na capital do novo reino (Mota, 2000, p. 272).

Como súdito britânico, a atuação dos ingleses é vista, por Luccock, como impulsionadora da formação da unidade territorial e da formação da nação, enquanto que para outros viajantes, de outras nacionalidades ou posições políticas contrárias, tal posição ocupada pela Inglaterra foi digna de críticas.

Armitage, diferentemente de Luccock e de muitos outros que atribuíram a D. João VI a fundação da nacionalidade brasileira, atribuiu aos desdobramentos da Revolução do Porto, à convocação das Cortes e ao juramento da Constituição o ponto inicial do surgimento de um sentimento de nação por parte dos brasileiros, tendo a independência, “acontecimento memorável ante as nações civilizadas, e nos anais da história do mundo transatlântico” (Armitage, 1980), coroado este nascimento.<sup>12</sup>

Através deste quadro de impressões mais gerais sobre o Brasil, trazido por alguns dos viajantes ingleses, através de seus depoimentos, imparciais ou não, acerca de diferentes temas sobre o Brasil, é possível vislumbrar melhor como estes viajantes nos olharam, quais os interesses estavam em jogo, como o Novo Mundo estava sendo observado e retratado para a Europa, justamente nesse período que presenciou suas mais profundas transformações políticas, econômicas e culturais.

É possível perceber, em seus relatos, uma preocupação de caráter liberal e civilizador. “Na concepção deles, tratava-se de intervir na vida cotidiana do homem comum, destruindo sua tradição e instituindo valores da modernidade.” (Barreiro, 2002, p. 221). Os viajantes pensaram o espaço brasileiro de forma a transferir para cá modelos europeus, em consonância com seu modo de ver, sentir e se portar.

Portanto, os relatos deixados por esses viajantes britânicos oitocentistas, advindos das viagens, não devem ser vistos separados do quadro mais geral de emergência da modernidade, deve-se levar em consideração o contexto particular da Inglaterra nesse momento, no qual ao lado das finalidades específicas estão as finalidades mais gerais, ou melhor dizendo, os interesses imperialistas.

---

<sup>12</sup> A emancipação política do Brasil teve um longo e cumulativo processo, que manteve sua continuidade ao longo do caminho; os anos de 1808, 1816, 1820, 1822 e 1831 são todos momentos importantes na afirmação dessa gradual separação e na definição da nacionalidade. O caminho teve momentos áridos, com certeza. O reconhecimento internacional só veio em 1825, depois de longas negociações e da promessa de que o Brasil pagaria à Portugal uma grande indenização.

## CAPÍTULO III

### A EDUCAÇÃO QUE EMERGE DOS LIVROS DE VIAGENS

Nos relatos dos viajantes ingleses podemos encontrar diversos fragmentos que nos trazem seus modos de olhar, suas visões sobre a educação no Brasil do século XIX. Estes fragmentos nos permitiram realizar uma divisão temática acerca do que trataram em seus escritos.

Sendo assim, foi possível apresentar o resgate das impressões sobre a educação brasileira nos registros desses viajantes, que foram organizadas segundo temas como:

- a presença de livros, as livrarias e bibliotecas existentes nas mais diferentes regiões do Brasil;
- a existência de tipografias, com seus jornais e revistas;
- a descrição de colégios, seminários e escolas espalhadas pelo território brasileiro, bem como a situação do ensino superior no país;
- os aspectos da educação dos rapazes, das moças, dos negros e dos índios;
- o estado geral da educação e/ou instrução no Brasil nos seus aspectos positivos e negativos e a sua relação com o progresso da nação;
- as instituições ligadas à cultura e educação da sociedade e as políticas adotadas pelo governo da época.

Estes temas foram agrupados em três tópicos mais abrangentes, quais sejam:

1. O Brasil de poucos leitores
2. Educação no Brasil-Colônia
3. Educação no Brasil-Império

Vamos a eles.

### 3.1 - O BRASIL DE POUCOS LEITORES

Com exceção de John Armitage, todos os demais viajantes ingleses com quem estamos trabalhando, trataram em seus relatos da existência de bibliotecas e livrarias em diversas regiões do país e em diferentes momentos do século XIX.

Os viajantes, durante suas andanças, se relacionavam com pessoas de famílias ricas, que os recebiam em suas casas. No decorrer dos relatos sobre essas pessoas, sua moradia e seu acolhimento, freqüentemente esses viajantes descreviam as bibliotecas que por ventura tais propriedades possuíam.

Escreveram sobre as bibliotecas públicas e as de domínio da Igreja. Encontramos, também, trechos que ora falavam da existência de livrarias ora de sua falta, bem como da falta de incentivo à leitura no país.

Nas bibliotecas e na circulação legal de livros<sup>1</sup> via-se tanto uma estreita ligação entre os livros e as carreiras de seus proprietários como a diversificação do interesse literário dos mesmos. No final do século XVIII, esta diversificação de interesses já se fazia presente, ampliando os horizontes no campo da leitura, incluindo as ciências, principalmente, as ciências naturais, fato notado por Mawe no início do século seguinte, e por ele registrado em sua obra intitulada *Viagem ao interior do Brasil* (1812), quando visitou, no Rio de Janeiro, a casa de um senhor da elite.

“À noite, chegamos ao Tijuco [...]. O Sr. Câmara teve a bondade de me dar como quarto a sua biblioteca, que se compunha de numerosas e escolhidas obras, sobre ciências, principalmente de autores ingleses.”(Mawe, 1978, p. 158).

Maria Graham mencionou em sua obra, *Diário de uma viagem ao Brasil* (1824), a existência de algumas residências com bibliotecas particulares de monta, contendo livros nas mais variadas línguas, isto na primeira metade do século XIX, como a biblioteca de José Bonifácio e a de Luís de Carvalho e Melo, respectivamente.

---

<sup>1</sup> A entrada e a circulação de livros no Brasil dependia de uma licença expedida pela Coroa Portuguesa, através da Mesa Censória do *Index*.

“Sua biblioteca estava bem provida de livros em todas as línguas. A coleção de química e de mineração é particularmente extensa e rica em autores suecos e alemães. Estes são realmente assuntos de peculiar interesse para o Brasil e foram naturalmente de primeira plana para ele. Mas seu encanto é a literatura clássica.” (Graham, 1990, p. 132).

“Como é juiz, naturalmente a maior parte é de direito, [...] mas também há história e literatura geral, principalmente francesa, e alguns livros ingleses.” (Graham, 1990, p. 137).

Também apreciamos estas informações nos escritos de Gardner, registradas em seu livro *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836 e 1841* (1846), no qual escreve sobre a biblioteca do Dr. Serpa, e nos escritos de Walsh, em *Notícias do Brasil* (1830), onde escreveu sobre a biblioteca que se encontrava sob os cuidados do Bispo José Caetano da Silva Coutinho, ambas localizadas no Rio de Janeiro.

“Sua biblioteca se compunha principalmente de obras em francês sobre botânica, história natural, agricultura e medicina. Vi ali pela primeira vez a *Flora Fluminensis*, obra publicada as expensas do governo brasileiro. Os desenhos que se fizeram as chapas foram preparados em fins do século passado sob a direção de um jesuíta de nome Veloso, custou 70.000 libras esterlinas e, para empregar as palavras do Dr. Von Martius, ‘é uma estranha publicação, que pode ser dada como exemplo de uma obra literária mal orientada, e tão grande, que nunca deveria ter sido começada’. Onze enormes volumes com cerca de mil e quinhentas ilustrações, constituem esta obra vultosa.” (Gardner, 1942, p. 69).

“O Bispo sugeriu que fôssemos à biblioteca, onde seria servido o café [...] então, conduziu-nos à biblioteca, onde novamente ofereceu-me sua cadeira. Constatei que ele sempre fazia essa cortesia com os estrangeiros. A biblioteca fica num aposento espaçoso e aprazível; contém cerca de quatro mil obras em várias línguas, sendo uma grande parte delas de livros franceses e ingleses. Entre os últimos mostrou-me *A História do Brasil*, de Southey, dizendo que era uma obra modelo, muito apreciada por ser bem fundamentada e narrada com imparcialidade.” (Walsh, 1985, v. I, p. 161).

Nas visitas ou estadias dos viajantes nas residências da elite do local visitado, parecia sempre haver, por parte dos anfitriões, a preocupação em exhibir a biblioteca existente na casa. Talvez possamos dizer que tal atitude faça parte de uma boa recepção ao visitante ou então talvez uma tentativa de demonstrar que aqui também existia uma

preocupação com a cultura e o saber, que existia uma elite intelectualizada, tentando se colocar à “altura” dos europeus, que se encontravam dentre os “civilizados”. Ou talvez, os próprios viajantes demonstravam interesse em saber de sua existência ou não. Além disso, a reputação dos livros, na perspectiva dos consumidores em geral, reforçava-se pela desigualdade da sua distribuição. Possuí-los era, portanto, um diferencial de classe o que lhes conferia um destaque social, por isso a relevância de serem exibidos, principalmente aos estrangeiros.

A prática de “exibir” as bibliotecas locais aos visitantes estrangeiros também se estendia aos conventos e seminários, ou seja, às bibliotecas de domínio da Igreja. Quando Luccock visitou o Convento de São Francisco, no Rio de Janeiro, nos descreveu a biblioteca aí existente, deixando registrada em sua obra intitulada *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1820).

“A biblioteca é um cômodo grande e contém muitos livros. Mostraram-me ali um volume de sermões ingleses, pedindo-me que lesse uma página, o assunto era a Trindade. [...] tinha um volume *in-quarto* da Bíblia, que continha os salmos: numa das colunas a vulgata, na outra uma tradução portuguesa.” (Luccock, 1975, p. 46).

Walsh escreveu sobre a biblioteca do Convento de Santo Antônio e sobre a do Convento de São Bento. Contamos com duas visões diferenciadas sobre a biblioteca do Convento de São Bento, uma sob o olhar masculino, o de Walsh, e outra sob o olhar feminino, o de Maria Graham.

“No topo do prédio há um pátio ladrilhado, ao lado do qual fica a biblioteca do convento [de Santo Antônio], contendo 3.000 volumes, a maioria dos quais de obras dos primeiros fundadores das igrejas grega e latina, São Crisostomo, São Jerônimo e outros. Ela também não é tão valiosa em tamanho e qualidade de livros como a de São Bento, e não causa pesar o fato de não estar aberta ao público, mas me deram a entender que podia ter acesso a ela.” (Walsh, 1985, v. I, p. 150).

“(...) um dos pavilhões dá para uma imensa biblioteca (do convento de São Bento) que possui cerca de seis mil volumes muito valiosos. Ela é aberta ao público diariamente das nove horas da manhã até o anoitecer, com um intervalo para o almoço de uma às duas da tarde. Fui recebido com muita delicadeza pelos religiosos que encontrei, conseguiram com presteza os livros que pedi, entre

eles o *'Etiope Resgatado'*, que não pude encontrar em nenhum outro lugar. Cordialmente deixaram-me usar os livros durante o tempo que permaneci no Rio.” (Walsh, 1985, v. I, p. 149).

“Do Arsenal subi o morro que o domina imediatamente, onde está a igreja de São Bento; aí, dizem, há uma boa biblioteca, mas não acessível às mulheres.” (Graham, 1990, p. 358).

Como podemos perceber, em tais descrições, não se faz menção aos tipos de livros existentes nessas bibliotecas que, ainda na primeira metade do século XIX, se restringiam a obras devocionais e religiosas. Em se tratando de conventos e seminários e uma vez que os ingleses viam a Igreja como inimiga das ciências naturais, não estranharam nem mesmo denotaram a não-existência de livros mais “modernos” em tais lugares.

As bibliotecas públicas mereceram maior destaque por parte dos viajantes. A Real Biblioteca, a atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, teve seu primeiro acervo formado pelos livros vindos de Portugal, em 1808, como nos informa Walsh.

“Entre outras coisas de valor que o Príncipe Regente trouxe ao Brasil estavam seus livros, que em Portugal constituíam uma vasta e rara coleção. O Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado na Rua Detrás do Carmo, foi equipado para abriga-la, e sua organização ficou a cargo de dois homens incansáveis e cultos, Joaquim Damaso e José Veiga. Quando tudo terminou, a biblioteca foi aberta ao público no ano de 1814.” (Walsh, 1985, v. I, p. 83).

Em 1814, a Real Biblioteca continha mais de 60.000 volumes, segundo o testemunho do Pe. Luiz Gonçalves dos Santos. Posteriormente, foi acrescida de aquisições, doações e legados importantes. Esta biblioteca representava muito para o Brasil, usando as palavras de Azevedo: “Onde, fora dos conventos, quase não existiam livrarias, e essas mesmas raras e pequenas, surge a primeira biblioteca pública, criada por D. João VI (...)” (Azevedo, 1983, p. 326).<sup>2</sup>

Maria Graham não poupou elogios à Biblioteca Imperial, com um olhar crítico e minucioso sobre o acervo da mesma, reafirmando seu gosto pelo detalhe, enfatizando o seu acesso ao público.

“Hoje, tanto quanto ontem fui à Biblioteca Pública (do Rio de Janeiro) para indagar acerca de alguns livros e fui convidada a frequentá-la e usar do que quiser ali. Os bibliotecários são todos extremamente polidos e a biblioteca está aberta a todas as pessoas por seis horas diárias. [...] tanto ontem quanto hoje fui à biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado; qualquer livro que peço me é ali trazido, e ali tenho pena, tinta e papel à mão para tomar notas. Isto é uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada. A biblioteca foi trazida para cá, de Lisboa, em 1810 e colocada na atual instalação que foi outrora o hospital pertencente aos Carmelitas. [...] A maior parte dos livros é de teologia e direito. Há uma boa coleção de história eclesiástica e, especialmente, todas as narrativas dos jesuítas acerca da América do Sul. Não faltam História Geral e Civil e há boas edições dos clássicos. Há alguns belos trabalhos de História Natural; mas, exceto esses, nada de moderno; raros livros foram comprados desde sessenta anos. Mas uma importante contribuição foi trazida ao estabelecimento com a compra da biblioteca do conde da Barca, na qual há alguns trabalhos modernos dos mais valiosos e uma lindíssima coleção de impressos topográficos de todas as partes do mundo.” (Graham, 1990, p. 358-359).

Além disso, ficou bastante marcante a depreciação quanto à qualidade dos livros encontrados, tanto nos escritos de Maria Graham como nos de Luccock fez-se referência ao “atraso” das obras em relação ao mundo moderno:

“A Biblioteca Real fôra posta em ordem e aberta ao público, contendo porém poucas obras apropriadas ao estado de progresso atual da ciência, ou do gosto moderno.” (Luccock, 1975, p. 379).

Saindo da órbita do Rio de Janeiro e indo para a região de Minas Gerais, autores como Walsh e Burton trouxeram informações acerca das bibliotecas públicas aí existentes. Nos dois fragmentos extraídos da obra de Burton, *Viagens ao planalto do Brasil* (1869), as descrições nos parecem um tanto pessimistas, ao contrário de Walsh.

“Após essa visita [na casa de fundição da Comarca do Rio das Mortes na província de Minas Gerais], fomos até a biblioteca da cidade, recentemente organizada. Ela se acha instalada numa sala da Câmara, ficando aberta das nove da manhã à uma da tarde. O bibliotecário é um padre mulato, de aparência bastante curiosa – baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito. Além de bibliotecário, ele é editor do ‘*Astro de Minas*’,

---

<sup>2</sup> Para saber mais a respeito da transladação da Biblioteca Real de Portugal para o Brasil consultar: Schwarcz, L. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

um jornal de São João fundado fazia um ano.

Os livros desse incipiente estabelecimento fundado nas montanhas do Brasil, onde, até há bem pouco tempo, era interdita a difusão de qualquer tipo de conhecimento, somavam cerca de 1.000 volumes dispostos ao longo das paredes, numa sala bem arrumada, com uma mesa de leitura no centro. Além de obras em português e espanhol, havia muitas outras em francês; a ‘*Encyclopédie*’, obras de Voltaire, Rousseau e Raynal, juntamente com outras que apareceram na fase inicial da Revolução Francesa. Ficamos surpresos, porém, ao encontrarmos num lugar tão remoto alguns livros ingleses, entre os quais ‘*O Revolucionário Plutarco*’, ‘*Riqueza das Nações*’, de Smith, ‘*Geografia*’, de Pinkerton, ‘*O Paraíso Perdido*’, ‘*Viagem Sentimental*’ e ‘*Triais for Adultery*’, ao lado de alguns periódicos, entre eles o ‘*Times*’ e o ‘*Clironicle*’. Descobrimos que haviam três pessoas na cidade que falavam inglês e eram membros da biblioteca, além de algumas outras que conseguiam ler a língua e estavam fazendo progressos na conversação. Além desses periódicos, todos os jornais publicados no Brasil são recebidos ali e colocados na sala de leitura.” (Walsh, 1985, v. II, p. 77-78).

“Ao norte [de São João Del Rei] fica a Biblioteca Pública, aberta diariamente e horrivelmente decorada com o retrato do benfeitor local, Batista Caetano [...]. O atual bibliotecário, surdo como uma porta, ignora o número de volumes sob sua guarda. Pelo nosso cálculo serão uns 3.300. O almanaque corrige-nos, elevando-os a 4.000. O alimento intelectual ali existente consiste principalmente *in fólhos* velhos e hoje dificilmente legíveis e em grossos quartos que nutriram a imaginação de eclesiásticos.” (Burton, 1983, v. I, p. 195).

“A nordeste da superintendência [em Morro Velho], e meio escondida pelos arbustos, fica a biblioteca da Estação, como diríamos na Índia, por fora um pequeno octógono coberto de telhas e caiado. Há 920 volumes, oitocentos para empréstimos e o resto para fins escolares. O bibliotecário é o capelão, licenciado pelo bispo de Londres. Nas estantes encontram-se alguns livros de consulta.” (Burton, 1983, v. I, p. 314).

Em meio às descrições das bibliotecas públicas existentes, Walsh ressaltou a iniciativa inglesa na criação de bibliotecas no Brasil e Wells, em sua obra intitulada *Explorando e viajando três milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão* (1886), ressaltou os benefícios que tal instituição poderia trazer aos brasileiros.

“Os ingleses [...] a pouco tempo criaram uma biblioteca circulante com um bom estoque de todas as muitas publicações da Europa. Possuem também um jornal que agora acredito estar suspenso”. (Walsh, 1985, v. 198).

“Ao passarmos pelas lojas [no Rio de Janeiro], vemos indícios da presença da raça anglo-saxônica e alemã em letrados [...]. Nessa rua passamos

pela biblioteca de empréstimos britânica, uma grande dádiva para os moradores e muito apreciada por eles.” (Wells, 1995, v. I, p. 45).

As bibliotecas, acima referidas, estão localizadas, na sua grande maioria, no Rio de Janeiro, maior centro urbano, cultural e intelectual da época, tanto na visão dos viajantes como na de seus próprios habitantes, e em Minas Gerais, novo centro urbanizado com um certo movimento cultural de destaque. Quando os viajantes, em suas andanças, encontravam as raras bibliotecas, particulares ou não, bem como as livrarias, em localidades distantes, fora do âmbito do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, geralmente se mostravam surpresos com o “achado”. Bates, em sua obra intitulada *Um naturalista no interior do rio Amazonas* (1863), registrou este fato.

“Um jovem mameluco chamado Soares [em Baião, Tocantins], que era o escrivão do lugar, levou-me à sua casa para me mostrar sua biblioteca. Fiquei bastante surpreso ao ver ali exemplares muito manuseados de alguns clássicos latinos, Virgílio, Terêncio, Lívio e as Epístolas de Cícero. Eu ainda não me achava bastante familiarizado com a língua portuguesa, naqueles primeiros tempos de minha estada no Brasil para poder conversar fluentemente com o sr. Soares ou entender qual a utilidade que aqueles livros tinham para ele. Não deixava, porém, de constituir um fato insólito encontrar uma biblioteca clássica numa choupana de barro coberta de folhas de palmeiras nas margens do Tocantins.” (Bates, 1979, p. 59).

Por outro lado, se surpreendiam ao não encontrarem bibliotecas, livrarias ou tipografias em cidades que apresentavam um certo desenvolvimento cultural e econômico considerável, frente a situação geral do país, como podemos ver nos relatos deixados por Koster, em sua obra *Viagens ao nordeste do Brasil* (1817), e por outros viajantes ingleses, como Graham, Gardner e Burton.

“Surpreende aos ingleses que em uma praça tão grande como Recife não exista uma tipografia nem um mercado de livros. No Convento da Madre de Deus vendem almanaques, estampas, histórias da Virgem e dos Santos, e outras da mesma espécie, em tamanho reduzido, impressos em Lisboa.” (Koster, 1942, p. 89).

“Não há um só livreiro em Pernambuco e a população de suas diversas freguesias sobe a 70 mil almas. [...]. Um jornal toleravelmente bem escrito [...]”. (Graham, 1990, p.141).

“[...] fiquei um tanto surpreendido ao saber que na cidade [Arraias] não havia nem livreiros nem biblioteca.” (Gardner, 1942, p. 390).

“Não há bibliotecas, gabinetes literários, nem livrarias [em Diamantina]” (Burton, 1983, v. II, p. 289).

Antes do advento da imprensa no Brasil, os livros que compunham as bibliotecas, particulares ou públicas, e os demais livros e impressos que circulavam no comércio, até então, vinham da Europa, onde eram escritos e/ou impressos, sendo permitida sua veiculação somente após autorização da Coroa Portuguesa.

No Rio de Janeiro, em 1747, surgiu a primeira imprensa, mas que logo foi fechada por ordem real. Em carta régia foi mandado devolver as letras de imprensa sob a alegação de não ser conveniente que, no Estado do Brasil, se imprimisse papéis, pois, o custo para tal era superior que o da Metrópole e o tempo para ficarem prontas era praticamente o mesmo, já que teria que aguardar a licença de circulação.<sup>3</sup>

Com a Imprensa Régia, agora definitivamente trazida por D. João, surge a produção tipográfica genuinamente brasileira, a qual possibilitou o nascimento do jornalismo e da literatura em nossas terras, fato de conseqüências decisivas para a difusão de idéias políticas entre as elites do país (Xavier, 1994, p. 55), com inúmeros jornais, revistas e trabalhos, incluindo obras didáticas de moral, de filosofia aristotélica, poéticas, dramáticas, mercantis, clínicas, náuticas, de todo gênero.

Juntamente, uma vez extintas as restrições referentes à impressão de livros, vão surgir os primeiros historiadores brasileiros, distinguindo-se, dentre eles, Francisco Adolfo Varnhagen. Ao lado destes surgirão também os “historiadores” estrangeiros, com destaque para Robert Southey e John Armitage (Sodré, 1960, p. 202).

A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o quadro das relações internacionais no contexto da América do Sul, deslocando o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando, também, a fisionomia da cidade, esboçando, entre outras coisas, uma vida cultural.

Um fato tão memorável e de tamanha repercussão não deixou de ser notado pelos estrangeiros: Walsh teceu elogios ao ato do Príncipe Regente.

“Nesse primeiro ano [1808] também foi introduzida essa poderosa máquina de conhecimento e poder, a impressora. Durante três séculos esse instrumento elementar estivera proibido no Brasil por causa de seus efeitos supostamente perigosos, e só em 1808, segundo fui informado, é que esse grande país teve permissão de imprimir a página de um livro. O maior benefício que o bondoso Príncipe Regente pensava proporcionar a seu novo povo era conferir a eles esses meios de adquirirem conhecimento, para seu próprio bem, sobre as artes, a agricultura, a manufatura. Assim, ele comemorou os seus 41 anos concedendo essa benfeitoria e estabelecendo uma oficina gráfica real, que publicou pela primeira vez um número da *Gazeta*. Talvez nada possa ser mais indicativo do deplorável estado de ignorância em que esse lindo país se encontrava, ou do rápido progresso que o povo fez desde a difusão do conhecimento, do que esse fato. É difícil imaginar que há 20 anos atrás não era permitido publicar um único jornal no país em que hoje, numa única cidade, existem 13 periódicos que circulam e são lidos por todos”. (Walsh, 1985, v. I, p. 81-82).

O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período, no entanto, não devemos exagerar o alcance das modificações na Colônia, pois a marca do “absolutismo” estaria sempre presente.

No Tribunal, denominado Desembargo do Paço, fundado logo depois da chegada do monarca, havia uma lista das obras cuja entrada podia ser livremente permitida e todas as demais que ali não se encontravam eram severamente proibidas, assim como o primeiro jornal, *A Gazeta do Rio*, que tinha caráter quase oficial e estava sujeito à censura, juntamente com todas as demais publicações.

O tema sobre a liberdade de imprensa foi citado por Luccock, que chegando aqui juntamente com a Família Real e a imprensa pode perceber as mudanças geradas pelos novos acontecimentos.

“Uns poucos anos antes [de 1817], fizera o Rei alguns inquéritos a respeito da liberdade de imprensa, parecendo disposto a favorecê-la; foi êle, porém, obstado de seguir sua propensão, pelo comportamento de um Magistrado ignorante e injusto e atualmente muitas pessoas ignorantes e injustas exultam com suas permanentes restrições. A imprensa licenciada, porém, produziu mais algumas obras úteis além das que se referem a questões militares. Entre estas, estimamos como a de maior valia, o *‘Tesouro dos Meninos’* que trata de moral, virtude e boas maneiras. Com muita propriedade foi ela dedicada a Dom

---

<sup>3</sup> A falta de imprensa na Colônia, juntamente com a inexistência de um ambiente que a solicitasse, segundo Sodré, importou, em última análise, na submissão à vigilância metropolitana, de vez que na Metrópole eram impressos os livros, mediante censura e aprovação prévias (Sodré, 1966, p. 21).

Miguel, segundo filho do Rei, pois que não há menino que tanto necessite dos seus ensinamentos como êsse; sua educação foi mui limitada e infeliz. Um livro intitulado *Lições de Filosofia* contém por demais dogmas de Aristóteles e dos tempos sombrios para que demonstre que seu autor não é nem instruído nem judicioso. Temos também a *História de Ilusões Extravagantes e Influência Sobrenatural; as Leis Comerciais do Brasil*; várias obras úteis sôbre comércio e navegação, muito especialmente um almanaque náutico, calculado para o meridiano do Rio, obra mal feita, mas seguida de tábuas de declinação do sol, de latitudes e de logaritmos; uma ou duas obras de geografia e um *Tratado das Doenças dos Negros*.

Pelos fins de 1816 estabeleceu-se uma tipografia particular; liam-se lições de Filosofia a que muitos assistiam; o gabinete que anteriormente pertencera ao célebre Werner foi arrumado e estudado; as águas minerais que se encontraram em Minas Gerais e outras localidades foram analisadas e os brasileiros gabavam-se de ter descoberto uma nova composição para a pólvora, creio eu, porém, que sem motivo, pois consiste muito simplesmente em misturar certa quantidade de serragem de madeira fresca aos grãos; concedeu-se uma patente para o fabrico mecânico de tijolos e uma outra para a navegação da baía em barcos a vapor; até em Cuiabá formou-se uma companhia, sob real patrocínio, para o aperfeiçoamento da arte da mineração. O ‘*Correio Brasiliense*’ e o ‘*Patriota*’ circulavam amplamente e difundiam entre o povo um conhecimento melhor dêle próprio e do mundo”. (Luccock, 1975, p. 379-380).

Apresentados pelo olhar estrangeiro, o desenvolvimento da literatura e o desenvolvimento do jornalismo no Brasil foram ora elogiados ora depreciados quanto à sua forma e o seu conteúdo, como podemos ver na longa descrição do reverendo Walsh.

“O despertar da literatura no Brasil pode ser creditado ao decreto real de 1808, pelo qual podia-se imprimir ‘toda e qualquer obra’, sendo muito conveniente, segundo o jornalista, que ‘o estímulo à literatura do país fosse dado pela luminosa figura do Rei’.

Em conseqüência dessa permissão surgiram diversos escritores no Brasil, cujos trabalhos eram impressos no Rio; mas entre eles, o que tem obra mais numerosa e variada é José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Seu lema era ‘Se quisermos perpetuar nossa fama ou reputação devemos fazer coisas dignas de serem escritas, ou escrever coisas dignas de serem lidas’. Até hoje, numa idade bem avançada, ele continua seguindo a última parte de seu lema. Em 1815 publicou ‘*A Vida de Lorde Wellington*’, 2 vols. 4to; em 1818, ‘*Os Benefícios feitos ao Brasil por D. João VI*’, 2 vols. 8to; em 1819, ‘*Estudos para o Bem Comum*’, 4to e em 1827, ‘*A Escola Brasileira, ou Instruções Úteis*’, 2 vols. 8to. José de Alvarenga publicou ‘*Memórias da Expedição contra os Piratas Chineses de Macau*’, 1809 e 1810. Em 1826, o ‘*Quinto Ano da Independência*’; em 1828, o ‘*Sétimo Ano da Independência*’ e o romance ‘*Stateira e Zoroastres*’ (sic). Em 1827, José Vitória dos Santos publicou uma ‘*Nova Teoria do*

*Universo* em 4to, usando como lema esta citação de Locke: 'A Filosofia nos ensina a buscar a Natureza a fim de conhecer as suas leis, para explicar a causa dos acontecimentos. Quando esse conhecimento tornar-se universal, o homem deixará de lado a superstição e a teologia vingativa'. Um cidadão ofereceu à famosa e heróica nação brasileira '*Um Compêndio de Ciências*', com ilustrações sobre Artes e Ciências e '*Elementos de Música*', de Antônio Luís Fagundes. Mas, as obras mais importantes são as '*Chorographia Brazilica*', contendo a história e dados estatísticos de cada província, publicadas em 1817 pelo Padre Manuel de Casal, em 2 vols. 4to dedicadas ao Rei, que concedeu ao autor os direitos autorais por quatorze anos. É uma obra interessante e valiosa que fornece detalhes importantes e informações precisas sobre as diversas regiões deste vasto país, fazendo jus ao empenho e às pesquisas do autor. A única coisa a reparar é a falta de mapas elucidativos que, segundo fui informado, acompanharão a nova edição que está para ser lançada. De grande interesse e importância também é o livro sobre '*A História Eclesiástica do Brasil*', de Pizarro, em 9 ou 10 vols., *in-fólio*, publicado há alguns anos. Um último livro a mencionar é a '*Flora Fluminense*', escrito sob a supervisão de Antônio de Arrabida, Bispo de Anamuria, dedicado ao Imperador. É uma obra maravilhosa, *in-fólio*, com ilustrações feitas em Paris, das quais obtive algumas amostras; o trabalho ainda não está terminado.

Esses são alguns livros publicados no Rio - desde que foi dada a permissão para imprimi-los - os quais tive oportunidade de ler, sendo que possuo exemplares de alguns deles. Isso é suficiente para mostrar a você que o brasileiro é um povo progressista, e embora seu avanço literário não seja grande, imagino que seja maior do que o de qualquer outro país jovem da América do Sul.

Eles [no Rio de Janeiro] estão ainda mais adiantados com relação à publicação de periódicos, gazetas e jornais. No ano de 1828 havia cento e trinta e três jornais publicados em toda Península, e destes vinte e cinco eram brasileiros: quinze do Rio, três da Bahia e o resto de Pernambuco, São Paulo, São João Del Rei e Vila Rica. Entre os do Rio havia os de publicação diária como o '*Império do Brasil*', o '*Diário do Rio de Janeiro*' e o '*Jornal do Comércio*'; os publicados três vezes por semana: '*Analista*', '*Aurora Fluminense*', '*Astréa*' e o '*Courrier du Brésil*' (francês). O '*Rio Herald*' (inglês) era publicado uma vez por semana. O '*Malagueta*', '*Diário dos Deputados*', '*Diário do Senado*', '*Despertador Constitucional*' e o '*Censor Brazilico*', ocasionalmente. O '*Espelho Diamantino*', mensal, e os de publicação anual, o '*Propagador*', ou '*Anais da Medicina, Zoologia e Botânica*'.

Desses todos o '*Aurora*' é o mais firme e liberal. Suas colunas raramente apresentam notícias do estrangeiro; são totalmente dedicadas a manter vivo o espírito constitucionalista. 'É a Constituição plena e posta em prática', diz ele, 'que forma e formará as normas infalíveis de nossa vida social. É para isso que vivemos, por isso lutamos e por isso lutaremos sempre'. O '*Diário do Rio de Janeiro*' é impressão em papel ordinário e difícil de se ler; é composto praticamente de editais e decretos e contém de sessenta a setenta anúncios.

O '*Analista*' é considerado o órgão do governo. Ele substituiu a '*Gazeta*' que há dois ou três anos atrás exercia as mesmas funções. Esta última

distinguia-se por sua grosseria e vulgaridade; muitos de seus artigos eram atribuídos a pessoas das classes elevadas e o povo diz que eles traziam provas intrínsecas de seus autores. Foi substituído pelo '*Censor*', melhor e mais moderadamente dirigido, dizem, pelo atual Ministro do Interior. Porém, fundiu-se ao '*Analista*' que hoje em dia tem ares de refinado e clássico, mas é extremamente grosseiro.

O '*Malagueta*' é um jornal de estilo e caráter completamente opostos ao do anterior, e dirigido por um padre chamado Maio. Como a planta de onde veio o seu nome, o jornal destaca-se por seus comentários picantes. Logo que surgiu fez um sucesso enorme, tanto por sua inteligência quanto pelas pessoas atacadas. A família Andrada, na época em que se encontrava no auge da fama e do poder, era o alvo predileto de seu veneno; nessa ocasião o editor sofreu um atentado contra sua vida. Foi ferido e escapou por pouco; ele acusou de assassinos não apenas os Andrada mas também o Imperador. Como prova disso apresentou um lenço que um deles tinha deixado cair e que pôde ser reconhecido pela inicial. O acusado negou veementemente a autoria do atentado e até mesmo visitou a vítima, acamado por causa dos ferimentos. Porém nada disso conseguiu apagar as suspeitas de Maio que, segundo fui informado, perduram até hoje. Ele é considerado por todos como um homem meio perturbado. Entre o '*Império do Brasil*' - que é o órgão governamental, publicado pela Gráfica Imperial - e o '*Malagueta*' existe uma guerra constante; como aqui faz parte da liberdade de imprensa atacar pessoalmente o editor, e não o seu jornal, aqueles estão diariamente em evidência. Li essa passagem num exemplar do '*Império*': 'No número 86 do *Malagueta* que chegou às nossas mãos, notamos a satisfação com que o senhor Maio aplicou-nos o epíteto *tapei*; mas como não pudemos encontrar essa palavra em nenhum dicionário português e pelo fato de desconhecermos totalmente o jargão por ele empregado, rogamos-lhe que explique seu significado para que possamos responder-lhe, embora saibamos por experiência própria que o senhor é uma dessas pessoas que nunca se enrubescem ao serem chamadas de mentirosas'.

'*Courrier du Brésil*' é escrito em francês e publicado às quartas e sábados. Suas reportagens são honestas e ele é praticamente o único jornal a dar notícias mais detalhadas que os outros sobre o que ocorre no interior do país e sobre os outros países. Mas é um jornal do governo e, por isso, duramente criticado. O '*Malagueta*' acusa-o de ser um emissário do governo francês e o '*Aurora*' denuncia-o à polícia. Esse comportamento demonstra o zelo excessivo do povo e a desconfiança que tem em relação a todos os estrangeiros, como se fossem inimigos ameaçando sua independência e liberdade.

O '*Jornal do Comércio*', como o '*Diário*', é impresso em papel ordinário e a tipografia é tão ruim que se torna difícil sua leitura, embora seja o mais vendido de todos. É praticamente tomado por editais e anúncios; cada edição contém cerca de oitenta a cem (...)."<sup>4</sup> (Walsh, 1985, p. 181-183)

Segundo Burton, o que teve maior peso para o país foram os jornais. Estes, na

---

<sup>4</sup> A abreviação "to" significa tomo, exemplo, 8to quer dizer 8 tomos.

segunda metade do século XIX, ofereciam uma maior facilidade de acesso, embora o uso dos mesmos ainda estivesse relativamente restrito à elite. Também em longa citação este viajante nos dá uma visão panorâmica sobre o assunto.

“Os livros e revistas são ainda raros e caros. Os jornais são, pois, a grande reserva de alimento literário por toda a província de Minas. Em todas as lojas, desde a madrugada, o patrão e empregados podem ser vistos perdendo tempo, como dizem os estrangeiros, com seus periódicos. Tal como o cidadão dos Estados Unidos, o brasileiro encontra suficiente distração em um copo de água — aqui não gelada — um charuto ou pedaço de fumo de mascar — acompanhados de um jornal. Ouso aqui sugerir uma notável semelhança entre as mais altas formas da sociedade européia e a do Império e da República Americana. Qual o homem de sociedade, especialmente qual a mulher de sociedade de Paris que lê alguma coisa que não seja o jornal ou a revista? Quem, na vida de Londres, tem tempo de virar uma página que não seja dos diários, semanários e mensários? Em quantas casas de campo ficam os livros sobre as mesas e nas estantes sem serem tocados por ninguém, a não ser o encarregado da limpeza?

A razão é que o jornal é o progresso, é a literatura do futuro, como dizia Lamartine na Câmara Francesa, antes do fim do século ele abrangerá todo o pensamento humano e se tornará a voz do homem. Quando o jornalismo se transformar infinitamente pelo aperfeiçoamento do maquinismo e oferecer diariamente ao público todas as questões tratadas de modo cabal, o *octavo* tomará a forma da folha popular. Como velho ex-editor não posso concordar com o Sr. Emile de Girardin: ‘antes um dia de escritório do que dez anos de jornalismo’. Nem ele mesmo realizou suas aspirações.

A glória própria do século XIX será a de recolher a educação, a instrução, o esclarecimento dos sábios profissionais e dos Dez Mil escolhidos, e difundi-los como um evangelho pela humanidade. E isso o caracterizará como uma era especial. Assim, no princípio da vida religiosa do homem, o legislador dos hebreus recolheu dos sacerdotes egípcios, que haviam velado na mais profunda obscuridade da fé e da prática, a idéia da Unidade de Deus, que nunca foi e nunca poderá ser abandonada pela inteligência humana.

No fim da última geração, Gardner encontrou em Ouro Preto um par de tipografias e quatro jornais *in folio* pequeno. Dois eram ministeriais, os restantes da oposição, ambos totalmente políticos. Hoje o aumento das comunicações com a capital reduziu as tipografias a uma só: Tipografia de Minas Gerais e os periódicos a dois. Isso também é uma prova do abrandamento das paixões populares, *O ‘Consituciona’* é conservador, aparece uma vez por semana, geralmente aos domingos. São seus redatores o Dr. Camilo da Cunha Figueiredo, bacharel, e o Dr. Benjamim Rodrigues Pereira. O *‘Diário de Minas’*, diário, como o nome o indica, que data de 1º de janeiro de 1868, é redigido por um liberal, Dr. João Francisco de Paula Castro, cujo partido está há muito no poder. Tem a feição usual dos jornais brasileiros do interior: uma folha única em quatro colunas de vinte e oito polegadas por quinze. Há um artigo de

fundo, que lembra a *Eatanswil Gazette* que ataca violentamente a oposição e o jornal rival. As notícias e a correspondência da Europa e das outras províncias vêm pelo correio. Quando a Assembléia Legislativa está reunida, a parte oficial contém os discursos imparcialmente transcritos e há sempre alguma coisa sobre os preços correntes. Estando com o Governo e sendo provavelmente bem subvencionado, pode ostentar maior calma e revelar maior paciência que o órgão conservador. Aqui, como em toda a parte, o tom do jornal é a expressão da sociedade. Referências a sovas e maus tratos e fatos escandalosos e linguagem violenta são estranhos ao jornalismo brasileiro, mas são coisas geralmente reprovadas e terminarão agora como o ‘*Satirist*’. Mesmo agora a linguagem é raramente mais forte do que a que se encontra num jornal irlandês tratando de assunto ‘de interesse efêmero. Nunca vi coisa que se pudesse comparar ao *Bombay Times* do Dr. Beust - ‘a besta berradora’ dos ‘irmãos do demônio’ - ou uma certa revista de Londres que se dedicou durante sua curta existência a assuntos do Oriente. Para um viajante a parte mais interessante de um jornal é talvez a dos anúncios”. (Burton, 1983, v. II, p. 131 a 133).

Uma breve análise das descrições dos viajantes presentes nos trechos acima nos revela que, no Brasil, havia muitos meios para se adquirir conhecimento, porém, não podemos nos esquecer que esta situação “favorável” se concentrava no Rio de Janeiro, sede do poder imperial, e, quando muito, nas demais regiões que apresentavam um melhor desenvolvimento econômico, como na região das Minas Gerais, por exemplo. Ainda faltava muito, como ainda nos falta, para que, no Brasil, pudéssemos encontrar livrarias e bibliotecas espalhadas por todo o território e que a prática da leitura se difundisse por toda a sociedade brasileira.

“Há boas lojas, mas nenhuma livraria [em Ouro Preto]. Ufana-se de duas tipografias e quatro jornais, dois do ministério e dois da oposição. São de pequeno formato e o seu conteúdo é quase inteiro de matéria política”. (Gardner, 1942, p. 424).

“Foi instalada [em Vila Rica] uma impressora na cidade, que conta com um jornal intitulado ‘*O Universal*’, entretanto, não há ali uma biblioteca pública ou um grêmio literário.” (Walsh, 1985, v. II, p. 100).

“Não se pode dizer que a literatura floresça, uma vez que os ouropretanos não conseguem manter uma única livraria sequer. O recente e enérgico presidente conselheiro Joaquim S. Marinho reformou os estabelecimentos de educação e criou cinco externatos. Visitamos um em São João Del Rei. Os outros estão funcionando em Ouro Preto, Campanha, Sabará e Minas Novas. Foi um benefício de incalculável conseqüências.” (Burton, 1983, v. II, p. 64).

Apesar de um quadro aparentemente favorável para a prática da leitura, ao longo do século XIX, alguns dos viajantes falaram do desinteresse da população local pela mesma. Não nos esqueçamos que nossa cultura colonial nunca favoreceu o florescimento do gosto ou mesmo da prática da leitura.<sup>5</sup>

Armitage, em sua obra *História do Brasil* (1853), fez um apanhado geral sobre a situação do Brasil no campo da leitura e dos conhecimentos antes mesmo da vinda da Família Real, o que nos ajuda a compreender melhor o pouco estímulo e a vagareza das mudanças nestes campos.

“A educação havia feito mui pouco progresso; os conhecimentos dos eclesiásticos eram geralmente limitados a um mau latim; e o indivíduo feliz que reunia o conhecimento deste e do francês, era olhado como um gênio tão transcendente, que de grandes distâncias vinham pessoas consultá-lo. A ciência política era desconhecida pela quase totalidade dos habitantes do Brasil. As histórias da Grécia e Roma, o *Contrato Social* de Rousseau e alguns poucos volumes dos escritos de Voltaire e do Abade Raynal, que haviam escapado à vigilância das autoridades, formavam as únicas fontes de instrução. Não havia em todo o Brasil uma só tipografia, uma só Universidade. Durante o Governo do Conde Rezende, desde 1790 até 1801, tentou-se o estabelecimento de uma Academia Literária no Rio de Janeiro, porém os seus membros foram alvo de tanta perseguição política, que se viram na necessidade de dissolver esta associação logo no seu começo.” (Armitage, 1981, p. 30).

O descaso pela leitura foi notado por viajantes que estiveram aqui ao longo do século XIX, o que demonstra ter havido poucas alterações quanto ao hábito de leitura ou ao acesso aos livros e ao conhecimento.

“Em 1818, num leilão de livros, saíram muito bem tanto obras inglesas como algumas latinas; poucas, porém, creio terem caído entre mãos brasileiras. Os livros franceses são procurados; mas foi impossível, por todos os meios, vender uma edição de Glasgow da *Iliada* de Homero, em grego, a *Septuaginta* e *Novo Testamento* na mesma língua, nem tão pouco os léxicos de Hederic e Schrevelius, como também não encontrou freguês um Saltério hebraico com tradução latina.” (Luccock, 1975, p. 380).

“[...] aqui como alhures pouca gente encontrei com gosto da leitura e os poucos

---

<sup>5</sup> No entanto, autores como Vicente Tapajós, afirmam que desde o século XVIII o Brasil começava a se libertar, intelectualmente de Portugal sob influência das idéias de Voltaire, Raynal, Mably, Montesquieu, graças ao francesismo que ganhou a elite brasileira.

livros que possuem são pequenos livros de reza. Mesmo as bibliotecas dos padres se limitam a umas poucas obras religiosas e clássicas, entre as quais raro se acha uma bíblia, que é representada por uma abreviação.” (Gardner, 1942, p. 303).

“O número de leitores era comparativamente [à Metrópole] diminuto, mas compreendia pelo menos um ou dois indivíduos em cada cidade ou vila do Império, e as opiniões e teorias que estes adotavam propagavam-se pelos círculos sociais. Não se pode contudo asseverar que se tivesse seguido muito benefício desta grande mudança. Os escritores dos jornais ministeriais eram, com poucas exceções, indivíduos de idéias retrógradas, partilhando muito pouco das simpatias públicas; se bem que os jornais da oposição patenteassem os abusos que se praticavam e espalhassem muita instrução, contudo inculcavam teorias exageradas e perigosas com uma veemência ameaçadora das conseqüências as mais desastrosas. Felizmente, a mesma série de acontecimentos que haviam motivado esses insultos, traziam consigo mesmo o necessário remédio. Desde a revolução o Brasil recebia de todos os países da Europa tesouros de ciência e de literatura, o estudo das línguas estrangeiras se generalizava em todas as cidades marítimas, e uma nova filosofia havia radicalmente superado a estúpida e embrutecente máxima do *Magister dixit* dos colégios teológicos de Portugal. O sistema de educação ainda não havia sofrido mudança, mas muitos dos melhores autores ingleses e franceses achavam-se nas mãos de todos os estudantes, e os seus efeitos se tornavam cada vez mais evidentes. No mês de dezembro de 1827, apareceu um jornal intitulado *Aurora Fluminense*, redigido por um jovem brasileiro de nome Evaristo Ferreira da Veiga, um dos escritores políticos mais talentosos, não só no Brasil, como da língua portuguesa; era filho de um português mestre de escola, e sendo ainda muito moço, havia já adquirido o conhecimento das línguas latina, francesa e inglesa. Na época da revolução, enquanto era estudante, escreveu algumas brochuras políticas que pouca atenção mereceram, e entre as suas primeiras produções poéticas, deve contar-se o hino nacional *Brava gente*, etc que foi depois publicado como obra de D. Pedro”. (Armitage, 1981, p. 170-171).

“Os mais civilizados moradores de Barra dedicam-se ao comércio, podendo-se dizer que não conhecem outras diversões a não ser beber e jogar, se bem que o façam em pequena escala. A maior parte deles jamais abriu um livro e desconhece todo e qualquer tipo de ocupação intelectual. Como era de se esperar nessas circunstâncias, a moda é uma de suas maiores preocupações”. (Wells, 1995, v. I, p. 110).

Alguns poucos “ilustrados” brasileiros, preocupados com a situação da vida intelectual do país e com a educação de seus pares, tentaram criar sociedades literárias e científicas como meio para se adquirir conhecimentos. Mas, o Imperador demonstrava uma aversão a qualquer sociedade desse tipo, não permitindo a sua existência. Ele reconhecia o

perigo político de tais instituições.<sup>6</sup>

O exemplo mais marcante desta situação ocorreu em Minas Gerais, como nos mostrou Walsh, em dois fragmentos de sua obra.

“Essa biblioteca é apenas uma parte de um programa mais vasto proposto por uma Sociedade Politécnica que se pretende estabelecer na cidade. Nosso amigo, o ouvidor, é o seu idealizador, sendo dois os objetivos do seu projeto - a criação de um ginásio literário, onde as pessoas poderão obter conhecimentos através de estudos e debates ou do choque de idéias e de inteligências, e de um gabinete de estudos, cuja finalidade seria extrair das várias publicações literárias de outros países as informações que constituiriam novidade para o Brasil, divulgando todas as variadas descobertas feitas na Europa após reduzi-las a uma linguagem acessível ao povo do lugar. Esse projeto foi enviado ao governo, para aprovação, mas não houve resposta. A impressão geral era que não só a sociedade como também a biblioteca não iriam ser incentivadas.

Seus membros incluem todas as pessoas importantes e inteligentes da região, contando-se entre eles Batista Caetano, um homem moço e de espírito ativo que conhecemos durante a viagem. Fora ele que havia trazido para São João a primeira impressora instalada em Minas, sendo o fundador do ‘*Astro de Minas*’. Esse senhor era um bom exemplo dos homens de sua classe no Brasil simples, independente e hospitaleiro, sabedor das deficiências do seu país, ansioso por obter informações e conhecimentos que pudessem ser úteis e mostrando-se, por essa razão, amigo dos estrangeiros, que poderiam transmiti-los a ele. Ao retornar ao Rio, aproveitei a primeira oportunidade para enviar alguns livros ingleses para a sua biblioteca em São João, acompanhados de uma carta em que eu fazia algumas observações despreziosas sobre a situação do país. Ele aceitou-as de tão boa mente que traduziu a carta para o português e enviou-a ao ‘*Astro de Minas*’, que a fez circular por todo o Brasil.

A cidade de São João é considerada, depois de São Paulo, a mais liberal e ativa, intelectualmente, de todo o Brasil. Seus habitantes são, de um modo geral, muito inteligentes. Eles apoiaram com entusiasmo as diferentes medidas sucessivamente adotadas em favor da independência do país, sendo firmes e sinceros apologistas do sistema constitucional e contrários à anarquia e ao despotismo.” (Walsh, 1985, v. II, p. 77 a 79).

“A aversão do imperador às sociedades secretas é agora tão intensa que ele se recusa a permitir a criação de qualquer tipo de sociedade, não importa quão justa e louvável seja a sua finalidade. Foram criadas bibliotecas públicas

---

<sup>6</sup> As sociedades secretas que se multiplicaram no Brasil nos fins do século XVIII estariam ligadas à divulgação de teorias e idéias revolucionárias, que acabaram por deflagrar movimentos como a Conjuração Baiana, a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana de 1817. D. João resolveu averiguar a situação das sociedades secretas, foi informado de que um grande número de personagens importantes, ligadas ao governo, estavam envolvidos nessas sociedades. Depois da rebelião de 1817, D. João resolveu suspender as atividades desses tipos de sociedades.

em várias cidades provinciais, e esse projeto inclui a anexação a elas de instituições literárias e científicas – uma forma mais eficaz de tornar mais úteis os conhecimentos contidos nos livros que as compõem. O ouvidor de São João Del Rei, pessoa respeitabilíssima, projetou – conforme já tive oportunidade de dizer – a criação de uma sociedade filo-politécnica nessa cidade anexa à biblioteca local, e para que não fosse omitido nenhum requisito legal, ele enviou o projeto ao imperador, para sua aprovação, certo de que logo lhe seria devolvido. A permissão nunca foi dada, e quando deixei o país tinha sido proibida a formação de qualquer instituição literária desse tipo. Baseado nesse ato, e em outros do mesmo gênero, o povo acha – conforme pude comprovar – que a atual hostilidade do imperador para com essas sociedades, que em outros tempos ele aparentemente patrocinava e das quais era ele próprio um membro proeminente, tem sua origem não tanto no seu receio de que propaguem o republicanismo como no de que difundam o saber.” (Walsh, 1985, V. II, p. 141).

Tanto os livros como os jornais e as revistas eram tidos como meios de se conseguir instrução, de se adquirir algum conhecimento, além de um instrumento de exibição do *status* do seu proprietário, na sociedade brasileira. O fato de se valorizar as “aparências” não eliminava, no entanto, o papel dos livros enquanto fontes de saber, num mundo de instrução escassa, que fazia do autodidatismo um meio importante de acesso aos conhecimentos (Souza, 1997, p. 373). Isto se aplicava ainda mais aos jornais que podiam circular mais facilmente e em maior quantidade, tendo acesso a eles um número maior de pessoas.

“Não obstante o silêncio relativo da imprensa durante o período decorrido entre a dissolução da Assembléia Constituinte e a convocação da Legislativa, apenas começara estas as suas sessões, os liberais de novo se ativaram, e apareceu uma quantidade de jornais pugnando pelas opiniões e interesses da oposição. Muitos desses periódicos eram exagerados no seu estilo, e faltos de lógica nas suas conclusões. Contudo, o espírito em que eram escritos agradava ao povo, e a sua influência em todo o Império era prodigiosa. Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de se adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica é em toda a parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem”. (Armitage, 1981, p. 168).

### 3.2 - EDUCAÇÃO NO BRASIL-COLÔNIA

Qualquer estudo que envolva questões referentes à educação no Brasil, entendida tanto como um processo sistemático de transmissão da cultura e de conhecimentos como no sentido de polidez, de civilidade e sociabilidade, não pode desconsiderar a influência das condições inerentes ao regime colonial, que se estendeu além da autonomia.

Desde o nosso descobrimento até o limiar de nossa independência a situação do Brasil não se modificou muito. No início do século XIX, a população ainda era constituída por uma maioria escrava, com uma pequena parcela de trabalhadores livres, com uma também pequena, embora poderosa, camada de proprietários, além de uns poucos comerciantes enriquecidos.

Na área econômica, a Colônia apresentava uma economia agrária, voltada para a exportação, dominada pelo desenvolvimento das plantações e engenhos de açúcar, que foram estabelecidos com fins lucrativos pelos capitalistas, no qual a mão-de-obra escrava importada da África era a principal mercadoria.<sup>7</sup>

A situação política era de submissão à Metrópole, que exigia um aparelho administrativo reduzido e pouco sofisticado. O Brasil era não muito mais que um receptáculo de produtos manufaturados vindos de Portugal, sujeito ao seu controle político e às suas diretrizes econômicas, culturais e intelectuais (Graham, 1973, p. 19).

Sendo assim, tanto o ensino como a cultura escolar não eram vistos como prioridades no período colonial, e continuaram a não ser por um longo período de nossa história. Esta situação estava de acordo com a condição de dependência do Brasil-Colônia, pois, este não oferecia um quadro favorável ao desenvolvimento do que hoje chamamos de ensino público, que visa atender a maioria da população. O que tínhamos era um quadro educacional precário e bastante escasso, que se estendeu por muito tempo, devido à condição de não prioridade da educação, além das condições econômicas, políticas, sociais e culturais de nosso território.

Com a Reforma Pombalina, em 1759, que atingiu Portugal e suas colônias nos

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre a condição econômica do Brasil-Colônia e do Brasil-Império consultar as obras de Fernando Novaes (1979), Caio Prado Júnior (1963) e Sérgio Buarque de Holanda (1988).

âmbitos econômico, administrativo e educacional, é que este descaso ficou ainda mais evidente. A expulsão dos jesuítas de todo o império lusitano desmantelou o sistema de ensino na Colônia, sem colocar nada no lugar, enquanto que se criou, em Portugal, um sistema público de ensino mais moderno e popular, restrito à Metrópole (Xavier, 1994, p. 47-48).

A condição da instrução pública, em fins do período colonial, era reconhecidamente deficiente. Podemos mesmo dizer que era, no geral, quase nula, pois, recebeu um duro golpe com a expulsão dos jesuítas. Estes, principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia, ensinavam gratuitamente a matemática elementar, a gramática latina, a filosofia, a teologia dogmática, a moral e a retórica, conferindo, aos alunos, um diploma de mestre em artes. Em outras regiões do Brasil, onde existiam colégios da ordem ou mesmo simples hospícios, os jesuítas ensinavam as primeiras letras e a gramática latina (Lima, 1989, p. 159).

A maioria das propriedades, urbanas e rurais, dos jesuítas foi leiloada, muitos colégios da Companhia se transformaram em palácios de governadores ou hospitais militares. Houve um grande desperdício, em especial, de bens culturais, como as bibliotecas, que foram consideradas coisa de pouco valor. A expulsão da ordem abriu um grande vazio no já pobre ensino na Colônia. A Coroa Portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação de uma elite letrada na própria Colônia.

No lugar dos jesuítas ficaram as poucas Aulas Régias e o Seminário de Olinda, onde se ensinavam ciências naturais e matemática. No Rio e na Bahia, foram fundados pequenos clubes de intelectuais que tiveram, no entanto, curtíssima duração.

Sobre o Seminário de Olinda tivemos relatos que, num período de aproximadamente dez anos, mostraram a sua decadência. No início do período joanino, Koster relatou que: “As instituições públicas, em 1810, eram escassas mas excelentes, louvando o Seminário de Olinda com um corpo docente douto e liberal” (Koster, 1942, p. 78). Já, em outro momento, Graham nos informa sobre a decadência do mesmo, no tocante à educação ali ministrada e à sua arquitetura.

“O próprio colégio [de Olinda] onde os jovens recebiam de algum modo educação, ainda que imperfeita, está quase arruinado; [...] só dispõem dos recursos da ciência e da literatura contra as paixões e os vícios. Mas aqui até os nossos da literatura e da ciência são quase desconhecidos. O colégio e a biblioteca de Olinda estão em decadência.” (Graham, 1990, p. 134).

As Aulas Régias consistiam em aulas avulsas sustentadas por um imposto colonial denominado Subsídio Literário.<sup>8</sup> Essas aulas deveriam substituir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios. A criação dessas aulas foi um imperativo devido à necessidade de se preencher o vazio deixado pela saída dos jesuítas, numa tentativa de se preservar a continuidade da vida educacional da Colônia, e não apenas para atender a um ideal pedagógico. Voltada para uma reduzida parcela privilegiada da população, essas aulas asseguravam-lhe condições para prosseguirem seus estudos na Europa.

Além das aulas, foi criado o Cargo de Diretor Geral de Estudos, que tinha a incumbência de preencher, através de concursos, o quadro de professores régios e de fornecer a concessão de licenças para o magistério, tanto público como particular, numa tentativa de controlar e fiscalizar o ensino ministrado na Colônia.

O ensino, via colégios de ordens religiosas ou através das Aulas Régias, teve um alcance social ainda mais limitado, fato que demorou a se modificar. Esta limitação se deu devido a falta de sistematização, a falta de docentes preparados e em número suficiente. Além disso, a implantação dessas poucas aulas régias se deu de forma muito lenta, devido a posição não prioritária da educação no governo da Colônia.

Algumas outras ordens religiosas, como a do Oratório, por exemplo, acabaram assumindo a condução da vida religiosa e educacional de uma diminuta parcela da população, mas numa escala bem menor se comparada às ações dos jesuítas (Xavier, 1994, p. 52).

No Rio de Janeiro, antes da chegada da Corte, o que havia de melhor em estabelecimentos de educação expressava-se nos dois seminários, o Seminário São José e o Seminário São Joaquim, fundados em 1739 e que se fundiram em 1817. Esses seminários preparavam clérigos e funcionários públicos, servindo, ao mesmo tempo, à Igreja e ao Estado. No seminário São Joaquim, menos leigo e destinado a órfãos desvalidos, a educação era gratuita. No seminário São José, onde os alunos, na sua maioria, se destinavam à vida religiosa, eram acolhidos tanto os pobres como os ricos, sendo que uns pagavam e outros recebiam instrução sem ônus algum (Lima, 1989, p. 159).

Estes seminários mereceram atenção especial por parte dos estrangeiros, como no

---

<sup>8</sup> A criação do Subsídio Literário deu novo alento ao ensino régio. Foram instituídas aulas de ler e escrever, de gramática latina, de retórica, de grego e de filosofia nas principais localidades da Colônia. Concomitantemente, realizavam-se cursos nos seminários e colégios das congregações religiosas.

extenso relato deixado por Luccock, situados em dois momentos diferentes de sua obra.

“Dos colégios, o de São José é o mais antigo e afamado. Foi provavelmente fundado logo após a igreja de São Sebastião, encontrando-se ao pé do morro que traz seu nome, perto da Rua da Ajuda. Na frente há um portão, mais que sólido, degenerando já para o pesado estilo brasileiro. Passando por de-baixo desse portão, os visitantes atingem uma vasta área aberta, coberta de grama, em cujo fundo encontram um só lance de edifício com janelas de rótula pintadas de vermelho. A aparência externa oferecia sinais palpáveis de negligência, e exames ulteriores confirmaram as primeiras impressões. Os quartos eram suficientemente numerosos, mas pareciam incômodos, estando alguns desocupados. Avistamos uns poucos colegiais que se achavam por ali passeando, de beca vermelha; alguns já tonsurados, mas a maior parte ainda muito jovem. Não apresentavam nenhuma elasticidade de espírito, nenhuma curiosidade sagaz, nenhuma urbanidade de maneiras e pouquíssimo asseio pessoal. Examinaram-nos com um pasmo estúpido, demonstrando, ao que nos pareceu, a influência da ignorância despótica sobre as fôrças que ela pretende cultivar. Ao sairmos dali, estávamos todos prontos a dizer: ‘Nem um raio de ciência jámais penetrou aqui’. O colégio se acha num local aparentemente saudável e belo, mas a negligência e a falta de asseio parece que o estão privando das suas vantagens naturais.

Próximo da Lapa, acha-se outro colégio. Também êste é um edifício bom, grande e sólido; mas tal como o anterior, grandemente desleixado. É sujo, as janelas de rótula estão precisando de consertos, as cêrcas estão quebradas, os jardins jazem abandonados, por tôda parte há poças de água suja estagnada proveniente de todo êsse lado da cidade, e o lugar em geral possui um ar de desolação; todavia, dizem-no rico. Depois que esta nota foi lançada, verifico que o colégio foi extinto e os frades carmelitanos transferidos para êle, desde que o respectivo convento foi acrescentado à residência real.

Um outro colégio, mais respeitável quanto à aparência e direção que o anterior, encontra-se na estreita e suja rua de São Joaquim, tendo o mesmo entorno que ela. Ali os letrados fazem praça de educar aos jovens para funções de Estado e de lhes ensinar muito especialmente os conhecimentos próprios para êsse fim. Mas embora o Govêrno empreste seu patrocínio à instituição o número de estudantes é pequeno e, na realidade, a casa não está em condições de os receber em grande quantidade. Distinguem-se estes por seus trajes de lã branca, mas o estado dos quartos adapta-se mal à côr de suas vestes. Anexa ao colégio existe uma excelente capelinha, donde se tem vista sobre uma rua larga, até a igreja de Sant’Ana. Merece menção que nenhum dos colégios, além deste possui um local para o culto divino ligado a êle.” (Luccock, 1975, p. 49-50).

“A educação dada nos colégios visa quase que unicamente o sacerdócio ou os cargos leigos da Igreja e, embora reduzida a êsses objetivos especiais, achassem em extrema decadência. Não sômente os próprios professores são em geral pouco ou nada versados em conhecimentos gerais da ciência e literatura, como também por êles professam desprezo; isso acontece até com os

conhecimentos reputados por todos como essenciais ao próprio sacerdócio profissional, motivo pelo qual a Igreja se encontra péssima e lamentavelmente provida. Uns poucos rapazes educados nos colégios se destinam a empregos seculares, e dentre aqueles que primitivamente pretendiam ingressar na Igreja, mas não chegaram a pronunciar seus votos, uns tantos se voltam para o mundo e as suas ocupações.

O Colégio de São Joaquim, conforme já dissemos, juntamente com suas escolas, que foi transferido para o edifício que se destinava aos Jesuítas, é o que mais se afasta da regra geral de tais estabelecimentos, fazendo profissão de dirigir a atenção dos seus estudantes para aqueles ramos do conhecimento que melhor os habilitem às funções sujeitas ao govêrno, motivo pelo qual se diz que o Colégio é favorecido e patrocinado.” (Luccock, 1975, p. 86).

A fase posterior à expulsão dos jesuítas foi marcada pela “generalização” dos mestres particulares. Não podemos deixar de mencionar o fato de que muitos eram instruídos em casa, no âmbito privado, com professores particulares, com preceptoras, com mestres-escolas ou mesmo com parentes, com quem aprendiam as primeiras letras, preenchendo o vazio da escola pública, escassa ou mesmo inexistente.

Havia, no Brasil, uma multiplicidade de formas e locais de ensinar e aprender nas grandes propriedades rurais e nos poucos espaços urbanos, variando de acordo com as posses, os objetivos e as intenções das famílias que almejavam uma certa instrução aos seus filhos, assim como em Portugal (Lopes, 2000, p. 98-99).

Essas diversas formas de ensino coexistiram por muito tempo, mas foi com D. João que se esboçaram as primeiras tentativas de um controle progressivo do Estado sobre a educação e as primeiras iniciativas para organizar um sistema de instrução primária. Isto se deu de forma bastante vagarosa e limitada, ficando muito mais no discurso do que na prática (Lopes, 2000, p. 99).

“Já se observou que as diversas espécies de polimento ou requinte, progridem juntas, em geral. No Brasil, a educação e o cultivo do espírito fica porém ainda para trás do confôrto caseiro, a-pesar-de ser êste tão falho. Já dissemos ocasionalmente que de primeiro não havia escolas na Colônia; isto embora pareça estranho, é literalmente verídico; não havia nenhum dos estabelecimentos comuns para a primeira educação da infância. A grandíssima maioria das pessoas entravam na vida sem que possuíssem o mais leve conhecimento dos primeiros rudimentos da instrução; o que sabiam, tinham-no apanhado principalmente dos caixeiros de seus pais, em geral moços portugueses que haviam emigrado na intenção de tirar o melhor partido possível de seus talentos.

Um grande número de pessoas dessa espécie se viu atirada ao Brasil, no momento em que sua pátria foi ocupada pelos franceses. Alguns dêles empregaram os conhecimentos matemáticos que tinham, jogando; outros colocaram-os mais honrosamente feito professores. O mobiliário de que dispunham era produzido e seus processos de ensino imperfeitos; a-pesar-do que os resultados obtidos, valiosos. As crianças ficavam trancadas em cubículos reduzidos e abafados, onde tôdas liam alto ao mesmo tempo, com grande aborrecimento de cada qual. No escrever, o processo era melhor; quando um certo número de meninos, mais ou menos do mesmo adiantamento, terminava uma cópia, enviavam-nos à rua e ali apelavam para o julgamento de algum transeunte casual que, pela sua aparência, achavam capaz de decidir dos méritos de suas respectivas obras. Frequentes vêzes admirei a vivacidade com que cada um ansiava por um veredicto favorável e a imensa satisfação com que o recebiam. Parecia existir ainda, dentro do espírito dos brasileiros, a-pesar-da sua geral degradação, uma mola que, habilmente manejada, poderia produzir efeitos notáveis. Mas, embora as escolas se tornassem mais numerosas, permaneceram elas quase que inteiramente em mãos dos portugueses e, embora os mestres comparativamente se multiplicassem em número, uma grande parte do tempo de que dispunham, consumiam-no cantando matinas e ave-marias.” (Luccock, 1975, p. 86).

Há autores que defendem que D. João VI tinha a instrução pública da sua Colônia como objeto especial de sua atenção, e que se não foi feito mais pela educação foi devido ao Brasil estar passando por um período onde os fatos políticos e os acontecimentos sucediam-se rapidamente, não deixando mais tempo aos poderes públicos para se ocuparem com a questão da instrução pública.

Fato este que foi registrado pelas mãos de Graham: “A educação pública, que atualmente exige o mais apurado desvelo do governo, será atendida com quanta eficácia couber em Meu poder, Príncipe Regente” (Graham, 1990, p. 95).

Os elogios a D. João, pelos feitos referentes à educação, também aparecem nos relatos de dois viajantes, Luccock e Mawe, que estiveram aqui juntamente com a Família Real, levando-nos mesmo a crer que o Príncipe Regente se empenhara por distribuir instrução pela sua Colônia.

“Gratíssimo era observar a forma pela qual durante êsse período novas escolas sucessivamente se estabeleciam e os instrumentos de um proveitoso saber se difundiam através de tôdas as classes populares. Na *Gazeta do Rio*, de 9 de julho de 1814, encontra-se o seguinte anúncio: ‘Quem quiser mandar suas filhas, criadas e escravas aprender a ler, escrever, contar etc., pode dirigir-se a uma pessoa residente na Rua do Lavradio’. A frase brasileira é ‘as suas filhas, e

as suas crias e escravas' que, embora ligeiramente diversa, creio eu, do elegante dialeto lisboeta, traz o sentido que eu lhe dei.” (Luccock, 1975, p. 376).

“[As mulheres são] afáveis e corteses para com os estrangeiros, excessivamente vaidosas, porém, menos orgulhosas do que as das outras nações. Nas reuniões mistas, requintadas por aquela extrema delicadeza que em geral caracteriza os portugueses, reina a maior alegria. A palestra dos homens educados, contudo, é mais animada do que instrutiva, pois a educação aqui está em um nível baixo, compreendendo um curso limitado de literatura e ciência. É justo acrescentar que, desde a chegada da Corte, foram adotadas medidas para efetuar uma reforma completa nos seminários e outras instituições de instrução pública; e que o Príncipe Regente, na sua solicitude pelo bem estar de seus súditos, zelosamente patrocinou todos os empreendimentos, para neles desenvolver o gosto pelos conhecimentos úteis. Sob seus auspícios, o Colégio São Joaquim sofreu melhoramentos consideráveis: instituiu-se uma Cadeira de Química, para a qual foi nomeado, por Sua Alteza Real, um meu compatriota, Dr. Gardner, e espera-se que a partir desta nomeação se possa assinalar a data do início da filosofia experimental naquele estabelecimento.” (Mawe, 1978, p. 86).<sup>9</sup>

No governo de D. João VI, as escolas foram abertas mediante Provisão Régia e depois por despacho da Mesa de Desembargo do Paço. A forma extremamente centralizada na mão da Corte incluía as autorizações para se ensinar, as nomeações dos professores e a abertura de escolas (Fávero, 1996, p. 36).

D. João chegou até mesmo a discutir, ou cogitar, sobre a organização de um sistema de escolas públicas. Parece que havia, por parte do Príncipe Regente, realmente uma preocupação com a instrução pública.

“[...] compreendendo a vantagem e a necessidade de organizar a instrução pública e tudo o que lhe dissesse respeito, (tentou elaborar um plano sistemático, através de um projeto) que reunisse todos os estabelecimentos entre si e os submetesse a um mesmo pensamento, o da unidade da nação” (Almeida, 1989, p. 49).

O projeto dividia a instrução pública em quatro graus: as pedagogias, ensino elementar; os institutos, com acréscimo de conhecimentos sobre a agricultura, sobre o

---

<sup>9</sup> O Seminário São Joaquim foi fundado pelo Bispo D. Antônio de Guadalupe para instruir um determinado número de órfãos. Diante da decadência em que se encontrava, o governo resolveu ministrar um novo tipo de instrução e o secularizou, convertendo-o em uma escola profissional, a qual, além da instrução primária também preparava os alunos para diferentes profissões, como: alfaiate, sapateiro, marceneiro e carpinteiro (Almeida, 1989).

comércio e sobre as artes; os liceus, incluindo os conhecimentos científicos; as academias, onde entrariam os conhecimentos das ciências abstratas e estudos das ciências morais e políticas).” (Fávero, 1996, p. 38).<sup>10</sup>

Todo esse projeto, que só ficou na intenção, ia contra os interesses colonialistas da Coroa e os interesses imperialistas. Além disso, nem mesmo Portugal ou a França possuíam um sistema tão liberal e moderno de instrução pública, sem falar que nem a metrópole e nem o Brasil contavam com recursos para colocar em prática um projeto tão ambicioso.

Incentivos à instrução da população partiram, algumas vezes, de comerciantes do Rio de Janeiro. Por ocasião da elevação do Brasil a Reino, os negociantes e comerciantes do Rio de Janeiro, aos quais pareceu os assuntos intelectuais dizerem pouco, pretendiam arrecadar doações para erigir um monumento em comemoração ao fato, mas decidiram pela fundação de uma instituição de ensino público. O Príncipe Regente regulamentou o depósito para doações no Branco do Brasil, recém criado, com a finalidade de fundar estabelecimentos de instrução. “Deveriam, na intenção dos ofertantes, ser os rendimentos do capital doado, perpetuamente empregados em estabelecimentos que promovessem a instrução nacional.” (Lima, 1989, p. 164). Fato este registrado por Luccock.

“A promoção do Brasil a Reino foi acompanhada de um fato mais benéfico que todos quantos foram até agora mencionados. Quando os comerciantes do Rio se reuniram para felicitar seu Soberano, subscreveram êles considerável quantia em dinheiro, a-fim-de formar um fundo, cujas rendas deveriam ser dedicadas à educação geral: e êle baixou um decreto a-fim-de o efetivar e garantir. A Literatura e a Ciência não tinham sido inteiramente negligenciadas durante êsse período, pois que se tinham fundado estabelecimentos em que se ensinavam os mais úteis ramos do saber militar e muitas obras se publicavam para uso dos soldados. Também os habitantes dos conventos se tinham tornado menos escrupulosos no franquear o conteúdo de suas Bibliotecas, encontrando-se inesperadamente algumas obras gregas na de São Bento.” (Luccock, 1975, p. 379).

A fase joanina representou um dos períodos mais importantes de nossa evolução cultural, com a fundação de instituições de ensino e de pesquisas científicas. Neste período, foram criados os primeiros cursos superiores, a Academia Real da Marinha e a Academia

---

<sup>10</sup> O projeto de reforma apresentado pelo General Francisco Borja Garção Stockler, faz lembrar o plano de Condorcet, na divisão dos graus de ensino que, como bem sabemos, ficou apenas na intenção (Fávero, 1996, p, 38).

Real Militar.<sup>11</sup>

O Rio de Janeiro recebeu um grande impulso cultural e educacional que, embora reduzido, a princípio, somente a esta região, significou um grande avanço para todo o país com o passar dos anos, pois, com o tempo, a passos lentos, esses impulsos atingiram outras regiões.

A transladação da Corte trouxe novas perspectivas ao ensino, embora de forma bastante limitada. O fato mais importante e significativo foi que “esse impulso se originou da necessidade imediata de suprir deficiências coloniais para a instalação da sede da administração do Reino”, ocorrendo, pela primeira vez, um rompimento com a tradição de apenas importar modelos e soluções para situações bem diferentes da Europa e, por isso mesmo, nada eficazes (Xavier, 1994, p. 54).

Por outro lado, todas essas mudanças e inovações não proporcionaram um progresso científico tão expressivo, como poderia, por terem sido de caráter pragmático, escasso e circunstancial. Tal impulso não abrangeu a maior parte do território, ficando restrito, por muito tempo, ao Rio de Janeiro; não alterou, na prática, a pouca importância dada à educação escolar, principalmente a educação elementar e a dependência da Universidade de Coimbra, no que tange o ensino superior, continuou ainda por algum tempo.

Foram criados, no Rio de Janeiro, cursos de cirurgia, anatomia e medicina e os cursos para a formação de técnicos em áreas como a economia, a agricultura e a indústria,<sup>12</sup> além de um laboratório de química. Todas estas iniciativas foram creditadas a D. João.

“No ano seguinte [1809] ele [o Príncipe Regente] fundou uma Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina, anexa ao Hospital Militar Real; um laboratório químico e um sanatório de isolamento para leprosos no promontório de Boa Viagem, para evitar as conseqüências que podem advir do livre comércio por causa da entrada de navios estrangeiros que podem introduzir doenças contagiosas adquiridas em portos infectados.” (Walsh, 1985, v. I, p. 82).

Em 1812 foi criada a escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros, em

---

<sup>11</sup> O conde de Linhares estabeleceu uma academia de guardas marinhas, no hospício do mosteiro de São Bento com todos os instrumentos, livros, modelos, máquinas, cartas e planos que possuía em Portugal, criou também um observatório astronômico, em 1809, para uso da companhia, logo depois foi fundada a Academia Militar, que agregou-se deste modo por completo ao cultivo das ciências exatas o ensino das profissões, a técnica da guerra e a arte da defesa.

<sup>12</sup> Em razão da revogação do Alvará de 1785, que fechara todas as fábricas, agora era permitido a existência de fábricas e indústrias na Colônia, criou-se, então, curso para preparar mão-de-obra para esse novo setor.

Minas Gerais. Em 1817, foi criado o curso de química, abrangendo química industrial, geologia e mineralogia. Em 1818, o curso de desenho técnico e o curso de agricultura (Ribeiro, 2000, p. 41). Luccock faz referências, um tanto quanto exageradas, a tais cursos, demonstrando bastante otimista.

“Juntamente com as Ciências, as Artes, tanto mecânicas quanto as que se denominam de Belas, prosperaram grandemente; e não somente tínhamos ferreiros, carpinteiros e pedreiros, como poetas e pintores em abundância.” (Luccock, 1975, p. 380).

A expressão “curso” não nos dá uma idéia precisa do que realmente era, pois, muitos deles correspondiam a aulas e, pelas condições imediatas de sua criação, tiveram um caráter de organização isolada, diferente da forma universitária que conhecemos hoje (Ribeiro, 2000, p. 42).

O projeto de criação do ensino superior antecedeu e se sobrepôs aos primeiros projetos para estender a educação elementar à população brasileira. Como disse Lima: “Os brasileiros começaram por onde deveriam acabar, trataram das ciências maiores sem cuidar da instrução primária” (Lima, 1996).

Muito se escreveu sobre o ensino superior e sobre as instituições científicas e artísticas, que tiveram, desde o início, uma atenção especial por parte do governo, talvez por isso uma atenção também especial por parte dos viajantes, uma vez que tal nível de ensino se destacava do quadro geral da educação brasileira.

O Jardim Botânico, do Rio de Janeiro, foi uma das instituições que deve sua existência a D. João. Criado em 1808, com o nome oficial de Real Jardim da Lagoa de Freitas e, posteriormente, chamado de Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, foi destinado, pelo Príncipe Regente, a se tornar uma escola de botânica para médicos e estudiosos, além de um viveiro para cultivar plantas úteis e exóticas. Embora carregado de pompa, não foi visto com otimismo por Walsh e por Gardner.

“... chamado de Jardim Botânico mas não faz jus ao nome. Existem muito poucas espécies representativas da imensa variedade de plantas nativas, e não se faz a menor tentativa de classifica-las ou organiza-las cientificamente. Na realidade, o jardim é um pouco mais do que um local de descanso, onde as pessoas vão para passear e tomar a fresca.” (Walsh, 1985, v. I, p. 204).

Também deixaram registros sobre o Jardim Botânico de Pernambuco, como no relato de Gardner.

“O Jardim Botânico está situado em um terreno côncavo atrás da cidade de Olinda e, conquanto grande, só é em parte cultivado. A residência do professor fica quase ao centro. Encontramos o Dr. Serpa em seu gabinete, bastante amplo, e que ele usa como sala de preleções. Parecia homem de sessenta anos e impressionou-me por sua inteligência e atenciosas maneiras. Além de suas outras ocupações tinha a principal clientela de Olinda.” (Gardner, 1942, p. 69).

O Museu Nacional recebeu do público o nome de Casa dos Pássaros, por este conter alguns exemplares empanados. Teve sua origem no gabinete de História Natural, adquirido do Barão Ohein pelo governo, que era antes uma coleção mineralógica, dispondo-se, ao mesmo tempo, os diamantes e outras curiosidades remetidas do distrito diamantino.

“A essa nova instituição científica foi dado, por fim, propagar os conhecimentos e estudos das Ciências Naturais, no Brasil, e para serem também empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes” (Lima, 1989, p. 165).

Numa longa citação, Walsh descreve o Museu, colocando a criação do mesmo como um grande ato benéfico do Príncipe Regente a um país que se encontrava nos “primórdios do conhecimento científico”.

“O Museu Nacional [...] fica situado no lado leste do Campo da Aclamação e quase do lado oposto do Senado. Sua criação foi um dos últimos atos benéficos de D. João antes de deixar o país. Um prédio comprido, apresentando um frontão e um pórtico no estilo português antigo.

Na frente há um globo e uma coroa dourados, e abaixo deles uma placa com a seguinte inscrição:

JOHANNES VI  
REX FIDELISSIMUS  
ARTIUM AMANTISSIMUS  
A FUNDAMENTIS EREXIT  
ANNO MDCCCXXI.

Fica aberto ao público toda quinta-feira de 10 às 15h. A sala do andar de baixo é uma espécie de cadeia para soldados, e o Museu ocupa os cômodos do andar de cima, que consistem de uma série de aposentos que se comunicam entre si. Contêm as coisas habituais encontradas nesses lugares: pássaros,

animais selvagens, peixes, conchas e minerais, dos quais há apenas poucos exemplares. Os pássaros estão bem conservados, mas a grande maioria deles encontra-se virada nas prateleiras, ainda desmontados. Entre eles mostraram-me como raridades um cisne e um pisco-de-peito-ruivo. Os minerais estão melhor organizados, e na parte dedicada à Entomologia, existem belos espécimens de borboletas. É bastante lamentável que Spix e Von Martius - que enriqueceram os magníficos Museus de Viena e Munique com exemplares pilhados do Brasil - não tivessem sido empregados, em primeiro lugar, para suprir e organizar o Museu deste país.

Além desses departamentos incompletos de História Natural, existem alguns poucos exemplares de múmias egípcias e outras relíquias do Mundo Antigo, e duas ou três do Moderno. Estas consistem de cabeças retiradas de catacumbas indígenas, segundo fui informado. São preservadas como as múmias e tatuadas de uma forma bastante curiosa. Com elas estão roupas, armas e outros objetos indígenas, que formam o centro de um interessantíssimo departamento nacional, assinalando a existência de uma raça que logo ‘estará longe daqui e não será vista nunca mais’.

No centro de um dos cômodos está colocada uma obra de arte composta de duas caixas de vidro divididas em diversos compartimentos. Em cada um deles está representado o processo de algum ramo do comércio ou da indústria, com todos os implementos perfeitamente reproduzidos em miniatura. Essa obra feita por jovens é exatamente igual aos desenhos do *Livro de Comércio e Artes* publicado na Inglaterra para as crianças; parece bastante característico de um país jovem, ainda nos primórdios do conhecimento. Essa pequena caixa mecânica parecia chamar mais a atenção dos visitantes do que qualquer outra coisa.

As pessoas que visitavam o Museu pertenciam às classes mais baixas da sociedade e muitas delas eram soldados rasos. Todos pareciam divertir-se muito e aprender bastante com os diversos objetos totalmente novos para eles. Realmente essa casa parece ser de grande valia para o país em que se encontra. Há grandes possibilidades de que o Museu vá provocar o interesse pelas coisas da Natureza e da Arte e despertar no povo que o visita, o amor pela Ciência. Que vasto campo de História Natural a natureza fértil do país apresenta, e que esplêndido monumento a essa ciência pode ser erigido aqui (e provavelmente será) quando os cientistas brasileiros estiverem adiantados o suficiente para realizá-lo! A quantia gasta anualmente para sustentar o Museu é de quatro mil quinhentos e doze mil réis.” (Walsh, 1985, v. I, p. 180-181).

No conjunto das reformas empreendidas, houve iniciativas, partindo do Príncipe D. João, que afetaram o campo artístico, como na música, no teatro e nas artes.

A música recebeu a proteção e o encorajamento das mãos de D. João, que, segundo alguns autores, fazia tudo que estava em seu poder para elevar e incrementar o espírito humano de seu povo.

“Há dois orfeões e quatro professores de piano [em São João Del Rei]. Toda pessoa educada é mais ou menos musicista.” (Burton, 1983, v. I, p. 196).

“Como de costume no interior do Brasil [Diamantina], a cidade não dispõe de clubes, cafés, institutos mecânicos, associações cristãs de moços e sociedade de progresso mútuo, exceto quando se trata de música. As bandas são, todas as coisas levadas em contas, consideradas boas. Mas, há naturalmente um fotógrafo. Cerca de três anos passados o único jornal.” (Burton, 1983, V. II, p. 289).

“[...] não existir gosto nacional para a pintura e escultura, mesmo com a Academia de Belas Artes. Já a música é apreciada por todos os brasileiros, como o compositor Carlos Gomes, motivo de orgulho.” (Wells, 1995, v. I, p. 52).

O teatro, considerado poderoso instrumento de civilização, também foi objeto de atenção do Príncipe Regente, em meio às preocupações com a arte e a cultura atribuídas a ele. Os viajantes ingleses também voltaram seus olhares para o teatro, como nos mostra Walsh:

“No dia 12 de outubro de 1813 foi inaugurado um novo Teatro no lado norte da praça que na época chamava Rossio, hoje Praça da Constituição. Deram-lhe o nome de Teatro de São João em homenagem ao Príncipe Regente que completou as obras, e sua inauguração foi no dia do aniversário de Dom Pedro, seu filho. Era um prédio grandioso e estava de acordo com o crescente progresso da cidade, desde que a Corte se instalara ali.” (Walsh, 1985, v. I, p. 83).

Num breve trecho, Gardner sintetizou, de certa forma, as inovações trazidas quando da transferência da Corte portuguesa para o nosso território, inovações estas que, juntamente com as demais acima mencionadas, lançaram os alicerces do ensino científico no Brasil.

“Há uma casa da moeda, uma casa da Ópera, um teatro, uma biblioteca que se diz conter cerca de cem mil volumes, um museu de História Natural, uma escola de medicina, dois hospitais, a câmara dos senadores. Há anualmente uma exposição de belas artes em que se exibem bons quadros tanto de artistas nacionais como estrangeiros. Cultiva-se bastante música, e o piano que só se encontrava nas mais ricas habitações ao tempo em que Spix e Martius visitaram o Rio, tornou-se agora quase universal. A guitarra, outrora o instrumento predileto, ainda o é por todo o interior. Há excelentes colégios para a educação dos moços, assim como se tem fundado internatos para moças, dirigidos

segundo os mesmos princípios dos seus similares da Inglaterra.” (Gardner, 1942, p. 6)

Posteriormente, em 1824, embora tenha sido idealizada no período colonial, fundou-se também a Academia de Belas-Artes, organizada por artistas franceses,<sup>13</sup> muito bem descrita por Walsh, em sua obra.

“No dia 9 de novembro de 1820 foi publicado um decreto liberando sete milhões de réis para a criação de uma Academia de Belas Artes no Brasil; ela foi fundada em março de 1824 sob o patrocínio do Imperador, homenageado com mais um título, o de ‘Fundador e Protector da Imperial Academia das Bellas Artes’. Para compor essa Academia foram convidados diversos professores franceses que ocuparam as diferentes cadeiras de Pintura Histórica e Paisagismo; Escultura; Arquitetura; Gravura e Mecânica. Davam aulas teóricas e práticas a um número grande de alunos em diferentes horas do dia. Para abrigar a Academia foi construído um novo prédio na Travessa da Moeda, perto da Casa da Moeda, que ainda não está totalmente pronto (1828). A fachada apresenta um frontão com duas longas asas; o desenho é tão inferior que desmerece um pouco o professor de Arquitetura. Fica situado numa rua estreita e tem uma fundição do outro lado. Além disso apresenta acima da porta uma inscrição num Latim muito pouco clássico: ‘*Academia Imp. Bellarum Artium*’. Dessa forma, nada em seu exterior condiz com a elegância e o bom gosto que naturalmente se espera de uma Academia, onde os que a planejaram são professores de Belas Artes.

Quando a visitei, seu interior ainda não estava terminado; vi apenas um cômodo circular onde se encontravam diversas obras de professores e alunos. Uma delas era um pequeno quadro de Debret, professor de Pintura Histórica. Representava a Coroação do Imperador na Capela Imperial e todas as pessoas ilustres que estiveram presentes estavam retratadas fielmente em tamanho quase natural. O Imperador está sentado no trono, vestido com seu manto verde e segurando um bastão encimado por um grifo. Do lado oposto, na galena, está a Imperatriz com a pequena Rainha de Portugal, ambas, segundo fui informado, bastante semelhantes às verdadeiras. À sua frente está o atual Ministro da Justiça fazendo o juramento Constitucional sobre a Bíblia aberta no cânon da Missa; a seu lado está o bispo do Rio com sua mitra e óculos, e diversas outras pessoas ilustres, reconhecidas facilmente devido à sua semelhança com as verdadeiras.

Esse quadro imenso, o primeiro desse tipo, creio eu, a ser executado no Brasil tem mais valor pela maneira fiel como o pintor retratou as pessoas do que por qualquer outra qualidade. Ele iria ornamentar o grande salão do Palácio do Rio, mas durante o tempo em que estive na Academia, esperando a moldura, ele

---

<sup>13</sup> A organização da Academia de Belas Artes, bem como as demais iniciativas no campo artístico, provocaram a laicização do mesmo ( Sodré, 1960, p.284).

caiu da parede e a tela, devido à queda, desfez-se em milhares de pedaços, destruindo totalmente a pintura. Como já mencionei anteriormente, é da crença geral que isso não aconteceu acidentalmente e sim por um ato maldoso e intencional de algum democrata que, desejando destruir esse monumento à monarquia brasileira, cortou a corda que o sustentava.

Essa Academia é aberta a qualquer pessoa que queira aprender Belas Artes. Não se faz nenhuma exigência; basta o aluno apresentar-se à porta vestindo um sobretudo comprido que será admitido imediatamente. Sempre se faz uma discriminação entre as pessoas que vestem sobretudo e as que vestem paletó, pois estas últimas são consideradas como pertencentes à classe dos empregados e proibidas de freqüentar até mesmo os jardins públicos.

A Academia possui apenas sete alunos, um dos quais conheci no Palácio do bispo do Rio, que é seu protetor. Manifestei ao bispo o desejo de levar para a Europa alguma amostra do progresso das artes no Brasil, e na manhã seguinte o seu protegido trouxe-me um enorme quadro numa linda moldura dourada. Era o seu primeiro trabalho na Academia e havia ganhado um prêmio. É um belo quadro e seu autor promete bastante nesse campo ainda pouco desenvolvido das artes brasileiras. A verba anual concedida para o sustento dessa instituição é de seis mil novecentos e oitenta mil réis.” (Walsh, 1985, v. I, p. 179-180).

Todas estas fundações e estes estabelecimentos literários, artísticos e científicos prestaram grandes serviços à sociedade brasileira carente de meios culturais, intelectuais e artísticos. Mas, ainda faltava muito para se alcançar um grau satisfatório no campo da educação, ou mesmo da instrução, faltando desde o simples local para sua realização até a falta de método e unidade necessários para que tal empresa apresentasse melhoras.

O processo de europeização, intensificado com a abertura dos portos, colocou o problema da educação,<sup>14</sup> ou melhor dizendo, a sua precariedade ou mesmo a sua inexistência, como um dos entraves à concretização do desejado crescimento e do almejado progresso do país; juntamente com a escravidão, que ainda sustentava nossa economia.

Nos relatos dos viajantes, é freqüente observarmos esta relação. Relacionavam o progresso com a educação e/ou instrução, o fracasso e o atraso econômico com a falta de instrução e de uma preocupação maior, por parte do governo, para com a educação, principalmente da camada popular. Os relatos aparecem em tom de conselhos, nos quais os estrangeiros apontam o caminho ideal para o nosso desenvolvimento, acusando as falhas no campo da educação, responsáveis por tal estado de incivilidade.

“Quando se considera o estado atual do distrito das minas e se compara a pujança de seus recursos com a falta de conhecimentos que impede os habitantes de os aproveitarem, deseja-se que o governo funde e anime sociedades moldadas nas nossas Sociedades de Artes, de Manufatura e de Comércio, onde se poderiam colher informações sobre tudo quanto se relacionasse com as atividades práticas. Também se poderiam organizar, nas principais cidades da capitania, mostruários, nos quais fossem depositados os modelos das máquinas e das invenções úteis para instrução do público. Dever-se-iam comprar livros de ciências e empregar todos os meios possíveis para propagar a instrução entre os habitantes. Na assembléia dessas sociedades, discutir-se-iam com particular atenção todas as medidas tendentes a aumentar o comércio do distrito. Seria necessário dar honrarias a todos aqueles que favorecessem estes progressos e oferecer recompensas para animar todas as tentativas de melhoria da sorte dos negros. Posto sejam estes melhor tratados no Brasil do que nas outras Colônias, a amenização de sua sorte é um assunto que deve sempre ocupar o primeiro lugar no espírito de um verdadeiro filantropo. Os outros objetivos, dignos de fixar a atenção de uma sociedade do gênero da de que nos ocupamos, são a cultura do linho e do cânhamo, a melhoria do algodão, muito abandonada há alguns anos, a do café, à qual não se presta nenhuma atenção, a da cana, que é muito medíocre, e que facilmente poderia ser aperfeiçoada. Enfim, a sociedade deveria ocupar-se com a introdução de um método mais conveniente de lavrar a terra, o de cultivar o capim para os animais, e também com os meios de lavrar o ouro e os diamantes sem que os negros estejam constantemente curvados.

São incalculáveis os bons efeitos que resultariam dessas sociedades, fundadas sob os auspícios do Príncipe Regente, para o aperfeiçoamento dos diversos ramos da economia rural: o país seria melhor cultivado, suas minas exploradas com mais lucro, e provavelmente não tardaria que fossem descobertas muitas novas riquezas vegetais e minerais. A influência das assembléias filosóficas espalharia por toda parte a instrução e despertaria na nação o espírito de pesquisas; aprenderiam a apreciar os benefícios de que a natureza cumulou em seu país; nele introduziriam aperfeiçoamentos recentemente descobertos na Europa, instruindo-se, tornar-se-iam mais engenhosos e se destacariam muito dos seus vizinhos, que deles receberiam instrução e o exemplo.

Que objeção se poderá formular contra uma medida igualmente proveitosa aos súditos e ao Estado? A mais estreita política não encontraria pretexto para conservar um povo na ignorância, porque ser instruído é ser útil, e a menor parcela de instrução dada aos súditos redundará em proveito do Estado. Não há dúvida que os ministros atuais da Corte do Rio de Janeiro, todos homens instruídos e amigos das ciências, se esforçarão por divulgá-las entre um povo capaz de cultivá-las com êxito e de tirar delas partido útil. Poder-se-á, com a introdução desta medida, iniciar uma mudança total nos costumes, no caráter e nos hábitos dos brasileiros: a instrução seria proporcionada a todas as classes; a

---

<sup>14</sup> Educação aqui no sentido de polidez, de civilidade e também no sentido de instrução, de adquirir conhecimentos.

emulação vibraria entre elas, e os conhecimentos úteis transmitidos de pais a filhos não tardariam a se generalizar. Seria a verdadeira base da prosperidade do país, tão rico de produtos naturais e, ao mesmo tempo, tão abandonado por falta de habitantes esclarecidos e industriais.” (Mawe, 1978, p. 188).

A relação estabelecida entre a “falta de higiene”, o modo de viver, a rotina e os hábitos nada civilizados, e a ignorância em que se encontrava a grande parcela da população, também foi freqüente nos relatos dos estrangeiros.

Luccock, em dois trechos de sua obra, colocou bem esta relação.

“Não só por causa dos escassos meios de adquirir cultivo de que o povo do Brasil dispõe, como pela indiferença que entre eles domina, quando mais não seja, em relação à sua melhoria ou no mínimo em relação ao melhor uso do que já têm, segue-se muito naturalmente que a Colônia deve estar atolada em profunda ignorância. A descrição em detalhe das diferentes classes de sua sociedade demonstrou a existência quase invariável desse fato, que já foi suficientemente ilustrado por exemplos tirados de suas camadas superiores. Contentemo-nos com mais um exemplo dessa sorte.

Estando, certa vez, a passear pela frente da Capela do Convento dos Franciscanos, em companhia de um amigo, fomos alcançados por dois oficiais do exército que pareciam ser pessoas de alta categoria na classe. Fizeram-nos várias perguntas acerca da Inglaterra, muitas das quais provavelmente sugeridas pelo cenário que nos rodeava. Chegaram a perguntar qual era a religião da nossa terra, mostrando-se grandemente surpreendidos ao saberem que tínhamos conhecimento da existência de Jesus Cristo e lhe abraçávamos as doutrinas: Há lá igrejas? Citamos o número apenas das de Londres. São edifícios belos? Descrevemos sumariamente a catedral de São Paulo, comparando seu tamanho e magnificência com as da capela franciscana. Possuem sacramentos? Somente dois, foi a resposta, o Batismo e o Casamento. ‘Como! então são batizados?’ ‘Certamente que o somos’. ‘O que! batizados com água, como nós!’ E tendes padres autorizados a administrar os sacramentos? Nossas respostas a essas perguntas pareciam pasmá-los; supusemos que não estavam a dar crédito a nossas informações, pois que trocaram cochichando algumas palavras e despediram-se de nós súbitamente.

Tanto esta anedota como as outras de natureza semelhante, que já foram relatadas antes, não constituem descrições do baixo nível de instrução somente de alguns dos indivíduos das várias classes. Pode ser que haja em tôdas elas uns tantos que sejam prudentes demais para facilmente se exporem; mas a maioria não é nem mais culta nem menos avêssa a dar provas públicas de sua ignorância. Se isso se dá com as camadas superiores da sociedade brasileira, que esperar do vulgo? Cada um que decida disso como quiser e dificilmente o fará de maneira demasiadamente desfavorável. É difícil de conceber que um país, que por tanto tempo participou da civilização, possa cair mais baixo do que na realidade se encontra a Colônia a êsse respeito.

É de observação vulgar que os hábitos pouco limpos costumam seguir de perto a ignorância; a êste respeito já se disse o bastante para provar que o Brasil está longe de constituir exceção à regra. Poucos vocábulos, de-fato, foram tão empregados quanto sujeira, imundície e quejandas expressões sinônimas, mas não é possível fazer-se doutro modo se quisermos de-fato representar a situação real e geral do país e de seus habitantes. O que resta dizer do assunto, o será apenas ligeiramente, de maneira tal a não ofender a suscetibilidade dos mais sensíveis.” (Luccock, 1975, p. 87).

“Os modos desse ajudante [em Itamararé, norte do país] demonstravam claramente ausência de cultura do intelecto, um forte grau de pertinência e uma pequena dose de inteligência. Era quase tão ignorante quanto, talvez, o possa ser um ente humano proximamente idiota e em extremo supersticioso.” (Luccock, 1975, p. 250).

A escassez de escolas para meninas obviamente ficou ainda mais evidenciada nesta época. A ignorância ou a falta de instrução era, naturalmente, mais marcante entre as mulheres, pois, aprendiam somente a rezar e a contar. Encontramos alguns relatos que demonstraram a existência de alguns poucos, ou nada representativos, estabelecimentos que cuidavam da instrução feminina. Maior incremento à educação feminina só se daria depois de 1820.

“Seria absurdo pretendermos um relato igualmente detalhado das diferentes ordens de mulheres e de suas várias ocupações [no Rio de Janeiro]. Têm estas que ser, fatalmente, de natureza particular e é preciso que se lembre que as mulheres das classes altas e médias, e especialmente as mais moças, vivem muito mais reclusas que em nossa própria terra. O pouco contacto que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põem a nu a sua falta de educação e instrução. Isto, aliás, fazia parte do sistema declarado; estava assentado que o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois que isso lhe seria inútil, nem tão pouco se desejava que escrevessem a-fim-de que não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte. A ignorância que entre elas predominava, ao tempo em que vieram o Regente com seu séqüito, era enorme, de todos reconhecida e muito lamentada pelos recém-vindos, transcorridos poucos anos, talvez que a coisa estivesse de algum modo remediado, mas a melhora não foi substancial.” (Luccock, 1975, p. 75).

Já para Mawe, os hábitos femininos eram uns tanto descuidados, chegando a aconselhar o que deveria ser mudado, baseando-se no modo de vida das mulheres inglesas.

“Na realidade, a sua educação [das mulheres] se restringe a

conhecimentos superficiais ocupam-se muito pouco com assuntos domésticos, confiando tudo quanto se refere às dependências inferiores da direção da casa, ao negro ou à negra cozinheira, e deixando todos os outros assuntos a cargo dos servos. Devido a esta indiferença, desconhecem por completo as vantagens daquela ordem, limpeza e propriedade que reina numa família inglesa; ocupam-se, principalmente, em casa, em cozer, bordar e fazer renda. Outra circunstância que fere a delicadeza é que não têm modistas; todas as peças do vestuário feminino são feitas por alfaiates. Sofrem de anemia quase geral, o que é atribuído, em parte, ao seu modo de vida abstêmico, mas, sobretudo, à falta de exercício e aos contínuos banhos quentes a que se abandonam. Empregam todos os meios ao seu alcance para conservar a plástica, muitas vezes com prejuízo para o organismo.” (Mawe, 1978, p. 72).

“Fiquei firmemente convencido de que, se as brasileiras recebessem educação melhor, sobretudo no que se refere à economia doméstica, e estivessem habituadas a ver tudo quanto diz respeito ao lar administrado com ordem e regularidade, se tornariam úteis à sociedade. Na verdade, constantemente observei nelas essa louvável curiosidade e esse desejo de instrução, que se pode chamar o primeiro passo para o aperfeiçoamento. Mas que esperar de mulheres mal educadas, vivendo desde a infância, no meio de negros, em más habitações, apenas abrigadas da chuva e do sol, e destituídas de toda espécie de comodidade?” (Mawe, 1978, p.162).

Em se tratando dos negros, escravos ou libertos, e dos índios a situação era ainda pior. Situação que se estendeu para além do período colonial, do Império, chegando até a República.

Sobre o estado da educação dos negros e dos índios, nenhum dos viajantes que aqui estiveram no período joanino, ou seja, de 1808 a 1822, fizeram qualquer tipo de referência. O que não acontece no período posterior.

A situação da educação, no final do período joanino ou, se preferir, do período colonial, não era nada animadora: “Aqui o estado da educação geral é tão baixo que é preciso mais do que o talento comum e o desejo de conhecimentos para alcançar um bom nível” (Graham, 1990, p. 182). Esta citação, escrita por Maria Graham em seu diário, expressou bem o estado da educação num país prestes a se tornar independente, a se tornar uma nação livre.

### 3.3 - EDUCAÇÃO NO BRASIL-IMPÉRIO

Com a Independência do Brasil, em 1822, surge a questão da construção de um sistema nacional de instrução pública, indo de encontro às novas idéias da época, em que a instrução era vista como meio de trazer a modernidade.

O país, emancipado politicamente, ainda não possuía qualquer forma organizada de educação escolar, mas apenas algumas poucas escolas e Aulas Régias, insuficientes e sem um currículo regular, herdadas do período colonial, além de alguns cursos de nível superior, criados na fase joanina (Xavier, 1994, p. 60). Fazia-se necessário, pois, “construir o edifício instrucional, de que a jovem nação carecia, para tomar, finalmente, os rumos da civilização” (Xavier, 1994, p. 61).

O crescimento da elite proprietária de terras, o desenvolvimento de uma vida urbana, onde se concentrava o aparelho administrativo e as atividades comerciais, juntamente com o novo *status* do Brasil, favoreceram a procura por instrução.

Buscando atender a essa nova demanda, foram encaminhadas medidas institucionais. No entanto, no que se refere à legislação do ensino, o governo imperial foi comedido, embora, mais uma vez, alguns autores digam o contrário, defendendo que:

“D. Pedro I não foi indiferente à instrução de seu povo, como provam as medidas tomadas em seu reinado sobre o assunto. Mas faltou-lhe tempo e, no meio da efervescência política que dominava o país, tornou-se-lhe impossível continuar a tarefa tão bem iniciada por seu pai, de coroar a obra da instrução pública nacional com uma fundação que assegurasse seu desenvolvimento e sua unidade.” (Almeida, 1989, p. 56).<sup>15</sup>

No discurso inaugural, D. Pedro I, em sua *fala-do-trono*, proferiu sobre o problema da instrução pública:

“Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível, porém necessita-se para isso de uma legislação particular. Fez-se o seguinte: comprou-

---

<sup>15</sup> A obra de Almeida não esconde seu caráter laudatório e ufanista, em seu conservadorismo e sentimento nacionalista, exaltando pessoas, fatos e o progresso da instrução pública no Brasil. Mas, uma leitura crítica encontrará um farto material de pesquisa e reflexão, com suas muitas estatísticas, quadros comparativos e documentos (Almeida, 1998, p. 5).

se para engrandecimento da Biblioteca Pública uma grande coleção de livros dos de melhor escolha, aumentou-se o número de escolas e algum tanto o ordenado de seus mestres, permitindo-se, além disto, haver um sem número delas particulares, conhecendo a vantagem do ensino mútuo, também fiz abrir uma escola pelo método lancasteriano.” (Graham, 1990, p. 287).<sup>16</sup>

A idéia de uma unidade orgânica à instrução pública, tida, por alguns autores, como uma preocupação de D. João VI, foi retomada na Constituinte de 1823, com dimensões mais modestas e até ingênuas. Buscou-se promover um concurso para escolher o melhor tratado para a educação da mocidade.<sup>17</sup>

Como aparece no artigo 25 da Constituinte de 1823, estava presente a idéia de um “sistema nacional de educação”: “Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca, e universidades nos mais apropriados locais.” (Ribeiro, 2000, p. 45).

No entanto, no texto que aparece na Constituição Outorgada em 1824, o que temos é uma simples idéia defendendo uma instrução primária gratuita a todos os cidadãos (nº.32) e a criação de Colégios e Universidades, onde seriam ensinados os elementos das ciências, das belas artes e das artes (nº.33)<sup>18</sup> (Ribeiro, 2000, p. 45).

Os constituintes, terminando por apresentar algo bastante vago e simplificado na redação do texto final da Constituição de 1824, foram, portanto, incapazes de traçar as diretrizes fundamentais da instrução pública, prevalecendo os discursos veementes e os oradores esfuziantes (Fávero, 1996, p. 41).<sup>19</sup>

A competência exclusiva para legislar sobre a instrução pública estava a cargo da Assembléia Geral. Até o Ato Adicional de 1834, apenas uma lei foi aprovada sobre o ensino primário.

---

<sup>16</sup> A promoção dos estudos públicos a que D. Pedro aludiu, referia-se ao Colégio das Educandas, uma escola fundada por ele com a finalidade de ministrar instrução para moças, cuja direção e administração fora confiada ao Bispo do Rio de Janeiro. Outra iniciativa do imperador fora o decreto criando a Escola de Ensino Mútuo.

<sup>17</sup> Note-se que mereceu maior atenção a questão da premiação ao autor do projeto vencedor do que a discussão, propriamente dita, acerca do sistema de ensino. Pra ler mais sobre isto, consultar Xavier, 1994.

<sup>18</sup> “A Assembléia Nacional e Geral Constituinte de 1823, pelo discurso e pela forma, pela composição de seus membros e pelos projetos apresentados, constitui um observatório privilegiado dos problemas e das concepções sócio-políticas do Brasil, no primeiro quartel do século XIX. As propostas de lei, as indicações e os decretos, assim como os usos, o estilo e o conteúdo dos discursos revelam muito das orientações políticas e culturais que vão tomando forma e delineando a organização jurídico-política do Brasil independente.” (Fávero, 1996, p. 31).

<sup>19</sup> Sobre a questão da educação nas constituintes, consultar Fávero, 1996.

A lei de 1827, apresentada pela Comissão de Instrução Pública, determinava que haveria escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Nessas escolas, os professores ensinariam a ler, a escrever, as operações da aritmética e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica. Em cada capital deveria haver uma escola de ensino mútuo e onde fosse possível, dado o número de alunos e local apropriado. Haveria mestras de meninas e a fiscalização ficaria a cargo dos presidentes das câmaras em conselho.

No final do período imperial, depois de transcorrido quase meio século da instituição da lei que previa a criação de escolas em todas as cidades e vilas, Wells, numa visão otimista, descreveu o que observou em relação à criação dessas escolas.

“Felizmente, o governo estabeleceu escolas em quase todos os vilarejos do império, e isto deve, sem dúvida, adiar a degeneração da raça, ou raças, que está tão evidentemente tendo lugar; de outro modo, mais umas poucas gerações veriam seu povo mais degradado do que o mais selvagem dos selvagens, pois este, pelo menos, colhe os benefícios físicos derivados da atividade de sua vida livre nas matas.” (Wells, 1995, v.I, p. 302).

Devido a falta de professores preparados (a remuneração não era um atrativo para a profissão), a falta de materiais adequados e a precariedade das instalações escolares (à falta mesmo de edifícios adequados às necessidades do ensino e em número suficiente), tal lei não funcionou, na prática não ocorreu como foi declarado. As escolas para meninas foram ainda mais negligenciadas. Quanto à fiscalização, esta se mostrou inoperante.

O método mútuo<sup>20</sup>, apesar de ser visto como uma poderosa arma de luta para

---

<sup>20</sup> A descrição de Francisco Larroyo torna bastante compreensível como o método de ensino mútuo se dava na prática: “os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares se denominam monitores. Além dos monitores há na classe outro funcionário importante: o inspetor, que se encarrega de vigiar os monitores, de entregar a estes e deles recolher os utensílios de ensino, e de apontar ao professor os que devem ser premiados ou corrigidos. Um severo sistema de castigos e prêmios mantém a disciplina entre os alunos. O mestre se assemelha a um chefe de fábrica que tudo vigia e que intervém nos casos difíceis. Não dá lições senão a monitores e aos jovens que desejem converter-se em professores.” (Ribeiro, 2000, p. 46). Portanto, o método de ensino mútuo tem como característica principal o fato de utilizar os próprios alunos como auxiliares do professor. Dentre as condições materiais necessárias estão: a existência de um amplo espaço, um professor, com a ajuda dos alunos mais adiantados. Satisfeitas estas necessidades seria possível instruir até mil alunos em uma única escola. O tempo de aprendizagem das primeiras letras seria bastante abreviado pois os alunos estariam o tempo todo ocupados e vigiados pelos colegas. Essa economia de tempo representaria também uma economia de recursos econômicos, pois seriam necessários poucos professores. Além disso, seria possível generalizar a instrução necessária às classes inferiores da sociedade.

fazer com que a escola atendesse a um número maior de pessoas, com uma economia de tempo e de despesas para o governo, não apresentou vantagens, em nosso país, como ocorrera na Inglaterra.

O sistema de ensino mútuo, criado pelo célebre Joseph Lancaster, fracassou por motivos inerentes à situação social do Brasil. Na época, o governo brasileiro tentou introduzir, ou introduziu, este sistema de instrução primária imitando a Inglaterra, o que se compreende facilmente, pois era grande o peso da influência inglesa exercida sobre nós e era exemplar a situação de “civilização desenvolvida” alcançada por ela. Além disso, a necessidade de estruturar um Estado nacional e garantir a construção da nacionalidade, juntamente com o ideário de civilização iluminista, vindo da Europa, que pregava a idéia da necessidade de ampliar as possibilidades de acesso às instituições e práticas civilizatórias, a um número cada vez maior de pessoas, apontavam o método do ensino mútuo como um caminho viável, mas, no caso do Brasil, não foi o que aconteceu (Lopes, 2000, p. 141).

Ao contrário, no Brasil esse método expressou o descaso do Estado frente ao funcionamento da escola pública, acabando por fragilizar ainda mais, em termos de qualidade, o ensino público elementar do período (Xavier, 1994, p. 65).

Walsh descreveu, com riqueza de detalhes, em dois momentos de sua obra, a implantação desse método de ensino bem como o modo como funcionava aqui.

“Há duas Escolas de ensino geral baseadas no princípio de Lancaster sobre a instrução comum e uma Escola Primária que ensina a ler, escrever e contar em quase todas as ruas da cidade. O salário de um professor primário geralmente gira em torno de trezentos dólares, os outros recebem cerca de quinhentos.” (Walsh, 1985, v. I, p. 167-8).

“Existem duas escolas lancasterianas no Rio mantidas pelo governo, que tenciona abrir mais nove em paróquias diferentes, obrigando todas as escolas privadas a adotarem esse método de ensino. Visitei uma delas, a melhor de todas, que fica perto da Academia. É um prédio muito espaçoso, com capacidade para abrigar 300 crianças; foi inaugurada há cerca de três anos. Havia cerca de cento e trinta alunos, filhos de lojistas e pessoas do ramo; eram pessoas respeitáveis e pertenciam a todas as raças. Estavam bem vestidas e eram muito comportadas. O professor sentava-se numa escrivaninha mais elevada e dirigia a classe com um apito. Quando a aula começava, o monitor tirava da parede um semicírculo de ferro e o colocava no chão, onde ficava, enquanto as crianças agrupavam-se à sua volta. Elas aprendiam a ler, a escrever e contar; no fim de dois anos era feita uma seleção entre todos os que demonstrassem

qualquer vocação especial e passavam para as Academias. A educação era inteiramente gratuita, e todos eram aceitos indiscriminadamente, com exceção dos pobres escravos. A caligrafia parecia ser uma das principais preocupações dos professores. Na antiga escrita portuguesa, as letras eram quase verticais, distantes apenas 200 da perpendicular. A maneira inglesa, inclinada em 350, foi adotada agora, havendo grande empenho em torná-la generalizada. Parece que todas as crianças fizeram muito progresso nessa área; um professor mostrou-me alguns trabalhos com certa satisfação.” (Walsh, 1985, v. I, p. 187).

Apesar da legislação prever escolas para meninas, a população feminina era de fato marginalizada do precário sistema escolar do Império, situação que se arrastava desde o período colonial. “Nas camadas populares, obviamente nem se cogitava da sua instrução, ao passo que, nas camadas superior e média, elas recebiam, em graus variados uma educação doméstica.” (Xavier, 1994, p. 75).

Havia um elevado grau de subordinação social da mulher neste período, permanecendo a maior parte da população feminina analfabeta. Apenas uma pequena parte aprendia a ler e a escrever em casa, com a família, com preceptoras ou governantas, e uma parte ainda menor recebia instrução secundária (Ribeiro, 2000, p. 67). No entanto, Lima afirma a existência de um colégio para meninas, em Pernambuco, já no ano de 1814, ao lado de um “quase sistema de escolas primárias” (Lima, 1989). Somente no final do século XIX, surge o ensino feminino em nível secundário, como resultado da iniciativa particular.

Um exemplo de instituição de ensino para mulheres, na segunda metade do século XIX, nos foi dado por Burton, acompanhado por um tom crítico, referente ao papel da Igreja na educação feminina.

“Visitamos então a escola com sessenta e seis internas, - meninas de todas as idades até vinte anos, e mesmo mais. As alunas pagam cento e oitenta mil-réis por ano, sem contar roupa lavada e outras pequenas despesas extraordinárias. Não havia sinais de luxo e, mesmo de conforto, muito poucos. Em compensação o arranjo da casa era excelente e não poderia haver nada mais limpo. Visitamos a segunda classe e o orfanato com sessenta e quatro meninas. Com o correr dos tempos estas serão dadas em casamento a pessoas honestas, que devem pedir suas esposas pelos canais oficiais. Muitos brasileiros mandam as filhas para estas casas de instrução porque não há outras; entretanto, não apreciam o velho sistema monástico, mal adaptado aos tempos modernos. Receiam ver suas filhas enterradas vivas ‘para maior glória de Deus e das Damas do Sagrado Coração’. Queixam-se abertamente do sistema de espionagem que se pratica nestas casas, e há outras objeções que o decoro

proíbe especificar. Em geral, mesmo na Europa, e muito especialmente na Inglaterra, o ensino nas casas religiosas está com atraso de cinquenta anos. Depois de seis ou oito anos de estudo a moça sai num estado estranho de ignorância e cheia de certas superstições estranhas e idéias ascéticas, tendo desgosto pela sociedade e aspirações pela vida de religiosa, o que num país novo como o Brasil nunca pode ser lamentado demais; mostram também um *engouement* por penitências e mortificações que em qualquer parte deveriam ser obsoletas. Conta-se a respeito desta casa, que uma órfã, uma das alunas, foi chamada para assinar seu nome, e não sabia escrever. O fato chegou ao conhecimento de um jornal oficial e serviu para abrir os olhos ao público. Quanto a mim, sou de opinião que o lugar próprio para estas excelentes mulheres é o hospital e os quartos dos doentes, onde seu heroísmo e sua dedicação merecem o maior respeito. A instrução não é seu lado forte; entretanto, desejam ardentemente se encarregar deste mister, por ser o meio de melhor moldar o espírito das novas gerações.” (Burton, 1983, v. II, p. 38).

A condição da mulher, no século XIX, ainda apresentava traços de nossa herança portuguesa, que a colocava numa condição de submissão e recolhimento. Esta situação começou a mudar em meados do século, fato comprovado por Burton.

“Os brasileiros dotados de alguma instrução, dos quais nem todos pertencem à raça caucásica pura – pois durante muitos anos a imigração portuguesa se restringiu exclusivamente às pessoas do sexo masculino – são Corteses, vivos e inteligentes. Eles começavam a se libertar gradativamente das idéias retrógradas, e preconceituosas que haviam herdado de seus ancestrais portugueses, principalmente no que se referia ao tratamento dado às mulheres. Antigamente, os portugueses não permitiam que suas mulheres tivessem vida social, ou que suas filhas estudassem. Em 1848, as mulheres brasileiras estavam começando a sair dessa posição de inferioridade, ao mesmo tempo que os homens se deixavam convencer das vantagens que teriam em dar uma educação às filhas.” (Burton, 1983, v. I, p. 25).

A situação do negro escravo e do liberto, como também a do índio, não sofreu mudanças significativas ao longo do século XIX.

A sociedade escravista não exigia conhecimentos, principalmente da parte dos escravos, uma vez que estes se destinavam somente ao trabalho manual e devido à sua própria condição; eram considerados como mercadorias. Os escravos, obviamente, não tinham acesso à educação ou instrução, fato que chegou a ser visto até mesmo como benéfico, por Walsh.

“[os escravos] não tem prazeres intelectuais e se tivessem educação para aprecia-los, isto lhe amargaria a existência pois que esperança de aumento de conhecimento, que possibilidades de melhor trato com as maravilhas da natureza ou os triunfos da arte, senão a de apenas ouvir falar dela, só de existir para quem é propriedade de outrem e nunca pode almejar a liberdade de trabalhar para viver de maneira que lhe pareça mais agradável?” (Walsh, 1985, p. 67).

A idéia de que, no Brasil, os efeitos da escravidão foram amenizados pelos modos como se tratavam os escravos e pela maneira como estes “se misturavam”, chegando a participar da vida da família dos senhores, também apareceu na forma como os viajantes viram a relação entre educação de negros escravos e seus senhores.

“O escravo no Brasil tem, pela lei não escrita, muitos dos direitos de um livre. Pode-se educar e é mesmo incentivado a isso. É regularmente catequizado e em todas as grandes plantações há um serviço religioso diário.” (Burton, 1983, v. I, p. 363).

Em trechos carregados de preconceitos, como os de Bates e de Gardner, que parecem concordar com a visão de Burton, para quem “a falta de educação aumenta com a pigmentação da pele, e às vezes, quando essa é muito escura, surge a arrogância peculiar do negro, que usa de uma grosseria bem intencional” (Burton, 1983). A “ignorância” dos negros parecia estar mais ligada à cor da pele do que à possibilidade ou não de acesso a educação. Além disso, o fato de existirem negros, escravos ou não, que soubessem ler e escrever e que apresentassem certo grau de cultura causou espanto em muitos estrangeiros.

“[...] tratava-se de um negro livre [em Manaus] com o seu ar sério e tranqüilo, e a expressão bondosa e inteligente de sua fisionomia mostrava que se tratava de um homem muito superior aos da sua raça.” (Bates, 1979, p. 127).

“... havia [em Oeiras, na Fazenda Prazeres] um mestre escola preto, todo vestido de couro, da cabeça aos pés [...]. O mestre-escola preto era decididamente muito superior a qualquer espécime de sua raça que eu já havia encontrado. Era um crioulo, de fronte vasta e bela, muito bem educado. Era forro e a cor não o impedia de se mover na melhor sociedade da parte do país a que pertencia. É que, com efeito, são os brasileiros, mais talvez que qualquer outro povo, livres de tais preconceitos.” (Gardner, 1942, p. 235).

Quanto ao índio, a questão do acesso à educação traz consigo a problemática de sua

inserção na sociedade dos brancos, tornando a questão ainda mais complicada. O índio geralmente aparece como um ser incapaz de atingir um grau de civilidade ou de cultura que se aproxime do homem branco, sendo ainda visto como um selvagem.

“Seu temperamento apático e indiferente, a ausência de ambição e a frieza de sentimentos, bem como a falta de curiosidade e de agilidade mental fazem dos índios da Amazônia uma companhia muito desinteressante. O espírito de camaradagem parecia originar-se não num sentimento de cordialidade para com seus semelhantes [...], mas na ausência de cobiça e egoísmo em relação a coisas de pouca importância.” (Bates, 1979, p. 194).

A figura do índio aparece na obra de Wallace, *Viagens pelos rios Amazonas e Negro* (1853), de maneira contrária ao relatado por Bates.

“São laboriosos e submetem-se de bom grado à autoridade. Nas tarefas que realizam, demonstram engenho e habilidade. Adotam fácil e rapidamente os costumes civilizados com os quais entram em contato, parecendo perfeitamente capazes de se transformarem, através da educação bem orientada, numa comunidade pacífica e civilizada”. (Wallace, 1979, p. 314).

Retomando, temos, portanto, em relação à educação/instrução no Brasil, um pequeno esforço despendido pelo governo, uma tímida pressão social para sua implantação em âmbito nacional e o caráter de fato elementar da instrução primária, caracterizando a situação da nação independente.

Entre os objetivos proclamados e o encaminhamento de projetos, entre as medidas legais definidas e as de fato realizadas existiu uma grande distância.<sup>21</sup> As reformas educacionais, propostas no período imperial, enfrentaram problemas, pois, as intenções

---

<sup>21</sup> O descompasso era visto já nos debates da Constituinte (1823), acerca do Projeto do Tratado de Educação para a Mocidade e o Projeto de Criação de Universidades. “Na apresentação e na discussão de ambos os projetos, percebia-se claramente o descaso pela realização efetiva de um sistema de educação popular, assim como a indisfarçável preocupação em garantir e desenvolver um sistema de educação para a elite [...], revelando o caráter meramente demagógico dos objetivos democráticos que alegavam perseguir. “O mesmo descompasso pode ser verificado no confronto do Projeto Januário da Cunha Barbosa com a proposta de criar escolas primárias no país (1826) e que foi expresso no Decreto de 15 de Outubro de 1827 (primeira lei geral relativa ao ensino elementar como medida administrativa para cumprir o dispositivo da Constituição de 1824, que garantia instrução primária a todos os cidadãos do Império). Neste decreto fica evidenciada a preocupação com a sofisticação e não com sua extensão a todos os cidadãos, além ‘do descuido com que se refere às garantias do cumprimento efetivo da lei. “O decreto transformou a instrução pública elementar em simples Escolas de Primeiras Letras e nada dispunha sobre as condições materiais de sua implantação”. Os relatórios de ministros e de inspetores da instrução testemunham este abandono da educação por parte do Estado. (Xavier, 1994, p.61-62).

legais não eram compatíveis com a realidade da época, tornando-as inviáveis e impraticáveis.<sup>22</sup>

A realidade econômica, política e social após a independência, que não sofreria profundas transformações até o final do Império, explica, em parte, as dificuldades, a demora, o descaso, o desajuste entre o discurso e a prática e a omissão do poder central em relação à instrução popular (Xavier, 1994, p. 62).

O que se constata é que a conquista da autonomia política, com o surgimento da nação brasileira, impunha exigências à organização educacional. Mas, devido às condições em que se deu tal autonomia, sem alterações internas profundas, não foi possível efetivar realizações no atendimento escolar. Era necessário um planejamento que reorganizasse os objetivos, os métodos e os conteúdos, a fim de que pudessem ser atendidos os interesses e as necessidades dos futuros cidadãos da recente nação e pudesse ser implantado uma rede escolar capaz de receber todos os cidadãos em idade escolar, distribuídos nos seus diferentes graus (Ribeiro, 2000, p. 47).

A centralização da primeira Constituição produziu a reação política expressa no Ato Adicional de 1834, de Diogo de Feijó. Tal ato introduziu diversas alterações na

---

<sup>22</sup> “A reforma Couto Ferraz ou Regimento de 1854, estabelecia a obrigatoriedade do ensino elementar, reforçava o princípio da sua gratuidade (...), vetava o acesso de escravos ao ensino público e previa a criação de classes especiais para adultos.” Nos anais do Parlamento é possível ver que tal Reforma não foi cumprida na sua maior parte, pois, não havia professores, nem escolas, e as condições de vida e de trabalho da população inviabilizavam a implantação da lei. Esse preceito legal refletia uma preocupação em aparentar “civilização”, mas expressava também “uma preocupação das elites dirigentes com a difusão indesejável de ideários progressistas e com a possibilidade de se utilizar a instrução popular como instrumento de controle social.” (Xavier, 1994, p. 84). “A última e mais importante reforma educacional do Período Imperial foi a Leôncio de Carvalho, de 1879, que traçava normas para o ensino primário e secundário do município da Corte e dispunha sobre o ensino superior em todo o país”, que passou a ter liberdade de ensino e pesquisa. Além disso, “fazia alterações nos planos das faculdades e especificava as condições para estabelecimento de escolas ‘livres’, ou seja, particulares.” (Xavier, 1994, p. 89). Eliminava a proibição para escravos e propunha conferências e seminários pedagógicos para uma discussão permanente dos problemas educacionais brasileiros, o que acabou não acontecendo (Xavier, 1994, p. 90). A Reforma concedia apenas a liberdade de crença, mas não a de ensino, implantava ainda a liberdade de frequência às aulas no ensino superior (“liberdade de vadiagem”), além de uma abertura ou organização de colégios, onde outras tendências pedagógicas, como o positivismo, tentavam ser aplicadas (Xavier, 1994, p. 91 e Ribeiro, 2000, p. 67). A reforma constitucional que se concretizou, em 1881, na Lei Saraiva, introduziu a restrição de voto ao analfabeto. “A introdução desse novo critério afastava a possibilidade de participação política de frações ascendentes das camadas médias, particularmente as urbanas, ligadas ao comércio e às atividades industriais.” Resulta daí que esta reforma era defensiva da ordem vigente, criando um novo instrumento para impedir que, em pleno processo de expansão econômico-social nacional, os direitos políticos se expandissem. Enquanto alguns intelectuais e homens públicos admitiam o seu caráter restritivo, outros a viam como “uma estratégia para a valorização social da instrução elementar e para forçar o omisso poder público a expandi-la em todo o território nacional”, como por exemplo, Rui Barbosa (Xavier, 1994, p. 97). “O resultado concreto e imediato desse dispositivo da Lei Saraiva foi o desenvolvimento do preconceito e da discriminação social em relação ao analfabeto”, passando a ser sinônimo de incapacidade e de incompetência (Xavier, 1994, p. 99).

Constituição de 1824, destacando-se a substituição dos Conselhos Gerais pelas Assembléias Legislativas Provinciais, conferindo-lhes poderes para legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica, instrução pública, política e economia dos municípios. Ou seja, o Ato descentralizou a administração pública do país e, no campo da educação, tornou a garantia da instrução primária gratuita um dever das províncias. Em outros termos, acabou por transferir a competência do Estado, referente ao sistema de instrução, para os governos provinciais.

Esta descentralização revelou o papel que a educação ocupava no Brasil independente. O Ato Adicional deliberava acerca das competências do Estado e das províncias, vedando, a estas, deliberar sobre questões “de interesse geral da nação”. Sendo assim, podemos concluir que a instrução elementar e secundária não era uma questão de interesse geral da nação, ficando, portanto, ao encargo das províncias, que, por sua vez, se encontravam carentes de recursos para cumprir tais obrigações; enquanto que o nível superior ficava a cargo do governo central (Xavier, 1994, p. 73 e Ribeiro, 2000, p. 48-49).

O ensino elementar e o secundário, “sofreram, dessa maneira, as conseqüências da instabilidade política, da insuficiência de recursos e do regionalismo que imperava nas províncias”, mostrando claramente, a hierarquia de prioridades educacionais da nação (Ribeiro, 1987, p. 49). “Quando as províncias assumiram a incumbência da criação de escolas de primeiras letras, o ensino elementar público praticamente inexistia na maior parte delas.”(Xavier, 1994, p. 73). Portanto, não é difícil concluir que, levando-se em conta a situação sócio-econômica das províncias nesta época, com a descentralização ficou ainda mais evidenciado o caráter crônico da precariedade da oferta de escolas elementares.

“A autonomia legislativa das províncias, quanto ao ensino elementar e secundário, não passava de um direito que pouco se exerceu de fato, e nunca em benefício das necessidades locais.” (Xavier, 1994, p. 82).

Esta descentralização ia de encontro às novas tendências das políticas educacionais dos países europeus, que viam a descentralização como algo favorável à melhor adequação às circunstâncias locais, nos níveis elementar e secundário de educação. Porém, mais uma vez, se tratou de um modelo importado que não se adequava às características do Brasil deste período.

Este quadro, quando visto através dos olhos dos estrangeiros e separado de todo o restante, nos parece muito mais animador. Gardner e Bates constataram a existência de

escolas em regiões bem distantes dos maiores centros urbanos, mostrando que as províncias vinham cumprindo o papel a elas designado pelo Ato adicional.

“A vila [Arraia] é muito pequena, com uma população não acima de trezentos habitantes. [...] a maioria é muito pobre, embora sua pobreza seja a mais das vezes filha de sua indolência. Não obstante sua pequenez e pobreza, tem a vila dois sacerdotes, nenhum dos quais me pareceu dos mais mal alimentados da comunidade. Há três escolas públicas, duas das quais primárias, uma para meninos, outra para meninas; na terceira só se ensina latim. Aqui, como em todas vilas e aldeias do interior, os mestres são pagos pelo governo e, por conseguinte, é gratuita a educação de todas as classes sociais. Pois, apesar disso, pasmou-me ver quão pequeno o número dos que se valem desta oportunidade para a educação de seus filhos. Os que vivem no campo, mandam os filhos à escola, são obrigados a pagar-lhes pensão na vila, coisa que se considera geralmente grande sacrifício.” (Gardner, 1942, p. 303).

“A província [do Pará] é governada, como todas as outras do Império, por um presidente, como suprema autoridade civil [...]. Existe um sistema de ensino público, tendo cada arraial sua escola primária com um professor pago pelo governo. Seu salário chega aproximadamente a 70 libras, uma quantia equivalente à que recebem os padres. Além das escolas primárias, é mantido no Pará um bem aparelhado seminário, onde os filhos dos fazendeiros e comerciantes do interior completam a sua educação.” (Bates, 1979, p. 23).

Por outro lado, contrária à sua própria política de descentralização, o poder central acabou por exercer um controle indireto sobre o ensino nas províncias, através do currículo padrão do ensino secundário, na figura do Colégio D. Pedro II,<sup>23</sup> e dos exames preparatórios. Com a criação do colégio modelo D. Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, começaram a surgir os primeiros currículos seriados nas províncias, posteriormente uniformizados.

Como modelo oficial, o Colégio D. Pedro II era uma escola destinada à formação das elites de uma sociedade agrária, escravista e patriarcal, com um ensino informativo e enciclopédico que refletia as idéias européias já há muito tempo superadas. “Esse ensino secundário padrão tentava, como era a tendência desde as reformas pombalinas e a implantação das Aulas Régias, tornar-se o mais ‘completo’ possível.” Para tanto,

---

<sup>23</sup> Um decreto de 1837 transformou o Seminário São Joaquim em colégio de instrução secundária, sob o nome de Colégio D. Pedro II, e o pôs sob direção imediata do governo, posto em execução em 1838, sendo o primeiro passo em direção a uma certa unidade e um sistema definido para o ensino secundário. (Almeida, 1998).

incorporava as ciências experimentais, enquanto a ciência moderna, como novo método de conhecer o mundo, ficava de fora da nossa cultura escolar (Xavier, 1994, p. 83).

O que interessava nesta sociedade era um tipo de cultura que favorecesse a elite, daí o predomínio de um ensino literário, presente até fins do século XIX. Apesar das influências recebidas do estrangeiro, de forma direta e indireta, tornando os letrados e os clérigos mais “europeizados”, mantivemos, no entanto, uma fidelidade à tradição universalista e literária da cultura colonial, bastante enraizada para resistir às novas influências.

“A cultura humanística, que nunca foi democrática, satisfazia aos gostos de uma aristocracia rural e da burguesia urbana, que nela procuravam exatamente esse princípio de refinamento ou de qualidade, inerente a toda cultura superior, com que se marcava mais fortemente a distinção de classes” (Azevedo, 1983, p. 428).

Após o Ato de 1834, verificou-se, em especial, uma expansão significativa da presença da iniciativa privada no ensino secundário. “À imagem do colégio D. Pedro II, instalaram-se os liceus provinciais e os colégios, leigos e religiosos.” (Xavier, 1994, p. 83). Os escassos liceus alcançaram grande prestígio. “De fato, os liceus provinciais, (que eram na verdade reunião de aulas avulsas num mesmo prédio), em número limitado, bem montados e localizados nas capitais das províncias, política e economicamente mais importantes, acolhiam a ‘nata’ das sociedades locais.” (Xavier, 1994, p. 74).

A escola secundária atraía a elite como clientela, por se tratar de uma passagem preparatória para o ensino superior, além disso, aquela não era de manutenção tão onerosa como a de ensino superior, daí o interesse da iniciativa particular pelo ensino secundário, que por sua vez se juntava aos interesses sociais e instrucionais do nosso tipo de sociedade. Apesar de ser seriado e ter um modelo oficial, o ensino secundário, provincial e particular, não era obrigatório para o ingresso no superior, mas sim um caminho mais seguro (Xavier, 1994, p. 75).

A existência dessas escolas preparatórias pode ser demonstrada pelos trechos retirados das obras de Gardner e de Burton, sendo que, este último, traçou o caminho que se percorria até o ensino superior.

“Em princípios do ano de 1840 fundou-se por decreto da assembléa presidencial um colégio de preparatórios, no qual bons professores ensinavam latim, francês, inglês, filosofia e matemática.” (Gardner, 1942, p. 425).

“Os moradores de Santarém pareciam bastante conscientes das vantagens que a educação proporcionava aos seus filhos. Além das escolas primárias habituais — uma masculina, outra feminina — havia uma outra de nível mais elevado, onde o latim e o francês, juntamente com outras matérias, eram ensinados por professores pagos pelo governo provincial, como ocorria com os professores primários. Tratava-se de uma escola preparatória para admissão ao liceu ou ao seminário dirigido pelo bispo, duas excelentes instituições existentes no Pará, para onde todos os comerciantes e fazendeiros da cidade ambicionavam mandar seus filhos a fim de que completassem ali os seus estudos. Nas escolas primárias são ensinados unicamente os rudimentos da educação, e causa espanto ver com que rapidez os meninos, tanto brancos quanto de cor, aprendem a ler, escrever e contar. Contudo, a simplicidade da língua portuguesa, que é escrita como se pronuncia, ou de acordo com regras invariáveis, bem como o uso do sistema decimal, tornam esses estudos muito mais fáceis do que os nossos. Os alunos da escola secundária têm de prestar um exame antes de serem admitidos nos colégios do Pará, e certa vez tive a honra de ser indicado, pelos dirigentes da escola, para fazer parte da banca examinadora. Os conhecimentos demonstrados pelos jovens, a maioria dos quais não tinha completado quatorze anos, eram apreciáveis, principalmente em gramática, e a facilidade com que apreendiam as coisas teria enchido de satisfação um mestre europeu. O sistema de ensino usado nos colégios do Pará deve ser muito deficiente, pois é raro encontrar um paraense que, embora tenha freqüentado um deles, possua conhecimentos ainda que superficiais de ciências físicas ou mesmo de geografia, a não ser os que já fizeram viagens fora da província. Os rapazes se formam em Direito, quase todos, e se tornam grandes retóricos, sempre prontos a defender qualquer causa de um momento para o outro; são também muito entendidos em estatística, e esse seu pendor tem no Brasil um vasto campo à sua disposição, uma vez que qualquer autoridade pública é obrigada a fornecer anualmente ao governo verdadeiras pilhas de relatórios. São, porém, totalmente ignorantes com relação a quase todos os outros assuntos. Não me lembro de ter visto um único mapa em Santarém. As pessoas de inteligência mais viva percebem suas próprias deficiências nesse particular, sendo difícil levá-las a opinar sobre Geografia. Contudo, um homem que ocupava um importante cargo traiu-se, certa vez, ao me perguntar ‘de que lado do rio Paris fica situada?’ Essa pergunta não se originou, como pode parecer, de um desejo de obter uma informação precisa sobre a topografia do Sena, mas de uma noção errônea segundo a qual o mundo todo era cortado por um imenso rio e as cidades sobre as quais ele ouvira falar deviam ficar situadas ou numa margem, ou na outra. O fato de ser o Amazonas um curso d’água oriundo de pequenos regatos e de ter ele um começo e um fim jamais passou pela cabeça daqueles que moraram a vida inteira nas suas margens.” (Burton, 1983, v. II, p. 142-143).

Podemos dizer que a disputa pelo acesso ao ensino superior era bastante concorrido, se levarmos em conta a moderada oferta de cursos e sua significativa demanda. O acesso era controlado pelos exames preparatórios, exceto para os que cursassem a escola secundária padrão, D. Pedro II. Esta era uma das formas de controle do governo imperial, juntamente com o monopólio da concessão de diplomas. Para os cursos particulares haviam os exames de equivalência, a fim de controlar a qualidade do ensino não oficial (Xavier, 1994, p. 76).

O ensino superior, com a independência do Brasil, passa a ser, mais do que na época da vinda da Família Real, um imperativo. Visto como uma necessidade premente, o ensino superior além de representar o interesse do novo governo era tido como imprescindível para a confirmação do rompimento com a Metrópole. “Não se podia admitir que o Estado Nacional não estivesse em condições de formar pessoal para compor os seus quadros políticos e administrativos” (Xavier, 1994, p. 65).

A idéia de criar uma universidade não vingara no governo de D. João VI e não logrou êxito na Constituinte, em 1823. Criou-se, no entanto, no Primeiro Reinado, os dois cursos de ciências jurídicas, que foram instalados em São Paulo, no Convento de São Francisco, e em Olinda, no Mosteiro de São Bento.

A primeira instituição de ensino superior voltou-se, portanto, para a formação de bacharéis em Direito. “Em um país, cuja grandeza foi antes de tudo política e jurídica, e que começou a construção jurídica antes de se erguer a sua estrutura sócio e econômica [...] o direito atraiu a si uma boa parte das forças vivas da nação.” (Azevedo, 1983, p. 161).

“O seminário mais importante para a preparação eclesiástica ficava em Mariana, Minas Gerais; mas recentemente [1829] foram fundadas duas Universidades para leigos, uma em São Paulo e outra em Pernambuco. Até agora elas só formaram advogados, mas presume-se que seus poderes e sistema educacional sejam ampliados. (Walsh, 1985, v. I, p. 167).

A formação escolar de nível superior era vista como uma via de ascensão social por segmentos da população que a ele vislumbrassem possibilidade de acesso. A carência de pessoal qualificado para os quadros administrativos do Estado, a pressão da elite intelectual e sua valorização como meio de promoção social fizeram aumentar a demanda por este

nível de ensino.<sup>24</sup>

Podemos dizer que uma maior complexidade do aparelho de Estado, em meados do século XIX, multiplicou os cargos públicos, fenômeno que, associado ao avanço das atividades econômicas, como o desenvolvimento das empresas comerciais, de transporte e do pequeno surto industrial, acarretou um aumento considerável da demanda de letrados.

Isso pressionaria para que “se iniciasse um período de facilitação do acesso ao ensino distintivo das elites” (Xavier, 1994, p. 76). Assim, não só as faculdades tinham a especificidade de aplicar os exames preparatórios, mas também a Inspetoria do Ensino Público, no Colégio D. Pedro II, os delegados da Inspetoria nas províncias, e, de forma parcelada, as diferentes faculdades oficiais.

Tais medidas favoreceram e acabaram por generalizar as irregularidades e a corrupção. Ao ampliar a vinculação dos exames preparatórios ao curso secundário, com o reconhecimento dos exames realizados nos liceus que seguia o mesmo programa de estudos do Colégio D. Pedro II, a partir de 1879, e as demais formas de acesso acima mencionadas, se consolidou, em nosso sistema de ensino, a associação, ou mesmo a identificação, entre ensino secundário e curso preparatório ou propedêutico.

Dessa forma, se resolveu o problema da demanda, mas se colocou em cheque o papel da escola superior na sociedade brasileira da época. Ingressavam alunos pouco ou nada preparados, comprometendo a formação eficiente das classes dirigentes; a expansão dos meios de acesso ao ensino superior limitava a sua capacidade de reproduzir a discriminação social, pois, ao formar pessoal excedente barateava o valor dos burocratas e dos profissionais liberais, para o Estado e para a sociedade brasileira. Era, portanto, uma expansão que se voltava contra os seus próprios beneficiários, ou seja, a elite (Xavier, 1994, p. 77-78).

Em meados do século, o país se apresentava mais urbanizado e caminhando para a industrialização, fazendo com que a denúncia de precariedade da escola pública elementar, e como não poderia deixar de ser, a defesa de um ensino popular profissionalizante se fizesse mais fortemente presente. Esta nova fase já se anunciava no movimento pela

---

<sup>24</sup> Em ordem de prestígio vinham os bacharéis em Direito, que podiam desempenhar atividades na área jurídica, administrativa, ou seja, os burocratas, depois vinham os engenheiros, responsáveis pelos empreendimentos estatais ou privados, no transporte, na mineração e na urbanização e por último a medicina, em carreiras civis ou militares, como funcionários públicos ou profissionais liberais.

abolição da escravidão, no processo imigratório que se iniciava e no breve surto industrial do Segundo Reinado, colaborando para acelerar a urbanização do sudeste do país, que, por sua vez, estimulou o crescimento da demanda pelo ensino superior.<sup>25</sup>

Acompanhando as mudanças, a região sudeste se consolidou como eixo econômico, político, cultural e educacional, deixando para trás as demais regiões. Tal descompasso aumentava a defasagem entre a política educacional e a realidade escolar nacional, pois, a referência do legislador era um pólo privilegiado, que não refletia, por sua vez, as necessidades educacionais e as possibilidades concretas de execução das leis nas outras regiões do país.

A discussão sobre a necessidade do ensino técnico-profissional, por parte de políticos e literatos, se tornou mais veemente. Criou-se o ensino técnico visando absorver a mão-de-obra que fora dispensada do campo, migrando para a cidade, e não requerida pelas atividades comerciais e industriais.

Estas escolas sofreram influências das idéias trazidas das sociedades industrializadas, onde o progresso econômico-social se unia à qualificação para o trabalho. Mas o que predominava, no Brasil, era a idéia de integração dos “expulsos do sistema”, numa atitude para preservar a sociedade brasileira.

Entre os projetos realizados neste nível de ensino os que se destacaram foram: - o Liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro (1856); o Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo (1874); a transformação do Asilo de Menores Desvalidos em Escola Profissional Masculina, no Rio de Janeiro (1874) e algumas poucas e esparsas escolas agrícolas, na forma de internatos, dadas as condições social e de origem dos alunos (Xavier, 1994, p. 87-88).

Esse nível de ensino teve início, na verdade, com o Colégio das Fábricas, a primeira iniciativa de D. João VI neste campo, criado para atender à demanda de mão-de-obra com o surgimento dos primeiros estabelecimentos industriais. Criado em 1809, no Rio de Janeiro, possuía caráter assistencial, com a finalidade de abrigar os órfãos trazidos na frota que veio de Portugal.

Essa instituição, que serviu de referência para as unidades de ensino profissional posteriores, ditando o padrão de ensinar ofícios (cais, hospitais, arsenais militares), foi a

---

<sup>25</sup> Em 1850, o Império estabilizar-se-ia no seu equilíbrio natural, o de uma monarquia burguesa.

única existente até meados do século XIX. Vista muito mais como um espaço de acolhimento de órfãos do que como um local para se formar profissionais, reforçava ainda mais a desvalorização do trabalho manual, desqualificando aqueles que a ele se dedicavam.<sup>26</sup>

Por outro lado, a denúncia da precariedade do ensino elementar, e em especial, de um ensino popular profissionalizante, não fazia frente à ausência quase completa de indústrias, a monocultura, a exploração industrial do açúcar e, posteriormente, do café e o caráter elementar das atividades de comércio. Por isso, não havia uma pressão por uma especialização profissional, nem por trabalho tecnológico, favorecendo a desvalorização das funções manuais e mecânicas, exercidas por artesões, escravos e negros libertos.

O descaso pela educação popular e profissional, a mentalidade dominante, literária e retórica tanto quanto escravocrata, que se opunham ou se mostravam indiferentes a todos os esforços para orientar o ensino geral no sentido das condições sociais e econômicas ou com fins mais práticos e utilitários, se fizeram notar durante todo o século XIX.

Este fato foi considerado, pelos viajantes, como o motivo do atraso no nosso desenvolvimento, pois, o trabalho manual era abominado pelos elementos da elite considerados intelectualizados. Este desprezo pelo trabalho manual, em contraponto ao intelectual, não sofreu muitas modificações se compararmos os dados do início da fase joanina com os das vésperas da proclamação da República, fato que se pode comprovar com os fragmentos retirados das obras de dois viajantes que estiveram aqui nestes dois momentos limites do período considerado, ou seja, de 1808 e 1889.

“Acredita-se com razão que os rapazes [...] são criados na ociosidade, ensinando-se-lhes simplesmente a ler e a escrever. Raramente se instruem sobre o que carece a exploração das minas, não se dedicam a nenhuma espécie de comércio ou de ocupação útil, porque um mineiro, embora apenas alferes ou tenente de milícia, julgaria vergonhoso por seu filho como aprendiz de um ofício. Ora, supondo que o pai da família morra, quando os seus filhos acabam de entrar na adolescência, são eles obrigados a prover pela primeira vez a sua própria subsistência. Educados na pobreza e no orgulho, aprenderam a

---

<sup>26</sup> Um exemplo da desqualificação do indivíduo que se dedicasse a trabalhos mecânicos pode ser visto num trecho da obra de Sodré: “[nas Câmaras Municipais] tinham assento os chamados ‘homens bons’ ou ‘homens de qualidade’, isto é, aqueles que não trabalhavam com as mãos, não faziam esforço físico, excluídos naturalmente, por isso, e mencionando-se de forma ostensiva a proibição, ao que exercia ofícios mecânicos, isto é, aquele que manejava instrumentos. Isto demonstra o recrutamento aristocrático, na composição das ditas Câmaras Municipais.” (Sodré, 1960, p. 227).

considerar servis todos os trabalhos e o único que conhecem é geralmente tão pouco produtivo, que se torna para eles odioso. Se acordam em não dividir os negros, acontece sempre que contraem dívidas, e continuam na miséria; e em pouco tempo se desfazem dos seus escravos e acabam na indigência. Toda ocupação útil, toda a comodidade de vida são abandonadas para se ir à cata de tesouros ocultos, que, se encontrados, — raramente são usufruídos de uma maneira proveitosa, e antes servem para aumentar a preguiça dos seus possuidores. Na numerosa classe dos mineiros, donde tiro os exemplos citados, poucos há que sejam ricos ou abastados. Qual não deve ser, pois, a miséria daqueles que apenas possuem oito ou dez negros, ou cuja fortuna se eleva só a trezentas ou quatrocentas libras!” (Mawe, 1978, p. 241).

“O jovem brasileiro, quando estudante, quase sempre passa uma vida desregrada de dissipação como qualquer outro estudante, mas quando ele obtém seu diploma e assume sua beca, torna-se imediatamente ‘um homem sério’ e um grande defensor da formalidade e da cerimônia, da cartola e do fraque preto, etc. Lembro-me de que, anos mais tarde, quando eu estava executando os trabalhos da Ferrovia Dom Pedro Segundo no Rio de Janeiro, eu tinha desenhado alguns amplos depósitos de tijolo, nos quais eu estava ansioso para utilizar alguns tijolos excelentes manufaturados nas proximidades, mas como os bons pedreiros eram escassos, tive de ir eu mesmo trabalhar, sem casaco e de mangas arregaçadas para ensinar os trabalhadores não especializados a profissão de pedreiro. Percebi que meus jovens assistentes, engenheiros brasileiros recém-formados, acharam evidentemente que eu me rebaixara com tal atividade manual; eles logo abandonaram o ‘senhor doutor’ e eu passei a ser desde então simplesmente o Senhor Wess.” (Wells, 1995, v. II, p. 44).

O mesmo descaso aparece quando se trata das Escolas Normais, para formação de professores, uma vez que a instrução pública não era prioridade também não o era a formação de profissionais para esta área.

No Período Regencial (1831-1840) e nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado foram criadas as primeiras Escolas Normais.<sup>27</sup> A sua expansão foi marcada pela organização precária, pela falta de recursos e de pessoal qualificado para o seu próprio funcionamento e, além disso, a carreira do magistério não oferecia atrativos devido aos baixos salários e a sua instabilidade, o que levou muitas escolas normais a fecharem suas portas, por falta de alunos e por falta de professores.

De nível secundário, o ensino normal constituía um curso de Humanidades, tinha

---

<sup>27</sup> “Até a década de 1860, perfaziam um total de seis escolas em todo o país, localizadas nos centros mais populosos das regiões Norte, Nordeste e Sudeste.” Este número se ampliou nas últimas décadas do Império, com a obrigatoriedade do ensino elementar, acabando por chegar à República com escolas para formação de professores em quase todos os Estados da Federação (Xavier, 1994, p. 84).

uma orientação literária e formativa, destituído de qualquer formação instrumental ou prática para o magistério.<sup>28</sup> Situação que só se reverteria na República. Não é de se estranhar a falta de uma legislação especial para este nível de ensino neste período (Xavier, 1994, p. 84-86).

Este quadro permite entender porque a Escola Normal, juntamente com o ensino elementar, seguiu, até meados do regime republicano, de maneira irregular e bastante limitada, cristalizando a absoluta omissão do poder central quanto ao provimento desses níveis de ensino (Xavier, 1994, p. 75).

Mesmo estando nos limiares da República, tendo transcorrido quase meio século de nossa independência e apresentando um quadro agora de *superávit* econômico, com a cultura do café e a industrialização e urbanização conseqüentes, a educação não contou com verbas suficientes e nem com o desempenho necessário dos governantes para que possibilitasse chegarmos na República com, pelo menos, um atendimento elementar da população.

A distribuição racional de escolas pelo território nacional não se deu também devido à seleção que continuava sendo feita em termos de não escolarizados e escolarizados (Ribeiro, 2000, p. 58-59).

“A exclusão não se fazia de um nível para outro de ensino, e sim, marcadamente, no início da escolarização, pois, a grande maioria não tinha condições e nem interesse, diante do regime de vida a que estava submetida, em ingressar e permanecer na escola.” (Ribeiro, 1987, p. 59).

Diante deste quadro, não é de se estranhar o fato dos viajantes apontarem para a escassez de escolas numa nação que se pretendia moderna e desenvolvida. A educação ainda se dava, muitas vezes, em âmbito privado para suprir a falta de escolas que o país ainda enfrentava.

“Como os meios de educação só estão ao alcance de muito pouca gente

---

<sup>28</sup> O que se pretendia era criar uma escola modelo na capital para as demais seguirem. Seguindo o modelo criado na Corte, haveria uma uniformização do ensino elementar, através de uma formação homogênea, controlando ideologicamente, a instrução escolar popular. Mas, o que tivemos foi a Escola Normal Oficial, criada só em 1881 e instalada na capital do império, colocada a serviço da elite, seguindo o exemplo das criadas nas províncias, ao contrário do que se pretendia (Xavier, 1994, p. 85).

neste vasto país de tão escassa população, tem este velho [padre Marcos de Araújo Costa, em Olinda, Ceará, na fazenda de Boa Esperança] mantido por anos o hábito de sustentar e educar em sua casa, livre de despesa, vinte meninos, até que adquiram sofrível conhecimento de latim, filosofia e matemática. Ele próprio é um erudito possuidor de vasta biblioteca de clássicos e filósofos, de botânica e história natural. Possui suficiente conhecimento para que estes assuntos se lhe tornem agradável distração. Entre os seus livros encontrei quase todas as obras de Lineu, as de Brotero, e uma de Vandelli, muito rara, sobre as plantas de Portugal e do Brasil, obra que ele acabou por me oferecer de presente.” (Gardner, 1942, p. 200).

“A venda era mantida por um homem instruído, que também mantinha uma escola [escola primária em Ilhéus]. Quando entramos, fomos saudados pelo animado murmúrio das crianças, que recitavam em coro a lição num cômodo contíguo. Fomos até lá e deparamos com dez ou doze meninos sentados em bancos, decentemente trajados, todos lendo juntos em voz alta. Seus livros não passavam de cartas comerciais recebidas pelo seu mestre e tratando de vários assuntos relativos aos seus negócios, sendo cada folha protegida de maneira que manuscritos tão preciosos não sofressem com o manuseio dos meninos. O professor via-se forçado a se valer desse recurso porque não dispunha de livros, e dessa forma seus alunos aprenderam a ler textos manuscritos antes dos impressos. Algumas cartas eram quase incompreensíveis e muito mal escritas, e na minha opinião teriam confundido qualquer escrivão do Registro Público.” (Walsh, 1985, v. II, p. 99).

A falta de escolas foi denotada em vários lugares do nosso território, principalmente nos mais afastados dos centros mais urbanizados e economicamente mais desenvolvidos. Esta falta de meios para se adquirir instrução, num país em vias de desenvolvimento, chamou a atenção dos estrangeiros.

“Não há escola na aldeia [Aldeia de Duro] e as únicas pessoas que sabem ler e escrever são os dois capitães, um deles homem de quarenta anos; o outro que se chama Luiz Francisco Pinto, contava então setenta e quatro.” (Gardner, 1942, p. 264).

“Não havia nem padre nem mestre-escola num raio de mais de duzentos quilômetros, situação essa que perdurava fazia muitos anos. Não parecia existir nenhum tipo de governo no povoado [Ega].” (Burton, 1983, v. II, p. 287).

Destacaram, também, o estado de ignorância do povo brasileiro em diversas regiões do país. Esta ignorância estava ligada mais à falta de acesso e oportunidades de adquirir conhecimentos do que à incapacidade do povo ou mesmo à falta de vontade. Apesar da

ausência de meios para se adquirir instrução, o interesse dos brasileiros em aprender, bem como o espírito de curiosidade dos mesmos, chamaram a atenção dos viajantes.

“Se são ignorantes, não é porque não se interessem por novos conhecimentos nem tenham disposição para aprender. Quando chega o correio a São José, ou outro lugar semelhante, as pessoas enchem a agência em busca de seus jornais, enquanto outros se comprimem por trás deles para ler também as notícias. E toda cidade provincial tem o seu próprio jornal. Na Serra do Lenheiro, na cidade de São João Del Rei, foi instalada uma regular biblioteca pública, junto com um grêmio literário. Escolas primárias são instaladas onde quer que haja um número suficiente de crianças em idade escolar, as quais geralmente se mostram tão ávidas de aprender que em alguns lugares, na falta de livros, é usada qualquer folha de papel manuscrita para ensiná-las a ler. Ao longo das estradas, as pessoas, por mais humildes que sejam, sempre se mostram prontas a receber ou a prestar informações úteis.” (Walsh, 1985, v. II, p. 139).

“[Os habitantes de Lagoa Dourada] vivem da produção de minas de ouro, parecendo ter obrado com sucesso maior que muitos de seus vizinhos, pois que em lugar algum, ao norte de São João Del Rei, vi eu tantos sinais de conforto. Todavia o povo, em sua generalidade, dava mostras evidentes de ignorância, frivolidade e indolência, embora não destituído de espírito de curiosidade.” (Luccock, 1975, p. 350).

“Eu vivia, como já devo ter deixado bem claro, em completa harmonia com os habitantes de Ega. É lógico que não havia a menor possibilidade de existir ali uma sociedade requintada, mas as duas ou três dezenas de famílias que constituíam a classe alta do lugar eram compostas de pessoas decentes, sossegadas e muito sociáveis, cujas maneiras apresentavam uma curiosa mistura de ingênua rusticidade e cortesia formal. A grande vontade que essa gente tem de ser considerada civilizada leva os mais ignorantes dentre eles (e são todos muito ignorantes, ainda que dotados de viva inteligência) a se mostrarem amáveis corteses para com os europeus. Nunca fui vítima nesses remotos lugarejos da impertinente curiosidade de seus moradores, o que as vezes acontece em outros países, conforme se queixam alguns viajantes. Os índios e os mestiços das classes baixas - pelo menos os que chegavam a refletir sobre o assunto - pareciam achar muito natural que estrangeiro viessem recolher e enviar para o exterior os belos pássaros e insetos do seu país. Havia crença generalizada de que as borboletas eram usadas como estamparia nos tecidos de chita. Com relação às classes mais instruídas, não encontrei nenhuma dificuldade em fazê-las compreender que em todas as capitais européias havia um museu público, no qual se procurava colecionar espécimes de todos os produtos naturais dos reinos animal, vegetal e mineral. O que eles não conseguiam entender era como uma pessoa podia dedicar-se a ciência por sua própria conta; expliquei-lhes, porém, que a minha função era organizar coleções

para o Museu de Londres e que eu era pago para isso - e isso eles entenderam facilmente. Um dia, pouco depois da minha chegada, quando eu explicava essas coisas a um círculo de ouvintes sentados em bancos no meio da rua, um deles - um próspero comerciante de Ega, que era mameluco - entusiasmou-se de repente e exclamou: ‘Com são ricas essas grandes nações da Europa! Nós, criaturas semicivilizadas, nada sabemos. Devemos tratar bem este estrangeiro, para que continue aqui conosco e ensine nossos filhos’.” (Bates, 1979, p. 202-203).

“Assistimos a uma conferência geográfica proferida pelo professor Copsy, a que eu acrescentei algumas observações sobre a África Oriental e Central. Os distintos jovens pertenciam à melhor gente da cidade. Os membros da assistência, todos de fino trato, bem nascidos, bem vestidos e bem tratados, davam a impressão de querer aprender.” (Burton, 1983, v. I, p. 196).

“Em Barbacena os moços nos examinavam de boca aberta [...]. Os cidadãos são tidos como altamente inteligentes, dados ao estudo e sequiosos de informações. A curiosidade dos jovens promete bem – sem curiosidade não há pesquisa.” (Burton, 1983, v. I, p. 208).

“Mostra-se sempre muito interessado quando descrevo para ele algumas das invenções modernas e os costumes do mundo lá fora, do qual ele é tão ignorante como se vivesse em outro planeta.” (Wells, 1995, v. I, p. 148).

“Os brasileiros em geral, não vão nos seus cálculos do tempo, mais longe que a chegada da Família Real, a grande época de sua história e que têm confusa noção de que não coincidiu com a criação ou o dilúvio. Quase todos os habitantes do interior do Brasil simplificou estupendamente a geografia e a política mundiais, admitindo apenas duas grandes divisões do globo – uma é a América e a outra é Portugal e suas colônias. Eles tem, com efeito uma vaga noção de geografia.” (Walsh, 1985, v. II, p. 59).

As perspectivas educacionais foram limitadas pela precária existência da maioria da população. Juntamente com os limites de sua experiência no mundo e suas escassas possibilidades de agir e apreender a realidade, a vida, tanto na Colônia como no Império, se restringia a lugares isolados, quando muito em lugares mais urbanizados, como no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e, mais tarde, em São Paulo. Junta-se a isso o fato de a educação elementar para a população não ser de interesse nem dos governantes e nem da elite brasileira. Assim, valorizar a educação e a escola estava muito além dos limites da existência da maioria dos brasileiros.

“Era realmente um quadro de felicidade rural [em Boqueirão], que

diferença das pessoas miseráveis do baixo Rio Grande; no entanto, nenhum membro da família tinha a menor idéia do alfabeto. O velho disse que seu pai sempre vivera muito bem sem ler e escrever, e, do mesmo modo, ele e sua velha, e não via porque seus filhos deveriam se amolar com isso.” (Wells, 1995, v. II, p. 69).

A valorização da escola variou, portanto, segundo grupos sociais, espaços e tempos diferentes. Em Minas Gerais, por exemplo, a descoberta do ouro, e o conseqüente surgimento de uma civilização urbanizada, favoreceu um desenvolvimento também maior no campo da educação, ao contrário de regiões interioranas do norte do país, como Wells registrou, já no limiar da República.

“O capitão levou-me à única casa decente do lugar [em Boqueirão], a do professor, Senhor Rezende, um jovem branco, bem-parecido, da Bahia, mas cuja figura delgada e aspecto melancólico e deprimido formavam um grande contraste com o jovial e troncado capitão. O senhor Rezende não era uma companhia muito animada. Contou-nos que fora mal-informado na Bahia, ou, pelo menos, como a maioria dos brasileiros do litoral, não tinha a mínima idéia da natureza e caráter do *‘Far West’* do Brasil. Recebia uma ninharia do governo para ensinar as crianças daqui; seus alunos eram crianças brancas e branco-amorenadas, pálidas, mirradas e apáticas, de nove a doze anos de idade. [...] Não é de estranhar que o jovem estivesse melancólico e deprimido; havia gasto seu pouco dinheiro com as despesas da viagem de vinda da Bahia e não tinha um vislumbre de esperança de que as coisas melhorassem no futuro; seus vizinhos eram matutos rudes, sem instrução, não possuíam ambição, nem energia, nem vontade nem desejo de nada, a não ser passar os dias dormindo e as noites cantando, dançando e farreando.” (Wells, 1995, v. II, p. 62).

No campo da educação temos um quadro que não se modificou muito da época em que éramos Colônia. Muitos projetos ficaram no discurso ou, quando muito, no papel, como uma escola pública para todos em todos os lugares de nosso território, fato que só começaria a se realizar, em parte, na República, com os Grupos Escolares.

Os escritos de Burton trazem consigo esta idéia de que, no papel, as coisas têm melhor aparência, mas também apresenta um Brasil onde a educação era acessível a todos. Não podemos deixar de lembrar que o autor estava se referindo a regiões mais urbanizadas e industrializadas, bastante diferente das regiões afastadas e menos, ou nada, urbanizadas.

“Não quero prolongar este capítulo dando as estatísticas oficiais dos

estabelecimentos de educação [em Minas Gerais]. Por todo o Brasil essas minúcias ficam melhor no papel do que na realidade. Mas o assunto não é nunca descuidado e os melhores pensadores não julgam indigno de suas maiores atenções. A escola é ‘o misterioso laboratório em que o homem e a criança em colaboração preparam o futuro’. Além disso, pode-se dizer com segurança que todos os filhos dos pobres, exceto nos lugares mais remotos, podem obter a instrução primária, que os três R são, em geral, estudados e os incapazes de ler e escrever não são tão numerosos como na Inglaterra e na França. Além disso a escuridão total em matéria de cultura e a total ausência de instrução, que ainda se encontram entre as classes inferiores da Europa, são aqui restritas aos idiotas. Algumas províncias como o Paraná revelaram sabedoria obrigando as crianças a freqüentarem as escolas. E isso creio que se estenderá por todo o Império. Atualmente a culpa é mais dos velhos que dos moços. Os pais não tiveram tempo de saber o que vale a educação”. (Burton, 1983, v. I, p. 132).

O que acabamos de apresentar foi um quadro geral da situação da educação no Brasil, no período colonial e na sua fase independente, o Império, permeado por fragmentos trazidos a nós pelos viajantes britânicos que ora corroboram os dados dos mais recentes estudos sobre a educação no Brasil, ora os contrariam.

Optamos por trazer na íntegra os trechos que os viajantes escreveram sobre a educação, no Brasil do século XIX, com o propósito de tentar não ocultar o sentido que os mesmo quiseram dar aos seus relatos e para melhor demonstrar como a educação brasileira foi registrada sob o olhar do estrangeiro.

No capítulo seguinte, através de uma leitura a contrapelo do que os viajantes escreveram sobre educação, tentamos reinterpretar seus modos de ver e conceber o estado da educação no Brasil, no interior de seu próprio quadro de referência, buscando entender os seus escritos; buscando entender quem viu, o que viu e como viu.

## CAPÍTULO IV

### O OLHAR DOS VIAJANTES INGLESES SOBRE EDUCAÇÃO

Neste capítulo, tomando os fatos históricos, políticos, econômicos e culturais mais relevantes, como referência para a contextualização das viagens bem como para a compreensão dos relatos que delas resultaram, buscamos traçar um quadro representativo que mostre os diversos modos como os viajantes ingleses olharam para a nossa sociedade, particularmente para a educação no Brasil oitocentista.

Começamos apresentando como os viajantes estabeleceram a relação entre progresso e educação. Analisamos, depois, como eles apontaram para o desprezo ao trabalho manual como sendo um dos causadores do atraso do país. Em seguida, mostramos como os ingleses se colocaram como veículos do progresso e da civilidade, através de suas idéias e das relações políticas, econômicas e culturais que o Brasil mantinha, ou viesse a estabelecer, com a Inglaterra, ao lado de uma maior circulação de idéias, proporcionada pela abertura dos portos. No item seguinte, podemos verificar como os viajantes destacaram a importância da imprensa para o progresso da nação. Passamos para o item que estabelece como os viajantes registraram a “aversão” à ciência, pelos brasileiros, como um fator de entrave para a modernidade. Em seguida, demonstramos como os viajantes viram o peculiar processo de independência como um óbice para um desenvolvimento desejável aos olhos das nações modernas. E, por último, buscamos mostrar como esses ingleses viram, na metade do século XIX, o despertar para a modernidade desta tão promissora terra, o Brasil.

Devemos salientar, antes de tudo, que a história do Brasil, nos séculos XVIII e XIX, não se desvincula da história da Inglaterra, principalmente no campo econômico. Assim, a indicação das diferenças existentes entre essas duas sociedades contrastantes ajudará a entender melhor os pontos de vista dos ingleses a respeito do estado da educação no Brasil, ao longo do século XIX.

O entendimento da sociedade brasileira, bem como o da sociedade inglesa, é crucial

para o entendimento de como os viajantes olharam para a situação em que se encontrava a educação no Brasil, fenômeno social aqui estudado, uma vez que para uma real compreensão da mesma, é preciso atentar para o fato de que sociedade e educação não podem vir desvinculadas; a relação entre elas deve se estabelecer num movimento constante, sendo que a segunda deve ser a norteadora, devendo indicar o que é indispensável saber sobre a primeira.<sup>1</sup>

Portanto, para chegarmos a uma compreensão da educação, é preciso ter uma visão do contexto social, ter uma visão da sociedade brasileira, da qual a educação é parte e com a qual estabelece uma relação permanente. Para se compreender o modo como o olhar estrangeiro observou e registrou esse fenômeno social é preciso, também, se ter uma visão da sociedade inglesa. Sendo assim, aspectos de ambas as sociedades irão permear a análise acerca do modo como os ingleses olharam para a educação no Brasil de 1808 a 1889.

Cabe lembrar aqui que educação está sendo entendida tanto no seu sentido lato como no seu sentido mais estrito, ou seja, educação no sentido de polidez, de civilidade e também no sentido de instrução, de transmissão/aquisição de conhecimentos.

O viajante estrangeiro, no caso o inglês, traz consigo conceitos, preconceitos e noções que utiliza para ordenar e interpretar um “mundo novo” que é diverso do seu; o ato de ver vem dotado de equipamentos culturais diferentes, que condiciona o modo de observar e apreender o “outro”.

Sendo assim, nos registros dos viajantes ingleses sobre a sociedade brasileira, e neste capítulo, em especial, sobre a educação, os mesmos seguem o referencial cultural de seu tempo, que se convencionou chamar de modernidade.

Em seus relatos é possível perceber a presença de aspectos que denotam um olhar para uma terra com grande potencial ainda a ser explorado, num constante vir a ser, no qual este “vir a ser”, pelo processo civilizador, não passa de um eufemismo para a dominação imperialista inglesa.

Dentre os muitos aspectos, encontrados nos textos, que trazem esse modo de olhar do inglês do século XIX - período de grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, tanto para a Europa como para o Brasil – trouxemos, para nossa análise, alguns pontos, relacionados à educação, que nos conduz a esse modo de olhar “civilizatório”, sem

---

<sup>1</sup> Para ver mais sobre a questão da relação educação e sociedade, consultar Ribeiro, 2000.

nos distanciarmos dos referenciais que os ligam à idéia de modernidade.

Neste capítulo, buscamos trazer, pois, o modo como a educação, a sociedade brasileira, a sociedade inglesa e as idéias presentes nos registros dos viajantes, presididas pelo referencial cultural de um tempo convencionalmente chamado de modernidade, se relacionaram e ajudaram a formar um modo peculiar de olhar para o Brasil e, em especial, para a educação no século XIX.

#### **4.1 - A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E PROGRESSO**

Dois aspectos sobre a educação, particularmente no Brasil-Império, mas que se aplica também ao período colonial, se destacaram: o primeiro foi o interesse econômico, político e social dos grupos dominantes em relação ao ensino superior e, o segundo, foi o descaso pela educação elementar da população em geral, pois, para a classe dominante não interessava transformações na estrutura social geral e educacional. Tanto que o projeto de criação do ensino superior antecedeu e se sobrepôs aos primeiros projetos para estender a educação elementar à maioria da população brasileira (Fávero, 1996, p. 37).

Não é de se estranhar, portanto, que os viajantes ingleses aqui estudados, tenham “denunciado”, de um lado, a falta de uma preocupação com a instrução das massas por parte dos governantes, e de outro, a falta de interesse pela educação por parte da própria população. Isto tanto na condição de Colônia como na de nação independente, quadro que só lentamente, ao longo dos anos, foi se modificando.

Estes viajantes chamaram a atenção para o fato de não se ter dado a devida importância à instrução elementar, principalmente das classes mais baixas. O que viram foi uma educação como prerrogativa daqueles que, por seu nascimento ou posição, tinham direito aos benefícios que daí provinham.

O fato da Inglaterra, no século XIX, encontrar-se em fase de plena modernização, enquanto que no Brasil apenas se iniciava um movimento tímido no mesmo sentido, que só

começaria a ganhar fôlego a partir de meados do século XIX, ajuda a explicar um dos motivos que levaram os viajantes a destacarem este aspecto do campo educacional no Brasil.

A Inglaterra foi o primeiro país a se industrializar, foi, também, o primeiro a se preocupar em atender às reivindicações e necessidades de instruir as massas, ou seja, a se preocupar com a instrução elementar pública, como forma de controle e ao mesmo tempo de levar o país ao progresso.

Nos escritos dos viajantes é clara a referência que fizeram à relação entre educação e progresso. Apontaram a falta de educação/instrução como um dos fatores responsáveis pelo atraso do país; atraso tanto econômico como intelectual.

Os viajantes chegaram mesmo a aconselhar que somente através da educação seria possível se elevar, ao nível dos países mais avançados, uma nação com tantos recursos e tantas possibilidades de exploração econômica. E que, ao contrário, sem trabalhadores especializados, preparados e sem uma população mais esclarecida, seria improvável uma mudança de fato relevante para que se promovesse o desenvolvimento desejável a uma nação tão rica.

Viam na educação, também, o caminho para elevar o país às regiões mais altas do desenvolvimento da inteligência e do refinamento da personalidade.

Esta idéia de que a prosperidade está ligada a alfabetização não se atribui somente aos viajantes ingleses, também entre nós se divulgou, e ainda hoje se aceita, esta idéia, transformando-a em requisito obrigatório e único de todo o progresso. É bem característico vermos a idéia de “que todos os nossos males ficariam resolvidos, de um momento para outro, se estivessem amplamente difundidas as escolas primárias e o conhecimento do *abc*” (Holanda, 1988, p. 123-124).

O fato de um dos diferenciais entre um país desenvolvido e um atrasado se encontrar exatamente no campo da educação, no sentido mais amplo da palavra, contribuiu para que esta idéia se tornasse recorrente. O que se divulga é que enquanto nos países desenvolvidos predomina uma população masculina e, cada vez mais, feminina, alfabetizada, onde a vida política, econômica e intelectual, de maneira geral, se encontra emancipada da tutela das religiões, baluartes do tradicionalismo e da superstição, e que praticamente monopolizavam o tipo de ciência que era cada vez mais essencial à tecnologia moderna; nas regiões ou países não-desenvolvidos ou atrasados predomina uma maioria de

analfabetos.<sup>2</sup>

No entanto, sabemos que apenas a alfabetização em massa não é condição obrigatória para que se alcance o progresso, tanto econômico como intelectual, educacional ou cultural. Cabe acrescentar que a simples alfabetização em massa não constitui talvez um benefício sem-par se vier desacompanhada de outros elementos fundamentais da educação, que a completem. A alfabetização, tida isoladamente, “é comparável, em certos casos, a uma arma de fogo posta nas mãos de um cego” (Holanda, 1988, p. 124).

Enquanto a Inglaterra se industrializava e se desenvolvia a largos passos, formando e conformando o chamado mundo moderno, o Brasil diferentemente daquela, além de não possuir ainda uma classe de “operários” que reivindicasse por instrução, era um país essencialmente agrícola e escravocrata, com uma população livre muito pequena e espalhada pela imensidão de nosso território. Nestas condições, não havia ferramentas, nem meios, nem o impulso necessário para que a maioria do povo valorizasse a educação. Excetuando a elite, principalmente formada pelos proprietários de terras, só posterior e gradativamente, em passos lentos, a “população brasileira” passou a reivindicar escolas.

A educação sendo uma atividade humana, que é parte integrante da totalidade da organização social, exige que a consideremos como historicamente determinada por um modo de produção dominante. No nosso caso, as relações escravistas e a propriedade latifundiária para exportação, recriadas como forma de possibilitar o máximo de acumulação de capital, não demandava um tipo de educação que atingisse a maioria e sim um tipo de educação especialmente voltada para atender a elite, que iria formar o quadro administrativo do país.

Dentro deste quadro político e econômico do Brasil, o Estado e a Igreja adotaram uma perspectiva geral de educação reprodutivista, voltada para a perpetuação de uma ordem patriarcal, estamental e colonial, e depois imperial, priorizando uma educação restrita a reproduzir a ordem social.

O ensino da elite tinha, pois, como traço característico o seu aspecto marginal, destinado a distinguir o indivíduo, fornecendo-lhe um ornamento a mais, sem uma finalidade prática.

---

<sup>2</sup> “A educação de massa, assegurada à época nos países desenvolvidos por um ensino primário cada vez mais universalizado, promovido ou supervisionado pelos Estados, deve ser distinguida da educação e da cultura das geralmente pequenas elites” (Hobsbawm, 1988, p. 45).

A educação, que tinha por finalidade o diploma a ser exibido e não o saber a ser praticado, caracterizava-se por ser literária e abstrata, transmitida por métodos que se baseavam na leitura, no comentário e na especulação, e não sobre a ação e o concreto, formando, pois, eruditos e letrados entre os membros da elite, aspirantes às profissões liberais e aos cargos públicos.

A condição de país independente criou a necessidade de prover os novos cargos, ligados ao governo ou não, vinculados às novas funções que se multiplicaram com o aparecimento das atividades políticas e comerciais, das profissões liberais, da administração geral e provincial e das forças militares.

Com o declínio da velha lavoura açucareira e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente pela vinda da Corte Portuguesa e depois pela independência, os fazendeiros principiaram a perder muito de sua posição privilegiada e singular dos primeiros tempos do período colonial.<sup>3</sup>

Uma das formas dessa elite decadente reconquistar, ou lutar para manter, o prestígio de antes, foi exatamente preencher os espaços abertos pelas novas condições que surgiam no país. Além da incipiente lavoura açucareira, da exportação de produtos agrícolas, outras ocupações reclamaram por igual eminência, ocupações estas nitidamente cidadinas, como a atividade política, a burocrática, as profissões liberais e a educação e instrução da camada emergente.

Sendo assim, a ocupação dos novos postos administrativos e políticos da então nova nação coube, em primeiro lugar, aos mais privilegiados, ou seja, aos fazendeiros, donos de engenhos e seus herdeiros. Uma vez transportados para as cidades, carregaram consigo a mentalidade, os preconceitos e o teor de vida característicos da aristocracia agrária e escravocrata (Holanda, 1988, p. 50).<sup>4</sup>

A estrutura social brasileira não teve sua base nos meios urbanos. Nossa sociedade se caracterizou por ser de base agrária, tendo nas propriedades rurais, nas grandes fazendas

---

<sup>3</sup> A classe dominante colonial começou a formar seus quadros antes mesmo da autonomia, indo buscar no exterior a sua formação. A cultura não tinha amplo campo, era limitada a um úmero reduzido de pessoas, marcando uma elite que possuía uma cultura universalista e europeizante, desde os jesuítas até as aulas régias e a universidade de Coimbra.

<sup>4</sup> A necessidade política de representação, de reuniões, de contato com o administrativo levou grande parte da aristocracia rural a viver mais tempo na cidade do que no campo; pouco a pouco a casa da cidade, o sobrado, vai tomando primazia à casa do campo, a fazenda, o engenho. Embora o poder venha da posse da terra e de escravaria, a administração, o governo fãz-se dos agrupamentos urbanos para o interior, e não o contrário, dos engenhos e fazendas para os centros urbanos (Sodré, 1944, p. 289).

a concentração da vida da Colônia e também de boa parte do Brasil imperial. Prevaleceu, no Brasil, por muito tempo a situação, na qual as cidades eram simples dependentes das grandes fazendas. É preciso considerar este fato para se compreender as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois da nossa independência política e cujos reflexos, podemos dizer, chegaram até hoje (Holanda, 1988, p.41).

A ocupação dos novos cargos criados coube à classe formada pelos grandes latifundiários e pelos indivíduos a eles ligados, ao menos em parte, por falta de uma burguesia urbana independente, daí a ordem administrativa do país vir marcada pelas características daquela classe (Holanda, 1988, p. 57).

No Império eram os fazendeiros e seus filhos, educados nas profissões liberais, que monopolizavam a política e dominavam o andamento das instituições. O prestígio das profissões liberais deveu-se, como vimos, a fatores de ordem econômica e social, principalmente, mas também, à herança da Metrópole. Em quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valia muito na pretensão a altos cargos públicos. Nesta exaltação do bacharelismo, exaltou-se também a personalidade individual. A origem da atração exercida pela profissão liberal vinculou-se ao apego quase exclusivo aos valores da personalidade (Holanda, 1988, p. 41 e 116).<sup>5</sup>

Os cursos jurídicos assinalaram a carência de pessoas que ocupassem esses novos cargos e a urgência em formá-los. Não é de se estranhar, pois, o fato de que, do ponto de vista da elite, o passo mais importante foi justamente a criação das faculdades de Direito, de São Paulo e de Olinda/Recife. Delas saíram os bacharéis, formando o núcleo dos altos quadros políticos e burocráticos do Império.

Estes cursos proporcionaram, por sua vez, a habilitação aos bacharéis não apenas para o exercício profissional mas também para as letras, para o jornalismo, para a política, para o magistério, sem falar nas funções públicas que era a área mais bem quista.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> No Brasil onde imperou o modelo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento urbano causou um desequilíbrio social com efeitos prolongados. “Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público.” Podemos dizer que aqui só excepcionalmente tivemos um verdadeiro corpo burocrático e um sistema administrativo dedicados puramente a interesses objetivos, predominando as vontades particulares, o que parece existir, ainda hoje, em algumas práticas em nosso meio (Holanda, 1988, p. 105-106).

<sup>6</sup> Esses cursos tornaram-se provedores dos quadros administrativos e públicos, fundamentando a superioridade do saber jurídico frente aos demais cursos e formas de saber, como os militares e as artes plásticas, por exemplo. A estrutura social amparada no regime escravista causou e manteve esta superioridade, ligada pois ao tipo de cultura aqui gerada e desenvolvida.

O aparecimento do bacharel ao lado do sacerdote, que antes monopolizava praticamente todo o saber e o uso dele, apontou para o importante fato da laicização da cultura e do saber, que constituiu, na visão dos viajantes ingleses, um passo em direção à modernidade.<sup>7</sup>

Este fato nos leva a concluir que a instrução ligada a ocupação de altos cargos públicos foi um privilégio para os que podiam e almejavam ascender, sendo mais um elemento de reforço do *status* social.

#### **4.2 - O DESPREZO PELO TRABALHO MANUAL**

O desprezo pelo trabalho manual, pela elite local, era visto, pelos ingleses, como um outro fator de peso que colocava um país de tantas oportunidades e riquezas naturais em uma posição de atraso econômico e cultural. Igualmente, o descaso com a educação elementar do povo, era visto, pelos mesmos, como causador da incivilidade e do não progresso do país.

Esta repulsa, que o trabalho manual exerceu, principalmente sobre os brasileiros das camadas sociais mais altas, pode ser atribuída, em grande parte, ao fato dos portugueses também terem assumido esta mesma postura de aversão e desprezo a este tipo de trabalho, o que, como herança, se estendeu a nós.

O desprezo pelo trabalho mecânico e manual, visto como um fim exterior ao homem e que busca conseguir a perfeição de uma obra distinta dele, impossibilitou que a moderna visão do trabalho e o apreço à atividade utilitária, diferentemente da cultura inglesa, se tornassem algo naturalizado entre os portugueses e como consequência, entre os brasileiros. A ociosidade sempre pareceu melhor e até mais nobilitante do que a luta insana do cotidiano para garantir o sustento, ou mesmo como escolha de vida. Entre as nações ibéricas o que predominou foi a concepção antiga de que “o ócio importa mais que o

---

<sup>7</sup> Lado a lado, padre e letrado, ocupavam a área política, nelas exercendo influência e funções importantes, acompanhados posteriormente pelos militares.

negócio” e de que a atividade produtora é menos valiosa que a contemplação e a vida voltadas para o intelecto (Holanda, 1988, p. 10).

Juntamente com a nossa herança cultural, a lavoura colonial e especificamente escravocrata deixou também suas marcas. Dela se originou a separação clara entre indivíduos que exercem atividades manuais e mecânicas dos indivíduos que exercitam a “inteligência”.

O fato de ter vigorado por séculos, no Brasil, o trabalho escravo onerou e retardou, e até mesmo impossibilitou, que mudanças ocorressem no modo de ver o trabalho manual, estreitamente ligado à figura do escravo. A própria noção de trabalho, visto como trabalho físico, degradava socialmente, pertencendo aos escravos, ao passo que a atividade intelectual, não vista como um trabalho, enobrecia e constituía inconfundível traço de classe. A atividade intelectual era tida como meio de lazer ou como ornamento quando exercida, ao passo que o trabalho manual era função de escravos.

O trabalho intelectual, “que não suja as mãos e não fadiga o corpo”, era compatível com os padrões da classe dominante e possibilitou construir ocupações “dignas” para antigos senhores de escravos e seus herdeiros, como os altos cargos ligados às funções do governo, por exemplo. No exercício dessas funções o que se via era uma erudição ostentosa, na qual a inteligência era um ornamento e não um instrumento de conhecimento e ação, sem que a verdadeira estima pela especulação intelectual estivesse presente (Holanda, 1988, p. 50-51).

Desde os tempos do sistema jesuítico de ensino, caracterizado por ser literário e retórico, a valorização das letras e o desprezo pelo trabalho manual e mecânico já se faziam presentes no próprio método de ensino, reforçando nossa herança lusa e as condições impostas pela nossa condição política e econômica.

A atividade intelectual era vista, também, como meio de ascensão social. Cultivada para ser ostentada, exteriorizada, uma vez que o indivíduo ingressasse no meio cultural e intelectual era possível penetrar nas camadas superiores, permitindo o acesso às funções desvinculadas do trabalho físico.

As possibilidades de ascensão da classe intermediária se davam por diversos canais: através das atividades profissionais dos artífices, das milícias, do clero, da administração,

através das novas oportunidades surgidas com o desenvolvimento das cidades e, principalmente, através do título de bacharel.

Elementos não pertencentes à classe senhorial ou à aristocracia rural, mas que por diferentes caminhos conseguiam se aproximar dela, passando a fazer parte de seu meio de convívio, expressavam os anseios desta classe dominante, proprietária de terras e escravos. Adotavam seus modos de vida, seus modos de pensar e agir, assim, o desprezo pelo trabalho manual era fortemente neles enraizado. Como Sodré bem colocou, os novos elementos que ingressavam no círculo da classe dominante eram cooptados pela mesma, ao dizer que:

“em boa parte, os elementos dotados de dimensão intelectual, aqueles que poderiam cuidar de idéias e de transformações políticas, estavam vinculados à classe proprietária, e não seriam senão os seus intérpretes, de forma consciente ou de forma inconsciente.” (Sodré, 1969, p. 142).

O meio intelectual também era uma via que possibilitava manter o *status* social, que muitos elementos da decadente lavoura açucareira vinham perdendo, como vimos anteriormente. Portanto, a cultura guardava o timbre aristocrático e constituía uma forma de distinção, fato que se estendeu por muito tempo.

Nos relatos, os viajantes apontaram para estas características de nossa população, particularmente entre os membros da classe dominante, da elite que estava no poder ou ocupando altos cargos a ele ligados. Estas características também eram vistas nos indivíduos que formavam a população livre, que possuíam uma melhor condição econômica ou que de uma forma ou outra conseguiram penetrar no “mundo” da elite.

Portanto, o traço constante de nossa vida social, em que as qualidades da inteligência ocuparam, e ainda ocupam, uma posição suprema, em prejuízo das manifestações do espírito prático se revelou desde cedo na nossa história (Holanda, 1988, p. 50).

### 4.3 - A “LIVRE” CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS E A PRESENÇA INGLESA: VEÍCULOS DO PROGRESSO

Podemos dizer que, na colônia, até à época pombalina, os portugueses esforçaram-se ao máximo por fechar-se a influências estrangeiras e “heréticas”. A educação formal era controlada pela Igreja, que mantinha um estudo baseado na retórica, na gramática e na argumentação escolástica. A única ciência, em nível superior, seria encontrada na Faculdade de Medicina de Coimbra, mesmo assim as idéias de Copérnico, Galileu e Newton foram banidas pelos jesuítas desde 1746. Não era costume português as viagens ao exterior afim de estudos e tampouco a entrada de livros era livre, mas sim severamente controlada por fiscais enviados pelo Santo Ofício, que inspecionavam navios, livrarias e bibliotecas.<sup>8</sup> Sendo assim, no reino e no ultramar o acesso à cultura era limitado e concentrado nas mãos do clero. Nestas condições não é de se estranhar que a vida científica e a especulação intelectual declinassem na metrópole e nem mesmo chegasse à colônia, ao menos por um bom tempo (Landes, 1998, p. 147).

Por outro lado, não podemos dizer que Portugal não recebia, do exterior, as idéias então correntes, uma vez que estava envolvido no concerto da Europa. Mas essas novas idéias eram rejeitadas pelo orgulho português, o que levava a uma estagnação, ficando parado no tempo e repassando esta situação de forma mais acentuada ainda às suas colônias.

Os portugueses pareciam não perceber que a inquisição era um desastre nacional, que a Igreja estava devorando a riqueza do país e controlando o conhecimento e que o fracasso do governo em promover o desenvolvimento da agricultura e da indústria o transformara numa lucrativa colônia da Inglaterra. As deficiências intelectuais portuguesas tornaram-se proverbiais e, por consequência, não legando um quadro muito animador para suas colônias(Landes, 1998, p. 148).

Os entraves que a administração lusitana opunha ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio. Além disso, a própria

---

<sup>8</sup> A entrada e circulação de livros era severamente controlada pelo *Index* e pela Mesa Censória.

situação da Metrópole no campo intelectual, como visto acima, não contribuía para que na colônia o quadro fosse diferente. É, pois, significativo que apesar de sua maior liberalidade na admissão de estrangeiros, capazes de contribuir com seu trabalho para a valorização da Colônia, tolerassem menos os que pudessem inserir idéias revolucionárias, como foi o caso de Humboldt (Holanda, 1988, p. 87).

A vida intelectual esteve vetada aos brasileiros como se fosse imperdoável crime. Isso, pelo menos, até a abertura dos portos que favoreceu o livre comércio nos portos brasileiros e também proporcionou uma livre circulação de idéias pelo nosso território, iniciando uma nova fase em nossa história.

Os ingleses corroboraram com a idéia de que a nós não foi permitido, antes da abertura dos portos, ter acesso ao conhecimento. Embora estes viajantes não tivessem presenciado tal situação puderam, através da observação e do contato com o povo local, perceber o estado geral em que se encontrava a educação no Brasil do início do século XIX, principalmente aqueles que vieram quase ao mesmo tempo em que a Família Real, pois puderam perceber as mudanças que se deram com a vinda da Corte, em contraste com a situação anterior de quase completo isolamento da colônia.

Outro fator a que devemos nossa situação, no terreno da difusão das idéias, pensamentos, informações, conhecimentos e cultura, relegado por longo período ao púlpito, foi a proibição formal da imprensa no Brasil, que só apareceria com a vinda da Família Real. A posse do meio material da difusão do pensamento não bastava para que a nossa sociedade se lançasse ao mundo do saber e da cultura, com uma literatura expressiva, uma vez que a nossa condição não permitiria tal avanço, mas isso nos permitiria distribuir melhor e mais profundamente os conhecimentos, de forma mais generalizada, fato que influenciaria, por sua vez, as esferas política, econômica e cultural (Sodré, 1944, p. 241).<sup>9</sup>

O livro no Brasil foi visto sempre com alguma desconfiança, tido como um instrumento herético, só natural nas mãos dos religiosos, por isso as primeiras bibliotecas se localizavam nos conventos e colégios, e na sua maioria eram compostas de livros necessários à prática religiosa. Nos fins do século XVIII começaram a aparecer as bibliotecas particulares. A entrada de livros nesta época era clandestina e perigosa, e se

---

<sup>9</sup> O pensamento político esteve sempre à frente do literário, embora ambos tenham sido cópia e função de outros, subordinado às correntes exteriores. Mas aquele soube traduzir, antes do que os homens de letras, os abalos sucessivos da sociedade e as suas repercussões (Sodré, 1944, p. 241).

dava pelas mãos de quem havia estudado no exterior ou por navios que os contrabandeavam (Sodré, 1966, p. 14).

Com a abertura dos portos esta situação começava a sofrer mudanças. O volume de livros que entravam no Brasil aumentou e estes começavam a despertar maior interesse nas pessoas. Apesar desta aparente liberdade, quanto ao manuseio dos livros, ainda permanecia uma vigilância acentuada. Todos os impressos e livros deveriam passar, antes de circular, pelas mãos do Desembargador do Paço.<sup>10</sup>

O quadro de maior liberdade frente às possibilidades e os meios de se adquirir informações, conhecimentos e melhorar o nível intelectual, ao menos por parte dos elementos das elites que tinham um maior contato com os livros, se deu tanto menos pela tolerância como pela necessidade que a nova condição da colônia agora impunha.<sup>11</sup>

A expansão do comércio de livros acompanhou, pois, as condições políticas. Os livros, rompiam definitivamente com a clandestinidade e deixavam de serem vistos como algo demoníaco. Começavam a interessar e a serem mesmo uma necessidade, diante da nova condição do país (Sodré, 1966, p. 46).

Os viajantes destacaram o número de obras existentes nas bibliotecas das residências e dos conventos que visitaram, bem como os tipos de livros encontrados nelas. Frequentemente denunciavam, na maioria das bibliotecas, a não existência de obras de ciências, principalmente de ciências naturais. Este fato resultava da aversão à ciência destacada pelos viajantes, e que, por sua vez, consistia em um dos entraves à modernidade.

Seguindo a lógica inglesa, que estava pautada na idéia de modernidade, quando encontravam as raras obras de ciências expressavam, através de seus escritos, o espanto, a surpresa e/ou o alívio, esperançosos de que o Brasil estivesse caminhando para o seu despertar, indo ao encontro do progresso, através dos livros.

A importância do livro não estava somente no seu poder de informar e elevar o espírito, mas também o apego aos livros, muitas vezes, mostrava-se como indício de

---

<sup>10</sup> Os livros, vistos como artigos heréticos, que atraíam maldições e condenações, passaram muito tempo sob severa censura. Primeiramente pela censura episcopal, sendo acompanhada pela fiscalização da inquisição e da Coroa, concomitantemente. Depois tivemos a censura das autoridades reconhecidas pelo Estado e da Cúria Romana. Na administração de Pombal a censura passou a ser exercida pela Real Mesa Censória. Se na metrópole o controle era rígido, a situação na colônia escravista, principalmente depois da descoberta do ouro, era ainda mais intensa.

<sup>11</sup> A colônia agora era sede da Corte portuguesa, e que posteriormente foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal.

“superioridade mental”, incluindo o indivíduo no círculo de intelectuais, dos indivíduos bem educados da elite, assim como o título de bacharel (Holanda, 1988, p. 122). E, o fato de algumas obras serem de circulação proibida elevava o *status* de quem, por ventura, as possuísem.

Talvez pelo fato do livro constituir-se num instrumento demonstrativo do *status* social da pessoa, a biblioteca aparecia sempre como um espaço a ser apresentado aos viajantes, fossem ingleses ou não, sendo um lugar para se recepcionar, tomar café e manter uma conversa entre homens (do qual as mulheres, em particular as brasileiras, permaneceram excluídas por muito tempo ainda), durante as visitas dos viajantes às casas de membros da elite. Havia uma preocupação por parte dos elementos da elite em demonstrar que não estavam tão distantes assim da civilidade, e que buscavam e poderiam alcançar a modernidade.

Como vimos, a permissão de uma circulação maior e mais livre de informações e do conhecimento não foi tanto por vontade da Coroa portuguesa, mas sim por uma contingência do momento. Com a instalação da Família Real na Colônia, não havia mais como impedir essa disseminação de informações e conhecimentos, que agora se impunha como uma necessidade. Como sede do império necessitávamos de pessoal especializado para manter a administração da Corte.<sup>12</sup>

Nos relatos de alguns dos viajantes, no entanto, essa nova condição foi atribuída aos atos de D. João. As mudanças no campo cultural, intelectual ou educacional foram vistas como mérito exclusivo “do bondoso Príncipe Regente” que “pensava proporcionar a seu novo povo os meios de adquirirem conhecimento, para seu próprio bem, sobre as artes, a agricultura, a manufatura” (Walsh, 1985, v. I, p. 82). Ressaltaram apenas os feitos de D. João deixando de levar em conta as necessidades que a nova condição do país, que acolhia o governo central da Metrópole, impunha.

Uma vez que os portos do Brasil se tornaram franqueados aos navios de todas as nacionalidades, abriu-se caminho às influências exteriores, com seus produtos, seus

---

<sup>12</sup> Não podemos deixar de mencionar que muitos dos membros que ocuparam os cargos dos novos quadros administrativos da Colônia tiveram sua formação, ou parte dela, na Europa e trouxeram de lá as novas idéias e ideais. Essas pessoas também ajudaram a disseminar idéias e informações que se espalhavam pelos meios mais intelectualizados de nosso país ao qual pertenciam. Este meio de ampliar o conhecimento no país estava a salvo das imposições do governo português, pois se dava muito mais no âmbito privado, difícil de ser controlado pela Coroa. No entanto, esta forma de ampliar o círculo intelectual era bastante restrita, não atingindo grande número de pessoas.

conhecimentos e seus diferentes hábitos.<sup>13</sup>

Este contato com os estrangeiros, considerados como uma fonte de informações já que traziam consigo novas idéias, novos costumes e novos modos de pensar, não estava mais sob o controle e restrições da Metrópole.

Podemos até mesmo dizer que a Coroa contribuiu para que a influência estrangeira se fizesse presente no Brasil. Com D. João dois aspectos se destacaram quando do impulso dado à cultura, que se apoiava na figura do estrangeiro, quais sejam: as atividades ligadas ao conhecimento do país, através de levantamentos e explorações do território, incentivando expedições científicas, tanto estrangeiras como nacionais; e as atividades ligadas ao provimento de modelos europeus e ao recrutamento de discípulos, como exemplo, a contratação de professores estrangeiros para a escola de artes.

Os viajantes não se limitavam a fazer registros minuciosos sobre os vários aspectos da sociedade brasileira. Durante a permanência no Brasil participavam ativamente da nossa sociedade, como Henry Koster, que foi fazendeiro, dono de engenhos e de escravos, John Luccock e John Mawe , que foram comerciante e Robert Walsh que foi pregador, só para darmos alguns exemplos. Este comportamento, juntamente com as mercadorias que eram desembarcadas nos portos brasileiros vindas principalmente da Inglaterra, influenciava o modo de vida dos brasileiros.

Essa influência foi vista pelos próprios ingleses, como um fator de grande importância para o país, pois, o contato com indivíduos pertencentes a países modernos só poderiam trazer benefícios para um país tão atrasado quanto o nosso.

Oliveira Lima faz par com essa postura dos viajantes, defendendo a idéia de que o Brasil deve muito aos estrangeiros. Para este autor, como para os próprios viajantes ingleses aqui estudados, os estrangeiros desempenharam papel importante ao lado da população de origem portuguesa, contribuindo para a expansão material e para o aperfeiçoamento moral do país.

Para ele, o Brasil pode ser considerado a terra menos xenófoba, e nem por isso menos nacional ou nacionalista, caracterizando-se como cosmopolita, sabendo tirar proveito dos estrangeiros, acolhendo-os sem hostilidade e com simpatia. Este fato é

---

<sup>13</sup> A abertura dos portos correspondeu a necessidades fiscais e a perda do papel intermediário da metrópole. Teve também outros efeitos imediatos e de relevância, como: a diminuição do contrabando, impossibilitou a manufatura, forneceu recursos, estimulou trocas, expandiu as cidades portuárias. (Sodré, 1996).

reforçado pelo autor quando ele próprio faz a afirmação de que contamos com estrangeiros entre nossos primeiros exploradores, entre nossos primeiros traficantes e nossos modificadores da economia, da política e da cultura (Lima, 1997, p. 267). Vê nos estrangeiros os maiores colaboradores do nosso desenvolvimento, responsáveis pelo nosso progresso:

“Os benefícios que um país fica devendo a estrangeiros como Southey (...) são inestimáveis: nada os pode exceder. São depoimentos preciosos pela sua imparcialidade e pela sua superioridade moral, aduzidos ao progresso que faz comparecer todas as nações perante o tribunal da civilização para responderem se bem mereceram ou não da cultura humana.” (Lima, 1997, p. 281-282).

#### **4.4 - A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA PARA O PROGRESSO**

As expansões marítimas, as descobertas territoriais e também o advento da imprensa na Europa estão ligados à expansão do capital comercial.<sup>14</sup> Assim, a história da imprensa se funde na própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. A ligação dialética entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista “é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos” (Sodré, 1966, p. 1).

Podemos considerar que a imprensa foi um dos instrumentos de ascensão da burguesia no Ocidente europeu. Fazendo uso das idéias de Sodré:

“[...] a imprensa multiplica as possibilidades de acesso aos conhecimentos e permite a informação, quando a nova classe necessita utilizar esse instrumento extraordinário de influência e de troca de idéias” (Sodré, 1966).

Ao contrário, o atraso da imprensa pode ser atribuído à “ausência de capitalismo”, de uma burguesia, pois onde estes se desenvolveram a imprensa os acompanhou.

---

<sup>14</sup> Esta ligação também aparece na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar. A relação entre esta liberdade e o desenvolvimento do capitalismo se faz presente (Sodré, 1966, p. 2).

Isto ocorreu na Inglaterra e em outros países da Europa, exceto em Portugal, onde a fase áurea do mercantilismo desembocou na exploração colonial, mantendo o mesmo papel que exerceu quando intermediário nas trocas de produtos orientais, ou seja, o papel de mero distribuidor nos mercados europeus.

Este caminho, seguido por Portugal, foi em sentido contrário ao caminho trilhado pelos outros países da Europa, em particular da Inglaterra, onde a acumulação primitiva constituiu a fase necessária para a capitalização, que possibilitaria o surgimento de novas condições de produção, situação esta que é muito mais favorável ao desenvolvimento da imprensa do que aquela condição de intermediário, observada em Portugal.<sup>15</sup>

O quadro refrativo à imprensa que vigorava em Portugal foi transposto à sua colônia, uma vez que esta, na condição de mera fornecedora de gêneros coloniais, ou tropicais, de base escravocrata, era absolutamente refratária ao aparecimento da imprensa.

O estabelecimento da imprensa não se fazia necessário num país onde a comunidade era restrita a uns poucos homens livres e a uma escravaria despojada de qualquer direito e de qualquer impulso ou oportunidade para a ilustração, onde a organização da vida urbana era ainda incipiente, predominando o meio rural, e o comércio interno ainda se encontrava pouco desenvolvido.

Diferentemente, na América espanhola, cujas populações apresentavam formações sociais, ou seja, uma formação política, econômica, social e cultural, tidas como avançadas, os colonizadores tiveram que lançar mão de meios para impor sua própria formação social, subjugando o povo local. Para tanto, utilizou a imprensa e a universidade para atender às necessidades que a colonização dessas comunidades colocava.

Essas necessidades não se impuseram no Brasil, que não conheceu a universidade nem a imprensa tão cedo, enquanto que na zona espanhola uma e outra apareceram rapidamente, pois tinham uma grande tarefa a desempenhar e de fundamental importância para a indústria da colonização. Portanto, a introdução da imprensa e o estabelecimento de universidade na América espanhola não foram, pois, atos de tolerância mas sim, sintomas de intransigência, de destruição cultural (Sodré, 1966, p. 12-14).

---

<sup>15</sup> “Portugal era pequeno, débil e atrasado segundo qualquer padrão da época. No século XIX era, praticamente, uma semi-colônia britânica”, com um horizonte nada promissor no campo do desenvolvimento econômico, mesmo assim, era um grande império colonial, em virtude de sua história. O século XIX pode ser chamado de século europeu, e mais ainda, século inglês (Hobsbawm, 1988, p. 36).

A demora em conhecermos a imprensa e desfrutarmos de suas vantagens, bem como da universidade, se deveu muito mais às condições próprias da Colônia do que devido à vigilância ou proibição da Metrópole.

A condição de colônia impunha obstáculos mais poderosos ao advento da imprensa do que propriamente os impedimentos oficiais, embora estes também tenham desempenhado papel relevante para o retardo com que viemos a conhecê-la.

O escravismo dominante, durante o período colonial e o Império, era infenso ao amplo acesso à cultura e à nova técnica de sua difusão, a imprensa. A condição econômica e social da colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa (Sodré, 1966, p. 19-20), fato este que começou a mudar com a transferência da Corte para cá.

Somente após 1808, no período joanino, é que se estabeleceram as condições iniciais para o aparecimento e florescimento da imprensa. Antes, o seu estabelecimento teria sido impossível ou extremamente difícil, não encontrando ressonância ou um papel efetivo no nosso meio social.

Com a abertura dos portos e a conseqüente liberdade de comércio, acompanhada pelo crescimento do aparelho administrativo e, posteriormente, pela autonomia política conquistada, esboçou-se uma vida urbana mais organizada, criando-se, assim, um meio mais favorável à difusão da cultura e do conhecimento, portanto, ao estabelecimento da imprensa. Foi quando surgiram os jornais e as primeiras publicações genuinamente brasileiras. Embora estes tivessem uma circulação e uma influência reduzida, foi o início de uma vagarosa expansão no campo da leitura.

Não foi sem propósito que a instalação da mesma partiu da iniciativa oficial. Pois, agora era preciso informar e combater as idéias que eram contrárias ao absolutismo, que apresentava sinais de declínio (Sodré, 1966, p. 34).

A Corte, portanto, lançou diversos periódicos, que ainda se apresentavam de forma precária devido as adversidades de condições políticas e materiais para que a máquina destinada a imprimir e estampar pudesse cumprir seu papel de forma satisfatória. Quando estas surgiram, ela teve função efetiva (Sodré, 1966, p. 40), desempenhando seu papel de informar, e no Brasil, pela escassez de meios, de instruir, segundo os viajantes.

A ausência de um passado de imprensa e o pouco tempo de sua existência acarretou, aos jornais da época, uma veia marcada pela violência de linguagem, natural na ausência de

pensamento orientador. Segundo Armitage:

“os jornais ministeriais eram pelo menos tão repreensíveis como os seus antagonistas. Costumavam não só advogar doutrinas contrárias ao sentido da Constituição, como assacar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição.” (Armitage, 1981, p. 187).

Na visão de alguns dos ingleses, o advento da imprensa foi considerado um dos mais importantes atos da Coroa portuguesa, no sentido de proporcionar à colônia os meios para se adquirir conhecimentos e alcançar o progresso. A imprensa era vista, por eles, como “uma poderosa máquina de conhecimento e poder”, que tiraria o Brasil da total ignorância levando-o a ser um país onde o conhecimento estaria em todos os lugares.

O papel do jornal na difusão do conhecimento foi bastante enfatizado pelos viajantes, visto como a “grande reserva de alimento literário”, sem, no entanto, deixarem de mencionar o papel político que naquela fase, e ainda hoje, os jornais assumiram.

No controle pelo meio de difusão de idéias e de informações, estavam envolvidas instituições e pessoas das mais diversas situações sociais, culturais e políticas, correspondendo as diferenças de interesses e aspirações. Dentre estes estão os pertencentes às classes dominantes, principalmente os ligados à aristocracia agrária.

A classe dominante, ao estruturar o seu aparelho de Estado, mostrava-se desejava em conter a independência nos limites da preservação de seus interesses, por isso a liberdade de imprensa não era bem quista. A aristocracia rural pretendia manter a estrutura colonial, na qual a liberdade de pensamento não encontraria espaço para existir e se desenvolver (Sodré, 1966, p. 49).

Assim, após a proclamação da independência, direita e esquerda que estiveram unidas neste processo, se separam e as divergências se tornam transparentes. Quando a direita assume o poder, tenta acabar logo com a relativa liberdade de circulação de idéias existente no período colonial.

A fase da autonomia, com suas insurreições, levou os jornais, de um lado, a combater o governo, a incitar as rebeliões e, de outro, à tentativa de desenvolver uma linha que buscava a estabilidade, o equilíbrio, correspondendo ao esforço da classe dominante em reaver todo o seu poder, sem sofrer ameaças.

O desenvolvimento da imprensa ganhou impulso com a autonomia do país, tendo a

mesma influído no transcorrer do processo da independência, numa relação de reciprocidade, de mútua implicação.

A imprensa acompanhou o ritmo do país. Depois da maioridade, numa época marcada por um período de calma, os jornais deixaram um pouco seu lado político e penderam para o literário. Mas, com as mudanças nas últimas décadas do século XIX, próximo à proclamação da República, a agitação afetou a vida da sociedade e também a imprensa. Nestes tempos conturbados os periódicos voltaram a se dedicar aos problemas políticos e sociais, como a questão da abolição, o conflito militar platino e a questão religiosa.

Na década de 1870 surgiram inúmeros jornais republicanos, como *A República*, que reunia os melhores elementos das artes literárias, lidos pela camada culta do país, estudantes, intelectuais, militares e padres.

As idéias republicanas conquistaram os meios de comunicação, sendo os acontecimentos políticos os impulsionadores dos órgãos de imprensa por todo a parte. Os jornais de oposição, de combate, proliferaram bastante. Esses jornais lutavam pelas reformas de que o país precisava, particularmente referente à reforma federativa, a reforma do trabalho e a reforma do regime.

A imprensa, como vimos, se desenvolveu em estreita ligação com a atividade política do país; apareceu antes e cresceu mais depressa nos centros em que aquela atividade foi mais intensa. Por isso, a Corte se encontrava sempre à frente das demais províncias. Apenas vagarosamente ela ganhou o interior. As dificuldades com o transporte e o serviço dos correios que não permitiam ou obstavam que os impressos da Corte chegassem às províncias mais distantes, alavancou o desenvolvimento dos prelos nessas áreas mais interioranas (Sodré, 1966, p. 228 e 239).

O fato é que somente a partir da segunda metade do século vão aparecer jornais estáveis, com tiragem regular e contínua. O período anterior foi marcado pela deficiência na circulação, que era muito reduzida (Sodré, 1960, p. 310-311).

O desenvolvimento do país marcado pelo avanço da vida urbana, pelo crescimento da classe média e pelo esboço de uma burguesia que começava a se fazer sentir, permitiu a ampliação das atividades culturais ligadas à imprensa; a edição de livros e de periódicos se ampliou (Sodré, 1966, p. 237).

O papel dos ingleses também foi significativo no desenvolvimento da imprensa, principalmente após a instalação da Assembléia Legislativa. Um exemplo foi a publicação do jornal inglês *The Rio Herald*, no Rio de Janeiro (Sodré, 1966, p. 126).

#### 4.5 - AVERSÃO À CIÊNCIA

Informados e conformados pelos pressupostos norteadores do conceito de modernidade, os viajantes estrangeiros procuravam demonstrar que, no Brasil, grande parte da população, em plena época das luzes, vivia ainda à parte do modo de vida instituído pela modernidade. Enquanto as ciências naturais tinham alcançado grande desenvolvimento na Europa, sob a influência do racionalismo do século dos enciclopedistas, quando a visão presa à divindade perdeu seu espaço, no Brasil prevalecia ainda o culto da palavra, avesso às ciências (Barreiro, 2002, p. 15).

A idéia de modernidade vem acompanhada da idéia de modernização da sociedade e da cultura, como destacou Barreiro:

“Um dos pressupostos fundamentais da modernidade refere-se à modernização da sociedade e da cultura, que se fez progressivamente a partir do século XVIII. No plano da cultura, a modernidade traduziu-se num processo de desencantamento por meio do qual as concepções religiosas de mundo, ao se desintegrarem, acabaram por engendrar, na Europa, uma cultura profana. O desenvolvimento das sociedades modernas, ao lado da laicização da cultura, com o surgimento das ciências empíricas modernas e a autonomização das artes, constituiu o outro pólo que permitiu determinar a existência da modernidade.” (Barreiro, 2002, p. 15)<sup>16</sup>

As condições peculiares à sociedade colonial e a fase posterior à autonomia constituíram “obstáculos a qualquer esforço no sentido de criar, ou de aplicar, ou de desenvolver conhecimentos e técnicas apropriadas a melhorar a existência” (Sodré, 1960).

---

<sup>16</sup> As novas estruturas sociais são caracterizadas pela diferenciação de dois sistemas, cristalizados em torno de centros organizadores. Tais centros são: a empresa capitalista e o aparelho burocrático do Estado, que do ponto de vista funcional se interpenetram (Barreiro, 2002, p. 15).

O descaso para com o conhecimento técnico, voltado para as “coisas úteis”, como o conhecimento sobre técnicas que se aplicariam à agricultura, à mineração, ao comércio ou à exploração das muitas riquezas existentes no país, impossibilitou que o país se desenvolvesse e explorasse suas riquezas, não sendo aproveitadas devidamente e lucrativamente como poderiam ser se seguissem os passos e as inovações que na Europa já vivenciavam. Novas atitudes neste sentido ajudariam, na visão dos estrangeiros, a despertar o espírito científico, da pesquisa, ausente na Colônia e também no Brasil Império.

Sendo assim, o campo das Ciências não teve espaço para se desenvolver. Obviamente nossa situação também não criara as condições para o ensino das Ciências. Este permanecia em sua orientação ornamental e desinteressada, bem de acordo com o quadro social e político dominante, entregue às letras.

O nosso isolamento, imposto por Portugal desde o nosso descobrimento até a vinda da Família Real portuguesa e a conseqüente abertura dos portos, teve nisso grande influência, mas a condição local, de não clamar por ciências, dentro da estrutura tanto colonial como autônoma, foi outro fator de grande relevância, ou melhor, podemos dizer que foi o fator que determinou nosso atraso no campo das ciências.

A estas características se ligou outro fator, observado por alguns viajantes ingleses, qual seja: a falta de curiosidade e de espírito científico dos alunos e também dos professores, nos colégios, nas academias e nos cursos. Espaços estes descritos pelos viajantes como “um lugar onde nem um raio de ciência jâmais penetrou (...)” (Luccock, 1975, p. 49).

Por outro lado, outros viajantes ingleses notaram que havia no país, tanto no período colônia como no Império, um espírito de curiosidade na população brasileira, um desejo de instrução, visto pelos mesmos como o primeiro passo para o aperfeiçoamento moral e intelectual. Apontaram para as iniciativas de D. João no campo da cultura como, por exemplo, a criação do museu, do teatro, da ópera e o estabelecimento da imprensa, como capazes de impulsionar o gosto pelas ciências e proporcionar um crescente progresso, tão necessário num país atrasado como o nosso.

Com a vinda de D. João e as obras por ele iniciadas, embora em dimensões rudimentares, foram fixadas as bases do ensino científico, artístico e militar no Brasil, com as instituições científicas, militares e artísticas. No entanto, ainda faltava muito para que a

mentalidade da sociedade brasileira sofresse mudanças significativas no sentido de se voltar para as ciências chamadas modernas.

Por condições ligadas ao processo de independência, que manteve as mesmas estruturas econômicas e sociais, o ensino continuava marcado pelo tradicional, com traços coloniais. Não nos esqueçamos que desde os tempos dos jesuítas, “que presidiu aos primeiros impulsos coloniais para o conhecimento”, o ensino estava voltado para formar doutores, e que conservou, no seu desenvolvimento, “uma tendência fundamental à ornamentação, ao culto da palavra, às formas desinteressadas do saber, que nos levaram ao primado da formação literária sobre as outras, em diminuição ostensiva a todos os demais lados do conhecimento”. Neste desequilíbrio, de cujas conseqüências padecemos até hoje, “restava um vazio quase absoluto nos demais setores da pesquisa ou da ciência, da curiosidade ou da indagação.” (Sodré, 1944, p. 239-240).

Uma visão do mundo pré-científico era a característica da maioria dos brasileiros em meados do século XIX. Entre as classes baixas, fetichismo, misturado com um catolicismo mal compreendido, era regra geral. Entre a elite, o constante progresso e a modernização tinham tomado impulso suficiente para torná-la cética quanto às pregações do clero, mas o seu interesse pela ciência limitava-se a ser um tema de conversação para após o jantar.

A convicção de que os problemas que afligiam o país poderiam e deveriam ser solucionados pela aplicação sistemática de princípios científicos, não entrava nas cogitações dos membros que comandavam o país. Deus não podia mais ser considerado responsável por tudo, mas a realidade ainda estava encoberta pelo mistério; nem era compreendida, nem controlada.

A maneira como a política, a economia e a sociedade se configuravam no país constituía um quadro adverso às condições necessárias ao desenvolvimento da ciência, condições estas bem explicitadas por Sodré:

“De todas as faces da cultura, aquela que abrange os conhecimentos científicos, a pesquisa, a difusão, a experimentação, é a que mais fortemente exige uma estrutura social propícia, que desenvolva a curiosidade, o interesse, a aplicação, que necessite de novas técnicas como o próprio alimento, que renove sem cessar e que dependa de tudo o que a ciência fornece. Não tivemos uma estrutura desse tipo. A nossa, forjada à base da grande propriedade e do trabalho

servil, com a sua refratariedade às inovações técnicas, a sua rotina secular, toda ancorada no esforço físico, com a mão-de-obra fácil por largo tempo, repudiava os conhecimentos e tudo o que lhes estava associado. Não havia naquela estrutura nenhuma compatibilidade com o mínimo de avanço científico.” (Sodré).

O progresso científico, marcado pela ausência de originalidade ou pela lentidão, foi conseqüência do panorama econômico, político e social do país.

A aversão às ciências, características atribuídas aos brasileiros, também foi denotada pelos viajantes quando estes deram ênfase à superficialidade com que se encaravam, no Brasil, os estudos e a formação intelectual.

Embora alguns se dedicassem aos estudos e pudessem receber um bom treinamento intelectual aqui mesmo, o que temos registrado, tanto em estudos da nossa contemporaneidade como nos relatos dos viajantes datados do século XIX, é que as escolas faziam do ensino uma farsa, sendo a formação superior bastante deficiente.

No início de 1850, as Faculdades de Direito, das quais saíam os políticos, passaram por uma reorganização. Esta reorganização se fez de maneira a evidenciar ainda mais os valores da sociedade tradicional. A crença no princípio da autoridade e na hierarquia era favorecida e não restava lugar para a idéia do “Contrato Social”. A necessidade da união entre Igreja e Estado para a salvação da estabilidade social, fora inculcada profundamente entre os integrantes das faculdades de Direito.

Somente nos limiares do século XX é que os conhecimentos científicos encontraram receptividade em nosso meio. A modificação na estrutura colonial de produção, o aparecimento e o desenvolvimento da indústria, acompanhado por todo o aparato técnico que ela exige e impulsiona e a conseqüente alteração social, foram os fatores impulsionadores e favorecedores ao progresso científico e à mudança de postura frente às ciências modernas.

#### **4.6 - A PECULIARIDADE DA NOSSA INDEPENDÊNCIA**

A questão da instrução, ou melhor, a falta dela, se tornou ainda mais crucial em um país independente, em que se fala do nascimento de uma nação, na formação de um Estado Nacional. A preocupação com a instrução do povo não deveria ficar de fora das preocupações da afirmação deste novo quadro. A educação/instrução como forma de controlar ou como instrumento para a construção de uma identidade nacional se fazia necessária.<sup>17</sup>

Na passagem do Brasil-Colônia para o Brasil-Império, em meio a continuidades e acomodações, o país mudou, conforme o caso, no plano sócio-econômico ou no plano político e, às vezes, em ambos. Mas estas mudanças não atingiram a estrutura econômica e social do país. Isto se deve à maneira peculiar como se processou a independência do Brasil, que teve conseqüências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento.

As últimas décadas do século XVIII são uma referência para indicar um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias, tanto no plano das idéias como no plano dos fatos, que deram origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela autonomia. É preciso não dissociar o processo da nossa independência do conjunto, político, econômico e social, em que se desenvolveu. Envolvidos neste processo, temos as transformações ocorridas na Europa desde os fins do século XVIII, e os fatores internos às próprias colônias.

No plano externo, as transformações tiveram início com o desenvolvimento econômico, que marcou a transformação do mercantilismo em capitalismo, configurando a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial, que se originou na Inglaterra, estabeleceu a capacidade ilimitada do sistema produtivo, em promover um crescimento econômico de penetração mundial.<sup>18</sup> Por esta razão, a transformação da economia mundial se identificou ao desenvolvimento da “Velha Ilha”.

A burguesia britânica soube aliar o esboço do industrialismo com a política oceânica. As grandes manufaturas organizadas à maneira de um mecanismo racional, dominado pelo capital comercial, levou à verdadeira industrialização, fenômeno que

---

<sup>17</sup> Para saber mais sobre os diversos meios e símbolos que formaram nossa nacionalidade, consultar Carvalho, 1990.

juntamente com o crescimento demográfico e a corrida das populações para as cidades marcam o período.

Para que pudesse haver esse desenvolvimento era imperioso produzir muito e, principalmente, fazer circular as mercadorias. “Ao crescimento do mercado interno sucede a premência de alargamento dos mercados externos”. Aparelhada, a Inglaterra se lança à conquistas destes mercados externos.

As áreas coloniais passaram a ser fornecedoras de matérias-primas e consumidoras dos produtos industrializados, em especial da Inglaterra. Fazia-se necessário pois eliminar os intermediários do período mercantil, extinguindo o regime de monopólio comercial. O desenvolvimento da burguesia industrial levaria ao fim o sistema de monopólios, assim as intervenções, diretas e indiretas, nas colônias americanas foram se sucedendo (Sodré, 1944, p. 252-255).

O processo capitalista exigia, pois, a abertura das áreas coloniais ao comércio e a eliminação do trabalho escravo. A primeira exigência encontrou eco no Brasil-Colônia, onde houve uma consonância entre a classe dominante da Colônia e da Metrópole e a burguesia industrial da Inglaterra, na questão do comércio livre. Uma vez rompido o monopólio a subordinação perdia o seu conteúdo, levando a Colônia à autonomia.<sup>19</sup> Já a questão do trabalho escravo seria resolvida somente no final do Império, o que acarretaria no desmoronamento do mesmo (Sodré, 1960).

A vinda da Corte portuguesa e sua permanência no Brasil levou a um ajuste da colônia aos novos imperativos. A Coroa foi obrigada a criar os órgãos administrativos indispensáveis ao governo, acabando por criar, na colônia, a estrutura de um trono, em contraste com o processo de autonomia dos povos de origem hispânica, que chegaram à solução republicana através de ásperas lutas. Diferentemente das fragmentadas repúblicas erguidas nas antigas colônias espanholas, por muito tempo ainda permaneceríamos como uma monarquia (Sodré, 1944, p. 271).

---

<sup>18</sup> Foi uma era de paz, que geraria uma era de guerras, mas foi uma era de estabilidade social crescente para as economias industriais desenvolvidas, que forneceram os pequenos grupos de homens que conquistaram e dominaram vastos impérios. (Hobsbawm, 1988, p. 450-451).

<sup>19</sup> O receio de um levante de negros levou a elite repelir as formas mais democráticas de governo, vislumbrando uma independência apoiada no príncipe regente. “Dentro dessas condições soariam falsos e vazios os manifestos em favor das fórmulas representativas de governo, os discursos afirmando a soberania do povo, pregando a igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e imprescindíveis do homem, quando, na realidade, se pretendia manter escravizada boa parte da população e alienada da vida política outra parte.” (Costa, 1987, p. 28).

Uma das principais razões da permanência da unidade territorial brasileira após a independência se encontra na vinda da Família Real para o Brasil. À chegada da Família Real, o Brasil não constituía uma unidade político-administrativa homogênea. A presença da Corte assegurou esta unidade, impedindo que houvesse uma fragmentação, como o ocorrido com as colônias espanholas, anos antes.<sup>20</sup>

Como consequência da instalação da Coroa Portuguesa no Brasil, houve a abertura dos portos às nações “amigas”. Esta medida estabeleceu uma ponte entre a Coroa portuguesa e os setores dominantes da colônia, principalmente os do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.<sup>21</sup>

A Inglaterra foi a principal, e quase a única, beneficiária da abertura dos portos, tendo o Rio de Janeiro se tornado o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses<sup>22</sup>, com destino ao Brasil, ao Rio do Prata e à costa do Pacífico. Luccock deixou relatado “que os ingleses tinham se tornados senhores da alfândega, que eles regulavam tudo, e que ordens tinham sido transmitidas aos funcionários para que dessem particular atenção às indicações do cônsul britânico.” (Fausto, 2000, p. 122).

Os viajantes ingleses viram na transferência da Família Real um acontecimento que levaria o Brasil ao processo de ruptura com o antigo sistema colonial, ocasião em que seriam colocadas as bases para se pensar o país como nação. Sentimentos nacionais, espírito público, patriotismo, sentimento de independência sustentariam os primeiros passos

---

<sup>20</sup> O papel da Marinha também foi importante na manutenção da unidade do nosso território tal como era no período colonial. A unidade territorial foi mantida, após a independência, a fim de assegurar a sobrevivência e a consolidação da independência e não devido a um forte ideal nacionalista, este se manifesta sobretudo sob a forma de um antiportuguesismo generalizado (Costa, 1987, p. 30).

<sup>21</sup> A elite política, promotora da independência, não tinha interesse em favorecer rupturas que pudessem por em risco a estabilidade da antiga Colônia. Mas seria engano supor que não houve atritos entre a Metrópole e a Colônia, só pelo fato de a Colônia ter se vestido de Metrópole, discussão que, no entanto, não cabe neste trabalho.

<sup>22</sup> A importância dos produtos ingleses entre as importações brasileiras data pelo menos do tempo do Tratado de Methuen, entre a Inglaterra e Portugal, em 1702. O Brasil começou a importar diretamente da Inglaterra em 1808, na época da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Neste ano os portos foram abertos para o comércio internacional e, dois anos após, um tratado comercial foi assinado oferecendo aos comerciantes britânicos condições mais favoráveis do que aquelas concedidas aos próprios portugueses. Esse estado de coisas continuou e as vantagens do comércio inglês aumentaram depois da independência brasileira. Produtos britânicos inundaram o mercado brasileiro e casas comerciais inglesas foram abertas no Brasil para vendê-los. Protegidos por uma branda forma de isenção, de obediência aos preceitos e leis brasileiras o grupo prosperou. Embora esta era de facilidade de ação no campo da importação terminasse em 1844, quando o velho tratado expirou, os britânicos descobriram que poderiam prosseguir da mesma forma, devido à sua energia comercial, às suas sólidas posições, à superioridade industrial de seu país de origem e ao seu controle do transporte marítimo do Brasil. A Grã-Bretanha permaneceu, portanto, como a principal fornecedora das importações brasileiras.

de uma nação conduzida por um monarca constitucional, sob o beneplácito britânico.

Este fato, e a posterior independência ocorrida sem grandes rupturas no centro do governo, favoreceu, primeiramente, a Inglaterra, que conseguiu manter os privilégios econômicos de que se beneficiava em Portugal, transferindo-os automaticamente para o Brasil independente. Os comerciantes portugueses e os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação também se beneficiaram com a instalação da corte no Brasil, pois se livraram do monopólio português.

O Brasil conseguiu se separar do jugo português, mas levaria mais alguns decênios para se ver livre do domínio inglês. Continuamos economicamente e intelectualmente “coloniais”, por muito tempo ainda depois da nossa independência política, só que agora sob o jugo da Inglaterra. A nova relação de dependência da Inglaterra, no entanto, sofreu uma mudança na forma como a antiga Colônia, o Brasil, se inseria no sistema econômico internacional.

#### **4.7 - O DESPERTAR PARA A MODERNIDADE**

A partir da segunda metade do século XIX começaram a surgir no Brasil aspectos novos, atividades novas, denunciando as alterações introduzidas na vida nacional.<sup>23</sup> O primeiro sinal de mudanças verificou-se com a extinção do tráfico negreiro, principalmente pela pressão da Inglaterra, que condenava o trabalho servil e defendia o trabalho assalariado na colônia, que representava um amplo mercado consumidor de seus produtos industriais.

Recursos antes aplicados na compra de escravos passaram a ser aplicados em atividades até então relegadas a segundo plano, particularmente as atividades urbanas, manufatureiras e relacionadas a transportes. Ocorreu uma transferência de capitais da área rural e agrícola para a área urbana e industrial. Juntamente, temos o crescimento do consumo interno, pelo aparecimento de novas zonas de povoamento e de produção,

---

<sup>23</sup> Segundo Sodré, não importa que essas novas atividades tenham um valor mais histórico do que real, não deixando de ser indícios de mudanças.

principalmente aquelas invadidas pela cultura do café e pelo novo papel das cidades, que passavam a ter uma função efetiva.

Desde a década de 1820 as cidades do Brasil já estavam em contato com o gênero de vida burguês ocidental, eminentemente citadino, advindo das influências estrangeiras, principalmente através dos produtos e idéias vindas da Inglaterra. Mas, é na segunda metade do século XIX que o modo de vida burguês se intensificou no Brasil, antes mesmo da existência da burguesia, ainda embrionária nesta época.<sup>24</sup>

A adoção deste gênero de vida citadino se deu de forma irregular no Brasil, segundo as diferentes regiões. As regiões que apresentavam um maior peso na balança de exportação de produtos agrícolas eram as regiões que também apresentavam um maior desenvolvimento urbano. A diversidade das cidades de intensa vida burguesa e cidades ainda amalgamadas ao campo estava ligada, no caso do Brasil, não à industrialização mas sim à riqueza do meio rural.

A ascensão do centro-sul, na órbita política, corresponde ao seu primado econômico, tendo o café como produto de peso na balança de exportação. Ao destaque econômico e político na região centro-sul, por sua vez, corresponde o desenvolvimento das cidades do entorno, da sua vida social, cultural e intelectual.

Portanto, é óbvio que o grande desenvolvimento da cultura do café na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais intensificou a vida na cidade, com a aristocracia de origem rural adotando os novos hábitos, ou seja, os modos de vida burguês, agora de forma mais intensa.

A riqueza dos fazendeiros, num momento em que a industrialização européia, representada pela Inglaterra, exportava novos modos de vida, fez com que esta classe privilegiada almejasse desfrutar do luxo, do conforto e da vida cultural apresentados, num ritmo cada vez mais acelerado.

Este novo modo de vida, estes novos hábitos de consumo, era para os elementos das

---

<sup>24</sup> Adotando a linha de pensamento de Henri Lefebvre não podemos falar em urbanização no Brasil, neste período, pois este fenômeno se liga intimamente à industrialização, condição que não se apresentava na época. Podemos falar na difusão cultural de um gênero de vida, o citadino burguês, vindo da Inglaterra. Urbanização, segundo Lefebvre, que rompe com as formas urbanas antigas e as substitui por outras recentes, e que em essência é marcado pela perda de autonomia da produção agrícola nos grandes países industrializados, pela sua passagem para um nível secundário no quadro da produção, atrás da produção industrial, veremos no Brasil somente por volta de 1940, com o verdadeiro início da industrialização brasileira (Queiroz, 1978, p. 56-57).

elites um veículo para demonstrarem que não eram “atrasados”, que se enquadravam entre os “civilizados”. Estas atitudes impulsionaram o comércio e os serviços e deram uma nova função econômica às cidades, pois estas se tornaram centros de um consumo muito diversificado e bastante ampliado na segunda metade do século XIX.

Neste momento afirmou-se, no Brasil, um tipo de cidade que não era mais simplesmente um centro político-administrativo, tratando-se agora de um novo arranjo da sociedade, segundo outros padrões, com o aparecimento de novas camadas sociais.

O novo gênero de vida diferenciava a população urbana da rural, segundo níveis econômicos e também culturais. As camadas sociais superiores que habitavam as cidades adotaram como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual.

O declínio da vida rural, sob o segundo império, caminhou lado a lado às novas condições no quadro da produção industrial brasileira, até quando esta adquiriu força suficiente para neutralizar o longo monopólio exercido pela atividade agrária.

A industrialização, conquanto ainda lenta se acentuava cada vez mais. Setores como o da construção naval, os estabelecimentos fabris de tecidos, as ferrovias, as linhas telegráficas, surgiam e se desenvolviam no país. Estas inovações juntamente com o advento da imigração, foram acontecimentos que marcaram este período.

Assim como o novo modo de vida citadino, a ascensão industrial se processou justamente na região do novo produto de exportação, o café, onde houvera acúmulo de capitais resultantes dos saldos comerciais favoráveis oriundos das exportações. Estas regiões se tornaram as fornecedoras de elementos destinados à infra-estrutura indispensáveis às alterações que se seguiram no país.

A economia brasileira prosperou durante toda a segunda metade do século XIX, devido ao progresso da cafeicultura (Baixada Fluminense, Vale do Paraíba e oeste Paulista) e também aos surtos de prosperidade, intermitentes, com o açúcar, o algodão e a borracha, embora em menor grau.

Como bem colocou Sodré:

“O primado do centro-sul, que fundamenta a centralização que se esboça, há de desenvolver-se sempre, consolidando, na estrutura econômica do país, o fulcro político donde se orientarão todos os atos e todas as medidas capazes de afetar a grandeza geográfica da nacionalidade. (A aristocracia açucareira já decadente opôs-se certamente a esta centralização do poder

político e econômico na região centro-sul). Longe da corte haviam elaborado, com a riqueza, uma estrutura social que correspondia ao sistema de produção implantado sob o regime colonial. Essas forças, entretanto, começavam a viver mais da tradição do que da realidade, pois o declínio econômico, proveniente da decadente lavoura açucareira, devido a concorrência, relegara-as à situação de caudatário de iniciativas governamentais de amparo (que as socorressem na crise econômica que vinham atravessando, o que as deixava em posição de subordinação ao governo central. Por outro lado, os ligados à lavoura do café se ligavam ao poder apossando-se) das chaves administrativas, constituindo-se depositárias do poder e necessitando, por ausência de uma tradição de domínio, lançar mão de amarras políticas capazes de sujeitar as demais.” (Sodré, 1944, p. 275).

Nesta última metade do século XIX, teve início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; foi criado o segundo Banco do Brasil (1851), construiu-se a primeira linha telegráfica no Rio de Janeiro (1852); foi instituído o Banco Rural e Hipotecário (1853); viemos a ter a primeira estrada de ferro do país (1854) e depois a segunda, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo (1855); foram fundadas empresas industriais, companhias de navegação a vapor, de seguros, de colonização, de mineração, de transporte urbano e companhia de gás (Holanda, 1988, p. 42). Acompanhando estas inúmeras inovações verificou-se uma maior preocupação no campo educacional.

Os ingleses exerceram papel importante em muitas dessas transformações, fato este considerado tanto pelos próprios viajantes, aqui estudados, como por historiadores contemporâneos. Contribuíram diretamente com a expansão da cultura cafeeira, que revolucionou o arcaico sistema econômico do Brasil; forneceram grande parte da infraestrutura e parte do capital para a criação de ferrovias e para a futura industrialização; provocaram as maiores transformações no sistema de mão-de-obra brasileira e estavam entre os agentes divulgadores de uma estrutura social e uma visão do mundo mais de acordo com o mundo europeu, ou seja, em consonância com a modernidade.<sup>25</sup>

Os investimentos ingleses, principalmente na América Latina, cresceram rapidamente na última metade do século XIX, incrementando e ampliando ainda mais as diferentes aplicações do capital vindo da exportação do café.

Em 1850, a Grã-Bretanha sofreu um processo de rápida e constante modificação,

---

<sup>25</sup> Os britânicos também colocaram obstáculos ao efetivo progresso do Brasil, de acordo com seus interesses, assunto que não será discutido aqui. Para saber mais sobre as influências e as contribuições dos ingleses no Brasil, consultar Graham, 1973.

com os melhoramentos tecnológicos na manufatura têxtil, na metalurgia e no transporte, além das inversões de capital dentro e fora do país. Essas modificações no campo econômico foram acompanhadas por transformações sociais, que também marcaram a modernização da Grã-Bretanha, com o aumento da população e sua movimentação, o crescimento da zona urbana e os avanços técnicos na zona rural. As idéias do capitalismo aplicadas, tanto na indústria como disseminadas no modo de pensar dos indivíduos, foram importantes fatores para o crescimento econômico da Inglaterra.

No Brasil, o capital inglês, que agora entrava em maior quantidade, e o capital interno revertido para atividades novas proporcionaram o desenvolvimento do comércio e de uma diferenciação das ocupações e das relações sociais. Ao lado da diversificação da economia nacional via-se também a diversificação do próprio sistema social.

Os ambientes urbanos diferenciaram-se acentuadamente, ganhando estatuto diferente do campo, com uma cultura própria. A crescente influência dos grandes comerciantes e o crescimento do aparelho administrativo aumentaram o peso qualitativo das cidades. Nesse ambiente, verificou-se o progresso da cultura política, artística e científica.

Junto com este progresso multiplicaram-se as carências, aumentando o interesse pela vida intelectual, apontando para a necessidade de tecnologia, de capital e denunciando a escassez de força de trabalho, tão necessários ao progresso e à inserção no mundo moderno, como posto pelos viajantes.

Temos, portanto, a partir da segunda metade do século XIX, com os primeiros sinais de declínio da estrutura colonial e de alterações importantes na sociedade, o ensino começando a tomar novos rumos. Mas, somente na fase republicana e, particularmente, depois do aparecimento da industrialização, na figura dos primeiros “grupos escolares”, foi que o ensino brasileiro foi pressionado no sentido de fornecer às gerações em formação instrumentos adequados à vida (Sodré, 1960, p. 265).

Por fim, acreditamos que os relatos dos viajantes aqui estudados não constituam, em si, a fonte mais representativa acerca da educação no Brasil do período tratado, ou seja, de 1808 a 1889.

Este fato se explica pela própria postura dos viajantes frente a seus relatos. Os mesmos não tiveram a pretensão ou mesmo a intenção de apresentar explicações abrangentes e definitivas sobre este aspecto da sociedade brasileira.

Percebemos que estes viajantes, por um lado, procuraram privilegiar, nas suas narrativas, o “novo”, o “inusitado”, para os de sua terra, e por outro, demonstravam uma certa preocupação com a variedade temática de seus escritos. A qualquer direção que tenham lançado seus olhares, naturalmente tiveram disposição para entender o país visitado, a partir de seus próprios referenciais.

O que consideramos como válido nos escritos dos viajantes ingleses são as idéias neles contidas, que por sua vez refletem a educação e/ou instrução numa determinada época, em diferentes regiões do Brasil.

Contudo, não podemos deixar de atentar para fatos de muita importância que acompanharam o modo como os viajantes ingleses olharam para a educação, quais sejam: o fato de refletirem os diferentes interesses aqui no Brasil e, mais do que tudo, o fato de trazerem consigo a concepção européia de educação, que acompanhou cada um deles no momento da descrição deste aspecto da sociedade brasileira. Assim, as percepções desse fenômeno social, a educação, foram guiadas, de certa forma, pelos referenciais culturais de seus autores, que por sua vez estavam calcados na idéia de modernidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos apresentados, vimos que a “viagem” se constituiu como fonte de saber e legitimidade do conhecimento tanto na literatura como na construção de um saber científico no Ocidente.

Distinguimos, no primeiro capítulo, as características específicas assumidas pela literatura de viagem ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

A literatura de viagem do século XVI constitui documentação preciosa calcada no imaginário da sociedade europeia, desde o fim do período medieval até o Renascimento, na história da descoberta do Brasil e na fase inicial de sua colonização. Nesse período, marcado pela era dos descobrimentos marítimos, ainda imperava largamente o gosto medieval pelo maravilhoso, pelo exótico e pelo misterioso.

O assombro e a excitação causados pela descoberta do Novo Mundo expressa bem a realidade do feito. O mundo abriu-se, transformando e colocando a questão da autoconsciência europeia. Estudiosos formulavam teorias e questões acerca da natureza dos “selvagens” habitantes das novas terras. Os artistas defrontavam-se com um campo fértil de imagens e temas. Os cartógrafos viram a necessidade de refazerem constantemente mapas para acolher as novas informações que chegavam cada vez mais dos viajantes que se lançavam à “aventura” e à “exploração” do Novo Mundo. Os monstros marinhos e as lendas fantásticas pouco a pouco foram dando lugar a novas massas continentais que apresentavam, ao Velho Mundo, sua natureza e seus habitantes.

Já no período histórico iniciado em fins do século XVIII, e que se estendeu por todo o século XIX, a literatura de viagem revestiu-se de características bem diferenciadas das que povoaram as representações dos viajantes nos séculos anteriores. A referência cultural dos viajantes estrangeiros passou a ser a de um tempo que se convencionou chamar de modernidade, envolvendo amplas transformações no campo social e cultural (Barreiro, 2002, p. 10).

Dentre os estrangeiros que aqui aportaram, em especial, após a abertura dos portos, conseqüência advinda da transladação da Família Real portuguesa para o Brasil, atendendo

a necessidades econômicas e políticas impostas pela nova condição do país, a presença dos ingleses foi a mais expressiva.

A presença dos ingleses no Brasil não foi um ato isolado ou fortuito da expansão britânica, mas parte de uma orientação mais importante na história desta nação. Não é sem propósito que os textos dos viajantes ingleses possuem um projeto de conhecimento e de domínio. Os escritos ingleses do século XIX, sobre o Brasil, sob a forma de literatura de viagem ou literatura de descoberta científica, não deixaram de lado as considerações econômicas sobre o mesmo.

A Grã-Bretanha, no século XIX, estendia rapidamente seus interesses econômicos sobre todo o mundo subdesenvolvido. Mesmo no fim do século XVIII ela já havia se tornado impaciente com as limitações impostas ao seu expansivo comércio internacional pela política restritiva dos impérios coloniais, notadamente da Espanha e de Portugal.

Na medida em que o vigor do país crescia, as esferas da vida econômica alcançavam, cada vez mais longe, áreas do mundo ainda não modernizadas. Com a transformação das técnicas de transporte, terrestre e marítimo, cada vez mais o mundo se tornou parte de um sistema econômico dominado pela Inglaterra. O século XIX foi uma era caracterizada pela rápida migração do povo britânico, pela expansão de seus ideais imperialistas, pela crescente exportação de seus produtos e pelo aumento incessante de investimentos de seus capitais no exterior.

A Inglaterra não fazia questão de absorver as exportações brasileiras, seus esforços sempre foram no sentido de manter a supremacia das mercadorias inglesas nos mercados brasileiros.

Antes mesmo do Brasil se tornar uma nação independente a presença britânica já se fazia sentir entre nós. As bases da preeminência britânica foram estabelecidas já nos tratados anglo-portugueses de 1642, 1654 e 1661, que legalizavam as práticas e os decretos dos reis portugueses fixando os privilégios aos mercadores ingleses na vida econômica brasileira.

No século XIX, a penetração inglesa se desenvolveu a tal ponto que Portugal se tornou praticamente o vassalo econômico de sua aliada, a Inglaterra:

“(...) para os mercadores ingleses, o principal fator nesse comércio anglo-português era a colônia do Brasil, porque a metrópole servia como entreposto

para as correntes de mercadorias que fluíam da Inglaterra para as colônias portuguesas e dessas colônias para a Inglaterra” (Manchester, 1973, p. 287).

Havia uma linha de continuidade nas relações anglo-brasileiras, originada no passado europeu da Aliança anglo-portuguesa. Os fundamentos da preeminência britânica no Brasil, lançados na Europa, antes de 1808, foram transferidos para a América do Sul quando as exigências da França forçaram a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

A retirada da Família Real portuguesa para o Brasil sob a proteção da Inglaterra, frente a invasão dos franceses, favoreceu a transferência dos antigos privilégios e a posição preeminente da Inglaterra, em Portugal, para o Brasil, ainda na condição de colônia.

Antes da nossa independência as relações entre Portugal e Inglaterra foram conduzidas na tradicional base européia, embora a Corte portuguesa estivesse residindo na colônia.

Durante as primeiras décadas do século XIX, a penetração inglesa no Brasil assumiu proporções descomunais, uma vez que os privilégios, imunidades e garantias especiais, determinados pelo tratado de 1810, atraíram o capital e as empresas inglesas, que tinham a sua frente uma colônia a explorar.

Após a nossa independência, os interesses ingleses tinham se tornados tão importantes que a Grã-Bretanha usou de estratégias para garantir as mesmas condições que Portugal tinha assumido pelos tratados anteriores. “Esta transferência dos tradicionais privilégios ingleses, há tanto tempo desfrutados em Portugal, para o império independente do Brasil, foi completada pelo tratado comercial de 1827” (Manchester, 1973, p. 288).

Podemos dizer que a década de 1820 foi o período auge da preeminência britânica no Brasil, quando desfrutou de posição suprema, em diversas áreas, entre as potências estrangeiras interessadas no Brasil. Nas últimas décadas do século XIX, assistimos a um declínio da influência política da Grã-Bretanha, e posteriormente da influência econômica, alternando com a influência norte-americana. Apesar desta oscilação, a Inglaterra ainda conseguiu manter sua posição de supremacia econômica no campo da marinha, dos mercados e investimentos brasileiros durante todo o século. Somente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a influência inglesa perdeu sua força dando lugar à influência norte-americana, inaugurando um novo ciclo cultural e econômico no país.

O Brasil-Colônia e o Brasil-Império se mostrou de diversas maneiras aos viajantes estrangeiros, em particular para os ingleses, que foram maioria entre os que visitaram o Brasil ao longo do século XIX. Longe de esgotar a multiplicidade de imagens que eles criaram a respeito de nossa sociedade, nosso governo, nossas instituições e nossa história, é notório que o Brasil de 1808 a 1889 despontou como grande terra prenhe de potenciais, mas que permanecia num constante estado de formação, de vir a ser, pelo processo civilizador, um eufemismo para dominação de valores cunhados pelos europeus, em especial os ingleses, e transpostos ao Novo Mundo.

Neste trabalho, usando escritos de alguns viajantes ingleses, que estiveram no Brasil ao longo do século XIX, buscamos, primeiramente, captar em suas obras o diálogo teórico com a literatura que instituiu um dado conceito de viagem, e depois passamos a abordá-las a fim de captar as múltiplas concepções que construíram sobre a educação, detectando a percepção de uma alteridade em relação à Europa.

Pela análise de um conjunto significativo de obras que abrangeu o século XIX (1808-1889) e as diferentes regiões do Brasil, foi possível identificar os mecanismos pelos quais a referência cultural de um tempo, que se convencionou chamar de modernidade, presidiu sistematicamente as formulações dos viajantes ingleses que aqui estiveram, observaram e escreveram sobre a sociedade brasileira e, em especial, sobre o estado da educação no Brasil do século XIX.

Foi possível, vez por outra, apreender diferenças e matizações entre as suas concepções acerca da educação, decorrentes de influências culturais específicas. O conceito de educação adotado para este trabalho vincula-se aos sentidos que os viajantes estudados tomaram para seus relatos, ou melhor, reflete o que pudemos perceber nos escritos desses estrangeiros o que estes entendiam por educação. Portanto, a educação foi entendida, no seu sentido estrito, como instrução, meios de adquirir conhecimentos, e no seu sentido lato, de civilidade e sociabilidade.

Além das questões que foram levantadas no quarto capítulo, que buscaram demonstrar como os viajantes ingleses perceberam a educação no interior da sociedade brasileira, outras mais poderiam ser analisadas.

A partir dos escritos dos viajantes, sejam eles ingleses ou não, é possível obter dados que contribuem para o estudo de temas relativos: à escassez dos meios para se

adquirir educação, principalmente no Brasil-Colônia e a mudança gradual do número de escolas que estavam sendo abertas e se espalhando pelo território brasileiro ao longo do período imperial; à acessibilidade da população aos institutos artísticos e científicos existentes; à condição da mulher na sociedade brasileira no período colonial, que não tinha muito espaço no ainda precário “sistema escolar”, sendo sua educação restrita a aprender rezas e prendas domésticas, situação esta que começou a mudar no Brasil-Império, quando a mulher começou a se livrar então do peso da herança portuguesa no que se refere à valorização da educação feminina; à gratuidade do ensino e o então “sistema público de ensino”, que após a independência apareceu com frequência nos relatos dos viajantes; aos métodos de ensino aqui praticados, geralmente vistos, por eles, como atrasados, imperfeitos e inadequados ao desenvolvimento do país, já que, para os ingleses, a educação era a mola do progresso; à educação em âmbito particular tentando suprir a carência de escolas, já que “os meios de educação só estavam ao alcance de muito pouca gente neste vasto país de tão escassa população” (Gardner, 1942, p. 200); à questão do espaço físico onde se dava a educação, freqüentemente vistos como lugares marcados pelo desleixo e pela sujeira, em consonância com o descaso pela educação, e à condição do negro numa sociedade escravocrata.

Além destes aspectos, trazidos a nós pelos viajantes estrangeiros, muitos outros podem ser extraídos de seus textos, partindo de uma análise aprofundada de suas obras, tão ricas em suas descrições e que fornecem detalhes às vezes inusitados.

Mas, os usos destas obras, como vimos, devem vir cercados de cuidados. O uso da literatura de viagem como instrumento para explicações sociológicas, históricas, antropológicas e outras, sem a sua devida relativização em relação ao colonialismo, ao racismo e ao etnocentrismo, acaba por apenas reproduzir, no interior dos trabalhos que pretendem ser críticos, o discurso, reificando apenas o olhar do “branco europeu.” (Leite, 1996, p. 230).<sup>1</sup>

Podemos dizer que os viajantes foram os primeiros a mostrar o Brasil à Europa. Ainda hoje despertamos a curiosidade e a atenção dos europeus, como pode ser notado nas

---

<sup>1</sup> Os viajantes não estavam atentos para os aspectos relacionados aos métodos de observação, nem poderiam estar. “A falta de distanciamento crítico e do método dialético conduziram as obras produzidas no contexto das viagens muito mais pelo seu valor literário.” (Leite, 1996, p. 230).

freqüentes exposições artísticas e históricas que ocorreram, e ocorrem, na Europa.<sup>2</sup>

Diante deste quadro é fácil perceber a amplitude e a magnitude dos escritos deixados pelos viajantes que passaram pelo Brasil e sua importância para o estudo da história de nosso país. Indo além, é possível perceber a importância desses escritos para tentar conhecer como a educação era vista por esses estrangeiros, como era tratada nos seus escritos, qual a imagem que levavam do Brasil para suas pátrias. Dados esses que são necessários para a construção da história da educação do Brasil.

Este trabalho deixa em aberto muitos outros caminhos a serem percorridos por estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas. Um dos campos abertos diz respeito à questão de como alguns viajantes construíram uma interpretação, articularam fatos e idéias, elaboraram teorias e incorporaram o que foi observado a um conjunto de noções organizadas, ou seja, como construíram (reproduziram) um conhecimento científico a respeito da sociedade brasileira. Em outras palavras, abre-se um possível caminho sobre questões que integram a problemática daquilo que, a partir do século XIX, viria a ser designado como ideologia.

A estes caminhos, deve-se acrescentar as possibilidades de estudos que se abrem se forem consideradas as obras de viajantes da colônia à atualidade e que enfocaram, de diferentes formas, os mais diversos assuntos e temas.

---

<sup>2</sup> Uma das mais recentes exposições, que trazem como tema o Brasil, ocorreu em Londres, intitulada “A Amazônia Desconhecida (“The Unknow Amazon”), apresentada em 2002, no British Museum.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. R. P. de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. História e legislação. Tradução de Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- A presença britânica no Brasil (1808 –1914)*. Editora Pau-Brasil, 1987.
- ARMITAGE, J. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- AUGEL, M. P. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix/MEC, 1980.
- AVELLAR, H. de A. *História Administrativa do Brasil: administração Pombalina*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público – FUNDEP/Ed. Universidade de Brasília, 1983. v. 5.
- AZEVEDO, F. de. *A cultura Brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- BARREIRO, J. C. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- BASTOS, A. C. T. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975. v. 105. (Brasiliiana).
- BATES, H. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Tradução de Regina R. Junqueira. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.
- BELLUZO, A. M. M.. *O Brasil dos Viajantes*. 3ª ed. São Paulo: Metalivros e Objetiva; Salvador: Fundação G. Odebrecht, 2000. 3v.
- BERGER, P. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros: 1531-1900*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. *Registro de estrangeiros nas capitâneas, 1777 – 1819*. Rio de Janeiro, 1963.
- BRASIL Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. *Registro de estrangeiros nas capitâneas, 1831 –1839*. Rio de Janeiro, 1962.
- BUNBURY, C. J. F. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833 – 1835)*. Tradução de Helena G. de Sousa. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

- BURTON, R. *Viagens aos planaltos do Brasil*. Tradução de Américo Lacombe. São Paulo: Editora Nacional, 1983. Volume I, II e III.
- CALDEIRA, J. R. C. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luis: AML/Sioge, 1991.
- CAMPANHOLE, A. e CAMPANHOLE, H. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.
- CARDOSO, C. F. S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARR, E. H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CARVALHO, A. de. *Aventuras e aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1929.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CHAUÍ, M. *História do povo brasileiro. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COSTA, C. *Contribuições à História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967.
- COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, [s.d.]. (1ª ed., 1987).
- DARWIN, C. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. Tradução de J. Carvalho. São Paulo: Abril, [19-?].
- DOSSIÊ Brasil dos viajantes. *Revista USP*, São Paulo, n.30, jun./ago. 1996, p.10-166. (Viagens e viajantes).
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungm. Apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990-93.
- EWBANK, T. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras, com apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. Tradução de Jamil A. Haddad. São Paulo: EDUSP, 1976.
- FARIA FILHO, L. M. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação*. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Bragança Paulista, São Paulo: UnSF, 2000. (Coleção Memória da Educação).
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo:

Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000. (Coleção Didática I).

FÁVERO, O. (Org.) *A Educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996. (Coleção Memória da Educação).

FOUCAULT, M. *O que é um autor*. Tradução de Antônio Fernando Cascais. [sl]: Veja, [1997?].

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FREITAS, M. C. de. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

FREYRE, G. *Ingleses*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.

\_\_\_\_\_. *Ingleses no Brasil*. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro: Univer Cidade Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.] (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 1).

\_\_\_\_\_. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Tradução do original inglês por Waldemar Valente. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A.; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.

GARDNER, G. *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836 – 1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

GALVÃO, C. C. *A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira*. Ago/2001. 249f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1990.

GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Tradução de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

GIUCCI, G. *Viajantes do Maravilhoso*. O Novo Mundo. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

HARO, M. A. P. (Org.). *Ilha de Santa Catarina. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: UFSC, 1990.

- HARTOG, F.. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HOBBSAWM, E. J.. *A era dos impérios*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira [et al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. (Coleção Documentos Brasileiros, 107).
- \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1985. Tomo II, v. 1, 2 e 3.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 20ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- HORCH, R. E. *Álbuns de Viajantes que estiveram no Brasil, na primeira metade do século XIX*. São Paulo: IEB/USP, 1988.
- HORNBY, A. S. *Oxford Advanced learner's dictionary of current English*. Sixth edition. Oxford: Oxford University Press. Edited by Sally Wehmeier, 2000.
- IANNI, O. *Imperialismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KOSTER, H. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: Editora Nacional, 1942. (Coleção Brasileira).
- LANDES, D. S. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*. Tradução de Álvaro Cabral. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.
- LEFEBVRE, H. *Lógica formal e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LEITÃO, C. de M. *Visitantes do Primeiro Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

- \_\_\_\_\_. *O Brasil visto pelos ingleses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- LEITE, I. B. *Antropologia da viagem; escravos e negros libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- LEITE, M. L. M. *Livros de viagem: 1803 – 1900*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referência em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas, 1982.
- LIMA, O. *O Império brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. (série 2, Coleção Reconquista do Brasil).
- \_\_\_\_\_. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*. Conferências inaugurais. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.
- LISBOA, K. M. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- LOPES, E. M. T. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOMBARDI, J. C. (Org.) *Pesquisa em Educação*. História, filosofia e temas transversais. Santa Catarina: UNC; Campinas: Editora Autores Associados, 2000.
- LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução de Milton Rodrigues. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- MAGDA, S. O. *A educação de crianças no século XIX sob o olhar estrangeiro*. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas, SP: FE; HISTEDBR, 2001. (Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação, 5).
- MANACORDA, M. A. *História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias*. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- MANCHESTER, A. K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janáina Amado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- MARTINS, L. L. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora

Itatiaia, 1978.

MCARTHUR, T., MCARTHUR, F. *The Oxford Companion to the English Language*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992.

MINDLIN, J. E. Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991, p. 1-148. (Viagem e Narrativa).

MOTA, C. G. (Org.). *Viagens incompletas. A experiência brasileira. Volume I: Formação: histórias*. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Viagens incompletas. A experiência brasileira. Volume II: A grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. *1822: Dimensões. Europeus no Brasil à época da independência. Um estudo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1972.

NOVAIS, F. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

ORLANDI, E. P. *Terra a vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

PRATT, M. *Os olhos do Império – relatos de viagem e transculturação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, M. I. P de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. O Pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha das técnicas: algumas reflexões. *CERU*, nº 3, série 2, 1992. (Reflexões sobre a pesquisa sociológica).

RAMINELLI, R. Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial. *História. Questões e Debates*. Paraná: Editora UFPR, Ano 17, nº 32. jan./jun., 2000. (Brasil: a conquista do olhar).

RIBEIRO, M. L. S. *Introdução à História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

\_\_\_\_\_. *História da Educação Brasileira. A organização escolar*. Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

ROCHA, L. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Editora Brasília S.A., 1971.

- ROUSSEAU, J. J. *Emílio, ou, Da Educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SAMPAIO, T. e TESCHAUER, C. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Bahia: Ed. Livraria Progresso, 1955.
- SAID, E. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAVIANI, D. et ali. *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, São Paulo: HISTEDBR, 1998.
- SELLTIZ, W. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: EPU, 1987. v.1.
- SILVA, D. G. B. da. *O espelho de Clio – Olhares em choque sobre o novo mundo: imagens e representações na iconografia e na narrativa de viajantes naturalistas do século XIX*. Abril/2002. 234f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SOUZA, L. de M. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SODRÉ, N. W. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, 47).
- \_\_\_\_\_. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1960. (série III, Livros-Fonte, v. 3).
- \_\_\_\_\_. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Formação Histórica do Brasil*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Síntese de História da cultura brasileira*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TAPAJÓS, V. *História Administrativa do Brasil: organização política e administrativa do*

Império. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. v. 9.

TUNA, G. H. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. Fev/2003. 127f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VÉSCIO, L. E. e SANTOS, P. B. (Org.). *Literatura e História*. Perspectivas e convergências. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

WALLACE, A. R. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Tradução de Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.

WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828 – 1829)*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985. 2v.

WELLS, J. *Explorando e viajando três milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Tradução de Myriam Ávila e introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos Históricos e Culturais), 1995. 2v..

XAVIER, M. E. S. P. et ali. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: Editora FTD, 1994.

## ANEXO

Na tentativa de deixar entrever, de modo representativo, os variados perfis, os diversos modos de ver e as diferentes motivações dos viajantes ingleses escolhidos para o estudo de suas obras, elaboramos o quadro a seguir, apresentado de forma bastante resumida, contendo apenas informações breves, de rápida visualização, a fim de fornecer dados que permitam traçar o perfil de cada um dos viajantes cujas obras utilizamos neste trabalho.

Para tanto, trouxemos ao leitor informações como: o nome do viajante; a sua profissão; a idade que estava quando veio para o Brasil, bem como a data de nascimento e morte, quando encontradas; os locais por onde passou em suas andanças pelas diferentes regiões do nosso território; as obras que por ventura escreveu, resultantes das viagens; o conteúdo da obra que foi foco de análise do presente trabalho, de forma bastante sucinta, e, por fim, como olhou para a educação no Brasil oitocentista.

A apresentação dos viajantes segue em ordem cronológica, ou seja, em primeiro estão aqueles viajantes que aqui estiveram ao mesmo tempo em que a Família Real aportou no Brasil. Em seguida estão os demais viajantes que aqui estiveram ao longo do século XIX, obedecendo à ordem do ano que aqui chegaram. Os onze viajantes ingleses escolhidos que passaram pelo Brasil abrangeram praticamente todos os anos do século (1808-1889).

Começamos com John Mawe e John Luccock, em seguida vieram: Henry Koster, Maria Graham, Robert Walsh, John Armitage, George Gardner, Alfred Wallace, Henry Bates, Richard Burton e James Wells. No entanto, não se esgota, com esses nomes, a lista dos ingleses que, com seus relatos de viagens realizadas durante todo o século XIX, ajudaram a ampliar o horizonte da antropologia, da etnologia e da história brasileira.

O quadro possibilita ao leitor um contato, de forma rápida, com as principais características que marcam a figura destes viajantes e de suas obras.

Nome do viajante	Profissão	Idade ao vir para o Brasil	Permanência no Brasil	Locais por onde andou	Obras deixadas	Sobre o que escreveu <sup>1</sup>	Visão sobre a educação
John Mawe	Mineralogista e comerciante	*1764 +1829  44 anos	1808 a 1810	SC, Curitiba Santos SP e MG	<i>Viagens ao interior do Brasil</i> (1812); trabalhos sobre mineralogia, <i>The mineralogy of derbyshir</i> , e geologia e memória.	Sobre as jazidas e explorações diamantíferas e sobre a agricultura, além de observações geológicas; procurou fazer uma análise da situação do Brasil a fim de situar a potencialidade comercial deste com os ingleses; escreveu sobre os costumes e o caráter do brasileiro, as vias de transporte, a flora e a fauna; sobre os negros e os índios.	A educação, tida como polidez ou como instrução, no mais baixo nível, elogia os esforços do Rei no campo da educação, “ser instruído é ser útil”, que redundava em proveito do estado. Instrução como modificadora dos costumes, que levaria o país ao progresso; a ociosidade vem da ignorância, que vem da falta de educação.
John Luccock	Comerciante	–	1808 a 1818	RJ MG e regiões do nordeste e do sul do país, até o RS	<i>Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil: 1808-1818</i> (1820)	Sobre os costumes do povo, os acontecimentos políticos, a paisagem e sobre as condições para o mercado dos produtos ingleses, sobre as dificuldades como a falta de moedas, as vias de transporte e de comunicação e as burocracias. Fez um retrato do estado material, moral e intelectual do país.	Apesar de elogiar os esforços do governo para com a educação, aponta para a falta de meios materiais e de interesse pela instrução, estando a ignorância e a falta de asseio presente em todas as camadas sociais; “falta de livros, de professores, de sociabilidade e desconhecimento das ciências.
Henry Koster	Fazendeiro E comerciante	*1793 +1820  27 anos	1810 a 1821	Pernambuco, Goiânia, Recife, RN e Ceará	<i>Viagens ao nordeste do Brasil</i> (1817)	Aponta para o problema do trabalho não sistemático, da falta de disciplina e do ócio que prejudicava o desenvolvimento; sobre o trabalho escravo e a utilização da mão-de-obra livre. Sobre o modo de vida, o comércio, as potencialidades do país e sobre o sertão e o sertanejo na sua luta.	Aponta para a falta de meios para se adquirir conhecimentos, “não há livros”, falta de escolas. Vê nos costumes, como a organização das cidades e as construções das casas, a alimentação, a falta de civilidade do povo. A chegada da Corte é vista como impulso para o progresso.

<sup>1</sup> Referente à obra escolhida para análise.

<b>Nome do viajante</b>	<b>Profissão</b>	<b>Idade ao vir para o Brasil</b>	<b>Permanência no Brasil</b>	<b>Locais por onde andou</b>	<b>Obras deixadas</b>	<b>Sobre o que escreveu</b>	<b>Visão sobre a educação</b>
Maria Graham	Viajante Escritora e governanta	*1785 +1842  36 anos	1821 a 1825	RJ Pernambuco	<i>Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823.</i> (1824)	Faz um esboço da história do Brasil até sua chegada. Tratou de assuntos políticos, e da vida social do Brasil. Descreveu as cidades, a organização das ruas, a sujeira, a condição do negro escravo, a condição da mulher; sobre os costumes, os hábitos de alimentação, as festas, as vestimentas, o clero, o comércio e outros aspectos mais.	Educação em nível muito baixo, devido ao isolamento da colônia e a falta de interesse do povo, estando mergulhada na ignorância. Aponta para a deficiência da instrução, sem ciência e literatura modernas ou jornais de qualidade e para a inexistência do hábito da leitura. Mas, elogia o governo pelos esforços e pela preocupação com o estado da educação da colônia/país.
Robert Walsh	Médico e capelão da colônia britânica no RJ	*1772 +1852  56 anos	1828 a 1829	RJ MG	<i>Notícias do Brasil: 1828-1829</i> (1830)	Faz um breve resumo dos principais fatos que ocorreram no Brasil, desde o seu descobrimento até o momento de sua chegada. Relata com grande precisão de detalhes fatos importantes e corriqueiros, como doenças, ritos, costumes, religião, música, insetos e diversos outros temas.	Elogia a introdução da imprensa, “máquina de conhecimento e poder”, como esforço do Príncipe regente em oferecer conhecimento ao povo, tirando-o da ignorância e levando o país ao progresso. Educação gratuita e escolas primárias em quase todas as cidades, numa visão otimista.
John Armitage	Auxiliar da casa Philipe Wood & Co.	*1807 +1856  21 anos	1828 a 1835	RJ	<i>História do Brazil</i> (1837)	Retratou os traços das principais personalidades do momento, pertencentes à Corte ou próxima a ela e também sobre o caráter dos habitantes, as superstições, os ritos religiosos, os costumes. Tratou sobre as instituições administrativas e de assuntos políticos, tomando o lado do rei, monarquista que era.	Aponta para o pouco progresso da educação, para a ignorância no campo das ciências, principalmente política e para a falta de meios para se adquirir conhecimentos. Apesar de julgar os jornais mal escritos, com idéias retrógradas e do diminuto número de leitores os vê como “os únicos veículos de instrução que existem”.

Nome do viajante	Profissão	Idade ao vir para o Brasil	Permanência no Brasil	Locais por onde andou	Obras deixadas	Sobre o que escreveu	Visão sobre a educação
George Gardner	Botânico e zoólogo	*1812 +1849  24 anos	1836 a 1841	Pe Ceará Alagoas MG RJ	<i>Viagens no interior do Brasil.</i> (1846)	Faz uma descrição minuciosa do país, registrando seus aspectos físicos e as produções das regiões por onde passou. Tratou também da flora e fauna, das jazidas de minérios de ouro e ferro, sobre os transportes, sobre os homens e os costumes locais, sobre o caráter e as condições das diferentes raças.	Aponta para a escassez de livros e falta de interesse pela leitura, estando a educação ao alcance de poucos, às vezes sendo ministrada em casa. Por outro lado descreve os colégios e estabelecimentos onde se dava educação gratuita mas que não tinha procura pela população indolente.
Alfred Russel Wallace	Naturalista	*1823 +1913  25 anos	1848 a 1852	Belém, regiões da Am. SP	<i>Viagens pelo Rio Amazonas e Negro</i> (1853) <i>Distribution géographique des animaux</i> (1876)	Descreveu as paisagens por onde passou, os homens e os costumes dos povos que entrou em contato, a falta de asseio e ordem, sobre a indolência, causando mau impressão para quem chega, atribuindo tudo ao clima. Escreveu sobre os índios e seu modo de vida, sobre a presença do negro e suas implicações.	Os habitantes “desconhecem todo e qualquer tipo de ocupação intelectual”, não possuem livros nem o hábito da leitura, gostam de jogar, dançar e beber, sendo que “os mais civilizados se dedicam ao comércio”. Compara a abundância da Europa com a falta de meios para se adquirir conhecimento numa nação independente.
Henry Bates	Naturalista	*1825 +1892  23 anos	1848 a 1859	Belém, regiões da Am SP	<i>O naturalista no Rio Amazonas</i> (1863)	Sobre a flora e fauna, informações zoológicas, etnológicas e históricas; sobre as exportações e importações do Brasil, sobre a borracha, sobre a imigração, sobre a riqueza não aproveitada. Fez considerações morais sobre a população branca, negra, indígena e mestiça. Observou fatos, costumes e hábitos sempre comparando à Inglaterra.	Aponta a existência de “uma escola em cada arraial”, paga pelo governo, com a população começando a ver as vantagens do ensino, mas ainda sem ciências ou geografia. A população se esforça por ser vista como civilizada, tratando bem os estrangeiros, que eles poderiam fornecer-lhes conhecimento. Aponta para a ignorância nas classes mais baixas.

<b>Nome do viajante</b>	<b>Profissão</b>	<b>Idade ao vir para o Brasil</b>	<b>Permanência no Brasil</b>	<b>Locais por onde andou</b>	<b>Obras deixadas</b>	<b>Sobre o que escreveu</b>	<b>Visão sobre a educação</b>
Richard Francis Burton	Viajante Cônsul e escritor	*1821 +1890  44 anos	1865 a 1868	Santos, SP MG	<i>Viagens ao planalto do Brasil</i> (1869)	Fez relatórios geográficos sobre a província de São Paulo e outras regiões; sobre o porto de Santos. Aponta as facilidades de se enriquecer no Brasil. Frequentemente faz comparações com a Inglaterra. Analisa o aproveitamento dos rios para o transporte, sobre as dificuldades das vias de comunicação e a importância das ferrovias; além dos costumes, religião e festas .	Vê a “escola como lugar para a preparação para o futuro”, estando esta ao alcance da maioria da população. Aponta para as deficiências do ensino pelo qual “não se pode adquirir ciência moderna, nem artes mecânicas”. Os livros eram ainda raros e caros, sendo o jornal o “alimento literário” da população, que poderia ser o meio para alcançar o progresso, apesar da linguagem violenta.
James William Wells	Engenheiro	–	1868 a 1888	MG RJ Mara_ nhão	<i>Explorando e viajando três milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> (1886)	Descreveu o cotidiano da vida, das fazendas, das vilas e lugarejos, o comércio local, os costumes e a linguagem, sobre a noção de tempo e o horizonte econômico das pessoas. Tratou sobre os transportes, as tecnologias ou a falta destas, e sobre as paisagens que viu. Travou relacionamento mais próximo das pessoas mais pobres, em lugares mais interioranos.	Fala do desprezo pelo trabalho manual e da ignorância das invenções modernas. Vê “a sociedade civilizada” no modo como se vestem, na alimentação, na maneira de conversar e no conforto das moradias. Vê um interior ignorante e analfabeto, apesar dos esforços do governo em estabelecer escolas em quase todos os vilarejos. A instrução é vista como meio de se evitar a degeneração da raça.